GRUPO TORDESILLAS
CAPES PROEX
PrInt Projeto Institucional de Internacionalização Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação
Mackenzie CAPES
fct Fundação para a Ciência e a Tecnologia
CNPq Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
utad
CEL Centro de Estudos em Letras

História do pensamento linguístico-gramatical em Portugal e no Brasil

Ronaldo Batista, Gonçalo Fernandes, Neusa Bastos & Carlos Assunção (eds.)

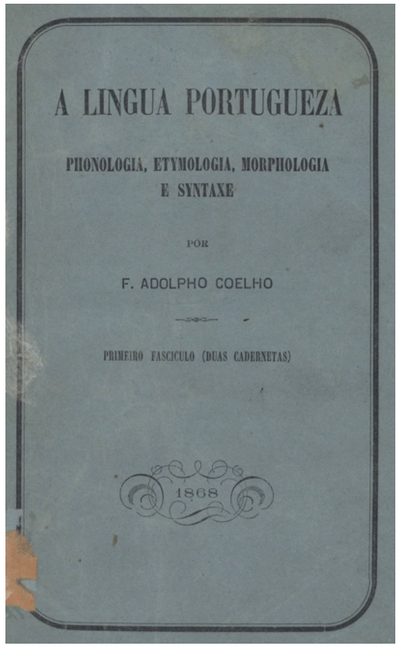
32

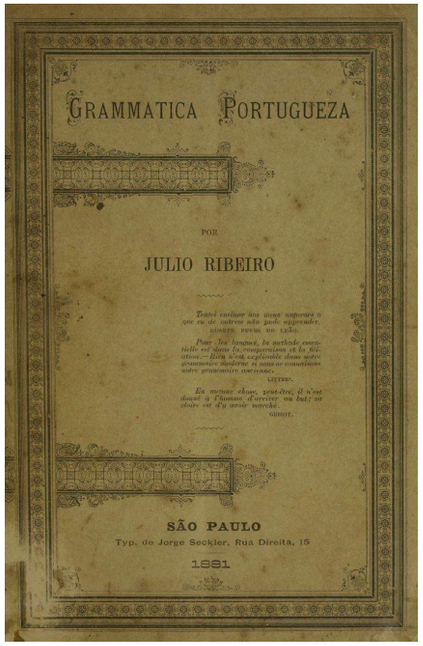
COLEÇÃO LINGUÍSTICA 32

CENTRO DE ESTUDOS EM LETRAS
UNIVERSIDADE DE TRÁS-OS-MONTES E ALTO DOURO

RONALDO DE OLIVEIRA BATISTA, GONÇALO FERNANDES, NEUSA BARBOSA BASTOS & CARLOS ASSUNÇÃO (eds.)

HISTÓRIA DO PENSAMENTO LINGUÍSTICO-GRAMATICAL EM PORTUGAL E NO BRASIL





VILA REAL - MMXXV

RONALDO DE OLIVEIRA BATISTA, GONÇALO FERNANDES, NEUSA BARBOSA BASTOS & CARLOS ASSUNÇÃO (eds.)

HISTÓRIA DO PENSAMENTO LINGUÍSTICO-GRAMATICAL EM PORTUGAL E NO BRASIL

COLEÇÃO LINGUÍSTICA *32*

CENTRO DE ESTUDOS EM LETRAS
UNIVERSIDADE DE TRÁS-OS-MONTES E ALTO DOURO

VILA REAL • MMXXV

Título: *História do pensamento linguístico-gramatical em Portugal e no Brasil*
Coleção: Linguística 32
Editores: Ronaldo de Oliveira Batista, Gonçalo Fernandes, Neusa Barbosa Bastos & Carlos Assunção (eds.)
Editora: Centro de Estudos em Letras / Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro
Vila Real, Portugal
Depósito Legal:
ISBN: 978-989-704-604-9
e-ISBN: 978-989-704-605-6
Data: 9 de abril de 2025

HISTÓRIA DO PENSAMENTO LINGUÍSTICO-GRAMATICAL EM PORTUGAL E NO BRASIL

Em viagens de pesquisa e intercâmbio científico em Portugal que resultaram na organização deste livro, os organizadores brasileiros — Neusa Barbosa Bastos e Ronaldo de Oliveira Batista — receberam apoio financeiro e/ou acadêmico do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Presbiteriana Mackenzie (PROEX-CAPES), do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), do projeto PRINT-CAPES e do Colégio Doutoral Tordesilhas.

Índice

Introdução V

1 Marcas da tradição gramatical 1

1.1 Tradição gramatical em Portugal
Maria do Céu Fonseca 3

1.2 Duas tradições gramaticais: uma história brasileira
Ronaldo de Oliveira Batista e Neusa Barbosa Bastos 43

2 Uso e norma em instrumentos linguísticos 75

2.1 Norma e uso nas gramáticas em Portugal
Ana Alexandra Silva 77

2.2 A norma linguística no contexto brasileiro: conceito e características
Marli Quadros Leite 93

3 Visão racionalista na gramática 133

3.1 A perspetiva racionalista na história da gramática portuguesa
Maria Helena Pessoa Santos 135

3.2 Gramáticos racionalistas na história da gramática brasileira
Ricardo Cavaliere 159

4 Apêndices gramaticais: pontuação, estilística e outras questões 181

4.1 Apêndices gramaticais: estilística e outras questões na visão de Manuel Rodrigues Lapa
Sónia Coelho e Susana Fontes 183

4.2 A presença e a função de apêndices em uma tradição gramatical brasileira
Nancy Casagrande e Regina Pires de Brito 199

5 Ortografias, suas diretrizes e regulamentações 213

5.1 Ortografias entre diretrizes e regulamentações no contexto português
Rolf Kemmler 215

5.2 Ortografias em contexto brasileiro: leis, diretrizes, regulamentações 241
Maurício Silva .....

Organizadores e autores 257

Introdução

Ronaldo de Oliveira Batista
Universidade Presbiteriana Mackenzie
Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – Brasil

Gonçalo Fernandes
Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro
Centro de Estudos em Letras

Neusa Barbosa Bastos
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
Universidade Presbiteriana Mackenzie – Brasil

Carlos Assunção
Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro
Centro de Estudos em Letras

Ao procurar reconstruir uma história do pensamento sobre a linguagem e as línguas em Portugal e no Brasil (inevitavelmente em diálogo com outras tradições lusófonas), alguns pressupostos motivaram-nos: 1º. A convicção de que uma apreensão historiográfica do passado pode ser feita como filme documentário, ou seja, como ponto de vista seletivo que enquadra fragmentos e procura lhes dar significações; 2º. Essa busca por significações é interpretativa e não apenas descritiva, já que a História (como conjunto de fatos, agentes e contextos) não pode ser apreendida em total referencialidade supostamente objetiva.

Na origem da proposta desta coletânea de textos, esses pontos de partida incidem sobre um questionamento subjacente em todos os capítulos: como apresentar e compreender manifestações históricas ligadas a realidades e recortes temporais que são revistos em tom interpretativo por aqueles que reveem o passado e tentam lhes atribuir significados?

Os autores e as autoras convidados para este livro caminharam a sua maneira em direção a respostas possíveis a esse questionamento. Mesmo que este não tenha sido feito antecipadamente a eles. No entanto, uma leitura de conjunto do resultado apresentado nesta obra coletiva permite-nos considerar que os escritos aqui reunidos estão relacionados a essa inquietação.

Não à toa, ao privilegiar análises de instrumentos linguísticos (como gramáticas, dicionários, ortografias, manuais didáticos) e leis de política

educacional, os textos partem de focos específicos sobre o passado. Essa definição seletiva do que olhar e analisar permite o resultado que os leitores têm às mãos.

Visões nunca definitivas, pois uma interpretação e uma análise sempre poderão ser revistos por outros olhares críticos. Visões que espelham inquietações que trazem o passado para o presente dos historiógrafos, permitindo que a perspectiva historiográfica seja diálogo constante entre os tempos do passado, do presente e por que não do futuro também.

A proposta que gerou esta coletânea é, ainda, a de manter vivo um produtivo diálogo científico entre a Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro (por meio do Centro de Estudos em Letras – CEL), a Universidade Presbiteriana Mackenzie e a Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (por meio do Instituto de Pesquisas Linguísticas "Sedes Sapientiae" para Estudos de Português – IP-PUC/SP).

Os organizadores deste livro fazem parte de iniciativas de pesquisa que vêm sendo propostas no âmbito dessas instituições e centros, possibilitando trocas intelectuais que se materializam, entre outras possibilidades, em resultados como os que são apresentados nesta obra com textos de autores portugueses e brasileiros. Neste livro, foram utilizadas duas normas do português — o europeu e o brasileiro —, com o objetivo de respeitar as variantes linguísticas adotadas por cada autor(a) e evidenciar o pluricentrismo do português.

A revisão historiográfica portuguesa está presente em cinco capítulos.

O capítulo **Tradição gramatical em Portugal** de Maria do Céu Fonseca oferece uma visão panorâmica da gramaticografia portuguesa desde o século XVI até o século XIX, enfatizando a tradição normativa e a influência da gramaticografia latina. A autora explora a função reguladora das gramáticas, que surgiram como instrumentos de ensino e padronização da língua portuguesa. A gramática portuguesa, nos seus primórdios, foi determinada pelo modelo greco-latino e o ideal humanista do Renascimento, como exemplificado nas obras de Fernão de Oliveira (1507–1581) e João de Barros (1496–1570). Durante os séculos XVII e XVIII, a ênfase na correção e na estabilidade da norma consolidou-se, preparando o terreno para a oficialização da gramática como ferramenta de ensino e identidade nacional. O capítulo destaca a continuidade dessa tradição e sua influência no ensino do português ao longo do tempo.

O capítulo **Norma e uso nas gramáticas em Portugal** de Ana Alexandra Silva aborda a relação entre norma e uso nas gramáticas portuguesas, explorando como essa dicotomia foi tratada desde o século XVI até os dias atuais. A autora destaca que a norma tem sido historicamente

definida por critérios sociopolíticos e pedagógicos, enquanto o uso reflete as práticas linguísticas dos falantes. A gramaticografia tradicional portuguesa manteve um forte caráter prescritivo, baseando-se na ideia de que a norma deveria preservar a correção e a unidade linguística. No entanto, estudos contemporâneos passaram a reconhecer a variação linguística como um fenómeno natural e legítimo. O capítulo analisa a evolução desse conceito em gramáticas de referência, como as de Cunha & Cintra (1987) e Raposo et al. (2013), mostrando como a visão da norma tem sido progressivamente flexibilizada para incluir usos variados da língua.

O capítulo **A perspetiva racionalista na história da gramática portuguesa** de Maria Helena Pessoa Santos mostra o grande impacto que o racionalismo teve na gramaticografia portuguesa, especialmente nos séculos XVIII e XIX, introduzindo a ideia de que a gramática deveria ser fundamentada na lógica e na estrutura da língua. Este capítulo analisa a influência do pensamento racionalista na descrição gramatical e sua relação com a tradição normativa. A autora explora como a Gramática de Port-Royal e os ideais iluministas influenciaram a conceção de norma, afastando-a de um modelo puramente prescritivo e aproximando-a de uma abordagem analítica. Essa mudança contribuiu para o desenvolvimento da linguística moderna em Portugal, preparando o caminho para uma reflexão mais sistemática sobre a estrutura da língua.

O capítulo **Apêndices gramaticais: estilística e outras questões na visão de Manuel Rodrigues Lapa** de Sónia Coelho e Susana Fontes explora o papel dos apêndices gramaticais na tradição portuguesa, com destaque para a obra de Manuel Rodrigues Lapa (1897–1989). Os apêndices, muitas vezes vistos como complementares, abordam temas como estilística, pontuação e variação linguística, oferecendo uma visão mais flexível da norma. As autoras argumentam que esses elementos foram essenciais para a formação da norma culta e para a definição dos limites entre correção e variação. A análise da obra demonstra que a gramaticografia portuguesa não se restringiu à prescrição de regras, mas também incorporou aspetos discursivos e estilísticos que refletem a diversidade do uso da língua.

O capítulo **Ortografias entre diretrizes e regulamentações no contexto português** de Rolf Kemmler examina a evolução das reformas ortográficas em Portugal, desde as primeiras tentativas de padronização até as mudanças mais recentes. A ortografia tem sido um dos aspetos mais regulamentados da norma, gerando debates sobre a adequação das mudanças propostas ao longo do tempo. O autor destaca a tensão entre abordagens etimológicas e fonéticas, refletindo diferentes conceções sobre o que deve ser mantido ou alterado na escrita do português. O capítulo

também analisa as reformas do século XX e o impacto do Acordo Ortográfico de 1990, discutindo suas implicações para a padronização da escrita nos países lusófonos.

A revisão historiográfica brasileira se deu, de modo semelhante à revisão portuguesa, nos cinco capítulos resumidos a seguir.

O capítulo **Duas tradições gramaticais: uma história brasileira** de Ronaldo de Oliveira Batista e Neusa Barbosa Bastos apresenta uma problematização em dois eixos, sendo um descritivo e o outro analítico buscando evidências de tradições na produção gramaticográfica brasileira e sua repercussão para leitores e autores de gramáticas nos dias de hoje. Para isso, foi empregado o conceito de Tradição Gramatical com vistas às suas marcas na gramática brasileira tomada seletivamente em recortes temáticos e temporais. Como materiais, selecionaram-se e analisaram-se fragmentos de gramáticas que evidenciam permanências de duas tradições gramaticais, em dois sentidos: o da consagrada expressão *tradição gramatical* e o da herança do pensamento histórico-comparativo que gerou gramáticas com foco na história interna das línguas.

O capítulo **A norma linguística no contexto brasileiro: conceito e características** de Marli Quadros Leite trata, a partir de perspectiva teórica, da relação uso/norma em estudos linguísticos e gramaticais. A autora destaca o fato de que em retomadas historiográficas sobre normas e usos pouco se tratou teoricamente sobre o que seria essa norma. Partindo desse recorte, no qual se privilegiam definições conceituais e características dessa norma linguística, são recuperadas abordagens da norma e da normatividade na tradição brasileira, chegando até a reflexões sobre o projeto de estudos da norma culta urbana no Brasil.

O capítulo **Gramáticos racionalistas na história da gramática brasileira** de Ricardo Cavaliere discorre sobre: a produção gramatical brasileira em língua portuguesa do século XIX, período em que se constroem as bases de um pensamento linguístico nacional; gramáticos brasileiros do período que se basearam nos filósofos do Iluminismo, fundadores de paradigma e nos vernaculistas franceses e portugueses, cuja obra era dotada de grande prestígio na literatura linguística da época; gramáticos brasileiros oitocentistas concordes com o cânone racionalista: Antônio Álvares Pereira Coruja, Antônio da Costa Duarte, Antônio Álvares Pereira Coruja e Francisco Sotero dos Reis.

O capítulo **A presença e a função de apêndices em uma tradição gramatical brasileira** de Nancy Casagrande e Regina Pires de Brito objetiva tecer considerações acerca do Apêndice nas gramáticas como uma das evidências que levam a eventos que constituem um amplo e diversificado

conjunto de reflexões sobre a linguagem e as línguas. Assim, selecionaram-se as obras *Moderna gramática da língua portuguêsa* e *Gramática fácil*, de Evanildo Bechara, publicadas em 1970 e 2014, respectivamente. Apresentou-se um percurso historiográfico dessas obras, considerando o conteúdo que se volta para aspectos gramaticais que não foram contemplados nos capítulos que tratam efetivamente da descrição da língua.

O capítulo **Ortografias em contexto brasileiro: leis, diretrizes, regulamentações** de Maurício Silva aborda características do estudo da linguagem humana, desde a Grécia antiga até os dias atuais, para fixar-se na ortografia da língua portuguesa no Brasil, considerada um ramo da gramática e herdada da tradição lusófona. Aponta a busca de unificação política, forjada já no início do século XVII, durante a primeira metade do XIX, encontrando inúmeras divergências ortográficas que perduraram até pelo menos o começo do século XX, período em que se tentou engajamento nas políticas de unificação/simplificação da língua portuguesa, tanto no Brasil quanto em Portugal, privilegiando-se uma *ortografia simplificada*, com a eliminação dos fenômenos puramente fonéticos e do eruditismo etimológico.

Com efeito, a presente coletânea evidencia o nosso compromisso com a reconstrução historiográfica da gramaticografia e da normatização linguística em Portugal e no Brasil, promovendo uma análise crítica e interpretativa sobre os instrumentos e as tradições que moldaram a compreensão da língua portuguesa ao longo do tempo. Ao reunirmos estudos que abrangem desde as primeiras gramáticas até às recentes reformas ortográficas, os capítulos demonstram como as conceções sobre norma, uso e padronização foram influenciadas por distintos fatores históricos, políticos e culturais.

A abordagem que adotamos reflete a nossa consciência de que a Historiografia Linguística não pode ser apreendida de maneira estritamente objetiva, mas sim interpretada a partir de diferentes recortes e perspetivas. Nesse sentido, a escolha seletiva de temas e fontes documentais, como gramáticas, dicionários e leis educativas, possibilita-nos um olhar aprofundado sobre os processos de construção e transformação das normas linguísticas. A comparação entre as tradições portuguesa e brasileira enriquece ainda mais a nossa discussão, evidenciando continuidades e ruturas no desenvolvimento da gramaticografia nos dois contextos.

Além disso, enfatizamos o papel fundamental dos apêndices gramaticais e das reformas ortográficas como espaços de negociação entre tradição e inovação, refletindo as tensões entre prescrição normativa e reconhecimento da diversidade linguística. A presença do pensamento racionalista e da influência de correntes filosóficas em diferentes momentos históricos demonstra a complexidade das discussões em torno da norma linguística e da

padronização ortográfica, destacando o impacto dessas conceções no ensino e na identidade cultural dos falantes da língua portuguesa.

Por fim, reforçamos a importância do diálogo académico e da colaboração entre instituições de ensino e investigação de Portugal e do Brasil, permitindo-nos uma abordagem comparativa enriquecedora e fomentando novas reflexões sobre a Historiografia Linguística. O resultado que aqui apresentamos não pretende ser definitivo, mas sim um convite à revisão crítica e ao aprofundamento de estudos que deem continuidade a esta investigação sobre o passado, o presente e as perspetivas futuras da normatização da língua portuguesa.

Capítulo 1

Marcas da tradição gramatical

Tradição gramatical em Portugal

Maria do Céu Fonseca
Universidade de Évora – Portugal
Centro de Estudos em Letras

Introdução

O presente capítulo procura, a partir de um corpus gramatical representativo, revisitar matérias historiográficas sobre a produção de conhecimentos linguísticos, sobre a sua circulação, transmissão e receção, inscritas em conjunturas históricas de longa duração, do século XVI ao século XIX, e sujeitas a horizontes de retrospeção. Focam-se doravante obras da gramaticografia portuguesa, não tanto em termos de história, mas de uma doxografia da tradição greco-latina, no sentido mais geral de saber gramatical precursor mais ou menos discutido, consoante as cronologias. Antes, porém, esclarecem-se as dimensões de "marcas" e "tradição gramatical" para enquadramento dos objetos historiográficos agora tratados e da metodologia de análise.

1 Sobre terminologia e conceitos: perspetiva historiográfica

1.1 "Marcas", documentos e releituras

O conceito de "marca(s)", que é de natureza operatória nos estudos linguísticos, além de referencial teórico (o princípio da marcação de Givón 1995: 25), corresponde à ideia de traços de identificação e de diferenciação capazes de preservar vestígios mnemónicos e assegurar a sua (re)leitura através de processos percetivo-cognitivos. Neste sentido, as marcas de uma memória coletiva são *monumenta*,[1] documentos (Le Goff 1997), sinais, testemunhos ou fontes históricas variadas quanto à sua natureza, muito por

[1] No sentido de grandes coleções de documentos, como as que surgiram no século XIX: os *Monumenta Germaniae Historica* e *Portugaliae Monumenta Historica*. Este modelo reproduziu-se no campo da historiografia linguística: por exemplo, o corpus anchietano *Monumenta Anchietana*, a base de dados *Portugaliae Monumenta Linguistica* (em construção) e a base de dados dos séculos XV-XIX, *Documenta Grammaticae et Historiae: Projeto de Documentação Linguística e Historiográfica*.

conta da lição dos *Annales*, e intencionais quanto à sua seriação, feita em função de uma historicidade que é, em termos coserianos, histórica (no sentido geral de conjunto de singularidades) e textual (no sentido de repetição e tradição) (Kabatek 2021). Para o que interessa neste trabalho e focando o campo da historiografia linguística, as referidas marcas respeitam a textos metalinguísticos, e à sua historicidade imanente e contextual, isto é, respetivamente, as dimensões interna e externa dos textos com que se trabalha naquele campo. Sabe-se que a designação hiperonímica de "textos metalinguísticos" cobre um lastro variado de materiais no campo específico da tradição gramatical greco-latina: além do núcleo de referência constituído por gramáticas/artes, dicionários e ortografias, muitos outros textos ou obras de teor descritivo-reflexivo têm idêntico efeito normatizador, como as defesas (e reflexões sobre) da língua, os diálogos/colóquios, os guias de conversação, os instrumentos didático-linguísticos (catecismos, artes epistolográficas).[2] São, todos eles, textos voltados para a descrição da língua e considerados produtos ou tecnologias do conhecido fenómeno da gramatização (Auroux 1992, 1994), de motivações sociolinguísticas. Ao nível da chamada dimensão interna ou plano textual, a língua descrita nestes textos é uma variedade culta escrita, um "'dialeto da elite'" (Silva 1989: 13) que emerge de "national communities of lay elites" (Burke 2004: 91).

Ora, tal conjunto de textos/saberes metalinguísticos constitui, do ponto de vista historiográfico, uma espécie de arquivo (Neveu & Lauwers 2007: 19), "un cumul de connaissances" (Colombat 1998: 3) representativo da tradição gramatical, que, com base na definição de Colombat, Fournier & Puech (2010: 59), possui os seguintes traços característicos: o carácter técnico da emergência dos saberes metalinguísticos; a historicidade na longa duração; os parâmetros sociais ligados sobretudo à instituição escolar; a dimensão produtiva da tradição em mecanismos de repetição e inovação; a diversidade empírica das línguas. As tradições metalinguísticas respeitam a línguas particulares, no caso línguas europeias ocidentais (que é o que interessa agora), às quais foram aplicados princípios classificatórios e conceções das gramáticas grega e latina.

---

[2] A natureza destes textos depende da tradição gramatical. No quadro do *Corpus représentatif des grammaires et des traditions linguistiques* (http://ctlf.ens-lyon.fr/, *Corpus de textes linguistiques fondamentaux*), Colombat (1998: 5) considerou que "pour la tradition chinoise, ce sont avant tout des recueils de mots, d'expressions, des dictionnaires de caractères ou de rimes qui constituent le corpus".

1.2 Tradição gramatical: história e epistemologia

Apesar da aparente transparência e uso ordinariamente um tanto a esmo do conceito de "tradição gramatical", a sua definição e categorização em tipos – *a* tradição gramatical, *as* tradições gramaticais greco-latina, indiana, chinesa, hebraica, árabe, etc. (Auroux 1989), as tradições nacionais – não são líquidas, em grande parte porque a oportunidade do conceito é maior no campo da descrição das línguas, como metodologia operatória *de facto*, do que no campo da reflexão de epistemologia histórica. Aqui situada, a tradição gramatical tem de ser vista à luz de vários parâmetros ligados entre si.

Em primeiro lugar, quanto à sua dimensão histórica, a tradição gramatical pode ser tomada na linearidade cronológica dos factos, princípio subjacente às periodizações históricas[3] ou "perspectiva do desdobramento linear" (Vieira 2018: 18). Mas há também "une superposition d'analyses en synchronie" (Swiggers 2015: 526). Segundo um dos modelos propostos por Koerner (1989) para a investigação em historiografia linguística, a tradição gramatical é agora concebida em termos de coincidência temporal de quadros teóricos simultâneos e sobrepostos, ainda que não contemporâneos.[4] Finalmente, uma terceira dimensão histórica da tradição gramatical é a da "visée achronique" (Swiggers 2015: 526) ou modelo temporal acronológico, uma "tradição *lato sensu*" (Cavaliere 2021: 496), cujos saberes e procedimentos gramaticais são situados em temporalidades distintas de qualquer época original. Assim, noções como as da oposição verbo-nome da filosofia platónica ou das oito partes do discurso da gramática de Dionísio Trácia (nome, verbo, particípio, artigo, pronome, preposição, advérbio, conjunção; cf. Lallot 1998: 51), são pensadas não-sucessivamente, porque constituem um passado que persiste como ponto de partida adequado para uma gramática científica, filosófica, racionalista ou lógica, depois de eventuais adaptações, como fez Barros (1971 [1540]: 348) em relação à categoria da interjeição.

---

[3] Como a do *Corpus représentatif des grammaires et des traditions linguistiques* (Colombat 1998), a de Chevalier (1994) para a história da gramática francesa ou a de Leite de Vasconcelos (1929: 860-898) para a história da filologia portuguesa.

[4] Koerner (1989: 53, artigo originalmente publicado em 1984) exemplifica este modelo com a chamada "revolução chomskyana". A hegemonia do programa generativista foi também um quadro compósito de elementos teóricos descontínuos (o racionalismo cartesiano, a gramática geral e filosófica dos séculos XVII-XVIII), em maior ou menor diálogo nos anos (19)60.

Passe-se a uma outra dimensão da tradição gramatical, a de campo de saber construído por processos cumulativos e que passa a substrato comum a várias comunidades linguísticas. Qualquer dimensão histórica envolve este conhecimento retrospetivo, a par de paradigmas emergentes, não necessariamente absolutos ou revolucionários, contrariamente ao modelo kuhniano. Nas ciências sociais em geral, o conhecimento faz-se por reconversão de saberes não homogéneos nem hegemónicos, reapropriação e reelaboração de ideias herdadas, partilhadas e ajustadas a ancoragens socioinstitucionais diferenciadas no tempo e no espaço. Ao nível das ideias linguísticas, o vaivém de continuidades e descontinuidades históricas é inerente à construção de paradigmas científicos e à produção de novos saberes teóricos sobre o funcionamento da(s) língua(s) (Batista 2020: 43).[5] Neste sentido, a tradição gramatical constitui, em si mesma, um *continuum* histórico, que "ne se maintient que parce qu'elle rencontre (…) les propriétés objectives de la langue sur laquelle elle porte" (Neveu & Lauwers 2007: 11).

Tiram-se duas ilações desta afirmação sobre a eficácia descritiva e didática da tradição gramatical. Por um lado, ao nível descritivo e explicativo, releva a adequação interna das fontes metalinguísticas, em cujo pensamento sobre a linguagem, a(s) língua(s) e a gramática estão, em parte, edificadas a investigação linguística e a pedagogia das línguas. Por outro lado, ressalta a validação externa da tradição gramatical, sobretudo por parte de redes colegiais de conhecimento – nomeadamente a instituição escolar ou as academias científicas –, com forte impacto numa espécie de "fossilização cognitiva" (Neveu & Lauwers 2007: 11) de muito do discurso gramatical tradicional.[6] Os dois autores franceses atribuem a este discurso uma natureza perene, provisória e científica, uma vez combinadas as suas sólidas raízes na prática académica com uma natureza científica que decorre do facto de as ciências da linguagem terem construído grande parte do seu pensamento e postulados teóricos a partir do que dessa tradição receberam empiricamente, como conhecimento provisório e não dogmático. Assim, a tradição

---

5 Desde há mais de dez anos que Ronaldo Batista discute uma historiografia da linguística cuja dimensão temporal permita "postular uma linha de continuidade ou de descontinuidade no tratamento de determinado problema definido como foco de observação" (Batista 2013: 71).

6 Faça-se um recorte nacional para referir o caso de Lopes (1971). Na sua *Gramática simbólica do português*, o autor dá explicações, na abertura da obra e em capítulo final, sobre opções metodológicas, tradições escolares mais ou menos antigas, terminologia linguística usada diante de terminologias mais correntes da tradição gramatical (1971: vii, 277).

gramatical constitui um discurso científico, "un ensemble d'analyses récurrentes qui maintiennent au cours de l'histoire, avec des aménagements possibles, leurs hypothèses, leurs postulats, parfois leur terminologie" (Neveu & Lauwers 2007: 19).

A conceção parece ser uma resposta possível à discussão sobre o papel da tradição gramatical no desenvolvimento da linguística e da sua aplicação à descrição gramatical, destacando-se aqui o valor de *aplicação*/*aplicabilidade* que lhe atribui Fernanda Irene Fonseca (2001: 20) ao referir-se a: "conhecimentos provenientes dos vários domínios de investigação no âmbito das Ciências da Linguagem (...) disponíveis para a *construção individual* de projecções em domínios práticos em que a linguagem e o seu uso estão implicados". No domínio prático da gramática, esses conhecimentos representam um compromisso que, a partir do século XIX, quando a linguística funda as bases de uma nova ciência, se estabeleceu entre aquisições linguísticas e tradição gramatical, interpretada "comme un 'avant' dans l'histoire disciplinaire" (Lauwers 2004: 675).[7] Por referência ao mesmo contexto cronológico, Chevalier (1994: 111) fala em "[l']irruption de la linguistique dans la grammaire 'traditionnelle' [francesa]", citando depois o testemunho algo provocatório de Michel Bréal, em artigo de 1903:

> Avez-vous remarqué une chose, me dit un jour G[aston] Paris : on ne fait plus de la grammaire française. C'est un genre perdu. L'observation était vraie ; ce qu'il ne disait pas – mais il le savait comme moi – c'est que de cette disparition les études dont nous étions les patrons étaient en grande partie la cause (Chevalier 1994 : 114).

Também no século XIX, o assunto adquiriu foros de contenda entre gramáticos e linguistas portugueses (Prista 2001), estes – como Adolfo Coelho, Leite de Vasconcelos ou Epifânio da Silva Dias – arautos de mudanças de agulha tidas por necessárias nos saberes prescritivos e tradicionais que aqueles – nomeadamente Cândido de Figueiredo – protagonizavam. Muito por conta da didatização e da manualística dos conhecimentos linguísticos, este saber instituído na longa duração, tanto quanto a dita irrupção da linguística na gramática de tradição greco-latina, tornaram-se factos consumados na gramática moderna, quaisquer que sejam as conceções de gramática e do seu papel formativo e informativo. Depoimentos de linguistas, autores ou coautores de gramáticas do português

---

[7] Note-se que o autor se refere a gramáticas francesas da primeira metade do século XX, situadas entre a tradição gramatical e a (modernidade) linguística. A citação *supra* foi extraída do último capítulo da obra de Peter Lauwers (2004: 665-691), que sintetiza os resultados obtidos.

da segunda metade do século XX em diante, dão conta disso mesmo na discussão das relações entre linguística e didática da língua (Neves & Casseb-Galvão 2014).[8] Apesar de diferentes orientações teóricas e sem posicionamentos neutros, os testemunhos mostram que noções como as de prescrição e descrição gramaticais são produtos históricos. Como afirmam Colombat, Fournier & Puech (2010: 60), "l'histoire des idées linguistiques ne saurait s'inscrire dans les tenailles étroites de l'alternative entre science et non-science". Os conhecimentos retrospetivos fazem parte de um campo doutrinário de princípios, ideias e conceitos ensinados e transmitidos coletivamente; além disso, constituem um campo teórico,[9] com base no princípio de que não há descrição gramatical fora de pressupostos teóricos sobre a linguagem em geral e sobre as línguas em particular, como se verá a seguir por referência ao português, historicizado no campo mais vasto da tradição filológica greco-latina.

2 Tradição metagramatical da língua portuguesa

Tendo sido aflorados temas relativos à tradição gramatical em geral, importa agora focar textos metalinguísticos no interior de uma tradição específica. Quando se envereda por *a* tradição gramatical, entra-se no campo de "approche[s] culturaliste[s]" (Neveu & Lauwers 2007: 11), onde o funcionamento das línguas naturais é condicionado pela história das relações entre gramática, cultura e cognição (Mateus 2010), as quais estão na origem dos fenómenos da variação das línguas. Quanto ao português ou ao seu espaço linguístico, factos sociais, históricos e políticos conduziram ao desenvolvimento de uma atividade metalinguística que, como todas as atividades epistémicas do ser humano, tem uma natureza socialmente constituída. Isto significa que envolve falantes e redes de relações contextuais responsáveis pela elaboração de objetos ou instrumentos normativos e descritivos, como os que serão aqui tratados, a saber: gramáticas *em* e *sobre* o português, gramáticas de português para estrangeiros e um subgénero destas últimas, que são os manuais/guias de conversação bilingues e plurilingues. Trata-se, portanto, de um género textual situado no domínio da

[8] Segundo testemunho de Mateus (2014: 41-42), a legibilidade da *Gramática da língua portuguesa* (1983) por um público mais alargado, o cuidado pedagógico em análises e explicações, e a experiência de utilização da obra foram preocupações, entre outras, que nortearam a elaboração da 5.ª edição (2003) revista e ampliada da gramática.

[9] Sobre "campo doutrinário" e "campo teórico" no contexto da tradição gramatical, vd. Vieira (2018: 19).

gramaticografia, disciplina que se ocupa dos princípios teóricos e metodológicos de elaboração de gramáticas (Swiggers 2020, 2015; Verdelho 1995; Buescu 1978, 1983, 1984a, 1984b; Torres 1998[10]).

Mas a seleção de objetos de estudo pressupõe, a montante, outras escolhas metodológicas: que recorte de textos (escritos em português ou não) e autores (portugueses ou não) apresentar no quadro da variedade de fontes metalinguísticas? A que *corpora* disponíveis recorrer? Que opções tomar, em termos de periodização, quanto a dimensões de longa ou média duração? Qual o estatuto da língua objeto de estudo, língua materna ou língua estrangeira? E qual a metalíngua da descrição e da codificação? A definição do escopo de tradição metagramatical portuguesa depende da sua abordagem *lato sensu* ou *stricto sensu*. Ou se alarga o âmbito das fontes metagramaticais a obras de diferentes tipologias textuais, como entendeu Cardoso (1994) ao incluir, na sua historiografia gramatical (1500-1920), títulos de gramáticas, ortografias, prosódias, retóricas, etc.; ou se aperta o crivo da seleção a obras gramaticais, isto é, "des ouvrages visant à rendre compte des éléments morpho-syntaxiques constitutifs d'une langue donnée" (Colombat 1998: 5), como foi feito no *Corpus de textes linguistiques fondamentaux.*[11] Como acima se referiu, as fontes primárias deste trabalho circunscrevem-se a gramáticas (também designadas métodos / artes / rudimentos / epítome / noções elementares gramaticais), e guias/manuais de conversação, tendo por base critérios cumulativos de conveniência e de oportunidade. Aquelas duas tipologias textuais são oportunas ao longo prazo da tradição gramatical greco-latina e convenientes à memória metagramatical, que inclui a história do diálogo/colóquio escolares usados em diferentes momentos para o ensino/aprendizagem de línguas estrangeiras (doravante, LE).

A tradição gramatical portuguesa apresenta, assim, como outras, duas vertentes quanto à natureza da sua gramaticografia: por um lado, obras *em* português e *sobre* o português, isto é, língua-alvo e metalíngua coincidem; por outro, obras de português no quadro do seu ensino como LE na Europa. Na sua configuração externa, estas caracterizam-se genericamente por serem monolingues, bilingues ou plurilingues, terem sido publicadas sobretudo fora

---

10 A obra reúne importantes trabalhos gramaticais e linguísticos do autor, publicados entre 1973-1998.

11 Cf. http://ctlf.ens-lyon.fr/. Este *Corpus* teve origem no *Corpus représentatif des grammaires et des traditions linguistiques* (Colombat 1998), abrangendo o período entre o século XVI e meados do século XX. Neste último, a seleção do *corpus* português é da responsabilidade de Maria Filomena Gonçalves.

de Portugal e escritas (por nacionais e estrangeiros) numa ou em várias línguas europeias modernas, dependendo do público-alvo. Este destinatário, socialmente variado, como viu Glück (2014: 46-49) para o alemão LE, tinha também o perfil académico do "leitor estrangeiro" que Rafael Bluteau, no prólogo do seu *Vocabulario Portuguez, e Latino* (1712), interpela a aprender o português, a entendê-lo e a lê-lo com gosto (Bluteau 1712: [37]). Acresce, nesta vertente do português como língua estrangeira (doravante, PLE), desenvolvida em força a partir do século XVIII, a preocupação com conteúdos comunicativos, que, embora contemplados nas gramáticas, foram cobertos por outros instrumentos metalinguísticos, designados guias/manuais de conversação. O francês Sébastien-Geneviève Dubois (1750-1821), autor de uma *Grammaire portugaise ou méthode abrégée pour faciliter l'étude de cette langue* (1806), parece aludir a esta dimensão comunicativa ao afirmar, em jeito de tópico de modéstia, que "[c]e n'est point d'ailleurs dans une Grammaire qu'on apprend à bien parler et à bien écrire une Langue vivante; on y apprend seulement à l'étudier" (1806: xv). Estes guias de conversação serviam a uma formação escolar tal qual prevista pelos "Estatutos do Collegio Real de Nobres" no quadro das ideias iluministas.[12]

As vertentes de língua materna e LE da gramaticografia portuguesa são tratadas a seguir nos pontos 3-5.

3 Gramaticografia do português: aspetos da tradição greco-latina

A gramaticografia da língua portuguesa dispõe dos dois *corpora* mencionados para o tratamento historiográfico da sua tradição em Portugal e no Brasil, e para o estudo de obras gramaticais de autores, doutrinas, metalinguagens e contextualização na história do pensamento linguístico. O *Corpus de textes linguistiques fondamentaux* privilegiou a tradição greco-latina em que se fundaram as gramáticas das línguas modernas europeias através de uma operação de transferência daquele modelo concetual, conhecida por "grammaire latine étendue" (Auroux 1994: 82-85) e característica da época renascentista, em consequência da

[12] Veja-se o seguinte passo dos *Estatutos do Collegio Real de Nobres da Corte, e Cidade de Lisboa* (Título VI, § 10, p. 12): "[a]s conversaçoens familiares, seraõ sempre, ou na Lingua Portugueza, ou na Franceza, Italiana, ou Ingleza, como os Collegiaes acharem que he mais conforme aos differentes genios e applicaçoens, que cada hum delles fizer a estas Linguas vivas".

conciliação de um conjunto de circunstâncias favoráveis (Colombat, Fournier & Puech 2010: 143-146).[13]

A língua portuguesa insere-se neste movimento geral de gramatização, tendo tomado do latim "(...) as letras do alfabeto, e depois toda a elaboração metalinguística, as abstracções, as categorias, a concepção e o reconhecimento das unidades e do funcionamento da língua" (Verdelho 2001: 76). Dito isto, qualquer trabalho sobre a tradição gramatical portuguesa não tem senão de aquilatar das dinâmicas de (des)continuidades da reflexão metalinguística no contexto do Humanismo europeu, onde teve origem. Em cada sincronia da história, o equilíbrio entre o fluxo e o refluxo de tradição/inovação reconhece-se na continuidade das lições de gramáticos precedentes, que abrem caminho para a circulação de novidades linguísticas, não necessariamente como ruturas (Franco & Silvestre 2012: 16), até porque a gramática é a disciplina científica cujo vocabulário teórico é mais estável e antigo (Auroux 1994: 173). Ora, uma vez consagrado o português como língua gramatical, uma dessas novidades, sobretudo ao nível da enunciação teórica, foi a prioridade da língua materna em termos de ensino e de metalíngua da descrição gramatical, com repercussões no rumo da tradição gramatical. Depois de Antonio de Nebrija, Fernão de Oliveira e João de Barros terem mostrado a possibilidade de os vernáculos peninsulares serem usados para os mais diversos fins (comunicação, comércio, administração, ciência, diplomacia), a sua gramatização foi abrindo tópicos de discussão e novos centros de interesse, um deles o do confronto interlinguístico com idiomas não europeus, feito a partir da herança metalinguística latino-vernácula.

José Leite de Vasconcelos, fundador e diretor do Museu Etnográfico Português (1893), atual Museu Nacional de Arqueologia, anotou, a propósito de uma *Cartilha* (1554) em tamul e português do espólio daquele Museu, tratar-se de 'livro raríssimo' (*Cartilha*, 1970 [1554]: 12), porventura por constituir a primeira manifestação editorial de uma linguística missionária produzida em português e/ou de autoria portuguesa. Faça-se um breve parêntesis neste capítulo de gramáticas *em* e *sobre* o português para aludir às chamadas gramáticas missionárias portuguesas (Zwartjes 2011), no quadro de uma linguística missionária de interesse descritivo e historiográfico (Ridruejo 2007, Zimmermann 2004).[14] A referida *Cartilha*

---

[13] Em forma de tópico: a renovação dos estudos latinos, a invenção da imprensa, a expansão marítima europeia, a formação dos Estados-nações.

[14] Há extensíssima bibliografia sobre o assunto desde os anos (19)90, estudados aspetos como as circunstâncias de ocorrência da linguística missionária, autores e

(1970 [1554]) insere-se num movimento mais geral das "cartilhas" (ou "cartinhas"), anteriores à leva dos primeiros compêndios gramaticais do português, destinados ao ensino escolar e à doutrina cristã (Branco 1988). Ora, neste movimento linguístico transeuropeu a "escolarização do latim na tradição europeia tornou-se uma exercitação da racionalidade para a compreensão das línguas" (Verdelho 2008: 13). Percebe-se, por isso, que a produção linguística missionária encetada no reinado de D. João III para línguas da Índia e, algumas décadas depois, estendida ao território linguístico do Brasil, possuísse a característica comum da análise comparativa com o latim, por diferentes que fossem os tipos de línguas gramatizadas.

A valorização e o reconhecimento dos vernáculos europeus como línguas nacionais passam necessariamente pela sistematização e simplificação/didatização gramaticais, tal como conseguido nos séculos XVIII-XIX através do "Systéme figuré des parties de la grammaire" (Beauzée & Marmontel 1784: 196) e do "Tableau méthodique pour la grammaire" (Beauzée & Marmontel 1786: 732-740) ou, na gramaticografia portuguesa, dos 'sumários analíticos' de Figueiredo (1811: 116-119) (cf. Duarte 2012). A gramática de João de Barros (1971 [1540]) foi uma primeira grande experiência, mas só passados mais de dois séculos as reformas pombalinas para a instrução pública consignaram novos métodos de ensino do latim e grego (Alvará Régio, 28-6-1759), e institucionalizam o português como saber escolar (Alvará Régio, 30-9-1770), ficando assim oficializado o seu ensino gramatical. Esta realidade histórica consubstanciou-se através da gramática de António José dos Reis Lobato (Assunção 2000), que respondeu aos ditames do ensino da língua materna, focando também a sua utilidade para o desempenho em línguas estrangeiras.[15] Sendo 'manual único' por diretório régio, a *Arte da grammatica da lingua portugueza* (1770) de Reis Lobato não podia senão conformar-se à arquitetura sintética da morfossintaxe casual latina, que era modelar do ensino e da aprendizagem, e

obras, estrutura das gramáticas, modelos teóricos e tradições gramaticais. Em relação a Portugal e ao Brasil, e de caráter mais geral destacam-se apenas os trabalhos pioneiros de Dalgado (1919-1921), Lopes (1969 [1936]), Mattoso Câmara (1965), Buescu (1983), Rodrigues (1986), Verdelho (1995).

15 Segundo Lobato (2000 [1770]: [viii]-[ix]), a competência na língua materna permite o 'desembaraço' "para aprender com muita facilidade qualquer outra (...); todo aquelle que della tiver perfeita sciencia quando passar para o estudo de qualquer lingua estranha, assim como a Latina, levará hum grande adiantamento, por saber já o que he Nome, o que he Verbo, e a natureza, e propriedade de todas as partes do discurso, e modo, com que se unem estas na oração".

que, aliás, também Port-Royal instituíra em nome de eficácia pedagógica.[16] Mas na longa duração da gramaticografia, a obra de Lobato marcou um momento de viragem da gramática em formato latino – caracterizada pela morfossintaxe de casos e declinações, classificação dos acidentes gramaticais, sintaxe simples e figurada, sintaxe dividida em concordância e regência – para uma gramática elaborada aos moldes do que se fazia na Europa iluminada, tendencialmente para o fim do século e já depois da importante publicação de *Encyclopédie Méthodique. Grammaire & Littérature* (Beauzée & Marmontel 1782/1784/1786).[17] Se se apresenta o gramático pombalino como ponto de viragem, é considerando que, apesar de ser digno de nota o conhecimento que evidencia dos franceses Claude Lancelot (c. 1616-1695), Claude Buffier (1661-1717) e Pierre Restaut (1696-1764) na *introdução* da sua gramática (Lobato 2000 [1770]: [vii], [xxviii]), não se deteta a presença destes importantes autores da geração portroyalina (e seguinte) na descrição gramatical seguinte, com eventual exceção do primeiro, que compôs *Méthodes* de línguas clássicas (latim e grego) e de línguas modernas estrangeiras (italiano e espanhol).

É certo que só *cum grano salis* se pode falar de uma viragem entre um 'antes' e um 'depois' de Lobato, porque os dois momentos cruzam aspetos de tradição e inovação gramaticais. A conceção do novo método de ensino gramatical defendido por Luís António Verney e arautos da instrução pombalina tinha antecedentes na gramaticografia latino-portuguesa do século XVII. Propostas de reforma da gramática portuguesa e latina já se encontram no seiscentista Amaro de Roboredo, que, ao preconizar um ensino baseado em "métodos", parece ser da mesma escola do francês Pierre de la Ramée. Podem sintetizar-se alguns pontos essenciais de tal reforma e do preconizado novo método: a aprendizagem gramatical da língua materna em precedência

---

16 Veja-se a seguinte passagem de Arnault & Lancelot (1993 [1660]: 58): "Il est vrai que, de toutes les langues, il n'y a peut-être que la grecque et la latine qui aient proprement des cas dans les noms. Néanmoins, (...) il est presque nécessaire, pour apprendre quelque langue que ce soit, de savoir ce qu'on entend par ces cas".

17 Destacam-se artigos como "PROPOSITION (...) entendue grammaticalement", "SUJET (...) [e]n grammaire", "ATTRIBUT", "COMPLÉMENT (grammatical)", "classe des conjonctions" (em vez da divisão em partes do discurso), "cas" e "décliner" ligados a "[l]es anciens grammairiens". Note-se que, quer a *Encyclopédie, ou Dictionnaire raisonné des sciences, des arts et des métiers* (Diderot & Alembert 1751-1766), quer a *Grammaire générale* (1974 [1767]), de Nicolas Beauzée já haviam sido publicadas, razão por que são frequentes as remissões para Du Marsais na apresentação daqueles artigos.

ou paralelamente à da latina; o uso do português como metalíngua da descrição gramatical do latim; a mudança de finalidade da disciplina gramatical (do português e do latim), que adquire uma natureza utilitária, no sentido de uso; a conceção de regras particulares de cada língua, a par de princípios (universais) ou explicações lógicas válidas para todas as línguas. Ora, estas são precisamente as coordenadas gramaticais de Amaro de Roboredo, quer na *Verdadeira grammatica latina* (1615), quer no *Methodo grammatical para todas as linguas* (1619),[18] que cruza influências da gramática especulativa dos modistas e da gramática renascentista do espanhol Francisco Sánchez de las Brozas. Interessa recordar que a fraca reflexão seiscentista sobre o português foi potenciada pela hegemonia da cultura alvarística, tanto que as regras da língua portuguesa ainda foram apresentadas como espelho que refletia o modelo latino por Jerónimo Contador de Argote, já no século XVIII (Moura 2012).

No quadro da tradição portuguesa que Leite de Vasconcelos (1929: 865) situou entre os séculos XVI e princípios de XVIII, podem fazer-se algumas considerações sobre a dimensão externa da receção das gramáticas ao tempo. Analisando indicadores de horizontes de expetativas que envolveram as primeiras codificações gramaticais da língua portuguesa, deteta-se a tendência dos leitores para secundarizar a obra de Fernão de Oliveira em reflexões metalinguísticas e vários registos de autoridades, quando não para a ignorar. Pelo contrário, a legitimação que os leitores fazem da autoridade de João de Barros gramático e historiador abrange inclusive a receção literária. Nas suas *Reflexões sobre a lingua portugueza* (1842), Francisco José Freire distinguiu um "catalogo dos textos da lingua, ou da primeira, ou da segunda classe", aí incluindo, respetivamente, João de Barros e Fernão de Oliveira (Freire 1842: 7, 15-16). Francisco Rodrigues Lobo (1580-1622) e Manuel Severim de Faria (1583-1665) só fazem memória, mais desenvolvida ou breve, de João de Barros em obras de referência do século XVII.[19] Um dos

---

[18] Há vários trabalhos sobre o autor e as suas obras. Mencionam-se apenas edições facsimiladas, cujos estudos introdutórios apresentam abundante bibliografia: Assunção & Fernandes (2007); Torres, Fernandes, Ponce de León & Assunção (2007); Kossárik (2002, cf. Roboredo 2007 [1619]).

[19] Vejam-se, na *Corte na aldeia* (1991 [1619]), o diálogo IX "Da prática e disposição das palavras" (Lobo 1991: 187) e, nos *Discursos vários políticos* (1999 [1624]), a biografia bastante completa de João de Barros, tido por "o primeiro Autor que reduziu nossa língua a Arte", além da apologia "Das partes que há-de haver na linguagem para ser perfeita, e como a Portuguesa as tem todas e algũas com eminência de outras línguas" (Faria 1999 [1624]: 40, 69).

escritores portugueses mais conhecidos da literatura barroca peninsular, D. Francisco Manuel de Melo (1608-1666), desferiu ao tempo uma dura invetiva contra gramáticos puristas, num passo da sua obra *A visita das fontes* (1721), datada de 1657 (ano de redação do apólogo).[20] Mas à parte estes *gramatici*, espicaçados também noutros tempos, a crítica literária de Francisco Manuel de Melo traz consigo um elenco de nomes e obras da tradição metalinguística clássica e humanística em que se fundou a gramatização do português e de outras línguas europeias (algumas mesmo extraeuropeias). O escritor nomeia "Calepinos e Varrões", o "tão subido" Manuel Álvares, que modernizou "as antigas [gramáticas] de Espautério" e foi traduzido "pelo famoso Horário Torsellino", e "João de Barros (...), Cardoso, Barbosa, Amaro de Reboredo, João Nunes Freire e (...) o autor das *Prosódias*, com justa razão celebrado" (Melo 1962 [1721]: 315, 323-325), elenco de onde está ausente o autor da primeira codificação da língua portuguesa.[21]

A galeria de nomes representa sobretudo um percurso da gramaticografia latino-portuguesa. É um percurso que vai de uma das maiores e mais originais obras do latim clássico – *De língua latina* (séc. I. a.C.), de Varrão – até às gramáticas portuguesas de Barros (1971 [1540]) e Amaro de Roboredo (2007 [1619]), passando pelo latim humanístico, pela lexicografia latino-portuguesa (Verdelho 1995) e pela hegemonia da cultura alvarística de Seiscentos (Ponce de León Romeo 2001), de que são exemplo as obras de João Nunes Freire então usadas no ensino do latim e depois abrangidas pela proscrição pombalina de 1759. Varrão, Quintiliano (séc. I), Donato (séc. IV), Prisciano (séc. VI), autores de obras mais teóricas e outras mais escolares (cf. *Corpus de textes linguistiques fondamentaux*), faziam parte do cânone da Antiguidade latina e constituíram as bases da gramatização do latim (Vieira 2018: 68) que Manuel Álvares levou para a teorização gramatical renascentista dos vernáculos. A título de ilustração, o

---

[20] O escritor barroco chama-lhes "cães das boas-letras" ocupados com "o tamanho de hũa letra" (valores prosódicos), com "se se há-de dizer antes *xapéo*, se *chapéo*, se *tostaens* ou *tostoens*, se *até que* ou se *intés que*", com etimologias ingénuas "[s]obre se um *tu* ou um *eu* (...) vem de Grécia ou de Palestina", com, finalmente, regras rígidas que impedem "um falar desabotoado" (Melo 1962 [1721]: 315-317).

[21] O elenco de autores é o seguinte: Ambrósio Calepino (c.1440-1510), o flamengo João Despautério (c. 1460-1520), Manuel Álvares (1526-1583), o italiano Horacio Torsellino (1544-1562), Jerónimo Cardoso (c. 1508- 1569); Agostinho Barbosa (1590-1649); Bento Pereira (1605-1681); João de Barros (c. 1496-1570), Amaro de Roboredo (c. 1580- c. 1653) e João Nunes Freire (século XVII).

gramático madeirense invoca Donato e Prisciano para corroborar o género masculino do latim *homo*, categoria marcada pelo significado "ser humano", já que "*homo* significa macho e fêmea" (Álvares 2020 [1572]: 9); recorre a Varrão, confirmado por Prisciano, a propósito da instabilidade das desinências do genitivo do plural *-um*/*i-um* na 3.ª declinação latina (Álvares 2020 [1572]: 229). São estes autores, incluindo gramáticos gregos, que Fernão de Oliveira e João de Barros seguem, mas como a língua portuguesa, ao contrário da latina, não tem declinação casual (Oliveira 2000 [1536]: cap. XLVI), nem marca o género através da significação, senão por "acidente" (Barros 1971 [1540]: 308), entre muitas outras diferenças, a conformidade ao paradigma clássico tem de ser vista na ótica de modelos de procedimento para configurar novas realidades linguísticas, que desencadearam a evolução do pensamento gramatical.

Para se aludir a algumas marcas significativas desta evolução, volte-se à ideia *supra* de uma gramaticografia pós-Lobato. Porventura com a única exceção do *Methodo grammatical resumido da lingua portugueza* (1792) de João Joaquim Casimiro, as gramáticas portugueses do último trinténio do século afastaram-se da subsidiarização do vernáculo ao modelo latino, estando a obra de Bernardo de Lima e Melo Bacelar (1996 [1783]), que abre o ciclo das gramáticas filosóficas portuguesas (impressas)[22] e os *Rudimentos* (1799) de Pedro José da Fonseca na linha da frente das inovações, conduzidas por teóricos franceses como César Chesneau Du Marsais (1676-1756) e Étienne Bonnot Condillac (1714-1780), dois referentes da gramaticografia portuguesa na transição do século XVIII para o século XIX, sobretudo em matéria sintática (Calero Vaquera 2008). Uma das marcas mais sensíveis do quadro teórico das chamadas gramáticas gerais / racionalistas / filosóficas, por influência de várias correntes diferenciadoras (Port-Royal, enciclopedismo, sensismo, empirismo), é a presença de conceitos como os de "proposição", "sujeito", "atributo", "sentenças incidentes, explicativas, determinativas". Segundo o gramático António de Moraes Silva, estas "modificão uma palavra da sentença principal, explicando-a mais: *v. g.* 'a virtude, *que sempre é respeitável*, nem sempre é amada": ou limitando, e determinando-a a um, ou mais indivíduos: *v.g.* '*a casa que hontem vimos*, é minha'" (Silva 1806: 83-84).

---

[22] Ciclo formado por três gramáticas filosóficas: além da de Melo Bacelar, são paradigmáticas a de João Crisóstomo do Couto e Melo (1818) e a bem conhecida de Jerónimo Soares Barbosa (2005 [1822]) (Ranauro 2015; Coelho 2013). Sobre "'gramáticas filosóficas' manuscritas", veja-se Miranda Menéndez (2002).

Considerar a proposição como expressão de um juízo entre sujeito, atributo e verbo, já distante do tratamento da palavra como unidade sintática básica (Gómez Asencio 1981: 42), é uma manifestação da lógica de Port-Royal. Recorde-se que na proposição "la terre est ronde" da *Grammaire générale et raisonnée* (1660), a ligação por meio da cópula ou do verbo substantivo *ser* indica "l'action de notre esprit, et la manière dont nous pensons" (Arnauld & Lancelot 1993 [1660]: 47). A análise lógica mantém-se na gramática portuguesa de Oitocentos (e não só na expressamente denominada filosófica), mas agora reorganizada numa distinção mais ou menos diferenciada entre lógica e gramática (Haßler, 2012). Em 1864, Caldas Aulete (1864: 94-95) distinguiu uma "analyse logica" de uma "analyse syntaxica", a primeira baseada na identificação dos juízos presentes numa frase e a segunda na identificação de orações principais e secundárias; e mais tarde Domingos José de Azevedo (1880: 147) retomou, no mesmo contexto da sintaxe, a análise lógica (ou análise do esquema ternário de sujeito, atributo e verbo) e a análise gramatical (ou a análise das "partes" que compõem a oração). O período em apreço, a segunda metade do século XIX, com evidentes extensões para o século seguinte, é já o da filologia científica (Prista 2001), que, sob a égide de *A lingua portugueza* (1968) de Francisco Adolfo Coelho, viu surgir uma torrente de modernas gramáticas práticas, elementares, escolares, num contexto de reformas do ensino secundário e criação do Curso Superior de Letras em Lisboa (aberto em 1861). Em ambos os casos e níveis de ensino, participaram alguns dos autores da gramática científica – casos de Epifânio da Silva Dias (1841-1916), Teófilo Braga (1843-1924) e Adolfo Coelho (1847-1919) –, que foram teóricos de uma gramática escolar, então diferenciada de gramáticas geral, particular, filosófica. Tanto em Portugal (Santos 2010) como no Brasil (Fávero & Molina 2006) e noutros países (Chervel 2000), esta produção gramatical moderna das últimas décadas do século surge sob o influxo quer de reformas educativas responsáveis por uma gramática de uso escolar, quer da moderna filologia histórico-comparativa e de correntes científicas como o positivismo francês (Gonçalves 2011), que ganhou força pela Europa e Brasil na segunda metade do século. Como afirma Chervel (2000: 8) em repertório cronológico da gramática francesa oitocentista, "[c]e qui caractérise fondamentalement le XIX^{e} siècle, c'est que la théorie grammaticale que se développe à l'école devient la théorie dominante". Em Portugal, esta viragem da história em contraciclo com o passado recente da gramática racionalista, correu por conta de vários autores da época, merecendo destaque as gramáticas elementares dos acima referidos professores de liceu e do quadro universitário, Epifânio

da Silva Dias (1881 [1870]), Teófilo Braga (1876) e Adolfo Coelho (1891). A despeito de estas gramáticas serem apresentadas como "elementares", a modernidade sintática passa pela operacionalização dos conceitos de oração e de combinação de orações no discurso. Deixam-se apenas breves apontamentos: para Dias (1881 [1870]): 81), a "syntaxe ensina a combinar as palavras que hão-de exprimir as ideias que têm de entrar em uma oração, e a combinar as orações entre si para formarem o discurso"; Braga (1876: 139), sem referir especificamente o assunto, distingue formas de ligação das proposições; Coelho (1891: 4, 10, 125) opera com o conceito de discurso ao nível do paradigma *eu-tu* e *ele* da enunciação, e em matérias de combinação de proposições.

4 Gramáticas de português como língua estrangeira

A gramaticografia do português como língua estrangeira é de herança latino-vernácula, o que pressupõe nela coexistirem e se cruzarem a língua-fonte latina e a gramática do vernáculo português ou dos vernáculos europeus, em geral, fundo do qual herdou um fazer gramatical específico, ligado às realidades linguísticas particulares. Assim, latim, português e vernáculos em contraste, na sua cronologia mais ou menos próxima, são realidades linguísticas que caracterizam a historicidade discursiva da gramática de PLE, ao nível do pensamento teórico dos seus autores e da sua prática gramatical. O campo de análise é agora retrospetivo (Lépinette 2012), procurando-se identificar elementos de *auctoritas* nas gramáticas de PLE ou a forma como os autores se basearam na autoridade da tradição latina e vernacular, através de referência explícitas (cf. Apêndice) ou apenas alusivas, para o ensino de uma norma, sem excluir a autoridade que recaía sobre o próprio autor.

O tópico renascentista da filiação, proximidade e semelhança com o latim é retomado por Dubois (1806: viii)[23], sendo que, com a retoma do tema glosado desde os séculos XVI- XVII, são também citados vários dos seus cultores renascentistas e barrocos, nomes ligados à gramática e apologética quinhentistas, como João de Barros e Duarte Nunes de Leão, e à reflexão histórico-literária na sua dimensão ibérica, como os seiscentistas Manuel Severim de Faria e António de Sousa de Macedo. Como se sabe, no quadro da literatura apologética o grau de pureza e excelência da língua românica era medido pela sua conformidade ao paradigma latino, donde a formação latinista do público-alvo constituísse uma vantagem acrescida para a

[23] Sobre esta obra e o seu autor, vd. Kemmler (2016).

escolarização na LE. Isso é posto em relevo por vários gramáticos de PLE, nomeadamente António Vieira Transtagano (1712-1797), professor de latim em Inglaterra e no Trinity College Dublin[24]:

> Those who understand Latin will quickly perceive the difference [entre o artigo e o pronome *o(s)*, *a(s)*], if they take notice that every time they render *o*, *a*, by *illum*, *illam*, *illud*; or by *eum*, *eam*, *id*; and *os*, *as*, by *illos*, *illas*, *illa*; or by *eos*, *eas*, *ea*; they are relative pronouns (Vieira Transtagano 1768: 126).

Trata-se, portanto, de um destinatário especializado (Gómez Asencio 2006: 122), com o perfil académico daquele leitor estrangeiro de Bluteau que reunia o conhecimento da língua vernácula ao interesse pela gramática latina. Mesmo no quadro de uma gramática escolar, o latim e a sua gramática mediavam o ensino/aprendizagem da LE sobretudo do espaço românico,[25] como se evidencia nas *Taboas* de declinações e conjugações em português, espanhol, italiano e francês de Vicente Gomes de Moura (1821). O *topos* apologético sempre foi fértil para a discussão metaortográfica em torno do critério da pronúncia na regulamentação gráfica, que se encontra enunciado nas gramáticas e ortografias quinhentistas e de que foi porta-voz Francisco Rodrigues Lobo através do dito "escreve-se da maneira que se lê, e assim se fala". Quase dois séculos depois, este mesmo conhecido asserto aparece na folha de rosto da *Nouvelle Grammaire Portugaise* (Paris, 1810) de Alexandre Marie Sané (1773-1818) – "Escreve-se a Lingua Portugueza de maneira que se lê, e assim se falla" –, a título de mote para o estudo de uma escrita conforme à pronúncia ou, como parece ser o caso, de simples curiosidade literária, artifício estilístico por parte de um autor que era mais conhecido no campo da literatura portuguesa do que no da gramática.

Regras de escrita têm grande valência normativa em quase todas as gramáticas de PLE, mesmo básicas e elementares, muito embora a

---

24 A mais completa investigação biográfica sobre o Autor que se conhece é a de Silva (2012).

25 Quanto à gramaticografia de PLE, poderão ver-se observações do italiano Bachi (1831: vi), como: "He who has acquired a knowledge of the Latin language, and from this has proceeded to the study of the Italian and Spanish, will find the attainment of the Portuguese an easy task". Também o francês La Mollière (1662: 5) alude ao mesmo quando afirma que quem "tenha conhesimento da lengoa Latina, ou Franceza, em couza de seis mezes podera falar lindamente [o português]". Embora sem grande consistência gramatical, a obra *A Portuguez grammar* (1662) de La Mollière é importante no quadro cronológico das origens da gramaticografia de PLE. Sobre a obra e autor, vejam-se Rodrigues (1951), Ponce de León (2012) e Kemmler (2013).

instabilidade ortográfica do português fosse um escolho no ensino da língua, como apontado por Vieira Transtagano (1768: 194): "Both the Portuguese orthographers and best authors vary so much in their rules and ways of writing, that it is a hard matter, and quite out of any grammarian's way, to clear up this part of the Portuguese grammar".[26] Frente ao processo de padronização por que passava o português ainda na segunda metade do século XVIII, o saber latino constituído e a estabilidade do seu sistema ortográfico constituíam o porto mais seguro para a maioria dos gramáticos de PLE, muitos deles estrangeiros. Na verdade, em contraponto à conceção de uma ortografia fonética, Sané (1810: xiv) confessa que "nous avons adopté l'ortographe [sic] la plus généralement répandue, celle qui est usitée dans la langue latine", afirmação inequívoca de uma visão latinizante da ortografia portuguesa, partilhada por outros, nomeadamente Pierre Babad (1763-1846)[27]. Mas esta proposta de Sané ou de Babad quanto a uma escrita etimológica não corresponde ao desenvolvimento de um pensamento original, senão a uma *auctoritas* latina que vinha através da fonte chamada *A New Portuguese Grammar in four parts* (1768) de António Vieira Transtagano, sucessivamente reeditada até ao final do século XIX e modelo da posterior codificação gramatical do género. Em Vieira, a gramática latina é expressamente invocada e usada, através da transferência de conceitos e métodos, nos paradigmas das classes do nome, do pronome, do particípio, das tradicionais preposições separáveis e inseparáveis (Gómez Asencio 1981: 253), na sintaxe do artigo, adjetivo, verbo, na sintaxe de concordância e de regime, e finalmente em matéria de escrita etimológica do português, sob a tutela de Rafael Bluteau e Madureira Feijó. O autor refere esta adaptação gramatical da herança greco-latina em diversos momentos. Por exemplo, ao nível linguístico e de formulação teórica:

(i) Há contrastes no desaparecimento da declinação nominal, que persiste

---

[26] Há outros testemunhos sobre as indefinições ortográficas do português. Por exemplo, já a meio do século XIX: "Non havvi cosa più incerta nella grammatica portoghese dell'ortografia, non essendo ancora fissata da qualche dizionario autorizzato da una academia nazionale" (Giuseppe 1846: 31).

[27] O autor já foi considerado pioneiro do ensino de PLE nos Estados Unidos, com a obra *A Portuguese and English Grammar, compiled from those of Lobato, Durham, Sane and Vieyra, and simplified for the use of students* (1820): "In spite of his constant borrowing from Antonio Vieira Transtagano, Father Babad's grammar is still the pioneer effort in the teaching of Portuguese in the United States" (Smith 1945: 346).

apenas na formalização didática; ou na formação perifrástica do comparativo por confronto com o latim e o inglês (Vieira Transtagano 1768: 11, 135), o que parece vir da gramática de Barros (1971 [1540]: 305), "Do nome comparativo".[28]

(ii) Permanecem sob a dependência dos gramáticos latinos: o sistema neutro dos pronomes demonstrativos em português; as construções participais do tipo "*Feito isto*; having done this" (em relação ao ablativo absoluto latino); as regências verbais de acusativo e dativo; ou, ainda, alguns valores de elementos de uma subclasse de "inseparable prepositions", que atravessou grande parte da tradição gramatical vernacular, desde Dionísio de Trácia e Prisciano (Vieira Transtagano 1768: 37, 114, 143, 155).

(iii) No quadro da prescrição do uso escrito da língua portuguesa, há uma posição de convergência quanto a: manutenção de grupos grafemáticos como <pt>, <ct> e <gn> latinos; duplicação de consoantes em casos que se fundam diretamente no latim (como *accelerar*, *accento*, *affligir*, *affluencia*); presença de *y* em palavras de etimologia grega (como *syllaba*, *Chrysopeia*, *pyramide*, *polygono*), de acordo com Bluteau (Vieira Transtagano 1768: 195, 196, 220).

Curiosa é a menção de Vieira Transtagano (1768: 195) à variedade dialetal, sem considerações de natureza social que por vezes eram associadas à diferenciação de registos: a confusão entre as pronúncias de *b* e *v* "in the province of *Entre Douro e Minho*", fenómeno que estende ao espanhol, trazendo à colação o ortógrafo Antonio de Nebrija.

Passe-se então ao elenco de fontes gramaticais vernaculares, portuguesas e de outras tradições europeias, que desencadeavam o confronto linguístico. O procedimento de comparar línguas modernas que ao tempo seguiu Gomes de Moura em *Taboas* (1821), era auxiliar da elaboração gramatical, permitindo observações sobre dois ou mais sistemas linguísticos, o da língua alvo e o(s) da(s) língua(s) materna(s) do público visado. É o que leva o gramático francês Dubois (1806: xiii) a afirmar: "(...) je me suis principalement attaché à faire observer les différences de régime et de construction qui distinguent la Phrase Portugaise de la Phrase Française", afirmação aplicada quer ao uso do texto literário para exercícios de tradução, quer à prática gramatical, igualmente

---

[28] Na IV e última parte de *A New Portuguese Grammar in four parts* (Vieira 1768: 336-376) são coligidos excertos de textos de fontes literárias e históricas, entre as quais João de Barros, que seria também conhecido na dimensão de gramático.

seguida por outros.[29] Não é por acaso que vários autores de gramáticas de PLE ainda invocam o conceito de "génio da língua" no século XIX (Sané 1810: xii; Hamonière 1820: 235; Souza 1871: xxvii; Meldola 1875: 9), já fora do tempo da valorização do vernáculo implementada desde a academia francesa (1635), mas porque, no campo gramatical de LE, o conceito permitia justificar regras particulares, dados empíricos da língua, tanto no uso comum quanto na língua cultivada ou literária.

As tradições metalinguísticas vernaculares funcionaram como modelo de regulamentação na gramaticografia de PLE, inerentes à sua trajetória sobretudo a partir do século XVIII, quando ganhou expressão. São, por isso, cerca de dois séculos de débito para com fontes da tradição gramatical vernacular, expressos em nomes (cf. Apêndice) e/ou em denominações genéricas[30] sempre associados a argumentos de autoridade, mas usados, do ponto de vista operatório, tanto para copiar procedimentos gramaticais, quanto para os mudar por razões de eficácia didática. Deste modo, expressões como "les meilleurs guides" (Dubois, 1806: 13), "plusieurs Grammairiens" (Dubois 1806: 48), "l'usanza generale dei grammatici moderni" (Giuseppe 1846: 35), "l'autorité (...) des meilleurs grammairiens" (Souza 1871: xxii) ou, já com nomeação de autores, "Reverendissimos Padres Feijo & Jeronimo" (Meldola 1875: 10) são significativas de convergências teóricas que, por vezes, se traduzem na cópia dos textos (Schäfer-Prieß 2012). Por outro lado, contrapõem-se vozes dissonantes, correspondentes a opções teóricas ou metodológicas que parecem visar a validação do descompasso com a tradição vernacular: "[l]es grammmairiens modernes prétendent que cette lettre est superflue" (Dubois 1806: 1), "[t]he Spanish and Portuguese grammarians have usually classed the auxiliary verbs (…), although I think it is to be doubted" (Woodhouse 1815: 41) ou "the necessity of deviating from some ideas of this respectable grammarian [Vieira]" (Babad 1820: vi). Nestes casos, a autoridade linguística recaía sobre o próprio autor da gramática de PLE, uma autoridade feita de

[29] A título de exemplo, cita-se uma gramática já do fim do século: "Les verbes *ter* et *haver* se traduisent, en français, par avoir (...)"; "Les temps personnels de l'infinitif doivent être rendus par certains temps du subjonctif français"; "*On* se traduit en portugais par *se*, *a*, *gente*, *ninguem*, etc., ou par le verbe à la troisième personne du *pluriel*. Parfois il exige la voix passive du verbe exprimé" (Béthencourt 1898: 9, 27).

[30] Estratégia discursiva, usada por todos os autores, de recuperar e atualizar a tradição textual do género. Na primeira gramática de codificação da língua portuguesa, Fernão de Oliveira menciona: "[a]costumam os gramáticos", "dizem os gramáticos", "alghuns gramáticos" (Oliveira 2000 [1536]: capítulos IX, XIX, XLIII).

experiência no estudo da língua.[31] É neste âmbito que a tradição gramatical de PLE evidencia, para lá das componentes já mencionadas, uma dimensão de recursividade como elemento que vai alimentando o *continuum* da produção gramatical do género, construída a partir de si mesma. A gramaticografia de PLE recorre, então, à própria tradição do género como referencial teórico e metodológico. Determinadas gramáticas tendem a ser retomadas e renovadas na base de relações intertextuais com obras precursoras: a gramática de Vieira (1768) mantém uma intertextualidade explícita de tipo referencial com as várias obras a que deu origem (Sané 1810, Babad 1820, Canto 1824, e ainda a anónima *Maitre Portugais, ou Nouvelle Grammaire Portugaise et Françoise* de 1799); a gramática de Souza (1871) foi simplificada em "abrégé" por Fonseca (1880).

Além disso, a tipicidade dos conteúdos evidencia também a relação intertextual. Com exceção das gramáticas filiadas em modernos métodos de ensino de LE, como Wall (1882), Lencastre (1883) ou Paula Hidalgo (1876), [32] a grande maioria destas gramáticas é, do ponto de vista macroestrutural, constituída por: uma secção gramatical que segue a estrutura canónica greco-latina da organização em conteúdos grafofonéticos (alfabeto, pronunciação e signos ortográficos como a acentuação), morfológicos (as tradicionais classes de palavras variáveis e invariáveis) e sintáticos, matéria apresentada de forma mais breve e nem sempre em secção independente do tratamento das classes de palavras; e uma secção de vocabulários, diálogos, cartas e textos diversos, isto é, materiais orientados para aspetos mais funcionais da comunicação, tal como hoje se entende no campo da didática da LE.

---

31 Nomeadamente nos campos da gramaticografia, lexicografia e crítica literária, António Vieira Transtagano, Francisco Solano Constâncio (1777-1846) e José da Fonseca, todos eles ligados à gramática de PLE, são nomes prestigiados na lexicografia bilingue (Verdelho 2011); Louis-Pierre Siret (1745-1797) é nome conhecido na história das línguas estrangeiras em França (Caravolas 2000: 97-98); Alexandre Marie Sané é tido por precursor de uma geração de investigadores franceses dedicados ao estudo da literatura portuguesa (Zilberman 2013).

32 Note-se que o século XIX foi importante em termos de novas pedagogias de ensino/aprendizagem de línguas estrangeiras, abordagens baseadas em métodos naturais ou conversacionais. A Alemanha constituiu um foco de irradiação destas novas tendências, com os nomes de Franz Ahn (1796-1865), Ollendorf (1803-1865) e Gaspey-Otto-Sauer, entre outros reformadores (caso do inglês Theodore Robertson), que foram divulgados por toda a Europa e Estados Unidos. Sobre estes métodos e obras, vd. Kemmler (2022, 2021), Corvo Sánchez (2021).

5 Guias de conversação bilingues e plurilingues

Quando Verdelho & Silvestre (2011) tratam a tradição dicionarística português/línguas modernas, são também aí indicadas diversas obras genericamente intituladas 'Guia/Manual de conversação', 'Coleção de frases e diálogos familiares' ou '*Colloquia et dictionarium'*, que os autores elencam numa "Cronologia de dicionários bilingues", de 1588 a 1900 (2011: 237-244). Este procedimento de incluir, em estudo sobre a lexicografia bilingue, produção editorial europeia não estritamente de natureza lexicográfica nem, por outro lado, exclusivamente gramatical, justifica-se pelo tipo híbrido das obras em apreço, ao combinarem matéria lexical com modelos de conversação variada numa língua concreta e com rudimentos gramaticais.

Referem-se brevemente este e outros traços típicos do modelo dos guias de conversação: "bi- or multilingual text"; "material on pronunciation, orthography, vocabulary, and grammar"; "dialogues or collections of conversational phrases"; "speech-oriented material"; "appropriate language to a variety of audiences, ranging from artisans to elite travellers"; "usually pocket-sized" (Gallagher 2019: 65). Estas características do género refletem-se na macroestrutura das obras, organizada em secções de diálogos, gramática básica, ocasionalmente também modelos epistolares, vocabulário temático e uma lista de locuções elementares (fraseologia, idiotismos, provérbios, expressões ou frases familiares), cujo trânsito escolar foi de grande popularidade desde o século XVI na lexicografia bilingue vernáculo-latim (Verdelho 1995: 249). Com pequenas variações, mais ligadas à extensão das matérias tratadas, é esta a estrutura que serve de base a guias de conversação bilingues/multilingues elaborados por autores e coautores como Moura (1846), Fonseca (1853, 1854), Hamonière (1817, 1825, 1840), Roquete (1843), Monteverde (1842 [1829]), Féraud (1812), Santos (1876), Silva (1891 [1877]).[33] Um autor prestigiado no campo da valorização e democratização da gramática portuguesa, José da Fonseca, atesta no prefácio do seu guia de conversação a importância, quer do vocabulário como meio de exercitar a pronunciação, quer dos diálogos, que, através de uma incipiente metodologia contrastiva, "rendent familières les

[33] Alguns dados biográficos: Caetano Lopes de Moura (1780-1860), José da Fonseca (c. 1788-1866), G. Hamonière (1789-?), Inácio Roquete (1801-1870), Aquiles Monteverde (1803-1881), Francisco Guizerix Féraud (1809?-1821?), José Miguel dos Santos (1838-?).

expressions les plus usuelles des deux pays" (Fonseca 1854: vii).[34]

Na tradição do ensino de línguas modernas estrangeiras, estes manuais ganham popularidade e generalizada circulação sobretudo depois de *Colloquia, et dictionariolum* (1530, Antuérpia), do flamengo Nöel de Berlaimont († 1531), evidenciando-se a linha de continuidade desde o ensino do grego e latim como LE na antiguidade clássica. Está documentada a existência de textos escolares greco-latinos (os *hermeneumata*, século III), do mesmo formato dos manuais conversação, usados para o ensino da língua grega a falantes de latim e o inverso (Massebieau 1878: 50). Para o período das línguas modernas, Sáez Rivera (2005: 792) considera que o ensino do espanhol conheceu o método dialógico com o *Vocabulario para aprender francés, español y flamini* (Amberes, 1520); Gallagher (2019: 275) apresenta um extenso elenco de "conversation manuals" de inglês, entre 1480 e 1715; Chevalier (1968: 134) e De Clercq, Lioce, Swiggers (2000: xx) mencionam na linha da frente da tradição francesa os manuais de conversação *Manières de langage*, compostos entre 1396 e 1415. Já em relação aos guias de conversação 'com a parceria do português' (Verdelho 2011: 65), parece constituírem um género do século XIX com um número tão expressivo de publicações parisienses que terão contribuido para a expansão da indústria do livro português em França, por certo em resposta a interesses do mercado editorial.

O confronto bilingue ou plurilingue começa, em geral, pelo vocabulário, que segue o formato do modelo das nomenclaturas (Alvar Ezquerra 2013) ou repertórios temáticos, uma abordagem onomasiológica mais apropriada ao estudo funcional de LE. Diálogos multilingues (português-francês-inglês) sobre "Entre huma aia, e huma menina", "Para passear n'um jardim", "Indo para a escola", "Para embarcar n'um paquete" (Monteverde 1842: 23, 38, 50-51) descrevem quadros da vida quotidiana, situações e factos da realidade extralinguística dos mundos possíveis que são comuns à maioria das comunidades linguísticas. Por sua vez, nomenclaturas bilingues português-francês como *Da Bebida e Comida*, *Da profissão militar, e suas pertenças*, *Do Parentesco, e das suas pertenças*, *Das Partes da* casa, *Do tempo, das suas divisões* (Hamonière 1817: 15-72) respeitam a categorias ontológicas da vida material e social. Não surpreende, por isso, que uns e outros se repitam

---

[34] Este guia é a tradução francesa, com adaptações, de *O novo guia da conversação, em portuguez e francez* (1853) de José da Fonseca. O português é agora a língua de entrada e o francês passa a língua de chegada.

sucessivamente em guias de conversação diferentes, bilingues ou multilingues (Féraud 1812, Bellenger *et al.* 1846), e para outros pares de línguas, nomeadamente italiano-português (Hamonière 1840) ou "brésilienne"-francês (Hamonière 1825). Diálogos e nomenclaturas do mesmo tipo já figuravam nos textos bilingues grego-latim dos *hermeneumata*,[35] os acima referidos textos anónimos que circularam em todo o império romano durante a terceira centúria (Aquilino Sánchez 2014), sucedidos pelas *nominalia* medievais ou listas temáticas. A gramática latina, os seus métodos de ensino e obras didáticas continuam a servir de modelo à gramatização das línguas vernáculas estrangeiras.

Glossários temáticos como os que se seguem estão incluídos num dos livros dos *Hermeneumata Pseudodositheana*: "De habitatione", "De vestimentis", "De militia", "De cognationes" (Flammini 2004: 41-61). Por exemplo, o glossário "De studiis" (Flammini 2004: 53-55), com léxico alusivo às disciplinas do trívio (gramática, retórica e dialética), encontra certo paralelo na nomenclatura "Elementos da linguagem" de Roquete (1843: 99-101), de mais de uma centena de entradas e subentradas ilustrativas de metalinguagem gramatical com que se opera nos campos ortográfico, morfológico, sintático e estilístico. Citam-se a nomenclatura do "Liber secvndvs" de *Hermeneumata* e excertos da de "Elementos da linguagem" do guia de conversação português-inglês de Roquete:[36]

> De studiis
> orator; grammaticus; declamatio; sententia quae datur; enarratio; lectio; fabula; disputatio; auditorium; auditores; nomen; appellativum; quantitas; species; forma; casus; tempus; simplex; similitudo; numerus; verbum; coniunctio; singulare; anceps; signum; librum; volumen; versum; dictatum; paginae; grecum; latinum; rectum; translatio; causa; iudicium; terminum; dispositivo; locus; memoria; gustum; auditus; praeceptor; magister; discentes/discipuli; condiscipuli; doctrina; eruditio; disciplina; emendatio/correctio; elementa; membra; buxum; titulus; ratio (Flammini 2004: 53-55).

> Elementos da linguagem.
> O accento. A concordancia. Um adjectivo. Um adverbio. Uma affirmação. Um caso. O comparativo. Uma conjuncção. Um idiotismo. Uma interjeição. Uma interrogação. Uma lettra. Um modo. O subjunctivo. O infinito. Um monosyllabo. Uma palavra. Uma negação. Um nome. O numero. Um parenthesis. Um participio. Um periodo. Uma

---

35 Segundo Titone (1968: 6), "[t]hese manuals are comparable to our modern handbooks" e apresentam um vocabulário alfabético e temático, seguido de textos dialogados ou narrativos.

36 O vocabulário e todas as matérias das demais secções são apresentados em colunas paralelas, tantas quantas as línguas consideradas.

> phrase. Um ponto. Um ponto d'exclamação. Dous pontos. Um polysyllabo. A ponctuação. Uma preposição. Um pronome. A quantidade. O regime. Uma regra grammatical. Uma rima. Um substantivo. O sujeito. O superlativo. Uma syllaba. A syntaxe. Um tempo. Um triphthongo. Um verbo. A versificação. Uma virgula. Uma vogal (Roquete 1843: 99-101).

No plano de uma linguística comparada, os equivalentes gramaticais "Accent.", "Concord.", "An adjective.", "An adverb.", "An affirmation.", "A conjunction.", "The comparative (degree).", "A consonant.", etc. da língua de chegada (inglês), evidenciam a metalinguagem comum à gramática das línguas indo-europeias ocidentais, de raiz greco-latina. Categorias gramaticais como as apresentadas – partes do discurso, caso, modo, género – fazem parte de uma nomenclatura que, sem ser universal, se tornou a base da descrição e comparação de várias línguas. O léxico apresentado nas listas do vocabulário, maioritariamente da categoria do nome, permite abordagens metalinguísticas ao nível sintagmático de *artigo* + *nome* ("Uma preposição") ou *artigo* + *nome* + *determinante* ("Uma regra grammatical"). Ora, esta descrição do léxico, assim como das matérias grafo-fonéticas [37] e de morfologia verbal – temas de eleição da secção gramatical dos guias de conversação – é elaborada a partir tanto da gramática latino-portuguesa quanto da gramaticografia de LE da época. Entre os manuais gramaticais de PLE e os guias de conversação as relações são de grande intertextualidade explícita ou implícita, uma vez que nem sempre as fontes e os autores são nomeados. A gramática de Vieira Transtagano (1768) serviu de fonte a F. G. Féraud para os paradigmas de verbos irregulares: "Irregular verbs of the Portuguese language, referring to Vieyra's Portuguese and English grammar" (Féraud 1812: vi). Matérias sobre alfabeto, vocalismo, consonantismo e acento são tratadas nos mesmos moldes por Soares da Silva nos seus *Le Portugais tel qu'on le parle* (1891[1877]) e *Nouvelle méthode pratique de langue portugaise* (1881), ambos lançados pelos livreiros-editores franceses Truchy-Leroy, que, num dos prefácios que assinam, afirmam "le rapprochement et la coïncidence frappante qui existent entre notre langue maternelle [francês] et celles qui comme elles [sic] dérivent de la même source: *du latin*" (Silva 1881: v).

---

[37] O recurso à apresentação da pronúncia figurada é o aspeto mais característico da coleção bilingue de "Conversations figurées. Recueil de Conversations avec la prononciation figurée", guias de conversação em francês e outra língua moderna, editados entre 1843 e 1892, com o título de *L'Anglais* [e, por ordem de publicação, *l'Allemand*, *l'Italien*, *l'Espagnol*, *le Portugais*, *le Russe*] *tel qu'on le parle* (García Aranda 2014).

Considerações finais

Terminado o percurso por alguma da gramaticografia portuguesa, deixam-se umas notas breves de síntese. Situada na longa duração dos séculos XVI-XIX, a gramática portuguesa de tradição greco-latina não pode desligar-se do período de oficialização do ensino do português, que se consubstanciou na obra de Reis Lobato (1770) e deu origem a uma gramática eclética em que a influência francesa foi associada à tradição greco-latina, medieval e renascentista. Esta influência francesa corresponde a dois horizontes de retrospeção próximos, correspondentes a uma linha de continuidade entre Port-Royal e as ideias gramaticais dos enciclopedistas e iluministas do século XVIII, nem sempre fáceis de distinguir nas influências cruzadas.

Quanto à gramaticografia portuguesa do período pré-Lobato, viu-se no ponto 3. a intermediação formante de Amaro de Roboredo no ensino da língua materna e no confronto de línguas modernas, estando o seu *Methodo grammatical para todas as linguas* (1619) inscrito no veio aberto pelas duas gramáticas renascentistas. Tal como nestes dois textos fundadores da normatização do vernáculo, o método expendido por Roboredo tinha também aplicação na gramatização das línguas não europeias, através de um estudo comparativo que apresentava o português e o latim como línguas de confronto.

Já em relação à gramaticografia portuguesa pós-Lobato, além da sua vertente de língua materna, uma visão de conjunto da média duração temporal (entre 1770 e finais do século XIX) deve contemplar a vertente mais didática do português como LE (cf. ponto 4.), que foi encetada na segunda metade do século XVII, mas só irrompeu no panorama gramatical português a partir dos últimos trinta anos do século XVIII, depois das obras de referência de Castro (1731) e Vieira Transtagano (1768) no campo do ensino do português em Inglaterra (McLelland 2017: 19-20). Neste ensino gramatical de PLE, que acompanhou a produção editorial europeia de manuais de línguas não maternas e respetivos métodos de ensino, a própria produção gramatical em língua materna funcionou como modelo de regulamentação, através do qual foram difundidos aspetos da individualidade linguística do vernáculo, concomitantemente à herança da gramática latina. Assim, no quadro de uma gramática pedagógica de PLE, Nebrija, João de Barros, Contador de Argote, Reis Lobato, Pedro José de Figueiredo, cujas obras estão diretamente ligadas à tradição gramatical clássica, são alguns dos gramáticos mais valorizados como modelos linguísticos (cf. Apêndice), enquanto as menos citadas gramáticas de Soares Barbosa ou Solano Constâncio possuem um caráter inovador e características doutrinais não tão

adequadas a um nível elementar de ensino da língua. No campo dos instrumentos de ensino da língua dirigidos a públicos-alvo estrangeiros, os guias de conversação constituem outro (sub)género da gramaticografia portuguesa do século XIX tipicamente bilingue ou poliglota, com fortes ligações à tradição gramatical latino-medieval ao nível da forma, conteúdo e função (cf. ponto 5.). Quer estes guias, quer as gramáticas de LE situam-se no campo estabilizado por Nicola McLelland e Richard Smith como "History of the Language Learning and Teaching" (HoLLT), que integra a tradição gramatical das línguas.

Referências bibliográficas

Fontes primárias

Argote, Jerónimo Contador de. 1725. *Regras da lingua portugueza, espelho da lingua latina*. Lisboa: Oficcina da Musica (1.ª ed. 1721).

Aulete, Francisco Caldas. 1864. *Gramática nacional*. Lisboa: Sociedade Typographica Franco-Portugueza.

Azevedo, Domingos [José] de. 1880. *Grammatica nacional ou Methodo moderno para se aprender a fallar e escrever sem erros e mesmo sem auxilio de mestre a lingua portugueza*. Lisboa.

Babad, Pierre. 1820. *A Portuguese and English grammar, compiled from those of Lobato, Durham, Sane and Vieyra, and simplified for the use of students*. Baltimore: Fielding Lucas.

Bacelar, Bernardo de Lima e Melo. 1996 [1783]. *Gramática filosófica da língua portuguesa*. Reprodução fac-similada, Introdução e notas por Amadeu Torres. Lisboa: Academia Portuguesa da História.

Bachi, Pietro. 1831. *A comparative view of the Spanish and Portuguese languages (...)*. Cambridge: Hilliard and Brown.

Barbosa, Jerónimo Soares. 2005 [1822]. *Gramática filosófica da língua portuguesa (1822)*. Ed. anastática, comentário e notas críticas de Amadeu Torres. Braga: Universidade Católica Portuguesa.

Barros, João de. 1971 [1540]. *Gramática da língua portuguesa. Cartilha, ramática, Diálogo em louvor da nossa linguagem e Diálogo da viciosa vergonha.* Reprodução fac-similada, leitura, introdução e anotações por Maria Leonor Carvalhão Buescu. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

Bellenger, W. A., Witcomb, Steuer, Zirardini, Pardal et Moura. 1846. *Nouveau guide de conversations modernes ou dialogues usuels et familiers (...) en six langues Français - Anglais - Allemand - Italien - Espagnol - Portugais (...)*. Paris: Baudry, Librairie Européenne.

Bernardini, Antonio 1859. *Grammatica della lingua portoghese ad use degll'Italiani, sulle traccie della Grammatica Filosofica della Lingua Portoghese dell'illustre signor Jeronimo Soares Barbosa*. Milano: Tipografia Borroni.

Béthencourt, Carlos de Vasconcellos de. 1898. *Grammaire portugaise pratique.* Paris:

Boyveau & Chevillet, Librairie Étrangère.
Braga, Teófilo. 1876. *Grammatica portugueza elementar - fundada sobre o methodo histórico-comparativo*. Porto/Rio de Janeiro: Livraria Portugueza e Estrangeira.
Canto, Jacinto Dias do. 1824. *Exercises upon the different parts of the speech of the portuguese language referring to the rules of Mr. Vieyra's Grammar*. London. Printed for J. Collingwood in the Strand.
Cartilha em Tamul e Português, impressa em 1554 por ordem do Rei. Ed. fac-simile do Museu Nacional de Arqueologia e Etnologia, com preâmbulo de D. Francisco de Almeida. Lisboa, 1970.
Casimiro, João Joaquim. 1792. *Methodo grammatical resumido da lingua portugueza*. Porto: Antonio Alvarez Ribeiro.
Castro, J[acob]. 1731. *Grammatica Anglo-Lusitanica & Lusitano-Anglica: or, a new grammar English and Portuguese and Portuguese and English.* London: Printed for W. Meadows, 2.ª ed. 1751.
Coelho, Francisco Adolfo. 1891. *Noções elementares de gramática portugueza*. Porto: Lemos & C.ª Editores.
Constâncio, F[rancisco] S[olano]. 1832. *Nouvelle grammaire portugaise (...).* Paris / Rio de Janeiro: Chez J.-P. Aillaud, Libraire / Chez Souza, Laemmert et C^{ie}.
Constâncio, Francisco Solano. 1855 [1831]. *Grammatica analytica da lingua portugueza*. Paris: J.-P. Aillaud, Monlon e C^{a}.
Dias, Augusto Epifânio da Silva. 1881 [1870]. *Grammatica portugueza elementar*. Porto: Livraria Universal, 4.ª ed.
Dubois, [Sébastien-Geneviève, Abbé]. 1806. *Grammaire portugaise ou méthode abrégée pour faciliter l'étude de cette langue*. Paris: Théophile Barrois.
Féraud, F. G. 1812. *A vocabulary and dialogues, in three languages, English, Spanish, and Portuguese*. London: T. Boosey.
Figueiredo, Pedro José de. 1811. *Arte da grammatica portugueza*. Lisboa: Impressão Regia, 3.ª ed.
Fonseca, José da. 1853. *O novo guia da conversação, em portuguez e francez.* Paris: V^{e} J.-P. Aillaud, Monlon e C^{e}, Libraires de leurs Majestés l'Empereur du Brésil et la Reine de Portugal.
Fonseca, José da. 1854. *Le nouveau guide de la conversation en français et portugais, en deux parties.* Paris: V^{e} J.-P. Aillaud, Monlon e C^{e}, Libraires de leurs Majestés l'Empereur du Brésil et la Reine de Portugal.
Fonseca, Luís Simões *da*. 1880. *Abrégé de la grammaire portugaise de P. de Souza avec un cours gradué de thèmes*. Paris: Garnier Frères.
Fonseca, Pedro José da. 1799. *Rudimentos da grammatica portugueza*. Lisboa: Simão Thaddeo Ferreira.
Freire, Francisco José. 1842. *Reflexões sobre a lingua portugueza*. Lisboa: Typ. Soc. Propagadora dos Conhecimentos.
G[iuseppe], Paolo di G.M. 1846. *Ristretto di grammatica portoghese*. Roma: Tipi della S. C. de Propaganda fide.
Hamonière, G. 1817. *Le nouveau guide de la conversation, en portugais et en français, en trois parties*. Paris: Chez Théophile Barrois fils, Libraire pour langues étrangères vivantes.
Hamonière, G. 1820. *Grammaire portugaise, divisée en quatre parties*. Paris: Bobée et Hingray.

Hamonière, G. 1825. *Le guide de la conversation brésilienne et française, en trois parties*. A Rio de Janeiro: Chez Pierre Piancher.

Hamonière, G. 1840. *A nova guia da conversaçaõ, em italiano, e portuguez, dividida em duas partes: A primeira contendo hum vocabulário de palavras usuaes por ordem alfabética. A segunda, sessenta diálogos sobre differentes objectos*. Lisboa: Na Typographia Rollandiana.

Kinloch, A. 1876. *A compendium of the Portuguese grammar, from the Portuguese (eleventh edition) of C. A. de Figueiredo Vieira, and the grammars of Constancio, Vieyra, and others*. London: William and Norgate.

La Mollière [Monsieur de]. 1662. *A Portuguez grammar or, rules shewing the true and perfect way to learn the said language*. London: Da Maxwel.

Laycock, John. 1825. *A grammar of the Portuguese language, compiled from the best sources (...)*. London: Leeds

Lencastre, F. [Salles] de. 1883. *Nouvelle méthode pratique et facile pour apprendre la langue portugaise composée d'après les principes de F. Ahn*. Leipzig: F. A. Brockhaus.

Lobato, António José dos Reis. 2000 [1770]. *A Arte da grammatica da lingua portugueza*. Estudo, edição crítica, manuscritos e textos subsidiários de Carlos Assunção. Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa.

M[onteverde], E[mílio], A[quiles]. [3]1842 [1829]. *Collecção de phrases e dialogos familiares uteis aos portuguezes, francezes e inglezes*. Lisboa: Na Imprensa Nacional.

Maitre Portugais, ou Nouvelle Grammaire Portugaise et Françoise: composée d'après les meilleurs grammaires, et particulierement sur la portugaise, et angloise d'Antoine Vieyra Transtagano. Lisboa: Simão Tadeu Ferreira, 1799.

Meldola, Abraham. 1875. *Nova grammatica portugueza / Neue portugiesische Grammatik*. Hamburg: Bock.

Melo, João Crisóstomo do Couto e Melo. 1818. *Gramática filosófica da linguagem portuguêza*. Lisboa: Nova Officina Almeydiana.

Moura, Caetano Lopes de. 1846. *Nouveau guide de conversations modernes en français et en portugais (...)*. Paris: Baudry, Librairie Européenne.

Nabantino, D. Vittore Felicissimo Francesco. 1869. *Gramatica portoghese ad uso degl'Italiani per apprendere la lingua portoghese per mezzo dell'a Italiana*. Parigi: V[a.] J.-P. Aillaud, Guillard e C[a.].

Oliveira, Fernão de. 2000 [1536]. *Gramática da linguagem portuguesa (1536)*. Ed. crítica, semidiplomática e anastática por Amadeu Torres e Carlos Assunção; com estudo introdutório de Eugenio Coseriu. Lisboa: Academia das Ciências das Lisboa.

P[aula] Hidalgo, D. Francisco. 1876. *Primer [y segundo] curso de Portugués.* Madrid: Cárlos Bailly-Bailliere.

Roboredo, Amaro de. 2007 [1615]. *Verdadeira grammatica latina.* Ed. facsimilada, prefácio de Amadeu Torres e estudo introdutório de Gonçalo Fernandes, Rogleio Ponce de León e Carlos Assunção. Vila Real: Centro de Estudos em Letras/Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro.

Roboredo, Amaro de. 2007 [1619]. *Methodo gramatical para todas as linguas*. Ed. facsimilada, prefácio e estudo introdutório de Carlos Assunção e Gonçalo Fernandes. Vila Real: Centro de Estudos em Letras/Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro (cf. também a ed. facsimilada de Marina A. Kossárik, 2002, INCM).

Roquete, José Inácio. 1843. *Guia da conversação Portuguez-Inglez, para uso dos viajantes e dos estudantes*. Paris: Carlos Hingray.

Sané, Alexandre Marie. 1810. *Nouvelle grammaire portugaise, suivie de plusieurs essais de traduction française interlenéaire, et de différents morceaux de prose et de poésie. Extraits de meilleurs classiques portugais.* Paris: Chez Cérioux Jeune, Nicole Libraire, Cussac Imprimeur-Libraire.

Santos, José Miguel dos. 1876. *Manual de conversação em portuguez e francez*. Lisboa: Typographia da Bibliotheca Universal.

Silva, Antonio de Moraes. 1806. *Epitome da grammatica da lingua portugueza*. Lisboa: Simão Thaddeo Ferreira.

Silva, Soares da. 1881. *Nouvelle méthode pratique de langue portugaise, renfermant des exercices simplifiés sur les règles de la grammaire (...)*. Paris: Librairie Française et Anglaise de J.-H. Truchy, Leroy Frères, successeurs.

Silva, Soares da. 1891 [1877]. *Le Portugais tel qu'on le parle ou recueil de conversation portugaises et françaises avec la prononciation portugaise figurée par des sons français. A l'usage des français qui vont en Portugal*. Paris: Librairie Française et Anglaise de J.-H. Truchy.

Siret, L[ouis]-P[ierre]. 1854 [1801]. *Grammaire portugaise de L.-P. Siret, augmentée d'une phraséologie et de plusieurs morceaux en prose et en verse, extraits de écrivains portugais et français les plus estimés, avec le texte en regard, par Joseph da Fonseca*. Paris: J. P. Aillaud, Monlon et C^{ie}.

Souza, Paulino de. 1871. *Grammaire portugaise raisonnée et simplifiée.* Paris: Garnier Frères, Libraires-Éditeurs.

Vieira Trantagano, António. 1768. *A new Portuguese grammar in four parts*. London: Printed for J. Nourse.

Wall, C[harles] H[enry]. 1882. *A practical grammar of the Portuguese language on Dr. Otto's conversational System*. London: David Nutt.

Woodhouse, Richard. 1815. *A grammar of the Spanish, Portuguese and Italian languages*. London: Black and Co.

Fontes secundárias

Alvar Ezquerra, Manuel. 2013. *Las nomenclaturas del español. Siglos XV-XIX*. Madrid: Liceus.

Álvares, Manuel. 2020 [1572]. *Instituição da gramática, ampliada e explicada por António Velez*. Tomo II. Morfologia II. Género dos nomes. Sobre a declinação dos nomes. Analogia e Anomalia. Pretéritos e supinos. Ed. crítica de Juan María Gómez Gómez; trad. de Armando Senra Martins e Cláudia Teixeira. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.

Aquilino Sánchez. 2014. Spanish as a foreign language in Europe: Six centuries of teaching materials. *Language & History* 57(1). 59-74.

Arnauld, Antoine & Claude Lancelot. 1993 [1660]. *Grammaire générale et raisonnée de Port-Royal*. Réimpression de l'édition de Paris, 1846. Genève: Slatkine Reprints.

Assunção, Carlos. 2000. Introdução. In António José dos Reis Lobato, *A arte da grammatica da lingua portugueza*, 7-109. Estudo, edição crítica, manuscritos e textos subsidiários. Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa.

Assunção, Carlos & Gonçalo Fernandes. 2007. Prefácio e Estudo introdutório. In Amaro de Roboredo, *Methodo grammatical para todas as linguas*, VII-CII. Vila Real: Centro de Estudos em Letras/Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro.

Auroux, Sylvain. 1994. *La révolution technologique de la grammatisationistoire*. Liège: Mardaga.

Auroux, Sylvain. 1989/1992. *Histoire des idées linguistiques*. Vols. 1 (1989), 2 (1992). Liège: Mardaga.

Batista, Ronaldo de Oliveira. 2020. História e historiografia da linguística: um mapa de orientação. In Ronaldo de Oliveira Batista & Neusa Barbosa Bastos (org.), *Questões em historiografia da linguística. Homenagem a Cristina Altman*, 30-49. São Paulo: Pá de Palavra.

Batista, Ronaldo de Oliveira. 2013. *Introdução à historiografia da linguística*. São Paulo: Cortez.

Beauzée, Nicolas. 1974 [1767]. *Grammaire générale ou exposition raisonnée des éléments nécessaires du langage, pour servir de fondement à l'étude de toutes les langues.* Paris: J. Barbou, réédité en fac-similé, Stuttgard-Bad Cannstatt: Friedrich Fromann Verlag.

Beauzée, Nicolas & Jean-François Marmontel. 1782/1784/1786. *Encyclopédie méthodique. Grammaire & Littérature*. Paris/Liège: Panckoucke/Plomteux, 3 vols.

Bluteau, Rafael. 1712. *Vocabulario portuguez, e latino* I. Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesu.

Branco, Fernando Castelo. 1988. As Cartinhas quinhentistas e o humanismo. In *O humanismo português, 1500-1600*, 309-323. Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa.

Buescu, Maria Leonor Carvalhão. 1984a. *Historiografia da língua portuguesa.* Lisboa: Sá da Costa.

Buescu, Maria Leonor Carvalhão. 1984b. *Babel ou a ruptura do signo. A gramática e os gramáticos portugueses do século XVI*. Lisboa: INCM.

Buescu, Maria Leonor Carvalhão. 1983. *O estudo das línguas exóticas no século XVI*. Lisboa: Biblioteca Breve.

Buescu, Maria Leonor Carvalhão. 1978. *Gramáticos portugueses do século XVI.* Lisboa: Instituto de Cultura Portuguesa.

Burke, Peter. 2004. *Languages and communities in Early Modern Europe*. Cambridge: University Press.

Calero Vaquera, María Luisa. 2008. Análisis lógico y análisis gramatical en la tradición española: hasta una (r)evolución de la sintaxis. In Marina Maquieira & María Dolores Martínez Gavilán (eds.), *Gramma-Temas 3: España y Portugal en la tradición gramatical*, 11-42. León: Centro de Estudios Metodológicos e Interdisciplinares / Universidad de León.

Caravolas, Jean A. 2000. *Histoire de la didactique des langues au siècle des Lumières*. Tübingen/Montréal: Narr/Presses de l'Université de Montréal.

Cardoso, Simão. 1994. *Historiografia gramatical (1500-1920)*. Porto: Faculdade de Letras do Porto.

Cavaliere, Ricardo. 2021. Sobre gramática tradicional, ainda uma vez. *Revista da Abralin* 20(3). 493-510.

Chervel, André. 2000. *Les grammaires françaises, 1800-1914*. Paris: Institut national de recherche pédagogique.

Chevalier, Jean-Claude. 1994. *Histoire de la grammaire française*. Paris: PUF, "Que sais-je ?".

Chevalier, Jean-Claude. 1968. *Histoire de la syntaxe. Naissance de la notion de complément dans la grammaire française (1530-1750)*. Genève: Librairie Droz.

Coelho, Sónia Catarina Gomes. 2013. *A "Grammatica philosophica da lingua portugueza": edição crítica, estudo e notas*. Vila Real: Centro de Estudos em Letras.

Colombat, Bernard (assisté de Elisabeth Lazcano). 1998. Présentation. Corpus représentatif des grammaires et des traditions linguistiques (Tome 1). *Histoire Epistémologie Langage*. Hors-série n.º 2, SHESL.

Colombat, Bernard, Jean-Marie Fournier & Christian Puech. 2010. *Histoire des idées sur le langage et les langues*. Paris: Klincksieck.

Corvo Sánchez, María José. 2021. Grammar translation method? Why a history of the methods? Considerations from a Spanish perspective. *Language & History (The Reform Movement and the Grammar-Translation Method*) 64(3). 204-220.

Dalgado, Sebastião Rodolfo. 1919-1921. *Glossário luso-asiático*. Vols. I-II. Coimbra: Imprensa da Universidade.

De Clercq, Jean, Nico Lioce & Pierre Swiggers. 2000. Grammaire et enseignement du français langue étrangère entre 1500 et 1700. In J. de Clercq, N. Lioce & P. Swiggers (éds.), *Grammaire et enseignement du français langue étrangère entre 1500 et 1700*, IX-XXXIV. Leuven: Peeters.

Diderot, Denis & Jean Le Rond d' Alembert. 1751-1766. *Encyclopédie, ou dictionnaire raisonné des sciences, des arts et des métiers*. Stuttgart: F. Frommann Verlag-G.

Duarte, Sónia. 2012. As edições da *Arte da Grammatica Portugueza* de Pedro José de Figueiredo. *Revista de Letras* 11. 67-104, Série II.

Estatutos do Collegio Real de Nobres da Corte, e Cidade de Lisboa, Officina de Miguel Rodrigues, 1761.

Faria, Manuel Severim de. 1999 [1624]. *Discursos vários políticos*. Introdução, atualização e notas de Maria Leonor Soares Albergaria Vieira. Lisboa: INCM.

Fávero, Leonor Lopes & Márcia A. G. Molina. 2006. *As concepções lingüísticas no século XIX. A gramática no Brasil*. Rio de Janeiro: Lucerna.

Flammini, Giuseppe (ed.). 2004. *Hermeneumata Pseudodositheana Leidensia*. München/Leipzig: K. G. Saur Verlag.

Fonseca, Fernanda Irene. 2001. Linguística aplicada ou linguística aplicável? In Fernanda Irene Fonseca, Isabel Margarida Duarte & Olívia Figueiredo (org.), *A linguística na formação do professor de português*, 15-26. Porto: Centro de Linguística da Universidade do Porto.

Franco, José Eduardo & João Paulo Silvestre. 2012. Introdução. In Fernão de Oliveira, *Gramática da linguagem portuguesa*, 7-43. Lisboa: FCG.

Gallagher, John. 2019. *Learning languages in Early Modern England*. United Kingdom: Oxford University Press.

García Aranda, María Ángeles. 2014. Un nuevo método de estudio de lenguas extranjeras en el siglo XIX: las guías prácticas de conversación y pronunciación. *Anuario de Estudios Filológicos* XXXVII. 41-60.

Givón, Talmy. 1995. *Functionalism and grammar*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins.

Glück, Helmut. 2014. The history of German as a foreign language in Europe. *Language & History* 57(1). 44-58.

Gómez Asencio, José J. 2006. La gramática castellana para extranjeros de Nebrija. In José J. Gómez Asencio. *El castellano y su codificación gramatical*. Vol. I. 117-142. Burgos: Instituto Castellano y Leonés.

Gómez Asencio, José J. 1981. *Gramática y categorías verbales en la tradición Española (1771-1847)*. Salamanca: Ediciones Universidad de Salamanca.

Gonçalves, Maria Filomena. 2011. Gramáticas de português na transição do século XIX para o século XX: a "gramática científica". In A. M. Cestero Mancera, I. Molina Martos &

Florentino Paredes García (eds.), *La lengua, lugar de encuentro*, 2571-2579. Actas del XVI Congreso Internacional de la ALFAL. Alcalá de Henares: Universidad de Alcalá.

Haßler, Gerda. 2012. Los conceptos de "análisis lógico" y "análisis gramatical" en gramáticas de la primera mitad del siglo XIX. *Revista Argentina de Historiografía Lingüística* IV(1). 23-37.

Kabatek, Johannes. 2021. Eugenio Coseriu on immediacy, distance and discourse traditions. In Klaas Willems & Cristinel Munteanu (eds.). *Eugenio Coseriu. Past, present and future*, 227-244. Berlin/Boston: De Gruyter.

Kemmler, Rolf. 2022. *Os mais antigos manuais portugueses da língua alemã (1863-1926)*. Vila Real: Centro de Estudos em Letras/Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro.

Kemmler, Rolf. 2021. The first Portuguese textbooks of the German language, based on the method Gaspey-Otto-Sauer. *Revista da Abralin* 20(3). 411-429.

Kemmler, Rolf. 2016. A *Grammaire portugaise* (1806) do Abbé Sébastien Geneviève Dubois e os inícios da gramaticografia do português como língua estrangeira para um público francófono. In A.-M Fryba, R. Antonelli & B. Colombat (éds.), *Actes du XXVIIe Congrès International de Linguistique et de Philologie Romanes*, 83-93. Nancy, 15-20 juillet 2013. Nancy: ATILF.

Kemmler, Rolf. 2013. O casamento real de D. Catarina de Bragança em 1662 e as gramáticas de James Howell e Stephane Damar de la Molière. *Revista de Letras* 12(II Série). 21-38.

Koerner, E. F. Konrad. 1989. Models in linguistic historiography. In E. F. Konrad Koerner, *Practicing Linguistic Historiography*, 47-60. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing.

Lallot, Jean. 1998. *La grammaire de Denys le Trace*. Traduite et annotée par Jean Lallot. Paris: CNRS Editions.

Lauwers, Peter. 2004. *La description du français entre la tradition grammaticale et la modernité linguistique. Étude historiographique et épistémologique de la grammaire française entre 1907 et 1948*. Leuven/Paris/Dudley: Peeters.

Le Goff, Jacques. 1997. Documento/monumento. *Enciclopédia Einaudi 1. Memória-História*, 95-106. Lisboa: INCM.

Lépinette, Brigitte. 2012. L'horizon de rétrospection des grammaires françaises pour espagnols, 1800-1850. In B. Colombat, J.-M. Fournier e V. Raby (éds), *Vers une histoire générale de la grammaire française. Matériaux et perspectives*, 467-491. Paris: Honoré Champion.

Lobo, Francisco Rodrigues. 1991 [1619]. *Corte na aldeia*. Introdução, notas e fixação do texto de José Adriano de Carvalho. Lisboa: Presença.

Lopes, David. 1969 [1936]. *Expansão da língua portuguesa no Oriente nos séculos XVI, XVII e XVIII*. Reedição atualizada com notas e prefácio de Luís de Matos. Porto: Portucalense Editora.

Lopes, Óscar. 1971. *Gramática simbólica do português*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

Massebieau, L. 1878. *Les colloques scolaires du seizième siècle et leurs auteurs (1480-1570)*. Paris: J. Bonhoure et C^{ie}, Éditeurs.

Mateus, Maria Helena Mira. 2010. Interface entre língua e cultura, ou de como uma gramática cumpre uma função relacional. In Maria Helena de Moura Neves (org.), *As interfaces da gramática*, 27-34. Araraquara/São Paulo: FCL-UNESP/Cultura Acadêmica.

Mateus, Maria Helena Mira. 2014. Defino nossa obra gramatical como .... In Maria Helena

de Moura Neves & Vânia Cristina Casseb-Galvão (org.), *Gramáticas contemporâneas do português: com a palavra, os autores*, 31-47. São Paulo: Parábola.

Mattoso Câmara, Joaquim, Jr. 1965. *Introdução às línguas indígenas brasileiras*. Rio de Janeiro: Museu Nacional.

McLelland, Nicola. 2017. *Teaching and learning foreign languages. A history of language education, assessment and policy in Britain*. Abingdon: Routledge

Melo, Francisco Manuel de. 1962 [1721]. *A visita das fontes*. Apólogo dialogal terceiro. Ed. fac-similada, leitura, introdução e comentário por Giacinto Manuppella. Coimbra: Acta Universitatis Conimbrigensis.

Miranda Menéndez, Fernanda. 2002. Das 'Gramáticas Filosóficas' manuscritas. In Brian F. Head, José Teixeira, Aida Sampaio Lemos, Anabela Leal de Barros & António Pereira (orgs.), *História da língua e história da gramática*, 299-309. Braga: Universidade do Minho.

Moura, José Vicente Gomes de. 1821. *Taboas de declinação e conjugação para apprender as linguas hespanhola, italiana e franceza, comparando-as com a portugueza*. Coimbra: Imprensa da Universidade.

Moura, Teresa Maria Teixeira de. 2012. *As ideias linguísticas portuguesas no século XVIII*. Vila Real: Centro de Estudos em Letras.

Neves, Maria Helena de Moura & Vânia Cristina Casseb-Galvão (org.). 2014. *Gramáticas contemporâneas do português: com a palavra, os autores*. São Paulo: Parábola.

Neveu, Franck & Peter Lauwers. 2007. La notion de "tradition grammaticale" et son usage em linguistique française. *Langages* 167. 7-26.

Ponce de León, Rogelio. 2012. O primeiro manual do português como língua estrangeira: breves considerações sobre *A portuguez grammar* (Londres 1662) de La Mollière. *Limite* 6. 53-74.

Ponce de León Romeo, Rogelio. 2001. El Álvarez en vernáculo: las exégesis de los *De institutione grammatica libri tres* en Portugal durante el siglo XVII. *Revista da Faculdade de Letras* XVIII. 317-338.

Prista, Luís. 2001. De filólogos a linguistas. In Maria Helena Mira Mateus (coord.), *Caminhos do Português*, 157-218. Lisboa: Biblioteca Nacional.

Ranauro, Hilma. 2015. *Para compreender uma gramática filosófica. Uma análise crítica e comparativa da "Grammatica philosophica da lingua portugueza" de Jerônimo Soares Barbosa*. Niterói: Alternativa.

Ridruejo, Emilio. 2007. Lingüística misionera. In Josefa Dorta, Cristóbal Corrales & Dolores Corbella (eds.), *Historiografía de la lingüística en el âmbito hispânico*, 435-477. Madrid: Arco/Libros.

Rodrigues, António Gonçalves. 1951. A língua portuguesa em Inglaterra nos séculos XVII e XVIII. *Biblos* XXVII. 43-76.

Rodrigues, Aryon Dall'Igna. 1986. *Línguas brasileiras. Para o conhecimento das línguas indígenas*. São Paulo: Loyola.

Sáez Rivera, Daniel M. 2005. La explotación pedagógica del diálogo escolar en la didáctica del español (ss. XVI-XIX). In M.ª Auxiliadora Castillo Carballo *et al.* (eds.), *Las gramáticas y los diccionarios en la enseñanza del español como segunda lengua: deseo y realidad: Actas del XV Congreso Internacional de ASELE*, 792-798. Sevilla: Universidad de Sevilla.

Santos, Maria Helena Pessoa. 2010. *As ideias linguísticas portuguesas na centúria de Oitocentos*. Partes I-II. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian/Fundação para a Ciência e Tecnologia.

Schäfer-Prieß, Barbara. 2012. A descrição da pronúncia portuguesa nas primeiras gramáticas para alemães. *Limite* 6. 125-137.

Silva, Amanda Carvalho. 2012. *"Português para inglês ver": primórdios do ensino/aprendizagem de português como língua estrangeira*. Dissertação (Mestrado em Letras). Universidade Federal de Sergipe.

Silva, Rosa Virgínia Mattos e. 1989. *Tradição gramatical e gramática tradicional*. São Paulo: Contexto.

Smith, Robert C. 1945. A pioneer teacher: Father Peter Babad and his Portuguese grammar. *Hispania* 28(3). 330-363.

Swiggers, Pierre. 2020. Los maestros: Gramaticografía e historiografía: una visión retro- y prospectiva. *Anales de Lingüística* 4. 139-154.

Swiggers, Pierre. 2015. Grammaticographie. In Claudia Polzin-Haumann & Wolfgang Schweickard (éds.), *Manuel de linguistique française*, 525-555. Berlin/Boston: De Gruyter.

Titone, Renzo. 1968. *Teaching foreign languages. An historical sketch*. Washington: Georgetown University Press.

Torres, Amadeu. 1998. *Gramática e linguística. Ensaios e outros estudos*. Braga: Universidade católica Portuguesa.

Torres, Amadeu, Gonçalo Fernandes, Rogélio Ponce de León & Carlos Assunção. 2007. Prefácio e Estudo introdutório. In Amaro de Roboredo, *Verdadeira grammatica latina*, VII-XL. Vila Real: Centro de Estudos em Letras/Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro.

Vasconcelos, José Leite de. 1929. *Opúsculos*, vol. IV, Filologia (Parte II). Coimbra: Imprensa da Universidade.

Verdelho, Telmo & João Paulo Silvestre (eds.). 2011. *Lexicografia bilingue. A tradição dicionarística Português-Línguas Modernas*. Aveiro: Centro de Linguística da Universidade de Lisboa / Universidade de Aveiro.

Verdelho, Telmo. 1995. *As origens da gramaticografia e da lexicografia latino-portuguesas*. Lisboa: INIC.

Verdelho, Telmo. 2001. Um remoto convívio interlinguístico. Tradição teórica e herança metalinguística latino-portuguesa. In Maria Helena Mira Mateus (coord.), *Caminhos do Português*, 75-102. Lisboa: Biblioteca Nacional.

Verdelho, Telmo. 2008. *O encontro do português com as línguas não europeias. Exposição de textos interlinguísticos*. Lisboa: Biblioteca Nacional de Portugal.

Verdelho, Telmo. 2011. Lexicografia portuguesa bilingue. Breve conspecto diacrónico. In Telmo Verdelho & Paulo Silvestre (eds.), *Lexicografia bilingue. A tradição dicionarística Português-Línguas Modernas*, 13-130. Aveiro: Centro de Linguística da Universidade de Lisboa / Universidade de Aveiro.

Vieira, Francisco Eduardo. 2018. *A gramática tradicional: história crítica*. São Paulo: Parábola.

Zilberman, Regina. 2013. O *Resumo de história literária*, de Ferdinand Denis: história da literatura enquanto campo de investigação. *Veredas* 19. 121-143.

Zimmermann, Klaus. 2004. La construcción del objeto de la historiografía de la lingüística misionera. In Otto Zwartjes & Even Hovdhaugen, *Missionary linguistics/Lingüística missionera*, 7-32. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins.

Zwartjes, Otto. 2011. *Portuguese missionary grammars in Asia, Africa and Brazil, 1550-1800*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins.

APÊNDICE

Tradição gramatical de Português como Língua Estrangeira (séculos XVIII-XIX)[38]

Fontes metalinguísticas citadas

Autores	Tradição gramatical vernacular	Tradição gramatical de PLE
Vieira Trantagano, António (1768)	– Antonio de Nebrija, *Reglas de orthographia en la lengua castellana* (1517). – Rafael Bluteau, *Vocabulario portuguez e latino* (1712). – João de Morais Madureira Feijó, *Orthographia, ou arte de escrever, e pronunciar com acerto a lingua portugueza* (1734). Outras fontes: Real Academia Espanhola	
Meldona, Abraham (1785)	– Duarte Nunes de Leão, *Orthographia da lingoa portuguesa* (1576). – Bento Pereira, *Prosodia in vocabularium trilingue, Latinum, Lusitanicum et Hispanicum digesta* (1634); *Thesouro da Lingoa Portuguesa*. – João Franco Barreto, *Ortografia da lingua portugueza* (1671). – Rafael Bluteau, *Vocabulario portuguez e latino* (1712). – Jerónimo Contador de Argote, *Regras da Lingua Portugueza, espelho da lingua latina* (1721). – João de Morais Madureira Feijó, *Orthographia, ou arte de escrever, e pronunciar com acerto a lingua portugueza* (1734). – Bernard Lamy	– [Johann Andreas von Junk], *Portugiesische Grammatik* (1778).

[38] Mencionam-se apenas algumas gramáticas de PLE. O elenco real de fontes desta tradição gramatical é mais abundante e variado.

Dubois, Sébastien-Geneviève (1806)	– João de Barros, *Grammatica da lingua portuguesa* (1540). – Duarte Nunes de Leão, *Orthographia da lingoa portuguesa* (1576); *Origem da lingoa portuguesa* (1606). – Bento Pereira, *Ars grammaticæ pro lingua lusitana addiscenda* (1672). – Rafael Bluteau, *Vocabulario portuguez e latino* (1712). – Jerónimo Contador de Argote, *Regras da Lingua Portugueza, espelho da lingua latina* (1721). – João de Morais Madureira Feijó, *Orthographia, ou arte de escrever, e pronunciar com acerto a lingua portugueza* (1734). – João Pinheiro Freire da Cunha (como gramático, século XVIII). – *Diccionario da lingoa portugueza*, Academia Real das Sciencias de Lisboa (1793).	– António Vieira Transtagano, *A New Portuguese Grammar in four parts* (1768)* – Carlos Folqman, *Portugeese en Nederduiste spaakkonst* (1742). – Johann Andreas von Junk, *Portugiesische Grammatik* (1778)* – Abraham Meldola. *Nova grammatica portugueza dividida em VI partes*, 1785* – *Maitre Portugais, ou Nouvelle Grammaire Portugaise et Françoise* (1799)* * Fontes citadas por: João Guilherme Christiano Müller, "Parecer critico, e Approvação do Censor Regio do Dezembargo do Paço".
Sané, Alexandre Marie (1810)	– Jerónimo Contador de Argote, *Regras da Lingua Portugueza, espelho da lingua latina* (1721).	– António Vieira Transtagano, *A New Portuguese Grammar in four parts* (1768).
Babad, Pierre (1820)	– Rafael Bluteau, *Vocabulario portuguez e latino* (1712). – João de Morais Madureira Feijó, *Orthographia, ou arte de escrever, e pronunciar com acerto a lingua portugueza* (1734). – Francisco Clamopin Durant. *O mestre francez ou novo methodo para aprender a Lingua Franceza por meio da Portugueza* (1767). – António José dos Reis Lobato, Arte da grammatica da lingua portugueza (1771). – Joaquim José da Costa e Sá (dicionários de italiano– português;	– António Vieira Transtagano, *A New Portuguese Grammar in four parts* (1768); *Dictionary of the Portuguese and the English Languages* (1773). – Alexandre Marie Sané, *Nouvelle Grammaire Portugaise* (1810). – John Emmanuel Mordente, *Exercises Upon the Different Parts of Speech of the*

	português– francês– latim). Outras fontes: – Real *Academia* Espanhola.	*Portuguese Language* (1807) (obra não localizada).
Laycock, John (1825)	– António José dos Reis Lobato, *Arte da Grammatica da Lingua Portuguesa* (1771).	
Bachi, Pietro (1831)	– João de Barros, *Grammatica da lingua portuguesa* (1540). – Duarte Nunes do Leão, *Origem, e Orthographia da lingoa portugueza (*1784 [1576]). – António de Morais Silva, *Diccionario da lingua portugueza* (1789). – João Pinheiro Freire da Cunha, B*reve tratado da orthografia* (1788 [1770]); *Generos portuguezes conhecidos pela regra da terminação* (1798). – *Diccionario da lingoa portugueza*, Academia Real das Ciências (1793). – Pedro José de Figueiredo, *Arte da grammatica portugueza* (1804 [1799]). – *Orígenes de la lengua española, compuestos por varios autores, recogidos por Don Gregorio Mayáns i Siscár* (1737). – *Ortografía de la lengua castellana*, Real Academia Española (1815 [1741]). – *Diccionario de la lengua castellana*, Real Academia Española (1817–1832). – *Gramática de la lengua castellana*, Real Academia Española (1796).	– António Vieira Transtagano, *A New Portuguese Grammar in four parts* (1827 [1768]). – G. Hamonière, *Grammaire Portugaise* (1820).
Nabantino, Vittore F. F. (1869)	– António de Morais Silva, *Diccionario da lingua portugueza* (1789). – Pedro José de Figueiredo, *Arte da grammatica portugueza* (1804 [1799]).	– Sané, Alexandre Marie. *Nouvelle Grammaire Portugaise* (1810). – Hamonière, G. *Grammaire Portugaise* (1820). – Constâncio, F[rancisco] S[olano]. *Nouvelle Grammaire Portugaise*

		(1832). – Antonio Bernardini, *Grammatica della Lingua Portoghese* (1859).
Souza, Paulino de (1871)	– João de Barros, *Grammatica da lingua portuguesa* (1540). – Duarte Nunes de Leão, *Origem da lingoa portuguesa* (1606).	– G. Hamonière, *Grammaire Portugaise, divisée en quatre parties* (1820). – Duarte Loureiro, *Manual de conversação portugueza* (obra não localizada).
Kinloch, Arthur (1876)	– João Franco Barreto, *Ortografia da lingua portugueza* (1671). – Francisco Solano Constâncio (gramáticas e dicionários). – António de Morais Silva, *Diccionario da lingua portugueza* (1789). – Carlos Augusto de Figueiredo Vieira, *Compendio elementar da grammatica portugueza* (1841).	– António Vieira Transtagano, *A New Portuguese Grammar in four parts* (1768); *Dictionary of the Portuguese and the English Languages* (1773). – Paulino de Souza, *Grammaire Portugaise Raisonnée et Simplifiée* (1871).
Wall, Charles Henry (1882)	– Jerónimo Soares Barbosa, *Grammatica philosophica da lingua portugueza* (1822). – Francisco Solano Constâncio, *Grammatica analytica da lingua portugueza* (1831). – José Inácio Roquete (dicionários). – João Fernandes Valdez (dicionários).	
Béthencourt, Carlos de V. de (1898)	– António Feliciano de Castilho, *Leitura repentina para em poucas lições se ensinar a ler com recreação de mestres e discípulos* (1853 [1850]).	

Duas tradições gramaticais: uma história brasileira

Ronaldo de Oliveira Batista
Universidade Presbiteriana Mackenzie
Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – Brasil

Neusa Barbosa Bastos
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
Universidade Presbiteriana Mackenzie – Brasil

Introdução

Uma problematização em dois eixos (um descritivo, outro analítico) conduz a argumentação neste capítulo: como podem ser localizadas evidências de tradições na produção gramaticográfica brasileira? O que podem dizer essas evidências para leitores e autores de gramáticas nos dias de hoje?

Para responder a esses questionamentos que levam a uma análise historiográfica (cf. Batista 2013, 2020, 2025), empregamos o conceito de **TRADIÇÃO GRAMATICAL** para buscar suas marcas na gramática brasileira tomada seletivamente em recortes temáticos e temporais.

As tradições – como acumulação de evidências empíricas em meio à resolução contínua de problemas descritivos, explicativos, pedagógicos – são compromissos teórico-metodológicos, firmados na base da continuidade na qual modos de solucionar problemas se mantêm em diferentes autores, escolas, teorias (cf. Laudan 1977).

A expressão *tradição gramatical* de imediato se associa ao conceito de **GRAMÁTICA TRADICIONAL**. Essa **GRAMÁTICA TRADICIONAL**[1] é de longa duração e teve origens na Antiguidade Clássica Ocidental (cf. Auroux 1992; Fortes & Burghini 2021; Swiggers 1997; Vieira 2018). Primeiro com filósofos gregos (por volta do século IV a.C.) e depois com gramáticos e filólogos de Alexandria (por volta dos séculos III e II a.C.). Estes últimos são reconhecidos como aqueles que de fato implementaram um modelo gramatical que consolidou a gramática ocidental com base em análise e

[1] "A gramática tradicional é aquela que segue o modelo surgido na Antiguidade Clássica, isto é, que traz em seu bojo a matéria ordenada segundo a tradição greco-latina: alfabeto, ortografia, partes do discurso e sintaxe [...], com variações próprias de cada estágio de desenvolvimento dos estudos linguísticos." (Leite 2007: 30, nota 1)

crítica textuais.[2] Esse modelo é organizado em torno de descrições e sistematizações de sua língua por meio essencialmente das **PARTES DO DISCURSO** (ou ainda partes da oração, o que hoje reconhecemos como relacionadas ao conceito de **CLASSES DE PALAVRAS**) em dimensão escrita e prescritiva tendo em vista os usos que seriam aqueles mais privilegiados (como formas linguísticas do centro nuclear imperial grego).

No entanto, neste texto operamos com uma ampliação de escopo de denotações.

Além da referência canônica e consagrada em narrações da história da gramática como **TRADIÇÃO GRAMATICAL**, propomos aqui que a expressão seja também associada a um tipo de produção presente na história da gramática brasileira: aquela do estudo histórico-comparativo[3] registrado nas **GRAMÁTICAS HISTÓRICAS**. Essa tradição é reconhecida como o período das **GRAMÁTICAS CIENTÍFICAS**[4] brasileiras (cf. Borges Neto 2022; Cavaliere 2014, 2022): "abrange toda a vertente dos estudos filológicos e linguísticos

---

2 "A gênese da gramática está ligada à biblioteca, porque foi depois da criação da Biblioteca de Alexandria (séc. III a.C.), na qual foi reunida a fortuna bibliográfica da cultura helênica, que surgiu a gramática, tal como conhecida no mundo ocidental." (Leite 2007: 44)

3 "A incorporação do método histórico-comparativo às páginas gramaticais significou trazer para os domínios das gramáticas de língua vernácula as teses teoréticas da Ciência Linguística, de tal sorte que os textos antes meramente prescritivos, com perspectiva teleológica restrita ao ensino, passaram a ser a um tempo investigativos e prescritivos." (Cavaliere 2015: 116)

4 "A rigor, a linguística dos Oitocentos é uma convergência da história natural com a biologia, a antropologia, a psicologia, entre outras áreas do saber, uma confluência de princípios recolhidos a várias ciências mais tradicionais ou mesmo contemporâneas, que formam, por assim dizer, uma 'força de trabalho' dedicada a desvendar o fenômeno da linguagem humana pela investigação de sua origem. É nesse ambiente que surgem no Brasil, a partir da década de 1880, gramáticas ditas 'científicas', flagrantemente antagônicas às que se vinham produzindo sob o manto do modelo racionalista, a primeira delas intitulada *Gramática portuguesa* [1881] por Júlio Ribeiro, vinda a lume na década da República e da Abolição, um símbolo, em plano linguístico, da mudança radical que se instalava na sociedade brasileira. Antes de Júlio Ribeiro, [...] o projeto de gramática atrelava-se aos cânones racionalistas de Port-Royal, da gramática filosófica, com subordinação do fato linguístico ao conceito lógico-filosófico [...]. Em outros termos, rompia-se com o mentalismo severo da escola racionalista, para ingressar-se com entusiasmo no empirismo envolvente que as ciências naturais tanto fizeram disseminar já nas primeiras décadas do século XIX. É com grande entusiasmo que os compêndios gramaticais que se seguem à proposta pioneira de Júlio Ribeiro [1881] deixam-se seduzir [pela] metodologia do comparativismo histórico." (Cavaliere 2022: 443-445)

brasileiros que acolheu os modelos de análise dos fatos gramaticais segundo o paradigma histórico-comparativo europeu" (Cavaliere 2022: 460).

Tendo em vista esse recorte conceitual, é nosso objetivo analisar fragmentos de gramáticas brasileiras que evidenciam permanências dessas duas tradições gramaticais. Tanto no sentido consagrado da expressão *tradição gramatical* (como herança de uma gramática descritivo-normativa em torno de partes do discurso), quanto no sentido aqui ampliado (como herança do pensamento histórico-comparativo que gerou gramáticas com foco na história interna das línguas).

Um retorno a uma história brasileira outras vezes narrada de diferentes maneiras e com alcances descritivos e analíticos específicos (cf., por ex., Borges Neto 2022; Cavaliere 2014, 2022; Guimarães 1998). Mais um recuo no tempo. Para quê?

Para insistir na crença de que o passado não é algo morto. Ele é reconstruído a cada vez que da nossa perspectiva temporal voltamos a ele com questões críticas. Uma volta ao passado nunca é recolher ossos de um baú apenas na atividade de coleta memorialística. Uma volta ao passado é promover encontros entre o que hoje compreendemos como história da gramática e as instâncias diversas em que esse instrumento linguístico foi elaborado e circulou. Ir mais uma vez à história da gramática é buscar entender significativamente motivos de sua impressionante perenidade e continuidade na longa história do conhecimento sobre a linguagem.

1 Temporalidades, documentos históricos, perspectiva analítica

São objetivos desta análise, diante dos questionamentos propostos inicialmente: (1) caracterizar continuidades de duas tradições gramaticais na história da gramática brasileira; (2) delimitar espaços de institucionalização, produção, circulação e recepção dessas tradições; (3) identificar traços característicos de elaboração do conhecimento gramatical nessas gramáticas em relação a suas tradições.

Tendo em vista o campo da Historiografia Linguística e seu propósito de analisar etapas históricas da produção e difusão do conhecimento sobre a linguagem (cf. Batista 2013, 2020, 2025), construiu-se uma análise por meio de três etapas (cf. Swiggers 2019): 1ª.) heurística: definição de periodização e do material de análise; 2ª.) hermenêutica: estabelecimento de questionamentos indutores das análises historiográficas; 3ª.) expositiva: apresentação dos resultados nesta narrativa de teor histórico.

A fase heurística diz respeito à seleção, organização, hierarquização do material de análise e à escolha de periodização no recorte analítico.

O recorte temporal associado ao material analítico (isto é, os documentos históricos ou, ainda, as fontes de análise) selecionado recorta dois períodos de uma extensa história divida por Cavaliere (2002, 2022) em: período embrionário (do século XVI até inícios do século XIX); período racionalista (século XIX); período científico (do século XIX até o século XX em sua segunda década). Os períodos aqui em exame, seguindo essa proposta de periodização, são o embrionário e o científico.

Dois momentos em que se pode identificar uma produção gramatical ora voltada para autores que se mantiveram fiéis a uma gramática de base greco-latina (na esteira da chamada revolução tecnológica da gramatização, cf. Auroux 1992); ora voltada para autores que seguiram tendências de descrição gramatical em torno de preceitos de uma linguística evolutiva, histórica e comparativa (na esteira da produção didática de gramáticas históricas).

Assim, são nossos documentos históricos a partir dos quais uma história será aqui narrada): (1) da chamada linguística missionária brasileira do século XVII (cf. Altman 2000, 2009, 2011; Batista 2005, 2011a; Navarro 1995, 2022; Rosa 1992, 1995, 1997; Zwartjes 2002), a gramática do jesuíta Luís Figueira (1573-1643) *Arte de grammatica da língua brasilica* ([1621?]1880); (2) da extensão do que foi uma tradição da gramática científica brasileira do século XX (cf. Batista 2011b, Cavaliere 2002, 2022), a gramática de Ismael da Lima Coutinho (1900-1965) *Pontos de gramática histórica* (1938).

Procurou-se focar dois exemplos das tradições mencionadas. Optar por uma gramática da linguística missionária brasileira do século XVII nos permite evidenciar a perenidade e a continuidade históricas da tradição greco-latina. Em coerência com esse critério, a opção por uma gramática histórica de feição didática dos anos 1930 permite evidenciar a continuidade de uma escrita gramatical com origens na gramática científica do século XIX.

Luís Figueira representa uma síntese histórica (do ponto de vista privilegiado do historiógrafo) do que era a escrita gramatical dos missionários no Brasil nos séculos XVI e XVII. Figueira é um exemplar de sua época, pois é modelo exato do que a Companhia de Jesus entendia como a gramaticografia de uma língua "exótica" (cf. Altman 2000, 2009, 2011; Batista 2005; Rosa 1992, 1995, 1997, 2020). As duas edições da gramática, ainda no século de sua produção, evidenciam a aceitação do trabalho no contexto religioso em que a descrição linguística estava contextualizada.

Ismael de Lima Coutinho é reconhecido autor de obra de descrição e análise diacrônicas do português. Divulgada primeiramente em fascículos (resultantes de aulas), depois publicada em 1938, a gramática histórica de

Coutinho ainda no final do mesmo século alcançaria 16 edições. Ao longo de sucessivas republicações, o título foi alterado para *Gramática Histórica*, fazendo parte de número impressionante de bases bibliográficas de cursos de formação em aspectos diacrônicos do português (cf. Batista 2011b).

Como toda seleção, a escolha desse material poderá ser revista e não tem caráter de exaustividade. Há, ao contrário, uso de limitada amostragem (dada a extensão de um capítulo) para evidenciar tendências teóricas e movimentos institucionais.

Ainda sobre o método, os seguintes procedimentos – passos da fase hermenêutica – conduzem as análises das marcas das tradições gramaticais indicadas acima: a) descrição: dados do autor; título, data, divisões, difusões da obra; b) inscrição na historiografia gramatical: tipo de gramática; objetivo do autor, interesses gerais e específicos da obra; c) caracterização do clima de opinião de produção, circulação e recepção de cada obra (estes dois na medida do possível diante da extensão deste texto); d) problematização: influências recebidas e exercidas; evidências e análises de diálogos de continuidade (implícitos ou explícitos) com as tradições já definidas.

2 Tradição greco-latina e suas marcas na descrição de uma língua indígena

Na Grécia, no período helênico (séculos III-II a.C.), com o vigor do pensamento filosófico clássico e um mundo consolidado em sua democracia na pólis, tiveram início modos de compreensão da linguagem influenciados tanto por questionamentos de natureza filosófica, quanto por filólogos e gramáticos que buscavam preservar a cultura literária como patrimônio equivalente às grandes conquistas de seu império.

Nesse contexto – em que filósofos, filólogos e gramáticos tinham por certo interesses diversos e distintos – é que se marca usualmente, para uma tradição ocidental, o início do pensamento gramatical. Um contexto que se ampliou em termos temporais para pelo menos a marca do ano IV d.C. e geográficos com posterior entrada de gramáticos latinos no cenário.

Um formato estabelecido para um tratamento descritivo e prescritivo das partes do discurso e, para nossas tradições brasileiras (em diálogo com as portuguesas), atingiu marcas definitivas nos gramáticos latinos.

> A história do surgimento da disciplina gramatical registra alguns textos fundamentais e se pode até assegurar que há mais ou menos quatro textos dessa natureza, que, como tantos pilares, constituíram uma base sólida para tudo o que veio em seguida. Trata-se da *Tékhne*, de Dionísio, o Trácio (II a.C.), do tratado *Sobre a sintaxe*, de Apolônio Díscolo (II d.C.), da *Ars grammatica*, de Donato (IV d.C.), e das *Institutiones*

> *grammaticae*, de Prisciano (VI d.C.). (Marins 2022: 102)
>
> É dessa época, final do século II a.C. e início do I d.C., então, a configuração do perfil e da concepção da gramática tal como a que ainda hoje existe. Da concepção de "gramática como *competência em matéria de textos*", em que as regras eram explicativas dos fenômenos ocorridos nos textos de cada autor, passou-se a "uma concepção de gramática como *sistema da língua*", em que as regras eram *resultantes de usos comuns* e *deviam tornar-se modelo para o uso comum*, isto é, deviam tornar-se *norma*, padrão de correção. (Leite 2007: 45)
>
> [Uma] tendência repetidora foi, e é, característica da gramática. Conforme afirmam os historiadores das ideias linguísticas, foi o *Sistema Gramatical* de Donato (século IV d.C.) o texto-base propiciador dessa repetição. No domínio latino, a gramática alcançou alguma expansão, que foi muito mais uma "vulgata repetitiva" da gramática de Donato do que, propriamente, desenvolvimento dos estudos linguísticos. Essas obras, decalcadas na de Donato, traziam, do ponto de vista normativo, a matéria referente à fonética e à morfologia, enquanto a sintaxe era referida apenas ocasional e esparsamente. (Leite 2007: 65)

Dessas obras gregas e latinas do período clássico ocidental, fizeram-se inúmeras outras. Principalmente com o advento, no Renascimento Ocidental,[5] da chamada revolução tecnológica da gramatização,[6] que gerou publicação de gramáticas de várias línguas.[7] Inclusive daquelas faladas pelos povos de territórios que estavam sendo colonizados no processo ocidental das Grandes Navegações, as chamadas "línguas exóticas"[8] (cf. Auroux 1992).

---

[5] Sempre cabe o alerta de que houve diferenças entre manifestações renascentistas em diferentes nações, culturas e povos humanistas dos séculos XV a XVII: "O Renascimento, contudo, não pode ser compreendido como um todo monolítico. Fruto lídimo da Itália, ele assumiu feições distintas segundo os países europeus. Não se observa, com efeito, na Península Ibérica, a mesma ética hedonista nem o secularismo que vigeram na Florença dos Médicis, tampouco a imitação das formas clássicas seria significativa na arte da Ibéria". (Navarro 2022: 9)

[6] Sylvain Auroux (1992) denomina de *gramatização* o processo de produção de gramáticas e dicionários, que no período renascentista teria atingido seu auge, em processo histórico comparado por ele a uma revolução tecnológica.

[7] "A aproximação da cultura renascentista com a antiga é explicável por diversas razões, dentre as quais a tentativa de valorização das línguas vernáculas pela comparação destas com o grego e o latim [...]. Além disso, pode-se dizer que a tarefa de gramaticalizar o vernáculo exigia doutrina e técnica compatíveis com tal objetivo e, também, que a linguística da Idade Média, que produziu a *gramática modista*, já estava muito à frente desse estágio e que, portanto, não serviria de modelo ao propósito de gramatização." (Leite 2007: 115)

[8] "[É] inegável que as gramáticas coloniais, aí inclusas as gramáticas missionárias, se organizaram como reza certa tradição latina. Não poderia ser diferente, aliás, dado o momento histórico em que foram produzidas. Embora os missionários-lingüistas da

Uma produção em grande quantidade com o mesmo teor no que tange a conteúdos gramaticais para descrições das línguas. Essa continuidade gramatical, de transferência e adaptação de saberes, é o que se chama comumente de *gramática tradicional*, tantas vezes revista e adaptada para diferentes necessidades de cada época.

Uma tradição que, além das descrições, estabeleceu prescrições para o bem falar e o bem escrever a língua de uma determinada localidade nos ideais da preservação de cultura. A rigor uma escrita gramatical que muitas vezes pendeu para diferentes lados de uma balança entre descrição e prescrição.

Essa tradição que esteve presente, para considerar paralelo com outras correntes nacionais, nas primeiras gramáticas do espanhol e do português nos séculos XV e XVII: em 1492, a *Gramática de la lengua castellana* do espanhol Antonio de Nebrija (1444-1522); em 1540, a *Grammatica da língua portuguesa* de João de Barros (1496-1570).[9]

Nebrija e Barros têm semelhanças. Barros, certamente, conheceu, analisou e colheu elementos da obra de Nebrija, publicada em 1492, 48 anos antes da obra de Barros (cf. Leite 2007). Para alguns historiadores da gramática, não houve exatamente adaptação (cf. Buescu 1978), pois a intenção dos dois autores teria sido diversa: à intenção erudita de um

---

tradição gramatical em língua portuguesa não tenham explicitado o modelo que lhes serviu de referência — ao contrário dos seus colegas espanhóis que sempre renderam tributo explícito à Elio Antonio de Nebrija (1441/44–1522) — o que especialistas geralmente admitem [...] é que a principal referência dos missionários-lingüistas da tradição portuguesa tenha sido o *De Institutione grammatica*, 1a. ed. de 1572, de Manuel Álvares, S. J. (1526–1582), escrita sob encomenda para a Ordem, embora não se possam descartar outras possibilidades, como a gramática de Johannes Despauterius (c.1460–1520), que logo substituiria a de Álvares na preferência dos jesuítas (Zwartjes 2002: 29). Seja como for, o modelo de gramática que regeu a tradição descritiva do Tupinambá [e de outras línguas exóticas] — e que designaremos aqui, de forma genérica, como *modelo latino de referência* — é aquele que se erige em oito partes da oração: nome, pronome, verbo, particípio, preposição, advérbio, interjeição, conjunção, basicamente o mesmo proposto por Donatus (metade séc. IV), Priscianus (final séc. V, início séc. VI), Nebrija ([1481] 1981) e Despauterius (1528) [...].” (Altman 2009: 120)

[9] A gramática de Fernão de Oliveira é anterior a de João de Barros. Oliveira publicou sua *Grammatica da Lingoagem Portuguesa* em 1536. No entanto, é vasta a discussão a respeito de modelos dessa gramatização e de certas distinções em relação ao que aqui se está considerando modelo de uma gramática tradicional. Por isso, fixamos o modelo para a tradição portuguesa em João de Barros no ano de 1540 (cf. Leite 2007).

(Nebrija) corresponderia o escopo eminentemente prático e pedagógico de outro (Barros).

Essas são apenas duas obras de uma renovada linhagem da tradição da chamada gramática tradicional. Com origem clássica, esse modelo gramatical serviu a novos propósitos em período que vai pelo menos do século XV até o século XVII. Dentre esses propósitos, entram em destaque a necessidade de elevar dialetos específicos ao status de língua nacional e a busca por um instrumento de evangelização no caso das línguas "exóticas".

Novamente, características do que configuraria a continuidade do modelo de uma **GRAMÁTICA TRADICIONAL** se firmava em torno de descrições principalmente fonéticas, lexicais e morfológicas. Fazer gramática nesse modelo era, sobretudo, definir um conjunto de regras que levavam ao falar e escrever bem, concebendo normas para o uso linguístico (cf. Leite 2007).

2.1 A gramática tradicional na gramática missionária

Nos séculos XVI e XVII, missionários jesuítas escreveram as chamadas **ARTES DE GRAMÁTICA** de duas línguas indígenas faladas no Brasil colonial: José de Anchieta (1534-1597) e Luís Figueira escreveram gramáticas do tupi antigo; e Luís Vincencio Mamiani (1652-1730) escreveu uma gramática da língua indígena kiriri (já extinta, falada em regiões do que hoje corresponde ao Nordeste brasileiro). É de autoria de Anchieta a *Arte de gramática da língua mais usada na costa do Brasil* (1595). Figueira publicou provavelmente em 1621 a *Arte da Língua Brasílica*. Em 1699, foi publicado o trabalho de Mamiani sobre o kiriri, *Arte de Gramática da Língua Brasílica da Nação Kiriri*.

Essas gramáticas foram escritas para facilitar, por meio da aprendizagem das línguas chamadas de "exóticas",[10] o contato entre jesuítas da Companhia de Jesus e nativos dos territórios em processo de colonização,[11] tendo em

---

[10] "O termo "*exótico"* é usado, na Europa, desde o século XVI, designando aquilo que se refere aos continentes asiático, africano e americano. Embora assuma, hodiernamente, sentido diverso, equivalente a "*estranho*", "*excêntrico*", seu sentido primordial era outro e é nessa primeira acepção que o usaremos neste estudo, isto é, buscaremos resgatar seu sentido usual nos séculos XVI e XVII." (Navarro 2022: 11, nota 2)

[11] "Se o conhecimento e o uso das línguas exóticas faziam-se mister para a expansão política e econômica europeias, permitindo a adaptação a realidades naturais totalmente diversas, facultando o entendimento com potentados locais, dos quais

vista essencialmente a missão catequizadora. [12] Eram escritas por missionários não falantes nativos das línguas e dedicadas, a princípio, a outros missionários.

É ponto pacífico na historiografia gramatical que a elaboração dessas gramáticas seguiu a tradição greco-latina, com a adoção do modelo das oito partes do discurso, da metalinguagem descritiva e da centralidade na *palavra* como elemento fundamental de descrição.

As gramáticas missionárias operaram com transferência funcional de categorias gramaticais latinas. Nesse método, o intuito era apresentar semelhanças com elementos e fenômenos das línguas indígenas. Nesse procedimento descritivo, estava a manutenção da metalinguagem de origem greco-latina como evidência de marcas da tradição.

Essa estratégia que hoje podemos denominar de metodológica (não há indicações precisas sobre procedimentos metodológicos nessas artes de gramática)[13] associava-se ao ideal de transmissão pedagógica. Apontando semelhanças e diferenças, o processo de transmissão linguística era facilitado, assim se pode entender, uma vez que realidades diversas passavam a ser percebidas como semelhanças e diferenças, bem de acordo com o espírito da época, que buscava na similitude a compreensão do mundo.

Um momento histórico, em consequência da colonização de territórios e povos, no qual novas línguas e desconhecidos costumes eram interpretados pelo filtro da mirada comparativa. Foi este olhar que também possibilitou o contato entre colonizador e colonizado. Essa atitude diante do mundo se transferiu para o campo linguístico: as línguas "exóticas" foram encaradas comparativamente. Os comentários dos viajantes e colonizadores não deixavam de ressaltar a "falta" ou as diferenças entre costumes europeus e

---

dependia o bom sucesso da estratégia colonizadora (lembre-se do que significou o apoio dos morubixabas indígenas para a expulsão dos franceses do Brasil por Mem de Sá), a produção de textos escritos era necessária para que a catequese pudesse vingar. Efetivamente, urgia traduzirem-se catecismos para as línguas exóticas, e dotar os missionários de um domínio linguístico suficiente para pregar, ouvir confissões, enfim, desempenhar seu múnus apostólico." (Navarro 2022: 69)

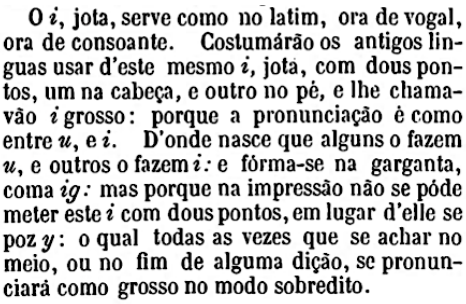
12 "Embora não fizesse parte de seus objetivos iniciais, a Companhia de Jesus tornar-se-ia uma ordem religiosa fundamentalmente missionária. É, efetivamente, no seio do missionarismo que se deve compreender grande parte de sua obra cultural e pedagógica." (Navarro 2022: 10)

13 Swiggers (1997: 111) menciona que gramáticas missionárias se caracterizam pela ausência de informações sobre os procedimentos de análise, ainda que escassos e esparsos comentários possam ser vislumbrados em meio a descrições linguísticas.

nativos dos territórios colonizados, assim como os gramáticos ressaltavam a "falta de sons" e as diferenças nos sistemas que descreviam.

Figueira utilizou a busca de equivalências entre as línguas conhecidas: "O *i*, *jota*, ſerue como no latim, hora de vogal, hora de conſoante" (Figueira [1621?]1687: 11).

Figura 1 – Comparação sonora em Figueira



O *i*, jota, serve como no latim, ora de vogal, ora de consoante. Costumárão os antigos linguas usar d'este mesmo *i*, jota, com dous pontos, um na cabeça, e outro no pé, e lhe chamavão *i* grosso: porque a pronunciação é como entre *u*, e *i*. D'onde nasce que alguns o fazem *u*, e outros o fazem *i*: e fórma-se na garganta, coma *ig*: mas porque na impressão não se póde meter este *i* com dous pontos, em lugar d'elle se poz *y*: o qual todas as vezes que se achar no meio, ou no fim de alguma dição, se pronunciará como grosso no modo sobredito.

Fonte: Figueira (1687[1621?]: 11).

Veja-se, ainda, o tratamento descritivo dos sons do Tupinambá ou Tupi Antigo,[14] gramatizado por Figueira:[15] a) manutenção e atualização de procedimentos já presentes na Antiguidade clássica ocidental, como a descrição de unidades sonoras a partir de um alfabeto (de um registro escrito), método presente na gramática tradicional;[16] b) reduzido número de páginas

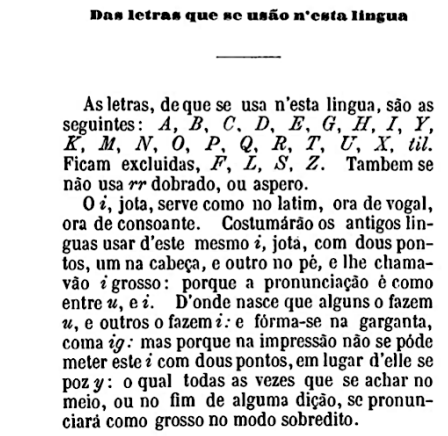
[14] A rigor, há uma discussão entre especialistas em Linguística Indígena sobre qual teria sido o sistema linguístico descrito por Figueira e por Anchieta. Não entramos nessa discussão e consideramos aqui a língua descrita como Tupi Antigo ou Tupinambá (cf. Batista 2005).

[15] Zimmermann (1997: 11) lembra que a descrição fonético-fonológica na linguística missionária dos séculos XVI e XVII está relacionada à escrita. O alfabeto criado para o Tupi Antigo (também para o Kiriri) é de base latina, com poucas alterações de acordo com particularidades das línguas. Essas alterações apresentam-se como uso de diacríticos ou de grafemas de pouco uso no alfabeto português.

[16] Sobre esse aspecto, Swiggers (1997: 156) indica que a sistematização, a partir do modelo de análise derivado da gramática latina, como a de Manuel Álvares (herdeira de descrições como as de Varrão, Prisciano, Donato e Quintiliano), caracterizava-se pela segmentação das unidades fônicas reduzidas aos sinais (grafemas) do alfabeto latino. Ou seja, não há como separar plano oral do registro escrito, e não só pelo uso da metalinguagem, mas principalmente pelo fato de se estar diante de recentes propostas de escrita. Em paralelo, Robins (1979:18), ao tratar da tradição grega clássica (origem da tradição latina, que, por sua vez, é o modelo do fazer gramatical missionário), lembra que a base de descrição fonética do grego foi o próprio alfabeto.

dedicado ao estudo da parte sonora da língua; essa é característica da produção gramatical renascentista, que herdou esse aspecto da tradição clássica ocidental (e da Idade Média), que também não tratou com destaque do que seriam elementos fonéticos e fenômenos fonológicos (nos termos contemporâneos) das línguas (cf. Swiggers 1997).

Figura 2 – Registro dos sons do Tupi Antigo a partir das letras



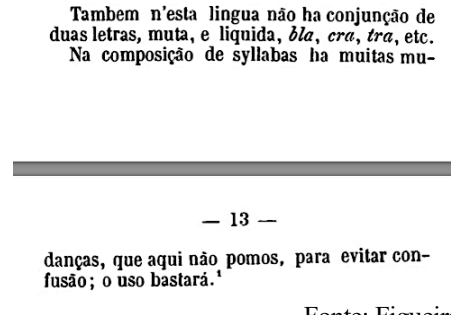
Das letras que se usão n'esta lingua

As letras, de que se usa n'esta lingua, são as seguintes: *A*, *B*, *C*, *D*, *E*, *G*, *H*, *I*, *Y*, *K*, *M*, *N*, *O*, *P*, *Q*, *R*, *T*, *U*, *X*, *til*. Ficam excluidas, *F*, *L*, *S*, *Z*. Tambem se não usa *rr* dobrado, ou aspero.

O *i*, jota, serve como no latim, ora de vogal, ora de consoante. Costumárão os antigos linguas usar d'este mesmo *i*, jota, com dous pontos, um na cabeça, e outro no pé, e lhe chamavão *i* grosso: porque a pronunciação è como entre *u*, e *i*. D'onde nasce que alguns o fazem *u*, e outros o fazem *i*: e fórma-se na garganta, coma *ig*: mas porque na impressão não se póde meter este *i* com dous pontos, em lugar d'elle se poz *y*: o qual todas as vezes que se achar no meio, ou no fim de alguma dição, se pronunciará como grosso no modo sobredito.

Fonte: Figueira (1687[1621?]: 11).

Figura 3 – Registro dos sons em perspectiva comparativa



Tambem n'esta lingua não ha conjunção de duas letras, muta, e liquida, *bla*, *cra*, *tra*, etc. Na composição de syllabas ha muitas mu-

— 13 —

danças, que aqui não pomos, para evitar confusão; o uso bastará.[1]

Fonte: Figueira (1687[1621?]: 12-13).

Como marcas da presença da **GRAMÁTICA TRADICIONAL** na arte de gramática de Figueira: a) a influência do *Ratio Studiorum* (1599), o plano de estudos e ensino jesuíticos; b) o conhecimento das gramática latinas clássicas e das gramáticas vernaculares do português e do castelhano publicadas no

[1] Sendo assim, o estudo do som é uma explicação sobre a pronúncia das letras: descrição oral imbricada com o registro escrito.

século XVI;[17] c) a adoção de um modelo de descrição por meio da gramática latina renascentista do também jesuíta Manuel Álvares (1526-1583), que, de certa maneira, orientava a descrição dos jesuítas formados pelo *Ratio* (cf. Zwartjes 2002).

Manuel Álvares, na sua *Institutio Grammatica* (1572) — capítulo I do livro terceiro – expôs letras e sílabas do latim, divididas em vogais e consoantes, com a explicação da produção/percepção de algumas unidades (como [f], [s], [h], [i], [j], [u], [m], [n]) em um esquema que segue a estrutura alfabética. Mesmo procedimento adotado por Figueira.

A ratificar a presença da tradição gramatical greco-latina (expandida no Renascimento), Altman (2000: 8) aponta, com base no exame de gramáticas de línguas gerais sul-americanas dos séculos XVI e XVII, que a descrição das unidades sonoras baseada nas "letras" [18] ausentes nas línguas era procedimento comum. Método explicitamente proposto por Nebrija na sua

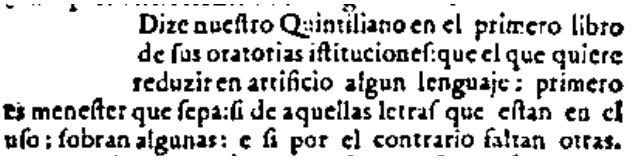
---

[17] "The missionaries, at least those who wrote grammars, had a very good command of Latin Grammar. Almost without exception, they knew or even used the work of Donatus, Priscian, Quintilian, and Alexander of Villedieu. Others possibly used works of Valla, Nebrija, Despauterius, Erasmus (mentioned by Gylberti), Álvares, or at least some of them, which are all possible sources for the missionary tradition. Many missionaries had worked or still worked as teachers of Latin and some wrote Latin grammars themselves (Gylberti). Many missionaries came from other nations than Spain and Portugal, among them Italy (Mamiani, Bertoni, Machoni, Aragona, etc.) and France (Gylberti, San Buenaventura […]). It is likely that they learned Latin from different grammars. […] Portuguese missionaries probably knew the first grammars of Portuguese (Barros and Oliveira). Missionaries of the Hispanic world can be assumed to have heard of the first grammars of Spanish (Nebrija, Anonymous of Louvain, Villalón). We must not exclude the possibility that Hispanic missionaries knew the work of their Portuguese colleagues working in the New World, and vice versa. In the case of Anchieta this seems even probable, since he was a Canarian, educated in Classical and Spanish philology. Unfortunately, it is not a very common feature that Hispanic missionaries mention other sources than Nebrija and, in most instances, they do not mention their sources at all. In the Portuguese tradition, neither Barros nor Oliveira are ever mentioned in the early descriptions of indigenous languages. However, they are contemporary documents and could have been additional sources and this aspect has never been studied satisfactorily [...]" (Zwartjes 2002: 28)

[18] O termo *letra* (de largo uso na metalinguagem gramatical desde a Antiguidade clássica ocidental até o período renascentista) vem da tradição gramatical greco-latina, podendo significar tanto um elemento do plano sonoro (que podemos aproximar do fonema) quanto a representação escrita de uma unidade sonora (o grafema). O contexto de emprego do termo eliminaria a imprecisão da metalinguagem (cf. Desbordes 1995: 101).

primeira gramática da língua castelhana, no qual imprimiu também a influência do gramático Quintiliano (marca da presença da gramática tradicional na gramaticografia renascentista):

Figura 4 – Um método em Nebrija no século XV

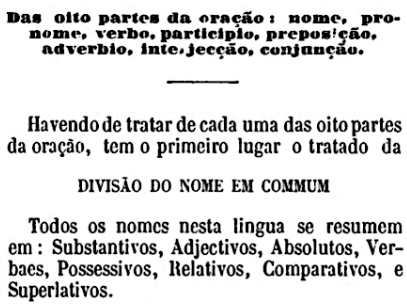

Dize nueſtro Quintiliano en el primero libro
de ſus oratorias iſtitucioneſ: que el que quiere
reduzir en artificio algun lenguaje: primero
es meneſter que ſepa: ſi de aquellas letraſ que eſtan en el
uſo; fobran algunas: e ſi por el contrario faltan otras.

Fonte: Nebrija (1492: s/p; p. 24 de ed. digitalizada).

Foi a descrição da **PALAVRA** que ocupou maior número de páginas nas artes de gramática do Brasil colonial. [19] Entendida como unidade fundamental na descrição de uma língua, formada por **LETRAS** e organizada em **AJUNTAMENTOS**, com outras palavras, resultando em **ORAÇÕES**.

Figueira (como outros jesuítas que escreveram artes de gramática) manteve como modelo a tradição clássica ocidental: a descrição concentrou-se em torno das **PARTES DA ORAÇÃO**: nome, pronome, verbo, particípio, advérbio, preposição, conjunção, interjeição.

Figura 5 – "Partes da oração" em Figueira


Das oito partes da oração: nome, pronome, verbo, participio, preposição, adverbio, interjecção, conjunção.

Havendo de tratar de cada uma das oito partes da oração, tem o primeiro lugar o tratado da

DIVISÃO DO NOME EM COMMUM

Todos os nomes nesta lingua se resumem em: Substantivos, Adjectivos, Absolutos, Verbaes, Possessivos, Relativos, Comparativos, e Superlativos.

Fonte: Figueira (1687[1621?]: 71).

---

[19] Como afirma Swiggers (1997: 9), a gramática clássica ocidental (e pela transferência de modelo as gramáticas missionárias) eram organizadas em torno de categorias (e não de processos que afetam formantes dessas categorias). Daí ser a palavra a unidade fundamental, não havendo espaço para abordagem por unidades significativas menores, como as que chamamos de morfemas. Monzon (1995) aponta, em gramáticas missionárias mexicanas, a existência da percepção do conceito de morfema, ocorrendo com a identificação de "partículas" portadoras de significado. Tal atitude descritiva também pode ser reconhecida nas gramáticas do Brasil colonial, mas essa descrição ocorre a partir do ponto de vista da formação de palavras e não de análises intrínsecas de unidades menores.

Uma das marcas mais evidentes da presença da gramática tradicional na arte de gramática de Luís Figueira é aquela expressa nas similaridades de trechos de autoria de Manuel Álvares (também influenciado por outros gramáticos, como Donato na tradição clássica latina) na sua gramática do latim, escrita em 1572. Álvares foi uma espécie de modelo do fazer gramatical de jesuítas da Companhia de Jesus. Sua gramática latina esteve presente em vários lugares onde os missionários estiveram envolvidos com a colonização e evangelização católica. Não à toa, sua gramática foi editada (ou adaptada) mais de 500 vezes em cerca de 20 territórios em diferentes continentes (na perspectiva geográfica atual: Europa, América, Ásia).

Já em Álvares se encontra a transferência do instrumental greco-latino da Antiguidade Clássica Ocidental,[20] em especial a organização da descrição (divida em três partes: *De Etymologia, De syntaxi* e *De Prosodia*) em torno das chamadas partes da oração (ou ainda partes do discurso, rudimenta). Além, claro, da própria concepção do que era o fazer gramatical como registro baseado nos códigos da escrita com fundo normativo concentrado sobretudo na morfologia e lexicologia.

Essas marcas estão todas em Figueira, como já havia apontado Zwartjes (2002). Por isso que, de fato, ele é exemplar do processo de transferência de um modelo de instrumento linguístico ao inscrever sua gramática do Tupi Antigo em uma linhagem gramatical herdada dos gregos e latinos.

Observe-se a definição de Figueira para as "partes da oração": elas são similares a definições dadas por Manuel Álvares na sua gramática do latim de 1572. Dizia Manuel Álvares: "*Substantiuum seu fixum nomen est, quod per se in oratione esse potest*, ut *dux* imperat, *miles* obtemperat" (Álvares 1832[1572]: 105). Já Figueira, em decalque:

Figura 6 – Substantivo em Figueira

Substantivos são os que podem estar na oração sós por si com o verbo, ut: *Abá omanó*, um homem morreu.

Fonte: Figueira (1687[1621?]: 71).

[20] "A gramática latina tradicional, que vinha recebendo desde a Antiguidade seus contornos definidores, assume no Renascimento, em virtude da emergência das línguas vernáculas e exóticas, o papel de modelo para a sistematização delas." (Navarro 2022: 23)

Mais um exemplo: a definição de Álvares (1972[1572]: f. 60r) para a interjeição *Interiectio est pars orationis, quæ varios animi affectus indicat* está sem dúvida espelhada na de Figueira:

Figura 7 – Interjeição em Figueira

Interjeição é uma parte da oração com que significamos os affectos do animo, com tristeza, dôr, saudades, etc.

Fonte: Figueira (1687[1621?]: 138).

A descrição das relações contraídas entre palavras é outra evidência da tradição clássica gramatical. Figueira descreveu como cada caso se expressaria com base na tradição da gramática latina, mesmo que reconhecesse a ausência de marcas formais para o sistema de marcação de casos (como no latim). Ele indicou, baseado na co-ocorrência de itens lexicais numa estrutura sintática, como as unidades lexicais e morfológicas da língua indígena se assemelhariam aos casos latinos.

Figura 8 – Descrição da palavra em Figueira

Declinação dos nomes por numeros, e casos

Os nomes n'esta lingua commummente não têm distinção de numeros, singular e plural, nem tambem de casos; mas a mesma voz serve em ambos os numeros, e em todos os casos, v. g. *Óca*, casa ou casas: *Apyába*, homem ou homens.

Os numeros porém se distinguem com alguns nomes adjectivos, que servem sómente de singular, ou de plural: ou não havendo estes, se entende do modo de fallar. E os casos se conhecem com algumas preposições; ou modos de collocar os verbos entre si; ou tambem com os verbos.

Fonte: Figueira (1687[1621?]: 13).

Na sua "sintaxa ou construição das partes da oração", estava presente também a base comparativa com o latim: a estrutura sintática (concebida como a forma de combinação entre nomes e verbos) do Tupi Antigo, por não ter casos nem declinações, seria simples.

Figura 9 – "Sintaxa" em Figueira

DA SINTAXA, OU CONSTRUIÇÃO DAS PARTES DA ORAÇÃO

Como nesta lingua não ha variedade de casos, nem de generos, mais que o que se tem visto, fica facil a combinação dos verbos com os nomes, como se verá.

Fonte: Figueira (1687[1621?]: 140).

A presença da gramática tradicional em sua feição latina em especial definiu modos de gramatização do período renascentista que impactou até os manuais de séculos depois como os nossos contemporâneos.

> O fundo latino constitui um fator de unificação teórica que não tem equivalente na história das ciências da linguagem. Ele explica por si só a homogeneidade conceptual dessas disciplinas, o que podemos considerar como sua identidade de metalinguagem. [...] Como essa metalinguagem, qualquer que seja (de fato será aquela das línguas que se vão impor na Europa das nações, do Renascimento à época moderna), terá a mesma estrutura de qualquer outra surgida nas mesmas condições, haverá uma certa equivalência entre as gramáticas das diferentes línguas redigidas em qualquer dos vernáculos em uso. (Auroux 1992: 42)

Uma trajetória histórica de continuidade e em linha paralela com o clima de opinião que culturalmente retomava a Antiguidade Clássica como diretriz em torno do humanismo. Nas artes plásticas, por exemplo, há um sem-número de pintores e escultores que se voltaram a temas consagrados na revisão histórica de um classicismo.

Nesse mesmo diálogo temporal, as línguas (manifestação cultural por excelência) foram percebidas, descritas, pensadas, ensinadas também por um filtro clássico. As gramáticas greco-latinas da Antiguidade foram retomadas (e muitas reeditadas) como um modelo de transferência e adaptação de um saber gramatical que se estabeleceu em definitivo no período moderno da história ocidental (que a rigor também se espalhou pelo Oriente) e configurou gramáticas de vernáculos dos Estados Nacionais europeus dos séculos XV e XVI.

Além do que evidenciamos neste texto, não há dúvida qualquer de que se podem encontrar em grande quantidade (e em tons diversos) marcas da presença de um saber gramatical clássico em toda uma linhagem de gramáticas que contribui para fortalecer nas ideias linguísticas a expressão *gramática tradicional*. Ainda tão usada, seja para o bem, seja para o mal.

3 Tradição gramatical científica e suas marcas em uma gramática pedagógica

Como prática de descrição gramatical, em recorte temporal que vai das últimas décadas dos anos 1800 até pelo menos com destaque os anos 1940, destaca-se aquela que privilegiava a análise de transformações históricas pelas quais passavam as línguas.

Seguindo tradição que se formou no pensamento alemão do século XIX, as primeiras faculdades de Letras no país direcionaram, em torno de uma visão homogeneizante e normativa de língua, os estudos linguísticos para uma concepção histórica e comparativa.[21]

Esses primeiros momentos de constituição de uma comunidade intelectual em torno de especialização em estudos de linguagem no Brasil[22] se caracterizam pela ação de esferas de influência dos países europeus produtores de trabalhos, principalmente, nas línguas alemã, portuguesa, italiana e francesa.

Programas de curso das primeiras faculdades de Letras nos anos 1930 evidenciam a presença dessas influências que, na verdade, já vinham do século XIX.

Falar de linguagem e língua levava em conta trabalhos de autores, consagrados no século XIX, como os dos alemães Franz Bopp (1791-1867), August Schleicher (1821-1868), Friedrich Max Müller (1823-1900), Friedrich Diez (1794-1876) e o do francês Michel Bréal (1832-1915), entre

---

21 "A orientação programática para o estudo da língua era predominantemente histórica. Além da gramática histórica, insiste-se, ao estudar a história da língua, na língua literária, principalmente no estudo dos autores que foram considerados modelos de perfeição linguística. [...] A preocupação com a descrição e a explicação dos fatos sincrônicos é bem menor. Discutem-se e criticam-se algumas noções gramaticais e analisam-se alguns problemas linguísticos [...]. Cabe, no entanto, ressaltar que a explicação de um fato linguístico é sempre de ordem diacrônica." (Fiorin 2007: 97-98)

"Na história do ensino universitário brasileiro, em São Paulo, a Linguística teve sua origem ligada à Filologia Românica - que desenvolvia também estudos de Linguística IndoEuropeia - enquanto a Filologia Portuguesa acolhia os estudos de gramática da Língua Portuguesa." (Orlandi 2002: 195)

"Há um decreto-lei (1.190) de 4 de abril de 1939 que exige dos professores do ensino secundário o curso da Faculdade de Filosofia. Isso desenvolve o interesse pelos estudos filológicos, graças, sobretudo, ao curso de Letras." (Orlandi 2002: 200)

22 "A pesquisa linguística na universidade brasileira surge com a criação dos cursos de Letras. Estes apareceram no Brasil no bojo dos projetos de criação das Faculdades de Filosofia apenas nos anos 30 do século XX. Embora houvesse reivindicações anteriores para a existência de uma formação superior em línguas e literaturas e mesmo uma experiência datada de 1908 na Faculdade de Filosofia São Bento [...] e outra com a criação de uma instituição livre denominada Faculdade Paulista de Letras e Filosofia [...], os primeiros cursos de Letras no Brasil surgem nos anos 30: 1934, na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo; em 1935, na Universidade do Distrito Federal; em 1939, na Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil e na Universidade de Minas Gerais." (Fiorin 2007: 93-94)

outros. Todos parte de um programa filológico ou histórico-comparativo de investigação linguística.

Para os estudos brasileiros de feição diacrônica e comparativa em torno de transformações do sistema linguístico português ainda faziam parte da esfera de influência, no sentido de uma rede de referências que se estabeleceu via leituras e citações, os portugueses Adolfo Coelho (1847-1919), Epifânio Dias (1841-1916), Gonçalves Viana (1840-1919), José Leite de Vasconcelos (1858-1941) e Carolina Michaëlis (1851-1925).

Os grupos em evidência no momento (constituídos principalmente por intelectuais que atuavam no ensino básico nos colégios tradicionais, como o Pedro II e o Colégio Militar[23]) eram aqueles que, ao lado dos dialetólogos, iniciavam um processo de cientificização na área de Letras no Brasil. Nesse processo, elegeu-se o programa filológico ou da gramática histórica como o foco principal de tratamento científico da língua portuguesa.

Na capa de sua *Grammatica descriptiva* (1ª. edição em 1894), Maximino Maciel (1865/1866?-1923) explicita a circunscrição social desse intelectual (espelhando a de um grupo de autores de gramáticas e professores de língua no século XIX brasileiro): aquela do intelectual, médico, advogado e professor do Colégio Militar. Não havia na formação desses professores e gramáticos estudos em Letras especificamente como ensino universitário (ainda que houvesse a concessão de bacharelado para alunos do Pedro II), uma vez que as primeiras faculdades com essa configuração formativa só seriam fundadas na década de 1930.

Figura 10 – Capa da Gramática Descritiva, 5.ed., 1914[1894]

[23] "[...] estes estudos do português são feitos por um grupo de lingüistas que, em torno das atividades do colégio Pedro II, se empenharam em modificar os estudos sobre o português, procurando desvencilhar-se da influência direta de Portugal. Deste modo, tal como se dava na vida intelectual de então, o Brasil abriu-se na procura de outras filiações teóricas que não as vindas através da antiga metrópole. A representação deste grupo se estabelece na instituição escolar brasileira. É assim que o Inspetor da Instituição pública solicitou que um dos mestres do Pedro II, que de algum modo nuclearizava o grupo, apresentasse um programa a ser seguido para os exames preparatórios. Este programa, organizado por Fausto Barreto em 1887, motiva o aparecimento de várias gramáticas no curso de gramatização brasileira do português. São deste momento, sem dúvida decisivo neste processo da gramatização, as gramáticas de Alfredo Gomes, João Ribeiro e Pacheco Silva e Lameira de Andrade [...]." (Guimarães 1996: s/p)

LINGUA PORTUGUEZA

GRAMMATICA

DESCRIPTIVA

BASEADA NAS DOUTRINAS MODERNAS

PELO

DR. MAXIMINO MACIEL

NATURAL DE SERGIPE

Formado em medicina e em direito, professor cathedratico no Collegio Militar, da Sociedade de Medicina e Cirurgia do Rio de Janeiro.

« Lex sum sermonis, linguarum regula certa, qui me non didicit cetera nulla petat. »

BACON.

Fonte: Maciel (1914[1894]).

A tradição brasileira desse período científico se inicia com a publicação da *Grammatica portuguesa* (1881) de Júlio Ribeiro (1845-1890). [24] Gramática que trazia o anseio de se afastar de outras tradições gramaticais. O que levou seu autor a se aproximar do que era o científico de sua época: a orientação histórica e comparativa. Ainda que esse moderno tivesse de conviver com a perenidade do tratamento das classes de palavras ("partes do discurso") e a visada prescritiva associada ao ideal pedagógico de transmissão do bom uso da língua.

Como parte de um processo histórico-social em torno de uma formação que recebeu influências situadas no que se apontou anteriormente, viu-se a formação de uma comunidade de intelectuais brasileiros [25] de diferentes gerações que privilegiava aspectos históricos de observação, sendo reconhecidos posteriormente como grandes nomes da filologia brasileira.

---

24 Cf. em Cavaliere (2022) discussão sobre a primazia temporal de Júlio Ribeiro (em relação à publicação da obra de Hemetério José dos Santos [1853?-1939]) e o critério de publicação como definidor de pioneirismo.

25 "O tipo de liderança exercido por estes filólogos - alguns de personalidade polêmica - bem como o mapeamento da rede de continuidades e descontinuidades que se formou a partir da sua atuação, ainda estão por ser traçados. Mas, admitindo que os termos escolhidos para as designações das cátedras, centros e publicações periódicas deste período refletiam a orientação autorizada para o tratamento de assuntos linguísticos, pode-se afirmar que o grupo de especialidade em evidência até a década de sessenta foi, sem dúvida, o da Filologia." (Altman 1998: 71)

Os gramáticos que aqui destacamos estavam envolvidos na produção e recepção de tratamento gramatical em torno de análises diacrônicas e comparativas do português. Movimentos intelectuais e sociais inseridos no chamado período científico da gramática. Isto é, em uma tradição brasileira de **GRAMÁTICA CIENTÍFICA**. São parte dessa tradição, além dos já citados Júlio Ribeiro e Maximino Maciel: Hemetério José dos Santos (1853?-1939), *Grammatica elementar* (1878); Alfredo Gomes (1859-1924), *Grammatica portugueza* (1887); Manuel Pacheco da Silva Jr. (1843-1899) e Boaventura Plácido Lameira de Andrade (1839-1897), *Noções de grammatica portugueza*; João Ribeiro (1860-1934), *Lições de grammatica portugueza* (1887).[26]

Alguns nomes de uma tradição que chegaria em Ismael de Lima Coutinho. Autor de uma gramática histórica da língua portuguesa referendada até os dias de hoje, produziu décadas após esses primeiros momentos da tradição gramatical científica. Estão em Coutinho marcas de uma tradição que privilegiou perspectiva diacrônica em feição comparativa que chegou ao ensino de língua.

As primeiras gramáticas científicas brasileiras foram publicadas nos anos 1880. Coutinho, cerca de 50 anos depois, manteria viva no Brasil uma tradição gramatical com origens nos métodos da linguística histórico-comparativa europeia.

Uma escrita gramatical que se pautava pela busca de parentescos linguísticos, por identidades fonéticas e morfológicas (com pouco destaque para a sintaxe), pela proposição e apresentação (ou adaptação) de leis fonéticas ou morfológicas com pretensões à universalidade.

Mesmo assim, ainda uma gramática prescritiva (como era a tradição da **GRAMÁTICA TRADICIONAL**). O pendor normativo foi, inclusive, o fator que permitiu a publicação de muitas gramáticas e sua venda por conta da adoção nos bancos escolares e salas de aula (cf. Cavaliere 2022).

A **GRAMÁTICA CIENTÍFICA** brasileira era descritiva, histórica, comparativa e pedagógica. Em perfeita sintonia, portanto, com o clima de opinião do século XIX que enaltecia o conhecimento científico e sua presença, adaptada, nos bancos escolares como estudo de uma história interna das línguas vernaculares.

A produção gramatical dessa tradição voltava-se a descrições de cunho empirista (mesmo que com aproveitamento de dados de segunda mão nem

---

[26] Cavaliere (2022) faz detalhado estudo dessa tradição, inclusive com dados biográficos de gramáticos e autores do período.

sempre declarados) em torno do que era considerado, no espírito positivista de ciência, de fatos observáveis das línguas. Distanciava-se, assim, da tradição especulativa anterior da gramática racional ou filosófica.

Uma tradição que muitas vezes deixaria opaca uma distinção entre linguística e filologia,[27] que retornaria com mais destaque na recepção da concepção naturalista de língua de August Schleicher (1821-1868).[28]

3.1 A gramática científica na gramática histórica pedagógica

Ismael de Lima Coutinho formou-se e atuou no universo clássico de tratamento das línguas. Esse aspecto de sua formação o coloca, bem de acordo com o espírito da época, numa dimensão que reconhecia nos estudos clássicos e no tratamento diacrônico do português as formas privilegiadas de análise linguística. Professor de português, grego e latim, Coutinho colocou a serviço da área sua experiência docente para descrever as transformações, ao longo da história, do sistema linguístico português. Estava inserido, assim, em um programa de investigação de natureza diacrônica que privilegiava uma perspectiva comparativa sobretudo.

Membro de agremiações de pesquisadores – Academia Fluminense de Letras, Academia Fluminense de Filologia, Sociedade Brasileira de Romanistas –, chegou a ser reitor da Universidade Federal Fluminense e ocupou cargos na administração pública voltada para setores da educação e em instituições de ensino, firmando trajetória reconhecida como a de um dos principais filólogos brasileiros.

A obra que o tornaria reconhecido estabelecia em 1938 logo em seu título (*Pontos de gramática histórica* e *Gramática Histórica*, em outras

---

27 "Naturalmente, a avalanche de conceitos e definições conflitantes viria a favorecer o uso indistinto da designação *linguística* e *filologia*, sobretudo no campo dos estudos vernáculos, mais preocupados com a *aplicação* do que com a *formulação* da teoria. Identificava-se tanto como *linguista*, quanto como *filólogo* um dado pesquisador que se ocupasse da gramática comparativa, ou mesmo da investigação sobre a origem do léxico de línguas modernas." (Cavaliere 2022: 427)

28 "Um dos que se dedicaram à distinção entre os campos da filologia e da linguística no Brasil, João Ribeiro (1860-1934) segue, em linhas gerais, a concepção de Schleicher quanto aos limites de competência das duas disciplinas, com acentuada convicção de que à linguística cumpre o estudo da língua no plano de sua evolução natural, ou seja, sem as influências da 'mudança consciente' que se expressa no texto literário." (Cavaliere 2022: 430)

edições) o espaço de formação e atuação em um programa específico de tratamento de língua.

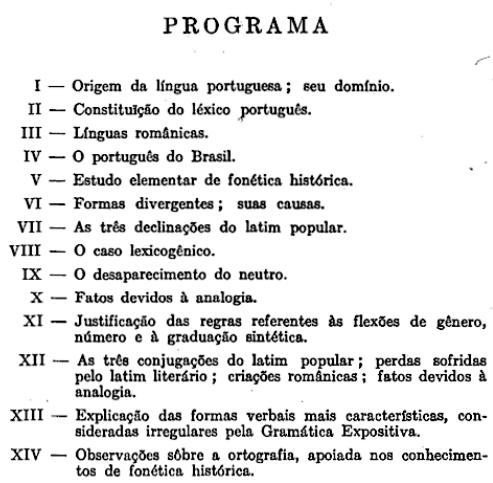
As edições sucessivas de sua gramática e o reconhecimento que os pesquisadores em dimensões históricas de estudo do português lhe proporcionam contribuem para classificar Coutinho como *exemplar* (representante prototípico de um grupo e de um programa de investigação) de uma época na história da gramática no Brasil. Ele é uma espécie de resultado histórico do que no século anterior se tinha firmado como o moderno e científico em termos de descrição gramatical.

Fragmentos textuais permitem reconhecer a aceitação do trabalho de Coutinho: a) o próprio Coutinho afirmou em 1941, no prólogo da 2a. edição que: "a rapidez com que se esgotou a 1a. edição desta obra e os aplausos que recebemos de filólogos e professores animaram-nos a esta 2a. edição"; b) também o autor, em 1962, permite que se vislumbre o interesse pedagógico da gramática: "esperamos que, ainda desta vez, não nos falte com seu favor o público estudantil de nossa terra, em cujas mãos amigas depositamos confiantes esta nova edição"; c) Joaquim Mattoso Câmara (1904-1970) em 1958 se posiciona sobre a gramática de Coutinho nos seguintes termos: "situa-se em alto nível [...] Acresce a exposição clara, metódica e atraente [...]"; d) Carlos Eduardo Falcão Uchôa, organizador das edições mais recentes do livro de Coutinho, apresenta desta forma o trabalho: "para iniciar a sua coleção *Linguística e Filologia*, Ao Livro Técnico preferiu assim reeditar uma das obras mais consagradas até hoje da linguística portuguesa no Brasil".

O sumário da gramática, estabelecendo a circunscrição da obra no programa de estudos diacrônicos sobre o português, evidencia que o autor, ao definir objetivos principais de seu trabalho, automaticamente se colocava em esfera de influência específica, criando, desse modo, um sistema de relações que permite apontar formas e espaços das influências presentes nas suas escolhas.

A divisão da obra apresentava em 1938 tópicos característicos dos programas da filologia e da gramática histórica: a) definição dos campos de estudo inseridos numa perspectiva diacrônica; b) classificação das línguas; c) relações entre dialeto e língua (lembre-se aqui do programa concomitante da dialetologia na época); d) história do latim e das línguas românicas; e) história externa e interna da língua portuguesa; f) descrição gramatical histórica de aspectos sonoros e morfológicos do português (o autor lamenta na introdução o pouco desenvolvimento da sintaxe diacrônica); g) constituição do léxico do português; h) características e história do português brasileiro.

Figura 11 – Indicação sintética do conteúdo de *Pontos de gramática histórica*



PROGRAMA

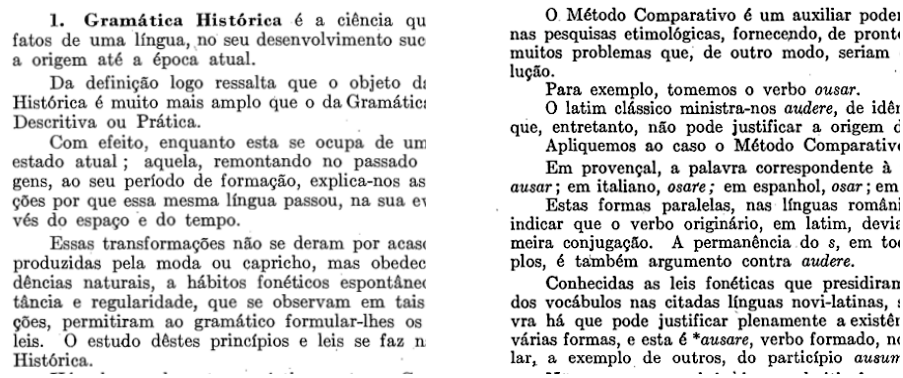
I — Origem da língua portuguesa; seu domínio.
II — Constituïção do léxico português.
III — Línguas românicas.
IV — O português do Brasil.
V — Estudo elementar de fonética histórica.
VI — Formas divergentes; suas causas.
VII — As três declinações do latim popular.
VIII — O caso lexicogênico.
IX — O desaparecimento do neutro.
X — Fatos devidos à analogia.
XI — Justificação das regras referentes às flexões de gênero, número e à graduação sintética.
XII — As três conjugações do latim popular; perdas sofridas pelo latim literário; criações românicas; fatos devidos à analogia.
XIII — Explicação das formas verbais mais características, consideradas irregulares pela Gramática Expositiva.
XIV — Observações sôbre a ortografia, apoiada nos conhecimentos de fonética histórica.

Fonte: Coutinho (1938: 11).

A título de exemplo, a gramática de Júlio Ribeiro em 1881 apresentava estrutura semelhante da que foi adotada em 1938 por Coutinho:

Informações introdutórias na gramática evidenciam a inscrição de Coutinho na tradição da gramática científica brasileira. Ou seja: marcas de uma tradição. Mesmo que não haja filiações explicitamente exploradas, é evidente que seu tratamento gramatical diacrônico e comparativo da língua portuguesa é herança dos gramáticos dos 1800 que exploraram a língua em mirada evolutiva, naturalista e comparativa.

Figura 12 – Páginas iniciais de *Pontos de gramática histórica*



1. Gramática Histórica é a ciência qu
fatos de uma língua, no seu desenvolvimento suc
a origem até a época atual.

Da definição logo ressalta que o objeto d
Histórica é muito mais amplo que o da Gramátic
Descritiva ou Prática.

Com efeito, enquanto esta se ocupa de um
estado atual; aquela, remontando no passado
gens, ao seu período de formação, explica-nos as
ções por que essa mesma língua passou, na sua ev
vés do espaço e do tempo.

Essas transformações não se deram por acas
produzidas pela moda ou capricho, mas obedec
dências naturais, a hábitos fonéticos espontâne
tância e regularidade, que se observam em tais
ções, permitiram ao gramático formular-lhes os
leis. O estudo dêstes princípios e leis se faz n
Histórica.

O Método Comparativo é um auxiliar pode
nas pesquisas etimológicas, fornecendo, de pront
muitos problemas que, de outro modo, seriam
lução.

Para exemplo, tomemos o verbo *ousar*.

O latim clássico ministra-nos *audere*, de idê
que, entretanto, não pode justificar a origem d

Apliquemos ao caso o Método Comparativ

Em provençal, a palavra correspondente à
ausar; em italiano, *osare*; em espanhol, *osar*; em

Estas formas paralelas, nas línguas romãni
indicar que o verbo originário, em latim, devi
meira conjugação. A permanência do *s*, em to
plos, é também argumento contra *audere*.

Conhecidas as leis fonéticas que presidiran
dos vocábulos nas citadas línguas novi-latinas,
vra há que pode justificar plenamente a existê
várias formas, e esta é **ausare*, verbo formado, n
lar, a exemplo de outros, do particípio *ausum*

Fonte: Coutinho (1938: 13;15).

Em *Pontos de gramática histórica*, nomes como os que seguem são citados, direcionando nosso olhar em busca de sua rede de referências, que permite vislumbrar as influências recebidas pelo autor e sua inscrição numa tradição gramatical: a) alguns autores europeus: Bopp, Rask, Humboldt, Renan, Grimm, Miklosich, Diez, Schleicher, Bourciez, Cornu, Schuchardt, Meyer-Lübke, Bréal; b) alguns autores portugueses (destacados por serem influências mais diretas, em relação ao número e à presença de citações e referências): Adolfo Coelho, Leite de Vasconcelos, Carolina Michaëlis, Gonçalves Viana, Epifânio Dias; c) alguns autores brasileiros: Serafim da Silva Neto, Manuel Said Ali, Mário Barreto, Sousa da Silveira, Antenor Nascentes.

Os brasileiros indicados representaram as primeiras gerações que consagraram o universo acadêmico brasileiro e de ensino de língua nas primeiras décadas do século XX em torno dos estudos diacrônicos, como aponta Mattos e Silva (1999: 147-166), "essa concepção e abrangência da Filologia vigorou forte no Brasil até início dos anos sessenta e seu respeitável legado compõe a primeira fase dos estudos linguísticos no Brasil".

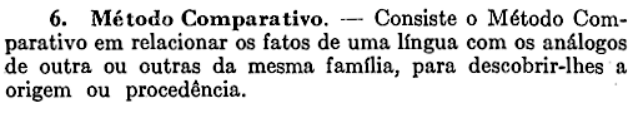
Dessa forma, determinam-se redes de referência e fontes de influência para Coutinho escrever sua gramática histórica. Ao fazer citações diretas ou indiretas, ao utilizar dados presentes em autores consultados e ao referendar outros pontos de vista ou mesmo negá-los, o autor revela suas influências (naturalmente que não de forma programática) e deixa para a história marcas da tradição gramatical à qual se filiava: a tradição da **GRAMÁTICA CIENTÍFICA**.

Nessa tradição, um programa gramatical que tinha como método central a busca comparativa de identidades e diferenças. Desse método, uma história interna das línguas ia sendo construída à luz do que na época era considerado como o moderno em ciências da linguagem.

Em coletânea de ensaios, Maximino Maciel delineava o método seguido: “A affinidade das linguas se torna por isso um facto averiguado, logicamente incontestavel, o qual se pode manifestamente analysar, segundo os dados e processos fundamentaes, consignados pela grammatica comparada” (Maciel 1889: 103).

Se a comparação e a busca de identidades (sobretudo na fonética e na morfologia, áreas centrais da descrição nessa tradição) configurou-se como método privilegiado, foi o cunho histórico a diretriz de um método e o núcleo teórico dessa tradição gramatical.

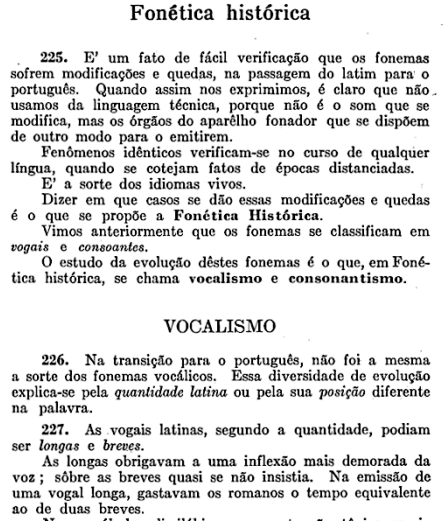
Figura 13 – Marcas da tradição: método comparativo, em Coutinho (1938)



6. Método Comparativo. — Consiste o Método Comparativo em relacionar os fatos de uma língua com os análogos de outra ou outras da mesma família, para descobrir-lhes a origem ou procedência.

Fonte: Coutinho (1938: 14).

Figura 14 – Marcas da tradição: fonética histórica, em Coutinho (1938)



Fonética histórica

225. E' um fato de fácil verificação que os fonemas sofrem modificações e quedas, na passagem do latim para o português. Quando assim nos exprimimos, é claro que não usamos da linguagem técnica, porque não é o som que se modifica, mas os órgãos do aparêlho fonador que se dispõem de outro modo para o emitirem.

Fenômenos idênticos verificam-se no curso de qualquer língua, quando se cotejam fatos de épocas distanciadas.

E' a sorte dos idiomas vivos.

Dizer em que casos se dão essas modificações e quedas é o que se propõe a **Fonética Histórica**.

Vimos anteriormente que os fonemas se classificam em *vogais* e *consoantes*.

O estudo da evolução dêstes fonemas é o que, em Fonética histórica, se chama **vocalismo** e **consonantismo**.

VOCALISMO

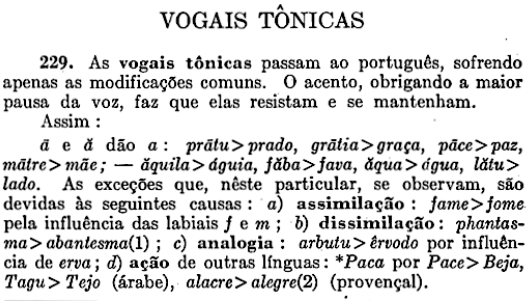
226. Na transição para o português, não foi a mesma a sorte dos fonemas vocálicos. Essa diversidade de evolução explica-se pela *quantidade latina* ou pela sua *posição* diferente na palavra.

227. As vogais latinas, segundo a quantidade, podiam ser *longas* e *breves*.

As longas obrigavam a uma inflexão mais demorada da voz; sôbre as breves quasi se não insistia. Na emissão de uma vogal longa, gastavam os romanos o tempo equivalente ao de duas breves.

Fonte: Coutinho (1938: 152).

Figura 15 – Marcas da tradição: transformações sonoras, em Coutinho (1938)



VOGAIS TÔNICAS

229. As **vogais tônicas** passam ao português, sofrendo apenas as modificações comuns. O acento, obrigando a maior pausa da voz, faz que elas resistam e se mantenham.

Assim:

ā e *ă* dão *a*: *prātu* > *prado*, *grātia* > *graça*, *pāce* > *paz*, *mātre* > *mãe*; — *ăquila* > *águia*, *făba* > *fava*, *ăqua* > *água*, *lătu* > *lado*. As exceções que, nêste particular, se observam, são devidas às seguintes causas: *a*) **assimilação**: *fame* > *fome* pela influência das labiais *f* e *m*; *b*) **dissimilação**: *phantasma* > *abantesma*(1); *c*) **analogia**: *arbutu* > *êrvodo* por influência de *erva*; *d*) **ação** de outras línguas: **Paca* por *Pace* > *Beja*, *Tagu* > *Tejo* (árabe), *alacre* > *alegre*(2) (provençal).

Fonte: Coutinho (1938: 155).

Figura 16 – Marcas da tradição: leis fonéticas, em Coutinho (1938)

b) nos polissílabos, em que há vogal em *"positio debilis."* Diz-se vogal em "posição débil" a que é seguida de grupo consonantal, formado de oclusiva (*b, d, c, g*) e de líquida (*r*). A sílaba em que figurava esta vogal era considerada comum no latim clássico, isto é, podia ou não, receber o acento tônico, segundo as necessidades do verso. Na prosa, porém, era átona. O latim popular tornou-a tônica. O português conservou a acentuação do latim popular. Haja vista aos seguintes exemplos :

Latim clássico		Latim popular		Português
íntegru	>	*intégru*	>	*inteiro*
cáthedra	>	*cathédra*	>	*cadeira*
cólubra	>	**colóbra*	>	*cobra*
álacre	>	*alécre*	>	*alegre*
ténebras	>	*tenébras*	>	*trevas*

Essa deslocação é, de certo modo, atestada por Sérvio, que, na palavra *peragro*, diz recair a acentuação tônica, na pronúncia correta, sôbre o *per : per habet accentum... muta enim et liquida, quotiens ponuntur, metrum juvant non accentum.*

c) em vocábulos que deviam terminar, de acôrdo com a etimologia, em *â* tônico final fechado, se a língua portuguesa os tolerasse. Nêste caso, estão *quinta, campa* e *venta*. No período arcaico, soavam respectivamente *quintãa, campãa* e *ventãa*. A sua origem é o latim *quintana, campana* e *ventana*.

Fonte: Coutinho (1938: 184).

Figura 17 – Marcas da tradição: do latim para o português, em Coutinho (1938)

Um obstáculo, porém, logo surgiu. Os vocábulos portugueses diferem muito, na forma, do ablativo plural latino. E' o que se pode ver :

Português	Latim	
horas	*horis*	(ablativo)
hortos	*hortis*	»
aves	*avibus*	»

Apareceu então uma terceira opinião, hoje sustentada por todos os lingüistas, de que as palavras portuguesas procedem do **acusativo**.

Com três espécies de argumentos, podemos justificar esta opinião :

1) depois da redução dos casos no latim vulgar, só permaneceu, na Ibéria, o **acusativo** ;

2) uma vez emudecido o *m* final do acusativo, fato aliás atestado por todos os gramáticos latinos, já nenhuma dificuldade há para se admitir esta opinião :

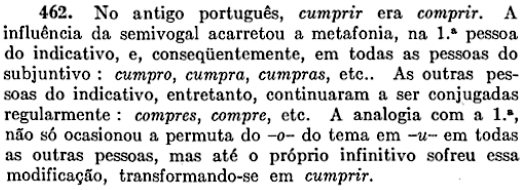
Português	Latim
hora	*hora (m)*
horto	*hortu (m)*
ave	*ave (m)*

3) a desinência plural dos nomes, em nossa língua, é perfeitamente idêntica à do **acusativo** plural latino:

Português	Latim
horas	*horas*
hortos	*hortos*
aves	*aves*

Fonte: Coutinho (1938: 211).

Figura 18 – Marcas da tradição: analogia na mudança linguística, em Coutinho (1938)



462. No antigo português, *cumprir* era *comprir*. A influência da semivogal acarretou a metafonia, na 1.ª pessoa do indicativo, e, conseqüentemente, em todas as pessoas do subjuntivo : *cumpro, cumpra, cumpras*, etc.. As outras pessoas do indicativo, entretanto, continuaram a ser conjugadas regularmente : *compres, compre*, etc. A analogia com a 1.ª, não só ocasionou a permuta do *–o–* do tema em *–u–* em todas as outras pessoas, mas até o próprio infinitivo sofreu essa modificação, transformando-se em *cumprir*.

Fonte: Coutinho (1938: 282).

Nas figuras anteriores, marcas da presença de uma tradição gramatical foram destacadas. Coutinho, como afirmamos, é um dos pontos de chegada da descrição gramatical brasileira apoiada nos métodos de uma linguística histórica e comparativa de base naturalista.

Uma configuração dos estudos sobre a linguagem que teve grande impacto no ensino de língua portuguesa, que se caracterizou nos anos finais da educação básica pela transmissão de aspectos da história interna da língua portuguesa. Foco que se manteve também nas primeiras orientações didáticas para disciplinas nas primeiras faculdades de Letras do país.

Uma tradição que veria seu prestígio, no Brasil, diminuir consideravelmente quando a partir dos anos 1950-1960 a linguística que então se definiria como moderna (como também tinha sido caracterizada a tradição que Coutinho seguira) tiraria de cena o ponto de vista diacrônico, diante do impacto da recepção da linguística sincrônica de Ferdinand de Saussure (1857-1913).

Considerações finais

Foram apontadas marcas de tradições em duas gramáticas com recortes temporais distantes e com circunscrição específica em formas de construção de saberes gramaticais. Duas tradições – a da gramática tradicional e a da gramática científica – que se estabeleceram com propósitos e funções diferentes na longa e diversificada história do conhecimento sobre a linguagem.

A gramática tradicional como forma de pensamento linguístico tem perenidade surpreendente mesmo diante dos confrontos que enfrentou e enfrenta com saberes científicos advindos da moderna ciência linguística. Seu caráter pedagógico e permanência de destaque no ensino de língua é uma das mais fortes exemplificações de continuidade histórica. Pedagógica e prescritiva, já o era nas suas origens. Duas características que ainda motivam

uma escrita gramatical que está a desafiar até hoje os linguistas, os gramáticos e os professores de língua.

Por sua vez, a tradição da gramática científica colocou em diálogo uma histórica presença da filologia como estudo de língua com o que no século XIX se firmou como ciência linguística. Revisitar a história interna das línguas voltou na segunda metade do século XX (após eclipse ocasionado pelo sucesso da linguística sincrônica pós-Saussure) a ser um dos ramos de maior destaque da linguística com o ramo da linguística histórica. Não mais exatamente na perspectiva naturalista e evolucionista dos anos 1800, mas renovada por estudos de natureza gerativista ou funcionalista a renovar as reflexões sobre a mudança linguística. Ao longo do século XX, uma gramática escolar diacrônica deixou de estar presente no ensino e passou a ser reflexão de pesquisa acadêmica. Não sem deixar marcas no imaginário social, que ainda identifica estudos de língua também com o estudo da história da língua. Não à toa, o sucesso impressionante de livros como *Latim em pó: um passeio pela formação do nosso português*, de Caetano W. Galindo (publicado em 2023), e *Assim nasceu uma língua: sobre as origens do português*, de Fernando Venâncio (publicado em 2024), frequentes na lista de mais vendidos desde seus lançamentos.

As marcas de tradições, como as aqui apontadas, reafirmam que nem tudo numa trajetória histórica é ruptura e descontinuidade. Permaneceram historicamente a descrição de base prescritiva (e escrita) das línguas (mesmo quando em destaque o uso linguístico), as comparações que não deixam de manter vivo o imaginário da origem das línguas, a relação gramática e ensino ancorada numa concepção essencialmente formal da língua com impressionante destaque para a fonética (e a uma contraparte escrita na ortografia), a morfologia (seja o estudo das classes de palavras, seja o estudo dos componentes estruturais das palavras), a formação do léxico.

Mesmo que em caminhos e resultados distintos, as duas tradições aqui revisitadas de certo modo apresentam continuidades a desafiar a análise daqueles que se interessam pela história da gramática e a ela se dedicam.

Referências bibliográficas

Altman, Cristina. 1998. *A pesquisa lingüística no Brasil (1968-1980)*. São Paulo: Humanitas.

Altman, Cristina. 2000. As 'línguas gerais' e a empresa missionária colonial. Linguagem e representação metalingüística. In: José R. Bessa Freire & Maria Carlota Rosa (org.), *Línguas Gerais. Política Lingüística e catequese na América do Sul no período colonial*, 77-83. Rio de Janeiro: UERJ.

Altman, Cristina. 2001. As chamadas esferas de influência da pesquisa lingüística brasileira (1940-1960). In: *Historiografias lingüísticas: três questões em produção lingüística*

brasileira (1940-1960). Texto crítico para concurso de livre-docência, FFLCH-USP, São Paulo. MS.

Altman, Cristina. 2009. Retrospectivas e perspectivas da historiografia linguística no Brasil. *Revista argentina de historiografia lingüística* 1(2). 115-136.

Altman, Cristina. 2011. A descrição das línguas 'exóticas' e a tarefa de escrever a história da linguística. *Revista da Abralin* n. esp. 209-230.

Álvares, Manuel. 1972[1572]. *De Institvtione grammatica libri tres*. Ed. facsimilar de J. Pereira da Costa. Funchal: Junta Geral do Distrito Autónomo do Funchal (1.ed.: Lisboa: Joam da Barreira, Tipografia Régia).

Anchieta, José de. 1990[1595]. *Arte de gramática da língua mais usada na costa do Brasil*. Fac-similar da 1.ed. Apres. de Carlos Drumond. Adit. do Pe. Armando Cardoso. São Paulo: Edições Loyola. (1. ed.: Coimbra: Antonio Mariz)

Auroux. Sylvain. 1992. *A revolução tecnológica da gramatização*. [Trad. E.P. Orlandi de originais em francês de 1989 e 1992.] Campinas, SP: Pontes.

Barros, João de. 1971[1540]. *Grammatica da lingua portuguesa***.** Cartinha Gramática, Diálogo em Louvor da Nossa Linguagem e Diálogo da Viciosa Linguagem. Reprod. Fac-similada. Leitura, introdução e Anotações por Maria Leonor Carvalhão Buescu. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

Batista, Ronaldo de Oliveira. 2005. Descrição de línguas indígenas em gramáticas missionárias do Brasil colonial. *D.E.L.T.A.* 21(1). 121-147.

Batista, Ronaldo de Oliveira. 2011a. Uma história dos estudos sobre a linguagem no Brasil: gramáticas coloniais, diversidade linguística e processos histórico-sociais. *Todas as Letras. Revista de Língua e Literatura* 13(1). 112-127.

Batista, Ronaldo de Oliveira. 2011b. A gramática histórica no Brasil da década de 1930: uma análise em torno do argumento da influência. *Filologia e Linguística Portuguesa* 13(2). 369-383.

Batista, Ronaldo de Oliveira. 2013. *Introdução à historiografia da linguística*. São Paulo: Cortez.

Batista, Ronaldo de Oliveira. 2020. *Fundamentos da pesquisa em historiografia da linguística*. São Paulo: Mackenzie.

Batista, Ronaldo de Oliveira. 2025. *Cinco perguntas sobre histórias da linguística*. São Paulo: Pá de Palavra.

Borges Neto, José. 2022. *História da gramática*. Curitiba: Ed. UFPR.

Buescu, Maria Leonor Carvalhão. 1978. *Gramáticos portugueses do século XVI*. Lisboa: Biblioteca Breve.

Cavaliere, Ricardo. 2014. *A gramática no Brasil*: ideias, percursos e parâmetros. Rio de Janeiro: Lexicon.

Cavaliere, Ricardo. 2015. O conceito de gramática no percurso da gramaticografia brasileira do século XX. *Revista argentina de historiografia lingüística* 7(2). 115-125.

Cavaliere, Ricardo. 2022. *História da gramática no Brasil*: séculos XVI a XIX. Petrópolis, RJ: Vozes.

Coutinho, Ismael de Lima. 1938. *Pontos de gramática histórica*. São Paulo: Companhia Editora Nacional.

Desbordes, François. 1995[1990]. *As concepções sobre a escrita na Roma antiga*. [Trad. F. Moretto e G. Machado do orig. em francês.] São Paulo: Ática.

Donatus. 1864 [±350]. *De partibus orationis. Ars Maior + Ars Minor (De arte grammatica libri)*. Ex recensione Henricii Keilii. Leipzig: B. G. Teubner.

Figueira, Luís. 1880[1621(?)]. *Arte de grammatica da lingua brasilica*. 3.ed. ed. e anot. por Emilio Allain. Rio de Janeiro: Lombaerts & C. (1.ed. *Arte da Lingva Brasilica*, Lisboa: Manoel da Silva).

Fiorin, José Luiz. 2007. A criação dos cursos de Letras no Brasil e as primeiras orientações da pesquisa linguística universitária. In: Leonor Lopes Fávero; Neusa Barbosa Bastos & Sueli Marquesi (org.), *Língua Portuguesa - pesquisa e ensino*. Volume I, 93-104. São Paulo: Educ/Fapesp.

Fortes, Fábio & Julia Burghini. 2021. *Os gramáticos latinos*: Varrão, Quintiliano, Donato e Prisciano. Campinas, SP: Ed. Unicamp; Curitiba, PR: Ed. Da UFPR.

Galindo, Caetano W. 2023. *Latim em pó*: um passeio pela formação do nosso português. São Paulo: Companhia das Letras.

Gomes, Alfredo. 1920[1887]. *Grammatica Portugueza*. 18.ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves.

Guimarães, Eduardo. 1996. Maximino e um pouco de história. *Relatos*, n. 3. Disponível em: https://www2.iel.unicamp.br/webdocs/iel/hil//publica/relatos_03.html. Acesso: 3/9/2024.

Guimarães, Eduardo. 1998. Grammaires bresiliennes. *Histoire, Epistemologie, Langage*, hors série 2. 417-422.

Laudan, Larry. 1977. *Progress and its problems*. Berkeley: University of California Press.

Leite, Marli Quadros. 2007. *O nascimento da gramática portuguesa*: uso e norma. São Paulo: Humanitas: Paulistana.

Maciel, Maximino. 1889. *Philologia portugueza, ensaios descriptivos e historicos sobre a língua vernacula.* Rio de Janeiro: Typographia José Dias de Oliveira.

Maciel, Maximino. 1914[1894]. *Grammatica descriptiva baseada nas doutrinas modernas.* 5.ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves.

Mamiani, Luis V. 1877[1699]. *Arte de Grammatica da Lingua Brasilica da Naçam Kiriri*. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional (1.ed.: Lisboa: Miguel Deslandes).

Marins, Ânderson. 2022. Quatro pilares da tradição gramatical. *Cadernos de Pós-Graduação em Letras* 22(1). 100-115.

Mattos e Silva, Rosa Virgínia. 1999. Orientações atuais da linguística histórica brasileira. *D.E.L.T.A.* 15. 147-166.

Navarro, Eduardo. 1995. *Problemática lingüística do Renascimento às missões e as gramáticas da língua tupi de José de Anchieta e Luiz Figueira*. Tese de Doutorado. FFLCH/USP, São Paulo.

Navarro, Eduardo. 2022. *A era das gramáticas: a questão das línguas na época do Renascimento e das Grandes Navegações*. Campinas, SP: Pontes.

Nebrija, Antonio de. 1492. *Arte de la lengua castellana*. Salamanca: Juan de Zuñiga.

Orlandi, Eni. 2002. *Língua e conhecimento linguístico*: para uma história das ideias no Brasil. São Paulo: Cortez.

Pacheco Silva Jr., Manuel & Boaventura Lameira de Andrade. 1887. *Noções de grammatica portugueza*. Rio de Janeiro: J.G. de Azevedo.

Ribeiro, João. 1887. *Exames de portuguez. Lições de grammatica portugueza, coordenadas segundo o programma de 1887*. Rio de Janeiro: Livraria Clássica de Alves & Com.

Ribeiro, Júlio. 1881. *Grammatica portuguesa*. São Paulo: Typografia de Jorge Seckler.

Robins, R.H. 1979[1967]. *Pequena História da Lingüística*. [Trad. L.M.M. de Barros do orig. em inglês.] Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico.

Rodrigues, Aryon Dall'Igna. 1998. O conceito de língua indígena no Brasil, I: os primeiros cem anos (1550-1650) na costa leste. *Línguas e Instrumentos Linguísticos* 1. 59-78.

Rosa, Maria Carlota. 1992. Descrições missionárias de língua geral nos séculos XVI-XVII: que descreveram? *Papia* 2(1). 85-98.
Rosa, Maria Carlota. 1995. Acerca das duas primeiras descrições missionárias de língua geral. *Ameríndia* 19/20. 273-284.
Rosa, Maria Carlota. 1997. As línguas bárbaras e peregrinas do Novo Mundo segundo os gramáticos jesuítas: uma concepção de universalidade no estudo de línguas estrangeiras. *Revista de Estudos da Linguagem* 6(2). 97-149.
Rosa, Maria Carlota. 2020. *Um brasileiro, um angolano e uma gramática do quimbundo*. Vila Real: CEL-UTAD.
Santos, Hemetério José dos. 1877. *Grammatica elementar da lingua portuguesa.* Rio de Janeiro: Serafim José Alves Editor.
Swiggers, Pierre. 1997. *Histoire de la pensée linguistique*. Paris: PUF.
Swiggers, Pierre. 2019. Historiografia da linguística: princípios, perspectivas, problemas. In: Batista, Ronaldo de Oliveira (org.), *Historiografia da linguística*. São Paulo: Contexto, 45-80.
Venâncio, Fernando. 2024. *Assim nasceu uma língua*: sobre as origens do português. São Paulo: Tinta da China.
Vieira, Francisco Eduardo. 2018. *A gramática tradicional*: história crítica. São Paulo: Parábola.
Zimmermann, Klaus (ed.). 1997. *La descripción de las lenguas amerindias en la época colonial*. Frankfurt am Main: Vervuert; Madrid: Iberoamericana.
Zwartjes, Otto. 2002. The description of the Indigenous languages of Portuguese America by the jesuits during the Colonial Period. The impact of the Latin grammar of Manuel Álvares. *Historiographia Lingvistica* 29(1/2). 19-70.

Capítulo 2

Uso e norma em instrumentos linguísticos

Norma e uso nas gramáticas em Portugal

Ana Alexandra Silva
Universidade de Évora – Portugal
Centro de Estudos em Letras

Introdução

A norma refere-se ao conjunto de regras, convenções e padrões que regulam o uso de uma determinada língua. Esta abrange a variedade linguística tida como "padrão", ou seja, aquela que é aceitável numa determinada comunidade de falantes. A norma linguística é, geralmente, estabelecida e promovida por estabelecimentos de ensino, meios de comunicação social, instituições culturais, podendo variar de acordo com o contexto geográfico e histórico. Ao conceito de norma está associado o conceito de uso, sendo este a utilização que os falantes fazem do sistema linguístico que têm ao seu dispor.

O uso implicará a existência de desvios, ocorrendo estes por razões diversas, como a criatividade (na literatura, por exemplo), ou variações linguísticas (diacrónicas, diastráticas, diatópicas e, ainda, situacionais). O desvio não implica necessariamente um erro, embora muitas vezes esteja a ele associado, podendo ser apenas um momento de evolução linguística, ou seja, um momento em que a norma é colocada em causa. O uso com desvios pode constituir uma variação legitimada pelos utilizadores da língua. Num contexto em que a noção de (in)correção é inevitável, a língua revela que alguns enunciados podem ser considerados incorretos, enquanto muitas frases corretas poderão não ser utilizadas.

São muitas as definições que existem do conceito de norma, mas todas tocam os mesmos pontos. Santos (2006: 56) define a norma como um sistema de realizações obrigatórias, imposições sociais e culturais. A autora defende que a distinção entre norma e sistema constitui um mecanismo fundamental para a compreensão do mecanismo de mudança linguística, ou seja, "Se a norma reflecte o equilíbrio do sistema num determinado momento, a mudança na norma altera esse equilíbrio." (Santos 2006: 57). Será este equilíbrio entre o uso e uma norma, que tanto pode ser normal como normativa, que percorre o pensamento linguístico-gramatical em Portugal.

O estudo que apresentamos divide-se em três momentos. Numa primeira etapa, procederemos a uma breve contextualização histórica dos conceitos de norma e uso no período entre 1536 e 1822, utilizando para tal o corpus

definido por Barbara Schäfer-Prieß (2019)[1]. Não se pretende uma análise exaustiva, mas tão-somente o levantamento das principais ideias relacionadas com os conceitos de norma e de uso. A segunda parte faz o levantamento do conceito de norma em dicionários em linha, mostrando como este conceito é hoje entendido pelos utilizadores (sejam eles estudantes, ou simples curiosos da língua). Não sendo este o foco do nosso estudo, considerámos importante dar esta visão mais contemporânea, de acesso fácil e imediato. Finalmente, a última parte visa a análise dos conceitos de norma e de uso em gramáticas de português contemporâneas, nomeadamente, Celso Cunha e Lindley Cintra, *Nova gramática do português contemporâneo*, edição de 1987, Maria Helena Mira Mateus et al., *Gramática da Língua Portuguesa*, edição de 2003, Mário Vilela, *Gramática da Língua Portuguesa*, edição de 1999 e Eduardo Raposo et al., *Gramática do português*, edição de 2013. A opção por gramáticas de cariz científico, em vez de didático-pedagógico, foi consciente, pois as primeiras promovem uma abordagem descritiva da língua, enquanto as segundas funcionam como instrumentos de normalização linguística no âmbito do sistema escolar.

A análise do pensamento de cada autor sobre os conceitos em estudo permitirá compreender de que forma as gramáticas de língua portuguesa expressam as suas posições sobre a dicotomia norma-uso. Procura-se, sobretudo, uma reflexão sobre o passado que aponte caminhos para o futuro da língua portuguesa, concebida como um organismo vivo em constante evolução e presente em regiões geograficamente distintas.

Contextualização histórica (1536–1822)

O conceito de norma, aplicado às gramáticas de língua portuguesa, consolidou-se entre o final do século XIX e o início do século XX, embora as ideias de correção linguística sejam muito mais antigas. A conceção moderna de norma gramatical está ligada ao processo de codificação e padronização das línguas nacionais, impulsionado pela expansão dos sistemas educacionais.

As primeiras gramáticas de língua portuguesa, datadas do século XVI, *Gramática da língua portuguesa* (1536) de Fernão de Oliveira e *Gramática*

[1] Barbara Schäfer-Prieß apresenta uma cronografia detalhada das gramáticas que foram publicadas, desde Fernão de Oliveira (1536) até Jerónimo Soares Barbosa (1822), focando a sua atenção nas edições que viram a luz do dia, na bibliografia secundária, na biografia do autor, no plano da obra, nas fontes e, finalmente, na receção da obra (Schäfer-Prieß 2019: 11-80) Ver anexo.

da língua portuguesa (1540) de João de Barros, são obras de cariz normativo, cujo objetivo era regular o uso da língua tendo em consideração o que se entendia por "correto" para a época. A *Gramática* de Fernão de Oliveira apresenta a fonética do português, descreve uma teoria de composição e derivação das palavras da língua portuguesa e estabelece normas ortográficas. Fernandes (2008) refere que a *Grammatica* de Fernão de Oliveira "(...) visa fundamentalmente estabelecer os princípios normativos da língua portuguesa, especialmente no respeitante à ortoépia." (Fernandes 2008: 92). Fernão de Oliveira preocupa-se em fornecer aos seus leitores os instrumentos necessários para "ler bem" e "falar bem". Curiosamente, esse mesmo tipo de preocupação não se estende à escrita. Já na *Gramática* de J. de Barros, encontramos uma forte influência da tradição gramatical latina, caracterizando-se pelas *artes grammaticae* e pela aproximação entre o português e o latim. J. de Barros privilegia o carácter pedagógico da sua gramática, de natureza prescritiva, valorizando a autoridade "dos doutos". D. Barros (2001), no estudo que desenvolveu sobre esta obra, defende que a norma natural está aí patente. Segundo a autora, essa norma consiste num sistema rígido, que não prevê desvios, nem variações, concebendo a língua como "única, homogênea, sem variação" (Barros 2001: 13). Parte-se, assim, da premissa de que, se um elemento não estiver presente na gramática, ou no dicionário, então, não poderá ser reconhecido como parte legítima do uso da língua.

D. Barros (2001) identifica mais dois tipos de "discurso da norma", para além da "norma natural" já atribuída à gramática de João de Barros. A autora aponta para a existência de uma norma boa ou má, de carácter essencialmente prescritivo, onde a língua é encarada como "heterogênea, mas com usos hierarquizados" (Barros, 2001: 13) Com base nessa conceção, admite-se uma gradação na aceitabilidade da norma, que pode incluir, ou não, factos linguísticos da norma culta. Entre a "norma culta" e aquilo que se encontra "fora da norma" há diferentes graus de aceitabilidade do uso e de agramaticalidade, isto é, usos considerados proibidos, por violarem a norma. Na visão de D. Barros (2001), a norma prescritiva inclui quatro patamares, enquanto a norma natural pode incluir até seis graus diferenciados, conforme se observa no 1. Quadro.

Norma culta				Fora da norma	
1º	2º	3º	4º	5º	6º
Usos naturais quer na oralidade,	Usos prescritos na escrita e na oralidade	Usos aceites tanto na escrita	Usos aceites na oralidade, mas	Usos proibidos tanto na escrita	Usos que existem quer na escrita, quer

quer na escrita		como na oralidade	recusados na escrita	como na oralidade	na oralidade
	Norma prescritiva				
Norma natural					

1. Quadro adaptado de D. Barros (2001: 14)

D. Barros (2001) apresenta ainda um terceiro tipo de norma, ou mais precisamente, a ausência de uma norma da qual dependem todas as variantes: "A norma perde assim seu caráter 'natural' ou 'prescritivo', para ser pensada como 'usual'." (Barros, 2001: 14)

Os séculos seguintes testemunharam o surgimento de gramáticas de carácter essencialmente normativo, como a de Amaro de Roboredo (1619). No mesmo contexto de intersecção entre a língua portuguesa e o latim, destaca-se *Regras da língua portugueza, espelho da língua latina* de Jerónimo Contador de Argote (1721), uma obra de carácter prescritivo. Os desvios não tolerados pela norma não são tratados por este autor (Schäfer-Prieß, 2019: 302).

Em 1770, foi publicada *Arte da grammatica da língua portuguesa* de António José dos Reis Lobato, a primeira gramática oficial no contexto das reformas escolares do Marquês de Pombal, tornando-se um marco para a gramática como manual escolar.

A maioria dos autores adota definições estereotipadas do conceito de "gramática", como a ideia de que se trata da 'arte de falar e escrever corretamente'. Esse é o caso de Figueiredo (1799), que associa o conceito de 'arte' à obediência a regras prescritivas. António de Morais Silva (1806), por sua vez, distingue entre gramática universal e gramática particular, o que indica uma abordagem normativa na sua obra (Schäfer-Prieß 2019: 142).

António Lopes Ribeiro (1819), na sua *Theoria do Discurso*, afirma que "Ora, as palavras, ou sons articulados são de todos os signaes os mais aptos, para conseguirmos o fim de hum tão importante objeto [...]; mas, para que estes signaes possão fielmente representar o que se passa no nosso espirito, he necessário que sejão aplicados com arte; (...)." (Ribeiro 1819: 45-46). No contexto apresentado por Ribeiro (1819), 'arte' corresponde a 'norma', ou seja, a um conjunto de regras que todos devem seguir, sem espaço para criatividade linguística ou variações.

Jerónimo Soares Barbosa, na sua *Grammatica philosophica da língua portugueza* (1822) destaca o uso da língua na conceção de uma gramática, com o objetivo de promover o pensamento lógico. As regras e os exemplos, por si sós, não seriam suficientes para aprender a utilizar a língua na expressão do pensamento (Schäfer-Prieß 2019: 137-138).

Outra questão associada ao conceito de norma é o seguimento dos modelos dos bons autores, os quais estão também ligados ao conceito de correção. Barbosa afirma mesmo que "Entre as diferentes pronunciações, de que usa qualquer Nação nas suas diferentes províncias, não se póde negar que a da Corte, e território, em que a mesma se acha, seja preferível ás mais, e a que lhes deva servir de regra." (Barbosa 1822: 50) A norma aparece, assim, ligada a questões extralinguísticas. Por ser na corte que se falava corretamente, deveria ser esse o padrão a ser seguido nas demais regiões, estratos sociais e/ou culturais.

O conceito de norma gramatical na língua portuguesa consolidou-se, como vimos, entre os séculos XIX e XX, embora já fosse abordado nas primeiras gramáticas do século XVI, como as de Fernão de Oliveira e João de Barros. Ao longo dos séculos, gramáticos como Amaro de Roboredo, Jerónimo Contador de Argote e António Lopes Ribeiro reforçaram a norma como um conjunto fixo de regras, muitas vezes influenciadas pelo latim. No século XIX, Jerónimo Soares Barbosa destacou a relação entre norma e pensamento lógico, enquanto o discurso da corte era visto como modelo. A norma gramatical refletia, assim, questões pedagógicas, culturais e sociais.

"Norma" nos dicionários

O *Dicionário Priberam da Língua Portuguesa* define norma como o "Conjunto de preceitos e regras que determina o que deve ou não ser usado numa língua ou que corresponde ao que é de uso corrente numa determinada comunidade linguística (ex.: *norma culta*) (consultado dia 28/01/2025 em https://dicionario.priberam.org/norma) Outro recurso online, *Infopedia*, refere que norma é uma "série de princípios que determinam o que deve ser escolhido entre os usos de uma língua, tendo em conta um dado ideal estético ou sociocultural." (consultado dia 28/01/2025 em https://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa/norma)

O *Dicionário Houiass da Língua Portuguesa* (online) define "norma" como "tudo o que é de uso corrente numa língua relativamente estabilizada pelas instituições sociais." (consultado dia 28/01/2015 em https://houaiss.uol.com.br/houaisson/apps/uol_www/v7-0/html/index.php#2)[2]

[2] O link conduz à página do dicionário, porém, é necessário registo do utilizador para consulta da entrada.

As três definições apresentadas jogam com a dualidade entre, por um lado, norma, e, por outro, o uso. A norma, só por si, não existe sem o uso. Seja definida por uso corrente, ideais estéticos ou socioculturais, ou pelas instituições sociais, a norma é sempre uma escolha entre muitas. Essa escolha é feita por cada sociedade, num determinado momento da sua história e não está relacionada com a língua enquanto objeto de estudo.

O *Dicionário Terminológico* não refere o conceito de "norma", mas o de "normalização linguística" definindo-o como o "Resultado do processo segundo o qual uma variedade social e/ou geográfica, convertida em língua padrão, se torna num meio público de comunicação: a escola e os meios de comunicação passam a controlar a observância da sua gramática, da sua pronúncia e da sua ortografia." (Consultado dia 28/01/2025 em https://dt.dge.mec.pt/index.php?id=n318) O *Dicionário* refere também que a língua padrão constitui uma variedade social de uma língua, historicamente legitimada para servir de comunicação entre os falantes de uma comunidade linguística de classe média e alta. (Consultado dia 28/01/2025 em https://dt.dge.mec.pt/index.php?id=n318)

As quatro definições apresentadas permitiram realizar uma pequena análise estatística, revelando as palavras mais frequentes.

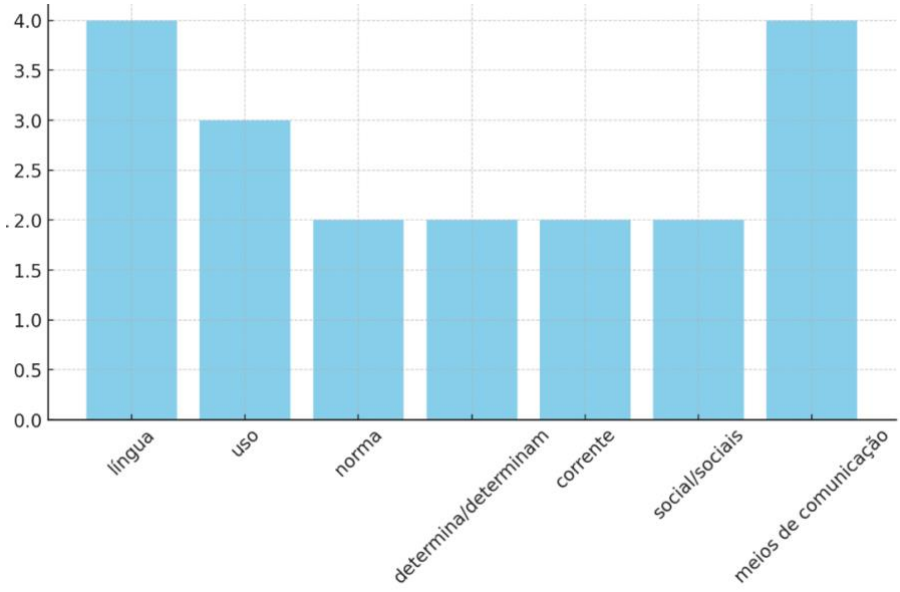


Gráfico 1 – Frequência das unidades lexicais nas definições dos dicionários

Os termos mais recorrentes nas definições de norma linguística reforçam a ideia central da sua existência e aplicação no uso da língua, destacando tanto a sua variação como a sua influência social. Termos como "língua",

"uso" e "norma" são mais frequentes, pois são fundamentais para compreender o conceito de norma gramatical. O termo "língua" remete diretamente para o sistema de comunicação e suas variações, enquanto "uso" está ligado à forma como a língua é usada pelos falantes. "Norma", por sua vez, é o princípio regulador que orienta o uso da língua, estabelecendo padrões que são amplamente aceites dentro de uma comunidade linguística.

Além disso, termos como "meios", "comunicação" e "social/sociais" surgem com frequência, evidenciando o contexto de controlo e difusão da norma. O termo "meios" refere-se aos canais pelos quais a norma linguística se espalha e é reforçada, como a educação formal e os meios de comunicação de massa. "Comunicação", por sua vez, destaca a função da norma como um instrumento para assegurar a clareza e a compreensão mútua entre os falantes de uma língua, enquanto "social" aponta para a dimensão social da norma, enfatizando o papel das instituições e das comunidades na sua imposição e manutenção. Esse contexto de controlo não se limita apenas ao aspeto linguístico, mas também envolve questões de poder, prestígio e identidade cultural, pois as normas linguísticas estão frequentemente associadas a grupos sociais dominantes ou a um ideal de "língua correta".

A interação entre estes termos sublinha a complexidade da norma linguística, que não é apenas uma construção gramatical, mas também um reflexo das dinâmicas sociais e culturais que moldam a forma como a língua é usada e entendida dentro de uma determinada sociedade.

"Norma" e "uso" nas gramáticas contemporâneas

O conceito de norma culta como a variante linguística de prestígio, utilizada pelas camadas mais educadas da sociedade, começou a ser explorado sistematicamente na linguística moderna, mais especificamente no século XX.

O conceito de uso, em contraposição ao de norma, passou a ser incorporado nas gramáticas da língua portuguesa de modo mais explícito a partir do século XX. Entretanto, já no século XIX, como pudemos observar, alguns gramáticos e linguistas apontavam o uso da língua falada como uma força relevante na normatização, ainda que com uma abordagem teoricamente menos desenvolvida.

O uso, como força que influencia a gramática da língua, interlaça-se com discussões sobre variação linguística e o reconhecimento de que a língua evolui, adaptando-se às necessidades dos falantes. Celso Cunha e Lindley Cintra reconheceram o papel do uso real da língua na definição da norma, ainda que a norma culta fosse a variedade de prestígio a ser seguida. Na

Nova Gramática do Português Contemporâneo (1987), os autores distinguem claramente norma e uso. A primeira constitui o conjunto de regras sancionadas, enquanto a segunda representa o reconhecimento de que os falantes podem introduzir variações que, a médio e longo prazo, podem provocar transformações na língua (Cunha & Cintra 1987: 2-3). Os autores reconhecem que qualquer variedade da língua tem o potencial para ser norma, uma vez que todas são estruturadas em sistemas e subsistemas adequados às necessidades dos seus falantes. Porém, é inegável a ligação à estrutura social e aos valores da sociedade que resulta numa avaliação, ou melhor, numa hierarquização das diferentes variedades. A norma atua como ideal linguístico de uma comunidade. No prefácio da *Nova Gramática* (1987), os autores referem que pretendem descrever o português contemporâneo; contudo, o intuito normativo torna-se evidente quando recomendam que as diversas normas deverão ser tidas em consideração para tal empreendimento.

Cunha e Cintra (1987: 4) argumentam que "Do valor normativo decorre a sua função coercitiva sobre as outras variedades (...)". Assim, "Numa língua existe, pois, ao lado da força centrífuga da inovação, a força centrípeta da conservação, que, contra-regrando a primeira, garante a superior unidade de um idioma como o português, falado por povos que se distribuem pelos cinco continentes." (Cunha & Cintra 1987: 4). Após a reflexão apresentada sobre os conceitos de norma e de uso, os autores avançam para a "noção de correto", afirmando o carácter prescritivo da gramática que criaram. Explicam que "Todo o nosso comportamento social está regulado por normas a que devemos obedecer, se quisermos ser corretos." (Cunha & Cintra 1987: 6), destacando que a língua não possui um estatuto especial que a isente das normas coercitivas. Citando Coseriu, os autores advogam pela importância da expressão individual (variedade) e da comunicação interindividual, enquanto garantia da intercompreensão: "A linguagem expressa o indivíduo por seu carácter de criação, mas expressa também o ambiente social e nacional, por seu carácter de repetição, de aceitação de uma norma, que é ao mesmo tempo histórica e sincrónica (....)" (Cunha & Cintra 1987: 7).[3]

A questão colocada pelos autores passa pela aceitação de que, se uma língua pode abarcar vários sistemas, poderá também admitir múltiplas normas. Estas últimas representam modelos, ou seja, "escolhas que se consagraram dentro das possibilidades de realizações de um sistema

[3] Citação de Eugenio Coseriu (1956). *La geografía linguística*. Montevideo, Universidad de la República.

linguístico." (Cunha & Cintra 1987: 7). Segundo os autores, numa língua espalhada por territórios geográficos distantes, o conceito apropriado será o de norma, uma vez que este "(...) implica um maior liberalismo gramatical" (Cunha & Cintra 1987: 8).

Para determinar o que pode ou não ser considerado correto numa língua — identificando o que é obrigatório, facultativo, aceitável, inadequado ou inadmissível —, é essencial empreender investigações cuidadosas. Os linguistas, ao longo dos tempos, têm-se dedicado ao desenvolvimento de métodos que permitem descrever detalhadamente as variedades cultas, tanto na língua falada quanto na escrita, procurando definir com maior precisão o conceito de "correção" em cada idioma (Cunha & Cintra 1987: 8) Anos mais tarde, João Andrade Peres e Telmo Móia (1995) reforçam que uma língua tão amplamente dispersa no espaço geográfico, como é o caso do português, não constitui uma entidade uniforme, mas apresenta, necessariamente, uma quantidade considerável de variantes. Apesar de se atribuir a certas formas um estatuto de "variante", em oposição à norma, isso não implica que estas "(...) enquanto objectos linguísticos" (Peres & Móia 1995: 13) tenham menos valor. São razões de ordem histórica, social, geográfica e cultural que determinam que uma variante alcance o estatuto de norma. Assim, os autores adotam uma postura descritiva, embora façam uma advertência: "'Daqui não se infira, porém, que consideramos que não existe desvio ou erro linguístico, que as línguas são tão flexíveis, que tudo admitem nos diferentes planos em que se organizam" (Peres e Móia 1995: 13).

Mário Vilela (1999: 6) apresenta a sua *Gramática* como estando ao serviço da língua portuguesa mas, "(...) a partir do conhecimento que as 'pessoas' têm realmente do funcionamento da língua ou das línguas." O conceito de norma adotado pelo autor insere-se numa tríade composta pelo sistema e pelo uso. A norma é "(...) o resultado do fixado historicamente pelo uso e, eventualmente, determinado pelas instituições (...)." (Vilela 1999: 30) A norma implica a seleção de certos elementos e relações dentro do sistema, entendidos como obrigatórios. Resulta, por conseguinte, daquilo que foi historicamente determinado (Vilela 1999: 36). Seguindo os ensinamentos de Coseriu, M. Vilela (1999) reconhece que é necessário aceitar a diversidade dos usos e relativizar o valor da norma: "(...) a a-gramaticalidade ou in-aceitabilidade de enunciados resulta do facto de não encontrarmos situações adequadas para os 'gramaticalizar' ou tornar aceitáveis." (Vilela 1999: 30-31).

A *Gramática da Língua Portuguesa* de Mateus et al. (2003) discorre sobre o conceito de "padrão", referindo que este não é mais do que uma variedade dialetal que tende a fossilizar-se, caracterizando os falantes que a

utilizam como aqueles que falam "corretamente". Acrescenta que "A utilização normativa do padrão tem sido apresentada como prestigiante em alguns dos meios de comunicação e nas situações mais formais e institucionais." (Mateus et al. 2003: 34). É este padrão que será utilizado no sistema escolar e em todas as situações consideradas formais e/ou institucionais. É evidente que o afastamento do padrão pode, potencialmente, levantar questões de gramaticalidade (Mateus et al. 2003: 34). A ênfase atribuída pelos autores está na descrição dos fenómenos linguísticos, argumentando que nenhuma variedade pode ser considerada mais correta do que outra. As comunidades linguísticas devem determinar qual a variedade a adotar e quais as circunstâncias em que a escolha de uma ou outra variedade será considerada adequada. Por oposição ao padrão, elemento ideal que existe num contexto abstrato, o uso da língua é entendido pelos autores desta gramática como algo fundamental: "(...) a linguagem é fundamentalmente utilizada para fins sociais, o seu uso é uma espécie de acção conjunta que envolve a produção de sentido por parte de quem fala e a compreensão por parte de quem ouve (...)." (Mateus et al. 2003: 57). Neste contexto, a norma (ou padrão) e o uso situam-se em duas esferas diferentes. A primeira corresponde a um espaço essencialmente prescritivo, ou seja, um modelo que se impõe por via da escolaridade, das instituições públicas e privadas, enquanto a segunda, o uso, descreve como a língua se manifesta quando "realizada" pelos falantes. A interação verbal assume posição central na descrição do que acontece nesse meio (Mateus et al. 2003: 57-84).

Na "Introdução" da mais recente *Gramática do Português* (Raposo 2013), refere-se que o objetivo principal é descrever "(...) de modo tão exaustivo quanto possível, a língua portuguesa na sua variedade europeia contemporânea." (Raposo 2013: XXV) Reconhece-se a diversidade intrínseca da língua, uma vez que cada falante a utiliza para suprir as suas necessidades comunicativas: "As línguas [...] são entidades altamente diversificadas, apresentando variação de acordo com a origem geográfica, o nível de instrução, a profissão e a idade dos falantes, entre outros fatores." (Raposo 2013: XXV). Como esta é uma gramática de carácter descritivo, a ênfase recai na descrição dos usos e não na normativização ou identificação do "inaceitável" ou "agramatical". Este princípio é reiterado na "Introdução" quando se afirma: "(...) a perspetiva adotada na sua elaboração é estritamente descritiva, e não prescritiva." (Raposo 2013: XXVI). Assim, a *Gramática* não apresenta regras normativas que favoreçam uma variante em detrimento de outra, nem rejeita formas gramaticais por não estarem dentro do determinado pela norma. Muitos dos usos considerados erros e/ou desvios

são, na realidade, ocorrências frequentes e refletem a constante evolução da variação linguística (Raposo 2013: XXVI).

Embora o conceito de norma não seja o adotado, destaca-se o de "português-padrão", reconhecido como um dialeto que, por razões históricas, políticas, sociais e culturais, adquiriu um estatuto privilegiado. Este é o dialeto ensinado nas escolas, usado nos meios de comunicação social e na escrita formal. "A este dialeto chama-se português-padrão, e também variedade (ou variante) culta do português. Por motivos metodológicos e práticos, a *Gramática* tem principalmente como objeto de estudo o português-padrão." (Raposo 2013: XXV-XXVI) Os autores pretendem que esta *Gramática* ofereça ao leitor uma "(...) visão da heterogeneidade da língua, tomando consciência da multiplicidade dos seus usos." (Raposo 2013: XXVI)

Os padrões sociais, psicológicos e gramaticais constituem motores de inovação da língua (Raposo 2013: 17). A tónica, neste contexto, recai sobre a mudança linguística. Rita Marquilhas (Raposo 2013: 17) afirma que "(...) a língua fisicamente realizada nunca é homogénea." Embora as propriedades abstratas da língua sejam codificadas, o uso que os falantes fazem dessas propriedades revela-se amplamente diferenciado: "Os falantes distinguem-se uns dos outros em termos sociais, geográficos e educacionais, as intenções comunicativas variam constantemente (...)" (Raposo 2013: 17) Neste equilíbrio de forças, entre o impulso de mudança e a necessidade de codificação rigorosa, deve prevalecer um compromisso ou, como R. Marquilhas (Raposo 2013: 17) sugere "ajustamentos".

Apresentamos, a seguir, um quadro síntese com os principais conceitos presentes em cada uma das gramáticas analisadas.

Autores	Norma	Uso
Celso Cunha & Lindley Cintra (1987)	Conjunto de regras sancionadas, atuando como um ideal linguístico de uma comunidade. Representa modelos linguísticos hierarquizados socialmente. Possui um valor normativo e coercitivo.	Reconhecimento de que os falantes introduzem variações que podem gerar mudanças na língua. Está ligado à expressão individual e à comunicação interindividual.
Mário Vilela (1999)	Resultado do que foi historicamente fixado pelo uso e sancionado por instituições. Implica a seleção de certos elementos do sistema linguístico, tornando-os obrigatórios.	Diversidade de usos deve ser aceite. A gramaticalidade de um enunciado depende da sua aceitabilidade em determinados contextos.
Mateus et al. (2003)	Padrão linguístico que tende a fossilizar-se, mas prestigiado e	A linguagem é essencialmente social e

	utilizado em contextos formais e institucionais.	interativa, sendo o uso uma ação conjunta entre falante e ouvinte. O uso descreve como a língua é efetivamente realizada pelos falantes.
Raposo et al. (2013)	Não adota o conceito de norma, mas sim o de "português-padrão", uma variedade dialetal com estatuto privilegiado por razões históricas, políticas e sociais.	Ênfase na variação linguística e na mudança da língua ao longo do tempo. O uso pode gerar inovações que influenciem a estrutura linguística.

2. Quadro: Síntese dos conceitos de norma e uso nas gramáticas/autores selecionados (autoria própria)

A relação entre norma e uso é abordada de diferentes maneiras pelos autores analisados. Celso Cunha & Lindley Cintra (1987) veem a norma como um conjunto de regras sancionadas, socialmente hierarquizadas e com valor coercitivo, reconhecendo, no entanto, o papel das variações introduzidas pelos falantes. Mário Vilela (1999) destaca a norma como um resultado histórico sancionado por instituições, mas defende a aceitação da diversidade de usos, considerando a gramaticalidade dependente do contexto. Mateus et al. (2003) descrevem a norma como um padrão fossilizado, mas prestigiado em contextos formais, enfatizando o caráter social e interativo do uso da língua. Já Raposo et al. (2013) substituem o conceito tradicional de norma, adotando a ideia de "português-padrão", uma variedade dialetal privilegiada por fatores extralinguísticos, e destacam o papel da variação e da mudança linguística impulsionadas pelo uso.

A mudança linguística implica sempre um certo grau de instabilidade, pois, ao introduzirem variações, os falantes acabam por gerar propriedades abstratas. Ou seja, a tendência para a norma permanece presente, mesmo quando o uso procura atuar como um elemento disruptivo para o sistema.

Considerações finais

A relação entre norma e uso tornou-se um tema central para a linguística moderna. O uso representa a base empírica sobre a qual as normas são estabelecidas. Contrariando a visão tradicional das gramáticas prescritivas, a língua é um sistema dinâmico e em constante evolução, sendo desejável que a norma reflita o uso real de uma determinada comunidade linguística.

Dessa forma, a norma pode ser entendida como um princípio geral que orienta a avaliação dos atos linguísticos, permitindo classificá-los como

corretos ou incorretos. A noção de correção está, portanto, estreitamente relacionada com a de norma. Desde as primeiras gramáticas do século XVI, Fernão de Oliveira (1536) e João de Barros (1540), a norma foi concebida de maneira prescritiva, estabelecendo critérios de correção linguística baseados no latim e na tradição erudita. Ao longo dos séculos, diversas gramáticas reforçaram a visão normativa, como as de Amaro de Roboredo (1619) e António José dos Reis Lobato (1770), esta última desempenhando um papel fundamental no sistema educacional português.

A correção linguística sempre esteve associada a critérios sociais e extralinguísticos, privilegiando a norma culta da corte. No entanto, a investigação linguística do final dos séculos XX e início do XXI procurou romper com essa abordagem prescritiva, adotando uma perspetiva descritiva. A superação dessa visão tradicional passou pela rejeição inicial da diferenciação qualitativa entre os diversos usos linguísticos, o que permitiu a reintegração do conceito de norma no campo da linguística enquanto disciplina científica. Assim, a norma passou a referir-se a padrões de uso recorrentes, afastando-se de juízos de valor não fundamentados cientificamente. Nesse sentido, a norma passou a ser definida pelo que é regular e recorrente, e não pelo que é prescritivo, reconhecendo-se a existência de múltiplas normas correspondentes aos diferentes grupos que compõem uma comunidade linguística.

Nos dicionários, a norma é definida como um conjunto de regras sancionadas socialmente, refletindo a interdependência entre o uso e a prescrição. O *Dicionário Terminológico* reforça a ideia de que a norma é o resultado de um processo de normalização linguística, consolidado por instituições como a escola e os meios de comunicação.

A partir do século XX, os gramáticos começaram a incorporar a distinção entre norma e uso. Cunha e Cintra (1987) reconhecem que o uso pode transformar a norma, mas defendem a função reguladora da gramática. Vilela (1999) e Mateus et al. (2003) defendem que a norma resulta de escolhas históricas e sociais, enquanto o uso reflete a dinâmica real da língua. Na *Gramática do Português* (Raposo et al., 2013), a diversidade linguística e a variação são reconhecidas como inerentes ao idioma, reafirmando que a norma é uma construção social e histórica, e não uma entidade fixa.

A norma gramatical na língua portuguesa evoluiu de um caráter rigidamente prescritivo para uma abordagem que reconhece a variação e o uso linguístico, sem, contudo, comprometer a sua função reguladora na comunicação formal.

Referências

Barros, Diana. 2001. O discurso da norma na gramática de João de Barros. *Alfa: Revista de Linguística*, 45(1), 11–32.

Cunha, Celso, & Lindley Cintra. 1987. *Nova gramática do português contemporâneo*. Lisboa: Edições João Sá da Costa.

Fernandes, Gonçalo. 2008. A Grammatica da Lingoagem Portuguesa (Lisboa 1536) de Fernão de Oliveira (1507-1581) e a linguística portuguesa contemporânea. *Revista da Academia Brasileira de Filologia*, 5(1), 90–107.

Mateus, Maria Helena Mira et al. 2003. *Gramática da língua portuguesa*. 6ª edição. Lisboa: Editorial Caminho.

Peres, João & Telmo Móia. 1995. *Áreas críticas da língua portuguesa*. Lisboa: Editorial Caminho.

Raposo, Eduardo et al. 2013. *Gramática do português*. Vol. I. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

Santos, Isabel. 2006. *Norma e codificação. A produção linguístico-gramatical portuguesa*. Dissertação de Doutoramento em Linguística Portuguesa. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

Schäfer-Prieß, Barbara. 2019. *A gramaticografia portuguesa até 1822: Condições da sua génese e critérios de categorização, no âmbito da tradição latina, espanhola e francesa*. Centro de Estudos em Letras: Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro.

Vilela, Mário. 1999. *Gramática da língua portuguesa*. 2ª edição. Coimbra: Livraria Almedina.

Anexo

Corpus de gramáticas coligido por Barbara Schäfer-Prieß (2019)

João de Barros, *Grammatica da língua portuguesa* (1540)
Amaro de Roboredo, *Methodo gramatical para todas as línguas* (1619)
Bento Pereira, *Ars grammaticae pro língua lusitana addiscenda* (1672)
Jerónimo Contador de Argote, *Regras da língua portuguesa, espelho da língua latina* (1721)
António José dos Reis Lobato, *Arte da grammatica da língua portugueza* (1770)
Bernardo de Lima e Melo Bacelar, *Gramática filosófica, e ortografia racional da língua portuguesa* (1783)
Francisca de Chantal Álvares, *Breve compendio da gramática portuguesa* (1786)
João Joaquim Casimiro, *Methodo gramatical resumido da língua portuguesa* (1792)
Pedro José de Figueiredo, *Arte da grammatica portugueza* (1799)
Pedro José da Fonseca, *Rudimentos de grammatica portugueza* (1799)
Manuel Dias de Sousa, *Gramatica portugueza* (1804)
*Compendio da grammatica por*tugueza (1804) – autor anónimo
Jerónimo Soares Barbosa, *As duas línguas, ou Grammatica Philosophica da língua portugueza, comparada com a latina* (1807)
João Joaquim Casimiro, *Methodo grammatical resumido* (1811)
Manuel Pedro Tomás Pinheiro e Aragão, *Memorias curiosas para a grammatica filosófica da língua portuguesa* (1812)
Antonio José Batista, *Compendio de grammatica, e orthografia portugueza* (1816)
Francisco Soares Ferreira, *Elementos de grammatica portugueza* (1819)
Antonio Leite Ribeiro, *Theoria do discurso* (1819)
Sebastião José Guedes Albuquerque, *Grammatica portuguesa* (1820)
Manuel Borges Carneiro, *Grammatica, orthografia e arithemica portugueza* (1820)
Jerónimo Soares Barbosa, *Grammatica philosophica da língua portugueza* (1822)

O trabalho de Schäfer-Prieß serviu de base para a síntese das gramáticas apresentadas no estudo, conforme indicado na primeira parte do artigo. (Schäfer-Prieß, Barbara. 2019. *A gramaticografia portuguesa até 1822. Condições da sua génese e critérios de categorização, no âmbito da tradição latina, espanhola e francesa*. Centro de Estudos em Letras: Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro.)

A norma linguística no contexto brasileiro: conceito e características

Marli Quadros Leite
Universidade de São Paulo – Brasil

Considerações iniciais

O problema da *norma linguística* foi, durante muito tempo, assunto marginal no campo da Linguística brasileira. Quando a Linguística se constituiu como ciência,[1] no início do século XX e fixou como seu objeto de estudos "a língua", criou a concepção de que seu interesse exclusivo seria o de descrever a produção linguística de falantes, que, compilada em *corpora*, era analisada sem nenhuma consideração de outra ordem que não a especificamente linguística. Essa postura teórico-metodológica opunha-se à atitude considerada avaliativa e valorativa, *prescritiva*, dos gramáticos e filólogos. Cristalizou-se, então, outra atitude, a *descritiva*, pretensamente objetiva. Instalou-se, assim, a dicotomia traduzida pelos termos *descritivismo* x *prescritivismo* para designar essas duas posições. A ideia era a de que os *descritivistas* faziam (fazem) a verdadeira linguística, isenta de valorações, enquanto os *prescritivistas* faziam (fazem) a gramática tradicional e se ocupa(va)m de fatos não científicos, que envolvem julgamentos de valor (certo/errado) baseados na ideologia do grupo dominante, sobre os usos que a sociedade faz da língua.

Nem mesmo as discussões sobre *esquema*/*norma*/*uso*/*fala* de Hejmslev, da década de quarenta do séc. XX, nem os de Coseriu sobre *sistema*/*norma*/*fala*, da década de cinquenta do mesmo século,[2] que incluíram a norma na pauta das reflexões sobre a língua, de modo muito diferente da concepção tradicional do termo, tiveram o condão de despertar a atenção da massa de linguistas para o problema. Em termos relativos, comparativamente à produção científica sobre linguagem e língua, a **produção teórica** sobre *norma linguística* não é quantitativamente significativa. Dentre os mais importantes, ou mais conhecidos, podemos citar, primeiro, os trabalhos de

[1] Tal como se entende modernamente esse termo.

[2] Como o próprio autor explica na introdução do livro *Teoria da linguagem e linguística geral*, os artigos que o integram foram publicados em edições independentes entre 1952 e 1957. Reunidos em um volume, esses textos apareceram em 1961, em Montevidéu. No Brasil, a Presença Edições traduziu e publicou o livro em 1987.

Hejmslev (1943) e Coseriu (1961), antes referidos, publicados com os seguintes títulos: *Langue et parole* (Hjelmslev 1943) e *Sistema, norma e fala* (Coseriu 1952). Depois, os que integram o nº 16 da revista *Langue Française*, de 1972, dentre os quais se encontra o artigo de Alain Rey, *Usages, jugements et prescriptions linguistiques*, muito conhecido no Brasil porque, dentre outros motivos, foi a base das discussões sobre o assunto para fixação do conceito de *norma culta* pelo Projeto NURC/SP.[3] Outra obra importante é *La norme linguistique*, organizada por Édith Bedard e Jacques Maurais,[4] publicada em 1983, pelo Conselho de Língua Francesa do Governo do Québec, na qual estão incluídos o texto de Alain Rey, já citado, e o *Normes linguistiques, normes sociales, une perspective antropologique*, do canadense Stanley Aléong. Esses textos são utilizados como fundamento de muitas pesquisas brasileiras, especialmente de integrantes do Projeto NURC/SP.[5] Outra obra fundamental à discussão da norma linguística é *La raison, le langage et les normes*, do francês Sylvain Auroux (1998), em que o autor, um filósofo da linguagem e estudioso de teorias linguísticas e temas do campo das ciências da linguagem, tratou do assunto percorrendo outros domínios do conhecimento. Lembramos, também, o volume *Genèse de la (des) norme(s) linguistique(s)*, organizado por Daniel Baggioni (1994), no qual há textos de especialistas de diversas áreas que discutem o conceito de norma.

No âmbito dos estudos filosóficos, outros autores partilham dessa ideia da normatividade da linguagem e da linguística. Stovall (2021), no artigo "Rationality, autonomy, and obedience to linguistic norms", diz:

> In this paper I use conceptual resources developed by the classical American pragmatists and their descendants to argue that punctate linguistic acts are governed by rules in a sense that has been neglected in the recent literature on the normativity of language.

Também Shimamura e Tiisala (2023) defendem a normatividade da linguagem, especificamente no terreno dos sentidos. Outro Autor a ser invocado nesse sentido é Peregrin (2022), que afirma: "Recent decades are marked by the upswing of the use of the term 'normativity' not only in philosophical discussions, but increasingly also within reports of empirical scientists".

---

[3] Cf. *Apresentação* em Castilho e Preti (1986 e 1986-1987), volumes I e II.

[4] Traduzida por Bagno (2001).

[5] Dada a recorrência a essa obra, alguns de seus textos foram traduzidos e publicados no Brasil pela Loyola, em 2001, num volume intitulado *Norma linguística*.

Apesar de saber da expansão da "onda" de conhecimento acerca dessa propriedade da "norma / normatividade" em outros campos do conhecimento, este texto trata do que está mais próximo das reflexões teóricas voltadas aos estudos da linguagem, à exceção do Direito pela tradição do tratamento teórico sobre esse tema.

No Brasil, o volume *Linguística da norma* (Bagno org. 2002), publicado pela Loyola, reúne artigos de quatorze pesquisadores brasileiros, que tratam de problemas relacionados ao tema. Dentre esses, poucos discutem teoricamente o assunto, a maioria parte de conceitos estabelecidos para comentar questões específicas de análise (variação linguística, mudança, preconceito) e de ensino do português no Brasil. Dentre outros, podemos citar: "Norma padrão brasileira: desembaraçando alguns nós", de Carlos Alberto Faraco (2008); "Norma linguística e realidade social", de Dante Luchesi (2002); e "Variação, mudança e norma" (2002) e "O português são dois... novas fronteiras, velhos problemas" (2004), de Rosa Virgínia Mattos e Silva.

Ao verificar a bibliografia dos artigos do volume em questão, observamos que, dentre os textos teóricos usados para a fundamentação das pesquisas, predominam os de Coseriu, Rey e Aléong, o que confirma o que dissemos antes.

1 O surgimento do termo norma

1.1 Breve análise histórica de dicionários franceses

Baggioni (1994, 272-80) mostra como, em francês, o conceito de *usage* evolui até o de *norme*. Pelos registros dos primeiros dicionários e enciclopédias (Richelet 1680; Furetière 1690; Académie 1694; Encyclopédie 1751-77 e 1835; Bescherelle 1846), o termo *usage* encerrava toda a concepção que no século XIX o dicionário de Littré (1863-72) passou a registrar como *norme*. Para melhor conhecimento do problema, vale a pena mostrar algumas dessas acepções (Apud op. cit.) .

Dicionários franceses ***Usage* – Século XVII**	
Dictionnaire de Richelet (Genève, 1680)	*USAGE [usus loquendi] : Ce mot se dit en parlant du langage, & en ce sens, il n'a point de pluriel. Il y a deux sortes d'usages. Le bon et le mauvais. Le mauvais se forme du plus grand nombre des personnes qui ne parlent ni bien ni exactement. Mais le bon usage est la façon de parler de la plus saine partie de la Cour, conformément à la façon d'écrire de la plus saine partie des Auteurs du temps. Le bon usage est le Tyran, ou le Roy, ou l'Arbitre, le Souverain, ou le Maître des langues. (...)*
Dictionnaire universel de Furetière (La Haye-Rotterdam, 1690)	*USAGE, signifie aussi Mode, ce qu'on pratique, ce dont on se sert… En ce sens on le dit particulièrement des langues, de la manière de les parler. Vaugelas a montré la différence du bon& du mauvais usage, comment il fallait juger du bel usage, que l'usage était le roy, le tyran, le maître, l'arbitre souverain des langues ; que l'usage l'emportait sur la raison, sur les règles de la Grammaire. (...)*
Dictionnaire de l'Académie françoise (Paris, 1694)	*USAGE. S. m. coutume, pratique reçue… (...)*

Observe-se aqui que o termo "Usage" aparece em sentido preciso, único para referir a linguagem, somente no **singular**. Outro ponto é a referência ao **bom** e **mau uso**.

Furetière avança em relação ao que diz Richelet, que concorda com a divisão de *bom* e *mau* uso preconizado por Vaugelas. Mas aqui se vê também que o uso "prevalecia sobre as regras da gramática". Sobre isso, contradiz Richelet sobre o uso exclusivo do termo no singular, citando um verso de Mollière: "Cette grande roideur des vertus des vieux âges / Heurte trop nôtre siècle et les communs usages".

Esse dicionário traz nove verbetes "Usage".

Dicionário francês ***Usage* - Século XVIII**	
Encyclopédie **(Paris, 1751-1772 | 1ª ed. 1694)** Article Usage, (Gram.), vol. XVII (1765), p. 516a–519b (E. R. M. B.) [Beauzée]	*Usage, s. m. (Gram.) : (...) C'est pourquoi j'ai cru devoir définir une langue, la totalité des usages propres à une nation pour exprimer les pensées par la voix*

Dicionários franceses *Usage* **– Século XIX**	
Dictionnaire universel de la langue française, avec le latin; manuel de la grammaire (1834, 1ère édition 1830)	*USAGE, s. m. Usus. [...] habitude de parler une langue. (...)*
Dictionnaire national ou universel de la langue française de Bescherelle (1846)	*USAGE : Emploi qu'ont fait des mots de la langue, tel que la coutume l'a réglé. L'usage est l'arbitre souverain des langues, est le tyran des langues. (...)*
Dictionnaire de l'Académie françoise (Paris, 1835)	*USAGE (...) Il se dit particulièrement de L'emploi qu'on fait des mots de la langue, et il offre deux sens bien distincts. En général, il se dit de L'emploi des mots, tel que la coutume l'a règle. (...) Quelquefois, il se dit de l'emploi particulier qu'on fait des mots, soit que, servi par son talent et consultant l'analogie, on trouve les moyens neufs de s'exprimer, soit qu'on tombe dans des fautes qu'entraîne le défaut de gôut et de raison.*

Os dois primeiros dicionários desse quadro seguem a lição de Vaugelas. O terceiro, por sua vez, já começa a desenhar novo conceito, pois o uso, tanto pode ser referente à prática consuetudinária quanto do emprego particular que o falante faz das palavras, seja quando, apoiando-se em seu talento e consultando a analogia, encontra meios novos de expressão, seja quando incorre em erros que decorrem da "falta de gosto e de razão". A valoração do uso está também presente, embora em outro contexto.

Até essa época, os dicionários franceses não haviam registrado o termo *norme*. Foi o dicionário de Littrè (1863-72) que o apresentou primeiro, embora o autor não tivesse oferecido muitas explicações para o termo; depois, o de Larousse organizou o verbete numa acepção ainda hoje moderna, embora não diretamente relacionada à língua.

Dicionário francês *Usage* **e** *Norme* **– Século XIX**	
Dictionaire Littré (1863-72)	*USAGE... 6. Emploi ordinaire des mots, tel qu'il est dans la bouche du plus grand nombre. Que, pour cet effet [la correction de la langue], il serait bon d'établir un usage certain des mots [pour le style noble, le médiocre et le bas]. (...) NORME... Règle, loi.*
	NORME... Ce mot est nouveau dans la langue, et il exige de la part de celui qui l'entend prononcer pour la première fois un certain effort d'attention. Le point de départ du droit est dans l'idée de la 'norme', qui résulte elle-même de l'idée de la force collective. La 'norme' est l'état régulier, normal, produit par la balance des forces. La 'norme' des forces inorganiques, a dit un économiste moderne, est purement statique. C'est le point d'équilibre en deçà et au-delà duquel elles réagissent comme attaquées dans leur existence individuelle. (...)

Littré faz um verbete imenso sobre "usage", atribuindo-lhe inúmeros sentidos, em recenseamento que coleciona muito do que se falou sobre o termo. O mais notável é que, no respeitante à linguagem, seu diálogo envolve *uso* e *razão,* essa envelopando o que é relativo à lógica e à gramática, sentido subjacente ao que se diz por "bom" e "mau" uso, respectivamente. O trecho refere ao que 'está na boca", mas o conteúdo total do verbete revela que ele trata da produção falada e escrita.

O uso inaugural do termo "norma" em referência à linguagem concretiza a ideia de regra, porém, no sentido do que já estava estabelecido pelos falantes, por meio de "força coletiva

A referência do autor a "economistas" revela como estava atento ao que se passava em outros domínios do conhecimento e trouxe o termo "norme" para o campo da linguagem, por enxergar sua pertinência, talvez para cobrir o conteúdo trazido à tona por Vaugelas, expressado por meio dos termos valorativos "bom" e "mau". É importante discutir um pouco a entrada do termo "norma" nesse terreno de estudo, pois sua entrada poderia ter organizado a miscelânia de sentidos já existentes no tocante ao termo "uso" (*usage*), mas nada mudou, talvez até tenha trazido outras dúvidas.

Vou-me valer de comentários que o linguista francês Muller (1982) faz sobre esse verbete acerca da "ideia de norma e uso" para Littré, apresentando

um panorama do debate sobre o "uso" na língua francesa e destacando sua ambivalência. O autor reconhece tanto a força criativa e legitimadora do dicionarista quanto suas limitações e possíveis excessos. Ao trazer contribuições de autores como Bossuet, Voltaire e Condillac, provoca uma reflexão sobre o equilíbrio entre a espontaneidade do uso e a intervenção racional das regras, uma tensão que ainda ecoa na linguística moderna.

Se o conceito de "bom uso" (*bon usage*) não ocupa um papel central na mente do lexicógrafo, como observa Charles Muller, o termo simples "uso" (*usage*) está onipresente no *Dictionnaire de Littré*. Na definição atribuída ao termo no artigo específico, "emprego ordinário das palavras, tal como ocorre na fala da maioria", Muller reconhece certa simplicidade, até mesmo certa decepção por tal afirmação vaga ou simplista. No entanto, ele adverte que seria um erro interpretar essa definição de forma literal e restringi-la ao vocabulário, especialmente ao da língua falada. As citações que acompanham a definição, cuidadosamente selecionadas por Littré, revelam nuances mais profundas.

Muller informa que, embora Littré mencione "*bom uso*" apenas uma vez — em uma citação a François de Caillières (1692), que diferencia "*bom*" e "*mau*" uso — o foco maior recai sobre a *soberania do uso*, uma ideia explorada desde Vaugelas e Horácio. O "uso" é celebrado por Bossuet como o "pai das línguas", detentor do direito de criá-las e regulá-las. Voltaire, por sua vez, tem visão crítica sobre a força do uso para e na língua, diz: “O uso, infelizmente, sempre prevalece sobre a razão. Porém, Condillac contradiz o pessimismo de Voltaire e reconhece a supremacia do uso, pois afirma: “O uso não é tão desprovido de fundamento na razão quanto se afirma; ele se estabelece com base no que sentimos, e o sentimento é muito mais seguro do que as regras dos gramáticos".

Assim, por essa “polêmica”, mostrada aqui *en passant* é possível ter-se ideia do quanto difícil sempre foi a compreensão sobre uso e norma linguísticos. É possível dizer que se trata de uma aporia. Mesmo assim, é importante seguir a discussão havida no curso do tempo sobre o assunto.

Em dicionários mais recentes, ainda conforme Baggioni (op. cit.), a acepção do termo aparece já de modo diferente, como foi, depois, aproveitada em várias disciplinas das ciências humanas, inclusive pela Linguística. Dentre dicionários arrolados pelo autor, dos quais apenas alguns serão aqui mencionados, encontram-se:

Dicionários franceses *Norme* **– Século XX**	
Dictionnaire alphabétique et analogique de la langue française de Paul Robert (1953-64)	*NORME n. f. (XIIe s. mettre norme à, régler; rare jusqu'au XIXème s.; emprunt au lat. norma, équerre).* *"Type concret ou formule abstraite de ce qui doit être, en tout ce qui admet un jugement de valeur: idéal, règle, but, mode suivant les cas"(LALANDE. cf. ci-dessous Normatif, cit.). V. Canon, loi, principe, règle. Norme juridique, social. (Cf. Autonomie, cit. 3). Etablissement d'une norme par les grammairiens (cit. 3).* *DER. – (du même rad.: Normal. Normatif, ive adj. Grammaire descriptive et grammaire normative (cf. aussi Grammaire, cit. 8).*
Grand Larousse de La Langue Française (GLLF), (1971-78)	*NORME ... 4. En grammaire, système d'instructions définissant ce qui doit être choisi parmi les usages d'une langue donnée si l'on veut se conformer à un certain idéal esthétique ou socio-culturel.*
Nouveau Robert d'Alain Rey (1983)	*NORME ... 4. Ling. [a] (sens objectif). Ce qui, dans la parole, le discours, correspond à l'usage général (opposé d'une part à système, d'autre part à discours). [b] (Sens . prescriptif). Usage d'une langue valorisé et considéré comme préférable (=Normatif.)*

Na segunda metade do século XX, o tema já estava em outro patamar, a discussão sobre uso, antes predominante, desapareceu e deu lugar à norma, que chegou forte depois da importância das ideias de Durkheim, por exemplo. Aparece no verbete do Robert a ideia de "concreto" (regra), "abstrato" ("ideal"), ao lado da referência a "valor, que recobre a ideia de "bom" e "mau" uso de antes. Aparece a referência à "norma jurídica" e "social" e, finalmente "estabelecimento de norma pelos gramáticos.

Aparecem as expressões "gramática descritiva e gramática prescritiva. Enfim, os termos "normal" e "normativo" surgem.

Vale, ainda acrescentar que o Novo Aurélio da Língua Portuguesa (1986, 2ª edição) ainda não trazia a acepção linguística do da palavra *uso*.

Essa apresentação dos conceitos vigentes já há bom tempo, apresentados por ordem cronológica, permite que se possa analisar como, a partir do conhecimento e da definição de *uso*, se construiu a noção de norma linguística. Pelo que se verificou, o termo *norma*, tal como o usamos hoje em Linguística, "proveio" dos sentidos atribuídos à palavra *uso* ao longo dos séculos. Como vimos, a maioria das acepções da palavra *uso* traz a ideia do *uso em geral*, do hábito linguístico dos que falam a língua, de um lado, e do *uso particular*, o 'bom uso', de outro. Esse é extraído, para o francês, pelo menos, do modo de falar da Corte e do modo de escrever dos autores contemporâneos, conforme a descrição de Vaugelas (1647) sobre o *uso,* bem como sua classificação e conceituação de "*bom* e *mau uso*", adotadas desde o dicionário de Richelet. As discussões de hoje parecem não se diferenciar, substancialmente, do que já foi dito.

A seguir, mostro rapidamente como os dicionários brasileiros tratam desses dois termos.

1.2 Panorama dos termos uso e norma em dicionários de língua portuguesa

A análise de alguns dicionários da língua portuguesa apontou que, no percurso histórico de suas edições, não houve verbetes *uso* e *norma*, tal como consta nos franceses o registro dessas palavras empregadas em referência à linguagem. A acepção aparece, em dicionários brasileiros, no fim da década de noventa do século XX, no *Novo Aurélio – O dicionário da língua portuguesa – Século XXI*, publicado em 1999. Apenas para oferecer um panorama sobre a questão, transcreveremos alguns desses verbetes, recorrendo, também a alguns dicionários portugueses, como o de António Morais Silva e o de Caldas Aulete. Apresento, também, o verbete *norma* do dicionário etimológico, Antônio Geraldo da Cunha, para se ter logo ideia de quando a palavra foi fixada no léxico da língua portuguesa.

O *Novo Aurélio*, edição de 1986, traz seis acepções para a palavra *norma*, estando duas locuções aí incluídas; nenhuma delas, todavia, é relacionada à língua. Já o *Novo Aurélio - Século XXI - O Dicionário da Língua Portuguesa* traz o sentido de *norma* como ideal de língua

O *Dicionário Houaiss da língua portuguesa*, edição impressa de 2001, não traz, no verbete *norma*, nenhuma referência à língua, mas na versão

eletrônica[6] há duas acepções voltadas ao tema. O Houaiss eletrônico traz uma datação muito anterior à dada Cunha, que anotou o aparecimento da palavra em 1813. Houaiss registra o ano de 1670 como marco de surgimento da palavra em português, com referência ao campo da botânica, numa citação de Frei Jacinto de Deus, na obra *Vergel de Plantas e flores da província de Deus nos capuchos reformados da Índia oriental*, Lisboa. Parece, contudo, haver aí um conflito de datas, porque nas referências bibliográficas do dicionário a data da obra é 1690, publicada postumamente em Lisboa, na Oficina de Miguel Deslandes. De qualquer modo, é muito anterior à data registrada por Cunha.

Os dois dicionários trazem registrado que a palavra *norma* chegou ao português pelo latim, embora algumas dela derivadas, como *normativo* e *normatividade*, tenham entrado no português pelo francês. É impressionante o atraso de nossos dicionários no que diz respeito à anotação da acepção linguística da palavra, e, além disso, que o primeiro registro traga apenas o sentido prescritivo. Tal deficiência deve ter sido observada há pouco tempo, já que somente na versão eletrônica do Houaiss há o registro de ambas as acepções: a prescritiva e a de uso comum, "normal".

Dicionários de língua portuguesa ***Norma***	
Dicionário contemporâneo da língua portuguesa, de Caldas Aulete (1968 [1ª ed. 1881])	*Norma s. f. regra teor, preceito (...) // Modêlo, exemplo (...) // Regra de procedimento teor de vida. // (estat.) O mesmo que moda // F. lat. Norma.*
Dicionário etimológico da língua portuguesa, de Antônio Geraldo da Cunha (1987[1ª ed. 1981])	*normal adj. 2g. 'habitual, natural, que segue a norma' XIX. Do lat. normālis –e // Anormal 1836 // AnormalIDADE 1881 // norma 1813 // normalISTA XIX // normalIZ×AÇÃO // normalIZAR XX // normATIVO 1873. Do fr. normatif // normóCITO XX // normóGRAFO XX.*
Novo dicionário compacto da língua portuguesa, de António de Morais Silva (1987 [1ª ed. 1961])[7]	*Norma s. f. Lei, regra pela qual se deve dirigir qualquer pessoa, coisa, etc.; modelo, exemplo. // Planta litrácea.*

[6] Cf. http://houaiss.uol.com.br/gramatica.

[7] Tal obra é versão modernizada do dicionário de Morais, cuja 1ª edição é de 1789; portanto, Morais não é seu autor direto.

Novo Aurélio - Século XXI (1999)	*Norma. [Do lat. Norma] s. f. 5. E. Ling. Numa comunidade, o ideal linguístico de correção.*
Dicionário Houaiss da língua portuguesa, edição impressa de 2001	*4. Rubrica: linguística, gramática. conjunto dos preceitos estabelecidos na seleção do que deve ou não ser us. numa certa língua, levando em conta fatores linguísticos e não linguísticos, como tradição e valores socioculturais (prestígio, elegância, estética etc.).* *5. Rubrica: linguística. tudo o que é de uso corrente numa língua relativamente estabilizada pelas instituições sociais.*
Dicionário Houaiss da língua portuguesa (Recurso digital)	*4. Rubrica: linguística, gramática. conjunto dos preceitos estabelecidos na seleção do que deve ou não ser us. numa certa língua, levando em conta fatores linguísticos e não linguísticos, como tradição e valores socioculturais (prestígio, elegância, estética etc.).* *5. Rubrica: linguística. tudo o que é de uso corrente numa língua relativamente estabilizada pelas instituições sociais.*

Observo que a diferença entre os dicionários franceses e portugueses é enorme no tangente à evolução e construção dos dois conceitos das palavras em análise. Em português, "os sentidos não se fazem, aparecem feitos", tardia e incompletamente no século XX, espelhando os sentidos dos franceses, mas na ordem inversa. Primeiro aparece o sentido linguístico para *norma*, somente depois, para *uso*.

Nesse caso e nos dois seguintes, nenhuma referência à língua /linguagem. O Caldas Aulete online até o momento não se refere a "regras linguísticas" oriundas do uso.

O Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa, 1986, não traz o sentido linguístico no verbete norma. Há uma pequena referência a esse sentido embutida no verbete "norma técnica", quando se acrescentou a frase "a uniformidade dos meios de comunicação e expressão etc." Já na 3.ª edição, há uma evolução, conforme a citação feita aqui, pois o autor consigna o sentido linguístico, destacado dos demais, pelo *E. Ling*. Já o

Houaiss, 2001, avançou bem sobre a definição linguística da palavra, ao consignar duas acepções: o "bom uso", que determina o certo e o errado," assim como tudo o que é de uso corrente. A edição digital moderniza as acepções, desde a denominação da rubrica: linguística e gramática. Nesse caso há a inclusão de fatores extralinguísticos que interferem no uso, no que *deve ou não ser* usado, assim como a consideração da linguística para a qual "tudo o que é de uso corrente" é norma 'da' e 'na' língua.

Relativamente à palavra *uso* a situação é um pouco diferente, pois alguns dos dicionários consultados a registram na acepção de *uso da língua*. O *Aulete* traz exatamente a mesma definição do Morais, cuja primeira edição, intitulada Novo *diccionario da lingua portugueza*, foi publicada em Lisboa, é de 1881:[8]

Dicionários brasileiros *Uso*	
Dicionário Caldas Aulete (1968) [1ª ed. 1881-1884]	*Uso s.m. (...) // Emprêgo de palavras em harmonia com o que a maior parte da gente segue; emprego particular de palavras ou de frases: O uso dos bons têrmos.*
Novo dicionário compacto da língua portuguesa, de António de Morais Silva (1987[1ª ed. 1881])	*Uso s. m Emprego de palavras em harmonia com o que a maior parte da gente segue; emprego particular de palavras ou de frases.*
O Dicionário Houaiss da língua portuguesa, edição impressa (2001)	*Uso s.m. o emprego que os falantes efetivamente fazem da sua língua na sua atividade linguística, e que constitui o interesse da abordagem descritiva em linguística, em oposição à atitude normativa. (...)* *Locuções (...)* *bom u.* *Rubrica: gramática.* *a variante mais prestigiada de uma língua, definida a partir da autoridade de certas pessoas (escritores, gramáticos etc.) ou de instituições e de modelos (o ambiente da corte, as classes altas da sociedade, as academias, escolas etc.) e aceita sem muito questionamento*

[8] Aqui tomamos a acepção do *Novo dicionário*, versão compacta da primeira edição de 1881.

A situação da descrição das acepções da palavra *uso*, também não é tão profícua quanto a francesa, mas existe. Destaque-se o verbete *uso* do Aulete que, sintético, não deixa de dizer o que os demais dicionaristas, somente muito depois, incorporar. O sentido registrado na edição póstuma, do Dicionário de Morais, publicada em Lisboa, em 1968 é muito conservador em relação ao Aulete, como se vê na citação. O Houaiss, já no século XXI, finalmente, faz descrições consonantes com os sentidos que se vinham encorpando no curso do tempo: o tratamento descritivo e o prescritivo, conforme a teoria linguística já divulgava há anos, nessa época.

Como se observa, o Dicionário Caldas Aulete, publicado pela primeira vez em Portugal, no século XIX, traz acepções bem atuais, por descrever os dois sentidos aceitáveis ainda hoje para conceituar *uso linguístico*. A história desse Dicionário, contudo é peculiar, porque, apesar de seu autor ter sido português e a primeira edição ter descrito a variante europeia, no percurso de sua história, o dicionário ganhou cidadania brasileira. Ocorreu que após a morte de Caldas Aulete, o dicionário passou a ser atualizado e adaptado no Brasil, já no século XX, para atender ao público brasileiro. Ele foi amplamente revisado e expandido com foco no uso e na norma do português brasileiro. Desde 2007, a Lexikon Editora Digital, editora brasileira, tornou-se responsável pelas versões modernas do dicionário, incluindo sua versão digital e impressa, prioriza o uso do português brasileiro. Por tal razão, na literatura linguística, o Caldas Aulete é geralmente categorizado como um dicionário brasileiro, porque suas atualizações refletem amplamente a norma culta do português do Brasil, tanto na seleção de vocabulário quanto nos exemplos de uso. Além de tudo isso, é uma obra que goza de prestígio do público em geral e tem reconhecimento acadêmico no Brasil. Enfim, embora tenha raízes portuguesas, o Caldas Aulete se consolidou como um dicionário brasileiro devido ao trabalho editorial e às adaptações feitas no Brasil,

A investigação sobre o registro dos termos nos dicionários é significativa não propriamente pelo sentido, em si, das duas palavras, mas pelo que se pode inferir sobre a construção das ideias sobre cada uma delas. No caso do francês, conclui-se que o problema do *uso* da língua e, consequentemente, a reflexão sobre sua representação social foi relevante, o que se conclui pela força e volume das ideias neles envolvidas. Além disso, os verbetes mostram a evolução por que passou o pensamento crítico sobre as duas noções, ao longo do tempo. No caso da língua portuguesa, pelo que vimos, o debate propriamente dito não se mostra nos dicionários, pois tais instrumentos apenas registraram o que já estava na tradição europeia.

Enfim, toda essa discussão "prepara o terreno para o que vem a seguir, pois as ideias que constituíram os sentidos de *uso* e *norma*, como vimos, reaparecem em outros termos: *uso linguístico* parece referir apenas a prática da língua, cujo resultado é frugal; *norma linguística* tanto tem sentido do que é próprio à linguagem de um corpo social e que, se estudado, dá origem a trabalhos descritivos quanto pode ser impositiva, se consignada em instrumentos linguísticos que se prestam ao ensino e à consultas, por exemplo, para possibilitar que "erros" de linguagem sejam evitados.

2 Os conceitos de norma em diferentes domínios do conhecimento[9]

Baggioni (op. cit.: 285-89) procura entender o sentido do termo *norma*, buscando suas origens. O termo, diz ela, apareceu no quadro da filosofia de origem anglo-saxônica ainda no século XIX. Um registro está no *Dictionnary of philosophy and psycology*, de Edward Baldwin, de 1902, nos verbetes *norma* e *normativo*, de autoria do filósofo anglo-saxão John Dewey. Nos verbetes, os sentidos dos termos estão relacionados às ciências morais, e seus princípios dão origem a três ciências normativas: lógica, ética e estética. Outro importante registro é o que está no *Dictionnaire philosophique de Lalande* (1926), que assim o define "Type concret ou formule abstraite de ce qui doit être, en tout ce qui admet un jugement de valeur: idéal, règle, but, modèle suivant le cas." Nesse verbete de Lalande, há uma referência ao dicionário de um filósofo alemão, Eisler, no qual, em 1899, já havia um artigo sobre *norma*, o que indica ter existido o conceito anteriormente a essa data. No âmbito da filosofia do século XIX, ao lado da corrente hermenêutica ou historicista, há a neokantiana, que trabalha especificamente com o que foi denominado *ciências normativas*, a lógica, a estética e a moral, também referidas por Dewey. A definição do termo *norma*, sob o ponto de vista filosófico, portanto, está permeada pela ideia de julgamento de valor.

No século XX, o termo foi adotado no bojo de várias disciplinas das ciências sociais, como sociologia, direito, etnologia, linguística, dentre outras.

No campo da etno-antropologia, o problema da *norma*, da *regra*, ou da relação *norma/regra*, é fundamental, na medida em que as sociedades de povos originários, que constituem o objeto de estudo dos etnólogos e antropólogos, têm origem mítica ou normativa. Affergan (1994: 307) diz que, em geral, a regulamentação dessas sociedades é constituída ao mesmo tempo

[9] Essa busca limita-se a um passado mais recente, por exemplo, no século XX. Tem-se notícias de emprego do tempo desde a Antiguidade Clássica, Horácio e Cícero, por exemplo.

pela educação de seus membros e por um sistema de recompensas e punições, ou seja, por um sistema de *sanções.*[10] Isso é relevante nesse tipo de sociedade porque, como pode ser verificado pelo estudo do vocabulário das sanções, há uma estrutura de interdições. Conforme explica o autor, há todo um sistema "prático-discursivo" de sanções que configura para o indivíduo o que os antropólogos chamam "um comportamento conforme as normas".

Nesse domínio, da antropologia e da etnologia, há um jogo entre as concepções de *norma*/*regra* e não entre *uso*/*norma*, porque nesse caso, importa saber como os comportamentos são regulamentados. Affergan (op. cit.: 303) define a etnologia como o campo que se volta para o estudo, particular ou singular, intensivo ou extensivo, de tudo o que diz respeito ao domínio sociocultural. A antropologia é mais ampla e se volta para o estudo da cultura e identidade das sociedades humanas e, desde os estudos de Rousseau e Kant, diz o autor, esse campo recobre tudo o que diz respeito à significação do humano: seus costumes, suas crenças suas práticas sociais.

O "jogo" a que nos referimos existe porque o termo *norma* é evitado pelos etno-antropólogos em seus textos, enquanto *regra*, não o é. Uma das causas dessa diferença é a confusão que se formou entre os dois termos, o que teve origem na falta de distinção entre os conceitos de *norma moral* e *regra social*. Seguindo Kant, Affergan diferencia os dois conceitos, esclarecendo que uma *norma moral* prescreve sempre uma auto obrigação, enquanto uma *regra social* prescreve uma obrigação heteronômica. De qualquer modo, o conceito de norma existe, embora "o termo permaneça latente ou silencioso." Por isso, afirma o autor, o termo *regra* aparece como uma medida universalmente presente, e *norma,* como um termo que fica sempre suposto ou subentendido.

Ainda outra diferença pode ser inferida pelos pressupostos desse domínio do conhecimento. Os dois termos são relacionados aos conceitos de *dever* (norma) e s*e*r (regra), mas a violação de uma norma implica o desencadeamento de sanções, de modo que os conceitos não se desvinculam. As sociedades estudadas por etnólogos e antropólogos, referidas como *sociedades primitivas* ou *selvagens*, organizam-se sobre sua origem mítica, normativa, que encadeia e estrutura suas regras e valores. A norma está relacionada com o que é sagrado na comunidade, e uma ruptura nesse nível implica sanções coletivas, isto é, um descrédito que recai sobre todos os membros da comunidade (op. cit.: 308). Já para a *regra*, limitada à esfera do direito, as sanções são previstas, e a violação de qualquer uma delas desencadeia uma sanção individual.

[10] O autor atribui o termo a Marcel Maus, *Essai de sociologie*, 1968.

Outra diferença entre *norma* e *regra* dos etno-antropólogos paira sobre os conceitos de *real* (o que se vê), porque se produz no mundo exterior, e *abstrato* (o que não se vê), que se produz no interior, na consciência coletiva dos habitantes da comunidade. Por isso os estudiosos voltaram seu olhar para o lado mais objetivo do problema, que são as regras organizadoras das comunidades, e evitam falar de *normas*, embora elas sejam latentes.

Também do domínio etno-antropológico não é fácil o trabalho com a *norma*. Affergan (op. cit.: 314) deixa claro que o observador nunca, "a olho nu", consegue ver a *norma* que existe apenas subliminarmente para uma comunidade, à qual os indivíduos se submetem e somente subjetivamente violam. Etnólogos e antropólogos entendem que, nas comunidades primitivas, "a norma não pré-existe às prescrições que dela resultam, mas emergem com elas." (id.). Todo esse discurso sobre norma fica, como se vê, perpassado por temas relativos ao campo do direito.

Como diz Guibourg (1987), "o direito é o exemplo mais paradigmático de sistema normativo", por isso é importante a reflexão sobre a concepção da norma em seu domínio. O ponto de partida do autor para o estudo do fenômeno normativo no âmbito do direito é sua situação como um elemento importante à integração e manutenção da unidade do grupo social. Para alcançar o objetivo de manter sua coesão, a comunidade conta com instrumentos/sistemas que concorrem para isso, dentre os quais, cita o autor: os costumes, as regras morais, os tabus religiosos e as normas jurídicas. Vemos que ficou de fora da lista do autor o instrumento que mais promove essa coesão: a língua.

A língua é também um fato social e normativo, como o direito, e uma tentativa de comparação entre ambos poderia revelar a existência de algumas possíveis identidades e diferenças. Segundo a concepção adotada sobre a natureza do direito, a sua identidade com a língua poderia ser vista como maior ou menor. Se o direito for concebido exclusivamente como um *sistema positivo de normas,* a diferença poderia parecer maior, e se fosse concebido como *costume*, poderia parecer menor. Modernamente, seria possível conceber o direito como costume? Nas sociedades civilizadas, ou melhor, com alto nível de letramento, em que existe a codificação das normas, o direito não é costume, é um sistema positivo de normas, embora o costume possa, de algum modo ou em alguma instância, servir com um parâmetro de análise ou julgamento de uma situação. Já nas sociedades ágrafas, o direito existe e se organiza na base do costume e nem por isso deixa de ser organizado e

normativo. Essa discussão, embora talvez já ultrapassada para o direito, faz sentido se o objetivo é o confronto língua/direito.[11]

Segundo David (1986: 113), a consideração do *costume* no campo do direito opõe duas correntes: a sociológica e a positivista. Para a primeira, o costume é fundamental e é sobre ele que operam o legislador, os juízes e a doutrina. A segunda, ao contrário, nega completamente o costume, e somente o direito codificado, pela vontade do legislador, configura o sistema. As duas posições, pondera o autor, são radicais. Se, de um lado, o costume não pode ser fonte do direito, por outro não pode ser completamente desprezado, porque o direito não se reduz à lei, e outras fontes podem ser reconhecidas. Em certos casos, por exemplo, pode-se admitir o costume como uma medida para a consideração do justo. Isso é importante porque se o direito é um fenômeno social, inevitavelmente atinge e é atingido pela sociedade. O que melhor conecta direito e linguística não é a concepção atomista de lei, mas a compreensão de *norma* que, segundo se pode perceber, ultrapassa a noção de lei.

A língua é costume, é tradição, é um sistema perpassado de normas. A ligação direito e linguística, segundo entendemos, existe porque ambos estão envolvidos com o problema da norma e da normatividade, embora de modos diferentes. Enquanto o objeto de estudo do direito é a norma em si, positiva ou consuetudinária, não importa, o objeto de estudo da linguística é a língua, normativamente condicionada. É a concepção de norma, suas propriedades e características no campo do direito que pode levar o linguista à melhor compreensão da norma linguística.

Kelsen (1986)[12] explica que a língua alemã tomou do latim a palavra *norma* para expressar "mandamento, prescrição, ordem", embora a função da norma ultrapasse esses limites e seja mais representativa, porque pode, completa o autor, conferir poderes, permitir, derrogar. O que importa reter é que, no domínio do direito, essas são as funções precípuas da norma porque ela existe exteriormente ao indivíduo para incidir sobre ele e modificar seu comportamento. No que tange à língua, a norma, embora seja prescritiva, obrigatória, no que diz respeito à prática de uma língua histórica, não objetiva incidir sobre o comportamento do usuário de modo a levá-lo a um, e somente um, comportamento. Relativamente à norma linguística, há maior abertura

[11] É importante ter presente que existe uma corrente teórica no mundo jurídico que, laborando a partir da ideia de Kelsen, afirma que o direito é *conduta* em interferência intersubjetiva, segundo Carlos Cóssio. Tendo em vista que esse aspecto não interfere na construção teórica do trabalho ora desenvolvido, não o exploraremos.

[12] A 1ª edição, escrita em alemão, é de 1979.

quanto ao comportamento esperado e possível do falante. O espectro de realizações possíveis é maior.

Em geral, as diferenças evocadas entre norma jurídica e norma linguística residem nas modalidades deônticas de *ser* e *dever-ser*. Como o direito não é natural,[13] suas normas não existem na natureza nem a ela são imanentes, a norma não é concebida como um *ser*. As normas são *dever ser*. A linguística resulta do uso, do costume. As jurídicas, ao contrário, são atos de vontade de um ser realizador, com o objetivo de estatuir condutas, mas ambas são *dever-ser* (op. cit.: 6). Além disso, como lembra Kelsen, as normas naturais implicam uma relação causal, entre uma conduta e uma consequência, um *ter-de*, necessário e suficiente ('se um corpo metálico é aquecido, ele se dilatará'), o que não vale para as normas jurídicas, nem, acrescentamos nós, para as linguísticas. Estabelece-se, no caso das normas jurídicas e morais, como afirma o jusfilósofo, uma necessidade normativa e não uma necessidade causal. Podemos acentuar que o mesmo ocorre com as normas linguísticas que, nesse caso, identificam-se com as outras duas citadas.

Uma comparação de Kelsen (1986: 30) das normas jurídicas com as morais refere-se ao problema da sanção. O autor explica que

> a Moral diferencia-se do Direito pelo fato de que a reação por aquela prescrita, suas sanções, não têm como as do Direito o caráter de atos de coação, quer dizer: - como a sanção do Direito – não são executáveis com o emprego da força física, quando elas enfrentam a resistência, e porque as sanções da Moral não são como as do Direito, não representam apenas reações a uma conduta contrária à norma, como também reações a uma conduta conforme à norma. Assim como a conduta contrária à Moral deve ser desaprovada pelos membros da coletividade, a conduta conforme à Moral deve ser por eles aprovada através de ato de louvor, divulgação da honra e outros semelhantes.

A situação para a norma linguística é a mesma que essa descrita para a moral: a infração a uma norma não desencadeia uma sanção coercitiva objetiva para o falante, mas a sanção subjetiva existe. É válido acrescentar que a infração de uma norma jurídica desencadeia, necessariamente, uma sanção e ela é explícita e coercitiva. No caso da infração à norma linguística, pode haver três situações: não haver nenhuma sanção (a infração pode nem ser percebida); haver uma sanção implícita (a infração é percebida, mas não há manifestação imediata por parte do "outro"); haver uma sanção explícita (uma correção ou uma reclamação por parte do "outro").

---

[13] Há quem tenha defendido, com vigor, a teoria do direito natural: Stammler, Del Vecchio, Emil Lask, Hugo Grotius etc. conforme descrito na obra de A.L. Machado Neto, Compêndio de Introdução à ciência do direito, p. 17-18. Na mesma obra, Machado Neto assevera que "o direito natural, longe de ser ciência, era apenas ideologia...".

Outra é a visão do mesmo problema, ou seja, a norma, para a sociologia. No campo sociológico, o conceito de norma se enriqueceu pela incorporação das ideias de Durkheim, fonte que origina a oposição entre as noções de *valor* (conceito filosófico) x *regra* (conceito sociológico). Como acentua Baggioni (op. cit.: 288), o estruturalismo linguístico, muito próximo das teses durkheimnianas, incorporou o conceito de *norma*, desde que a língua passou a ser compreendida como uma instituição cujo funcionamento é inexoravelmente social.

Com Durkheim, a sociologia francesa se desenvolveu, e uma das importantes questões que esse pensador propôs foi, exatamente, acerca da constituição da ciência e da natureza de seu objeto. A pergunta que se impôs nesse contexto pode ser representada nos seguintes termos: o objeto da ciência é o *ser* ou o *dever-ser*? A resposta pode ser percebida pela primeira regra que o sociólogo formulou, que é "*considérer les faits sociaux comme des choses*", isto é, nenhuma ciência se faz sobre ideias abstratas, sobre o *dever ser* de algo, mas sobre o que algo efetivamente *é*. O estudo objetivo deve ser preciso, por isso é importante defini-lo certamente, o que está explicado na seguinte regra de Durkheim:

> Ne jamais prendre pour objet de recherche qu'un groupe de phénomènes préalablement définis par certains caractères extérieurs qui leur sont communs et comprendre dans la même recherche tous ceux qui répondent à cette définitions (Les règles de la méthode sociologique (1949 [1895] : 35)

Os estudos resultantes desse rigor, ou seja, da observação de um *ser* que configura o objeto da investigação são relativos ao que é descritivo, o que produz conhecimento científico sobre o objeto analisado. A ideia que preside à concepção contrária é o que resulta de abstrações e juízos de valor e diz respeito apenas ao que é prescritivo e não constitui ciência. Estabelece-se a dicotomia *prescrição* vs. *descrição* que marca os estudos linguísticos. O senso comum formado, então foi que à Linguística, compete fazer a descrição da língua, a partir da consideração da língua como ela *é* (do *ser*); à gramática tradicional, normativa, compete fazer a prescrição, a partir do que a língua *deve ser baseada* na modalidade escrita em realizações considerados de prestígio sociocultural. O negacionismo, contudo, da Linguística a respeito da norma deturpa o sentido do fenômeno normativo, por dois motivos: primeiro, a norma culta / padrão que gera a norma prescritiva é parte integrante da vivência linguística; segundo, a norma descritiva tanto resulta de padrão culto quanto de outros e, embora ela não tenha o mesma função social da prescritiva, tem função acadêmico-científica relevante.

Neste texto, defendo a ideia de que o que está consignado na gramática prescritiva resulta, também, do fazer científico, que produz conhecimento. Os objetivos do trabalho exclusivamente descritivo é revelar como dada variedade linguística funciona. Uma gramática descritiva não tem objetivo de ensinar o que nela está consignado. Já a gramática descritiva, resultante de descrição de texto escritos considerados como modelares, ao contrário, tem objetivo claro de explicar, esclarecer e ensinar o que ali está prescrito.

3 A norma no terreno das Ciências da Linguagem

No campo da Linguística, especialmente em se tratando de estruturalismo, as ideias de É. Durkheim foram assimiladas e, pode-se dizer, em certos aspectos ainda hoje são válidas e conduzem, explícita ou implicitamente muitas pesquisas.

Na França, sociólogos, como Ramognino (1994) e filósofos da linguagem, como Auroux (1998), afirmam que os fatos sociais são normativos e esse assim considera não somente a língua, mas também a Linguística. A primeira se pergunta : "*est-ce la sociologie est une science ou bien est-ce qu'elle est normative?*", ao que responde "*la sociologie est normative de fait*.". A autora explica que o problema da sociologia é a relação existente entre *indivíduo* / *sociedade* / *norma* e que é a *norma* o elo entre indivíduo e sociedade, o que, portanto, faz que ela esteja sempre como pano de fundo em todos os pressupostos sociológicos. Auroux (1998) parte do corolário de ser a Linguística uma ciência normativa, já que seu objeto, a língua, é um fato social. Não obstante isso, o autor reconhece, na base da distinção durkheimniana, que a língua pode ser estudada a partir do *ser* e do *dever-ser*, embora seja sempre um objeto, em essência, marcado normativamente.

É daí, consequentemente, que advém a noção de "normatividade" e seu enquadramento na ciência da linguagem. Isso justifica, então, o conceito de Auroux (op. cit.) de *engajamento normativo*, no âmbito do qual faz a distinção entre um *engajamento normativo/ontológico* e um *engajamento normativo/normativo,* em que se situam as diferenças entre a gramática científica/descritiva – que possui um engajamento *normativo-ontológico* – e a gramática tradicional/prescritiva – que tem um engajamento *normativo-normativo*. Nas palavras do autor, esses conceitos querem dizer:

> DÉFINITION 4 - Engagement normatif/ontologique (EN/O): L'engagement normatif d'une théorie est ontologique pour ce qui concerne toutes les normes qui valident ses assertions, c'est-à-dire, notamment: i) les normes qu'elle décrit; ii) les normes qui figurent dans les ensembles constitutifs de règles qui définissent les faits institutionnels dont elle asserte des instances; iii) les jugements d'acceptabilité qui valident les RA.

> DÉFINITION 5 - Engagement normatif/ normatif (EN/N): L'engagement normatif/ normatif est l'engagement qui correspond au fait d'énoncer une norme (énonciation qui, par définition, ne possède pas de valeur de vérité.) (op. cit.: 279)

Isso mostra que a análise da língua na base da diferença do *ser* vs. *dever ser* leva o analista a conclusões que só hipoteticamente são objetivas, no sentido de "não normativas." Raciocínio semelhante faz Faraco (2008: 74), talvez apoiado na perspectiva antropológica defendida por Aléong (1983), embora em contexto mais aplicado e menos teórico, quando reconhece que o termo "normatividade" tem duas referências, quando diz:

> Em decorrência disso é que a palavra norma tem dois sentidos. No primeiro, norma se correlaciona com normalidade (é norma o que é normal). No segundo, norma se correlaciona com normatividade (é norma o que é normativo).

A perspectiva teórica defendida por Aléong (1983) configura-se com base no par opositivo *normal/normativo*, sendo *normal* o que é frequente nos comportamentos observados, *normativo* o que se impõe por meio de um código rígido, escrito, elaborado a partir de certos valores de beleza e perfeição. O autor propõe, então, sua terminologia para análise da questão nos termos: *normas implícitas* que são as próprias de cada grupo social, atualizadas pelos falantes, pelas modalidades oral e escrita, por exigência de injunções sociais próprias a cada situação enunciativa; *norma explícita*, codificada e divulgada por um "aparelho de referência" (instrumentos linguísticos, escola, Academias, normas governamentais etc.).

Nas sociedades, as *normas implícitas* evoluem de acordo com a prática discursiva dos grupos. A *explícita* depende da ação do referido aparelho de referência. Nos países em que a escola tem mais apoio governamental, os professores têm mais preparo para exercer o ensino da língua, respeitando o direito linguístico dos alunos e contribuindo para que dominem outras normas, a variação e mudança linguística andam mais devagar. Em outros, como no Brasil, em que a escola é deficitária em todos os domínios, principalmente do que concerne ao ensino da língua portuguesa (leitura e escrita) a variação normativa é galopante.[14]

A sociolinguística - que se formou sobre o pressuposto da objetividade, pela negação cabal da normatividade, cujo fim era/é o de descrever a língua como ela *é*, sem consideração de julgamentos/valor trabalha com as noções de

[14] O resultado do ENEM 2024 é exemplo desse déficit. De mais de 3,5 milhões de estudantes que prestaram as provas, apenas 12 deles atingiram a nota máxima e apenas 1 foi estudante de escola pública. Cf. ENEM: quem são os alunos nota mil 2024 (G1 Educação, 14/01/2024).

uso/*norma* a partir de uma concepção que se quer objetiva. A pesquisa linguística se faz pela observação e análise da língua em *uso*, efetivamente realizada em situações de comunicação definidas pelo pesquisador que tem, também, previamente estabelecido o objeto de sua investigação. Isso significa que o investigador procura informantes que atendam a um perfil sociolinguístico determinado, delineado sobre o controle de variáveis sociais (idade, sexo, grau de escolaridade, classe social, origem na comunidade, ocupação) e grava com eles diferentes materiais/gêneros linguísticos (entrevista, questionários, leitura de texto, leitura de palavras e de pares mínimos, conversações espontâneas etc.) que, depois de transcritos, servem à análise. Os dados obtidos são quantificados e interpretados estatisticamente. A *norma* é daí resultante, ou seja, a média obtida para cada caso estudado expressa o que pode ser considerado como *norma* de cada fenômeno estudado, para a comunidade. Nesse caso, a norma parece reduzir-se à média estatística dos dados.

A compreensão do fenômeno normativo, porém, envolve muitas outras variáveis e indica ser ele mais complexo que a relação uso/quantidade (frequência de uso) . É certo que a medida estatística é reveladora de usos que predominam ou não na comunidade linguística, e isso pode mesmo refletir a norma, que, contudo, não se reduz a esses resultados. Se assim não fosse, Labov (2001: 194-197) não falaria na relação existente entre as normas sociais e as normas linguísticas, possíveis de serem pesquisadas por meio de testes de avaliação da atitude subjetiva (*matched guises tests*) dos falantes sobre a variação (*stable sociolinguistics variables*). São *normas abertas* (*overt prestige*) percebidas por meio da reação positiva do falante sobre determinados usos de prestígio na sociedade, e *normas fechadas* (*covert prestige*) que dizem respeito ao valor positivo que o falante atribui a usos não prestigiosos praticados pelas pessoas na linguagem cotidiana.

A posição do linguista americano sobre a importância dos testes de atitude é meio contraditória. De um lado, o valor dos resultados de tais testes é minimizado porque os informantes podem cometer exageros na emissão de suas opiniões. A atitude demonstrada por meio dos testes de elicitação de opinião sobre o uso da língua pode ser considerada, conforme pondera Labov (op. cit.: 196), como "*mere reflection of speech behavior, rather than effective forces in social life*." De outro lado, o autor afirma que os testes de reação subjetiva são importantes por servirem como indicadores do desenvolvimento relativo de uma mudança. Ele diz:

> They will allow us to compare one variable with another in degree of social awareness, and solidify our knowledge of the stages of linguistic change in progress in a community. They also generate important data on gender differences, which will be important in our

consideration of this crucial aspect of linguistic change in progress. (op. cit.: 197)

Essa situação interessa a nosso propósito aqui, porque, primeiro, mesmo no seio da teoria laboviana fica claro que o fenômeno linguístico não pode ser explicado apenas pela análise dos dados quantificados e, segundo, porque revela como o fenômeno da norma linguística é complexo.

A norma linguística é, pois, muito complexa, e a análise quantitativa não é suficiente para *reduzir* uso a norma, porque o uso é criador. Ao estudar o fenômeno normativo, Guibourg (1987: 30) diz que "*los fenómenos complejos no puedem ser cabalmente comprendidos*", mas, mesmo sabendo disso, não é vã a tentativa de entender um pouco mais esse problema. É pacífica a compreensão de que a norma linguística se constrói sobre o uso que, adotado, se fixa socialmente.

Com fundamento na explicação de Coseriu (1987), que tratou da relação tripartida *sistema / norma / fala*, é possível dizer que a norma é um filtro social do sistema, e que, naturalmente, o sistema é mais amplo que a norma, que se realiza a partir das possibilidades por ele oferecidas. O sistema, nesse caso, precede o uso e contém a norma, embora, dizemos nós, o sistema se tenha formado, em algum momento da história, com base no uso. O autor citado (1980: 123) também diz,[15] que, a depender do ponto de vista adotado para a análise, o contrário também é verdadeiro, isto é, que o sistema pode ser atingido pela norma, quando, portanto, essa é mais ampla que o sistema; nesse caso, o sistema, ao mesmo tempo em que preside ao uso/norma, está nela contido. A mudança linguística é a comprovação desse tipo de relação. A situação, pois, como se percebe é complexa e exige muita acuidade de estudo e pesquisa.

As explicações de Coseriu abrem espaço para a discussão da relação uso/norma na composição da língua. Como a realização psicofísica da língua é essencialmente subjetiva,[16] todo uso só pode emanar de um sujeito, localizado em determinado tempo e espaço. Se, de um lado, podemos admitir que os falantes não criam, a torto e a direito, novas palavras, novas estruturas, ou novos modos de falar, de outro, não podemos imaginar que eles não os criam. Se nada fosse criado, não existiria língua e, na hipótese de aceitarmos a *tese criacionista*, da qual haveria emanado uma língua pronta e acabada, todos os seres humanos falaríamos uma "língua adâmica". A situação não é essa, como é muito fácil de perceber. A língua é complexa porque é uma combinação de tradição e inovação. A operação regular na formação das

[15] Ver comentários em Leite (1998).

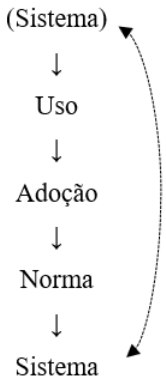
[16] No sentido que Benveniste dá ao termo.

línguas históricas é o processamento da tradição, do que já está socialmente cristalizado, enriquecido de criações, que entram por novos usos. Assim, da conexão *uso*/*norma* faz-se a língua.

A ordem dos elementos apresentados por Coseriu é sistema/norma/fala, porque parte da visão e da análise de uma língua histórica consolidada. Sua explicação não é genética. Geneticamente, só é possível conceber a formação das línguas a partir de usos que, compartilhados (o acordo tácito, a convenção), se transformaram em norma, ou seja, de *realização obrigatória* para realização da comunicação e que, assim, se fixam, caracterizando os sistemas (línguas). Disso resulta a importância desses elementos para os estudos linguísticos.

A passagem, contudo, de um nível para o outro, *(sistema) - uso - norma (sistema)*, não é automática. Estando a língua formada, é difícil conceber um uso que esteja fora do sistema. Hipoteticamente, a fonologia e a gramática da língua tendem a ser respeitadas pelos falantes de um dado tempo, e as alterações abundam no âmbito do léxico e da semântica. Análises diacrônicas revelam, porém, a existência de mudanças em progresso, isto é, de alterações constantes possíveis de ocorrer em todos os níveis, que os falantes de uma sincronia (ou de muitas) não conseguem perceber. Metaforicamente, podemos dizer que é o par uso/norma que promove a erosão, que altera propriedades de fonemas e de morfemas e que, assim, vai levando os usuários a recriar a língua. Na língua portuguesa, uma grande mudança no sistema fonológico ocorreu do estágio medieval para o moderno: um sistema de quatro sibilantes /ts (cem), dz (cozer), s (sem), z (coser)/ passou ao sistema de duas /s, z/. No século XVI essa mudança já estava concluída (Teyssier 2001), mas João de Barros ignorou esse fato e, em sua Gramática (1540), refere-se ao sistema de quatro sibilantes. Fernão de Oliveira, que publicou sua Gramática antes da de João de Barros, em 1536, reconheceu e registrou a mudança.

Entre o uso, que pode ser individual ou restrito a um grupo de falantes, mas que é, nesse nível, flutuante, não obrigatório, e a norma que, assim considerada, já é obrigatória a um grupo de falantes de qualquer extensão, deve haver, necessariamente, uma fase de acomodação, denominada *adoção* (Coseriu 1979: 72). Estabelecida a norma abrangente aos falantes de uma língua histórica, então, o sistema pode ser alcançado e mudado, se for o caso, pelo uso sistemático da língua. O seguinte esquema, exposto em Leite (2007) esclarece essa relação:



Embora isso seja compreensível, o tratamento da norma no campo da linguística não tem sido pacífico. Há até quem diga não aceitar a norma, por causa dos valores nela impregnados. Teoricamente, não há maneira de isolar a norma do terreno da linguagem, pois, como vimos discutindo, a normatividade é inerente ao fenômeno da língua/linguagem. Metodologicamente, há diferentes possibilidades de tratá-la, de considerá-la.

Primeiro, contudo, cabe refletir sobre as razões que podem levar alguém ao "estranhamento" da norma. A literatura sobre a norma linguística, já citada, oferece algumas possibilidades de consideração do problema. Rey (1972), fala de três tipos de norma: a *objetiva* (colhida do uso), *prescritiva* (a codificada nos manuais), a *subjetiva* (o ideal a ser alcançado). Aléong (1983) sugere duas denominações: *normas implícitas* (não codificadas) e *norma explícita* (codificada nos manuais). Outras denominações, já de domínio público, qualificam de diversos modos a *norma*: culta, não culta, popular, prescritiva, descritiva, tradicional, padrão, *standard* (denominação da sociolinguística americana/inglesa), canônica, e outras tantas. Alguns dos sentidos atribuídos, na literatura, aos adjetivos qualificadores da norma linguística são:

Norma	Sentido
Culta vs. não-culta/inculta ou popular Indicadores de análise: +prestígio *vs* -prestígio +escolaridade vs -escolaridade Balizador: +conhecimento vs -conhecimento de regras previstas nos instrumentos linguísticos (dicionários e	Os adjetivos qualificam a linguagem praticada por pessoas escolarizadas, mais prestigiadas socialmente, cuja linguagem praticada supraregionalmente se caracteriza por aproximar-se (mais ou menos) das regras previstas nos instrumentos linguísticos (dicionários e gramática). Contrariamente, a norma inculta é praticada por pessoas de baixo prestígio social, de baixa escolaridade, cuja linguagem se afasta das regras previstas nos instrumentos linguísticos.

gramáticas); aceitáveis na linguagem falada, marcar divergentes das presentes nos instrumentos linguísticos.	
Padrão vs. não padrão[17] Indicadores de análise: +prestígio *vs* -prestígio +escolaridade vs -escolaridade Balizador: - marcada regional/socialmente vs.+marcada regional/socialmente Marcas divergentes daquelas dos instrumentos linguísticos, são aceitáveis e comuns na linguagem falada e escrita de prestígio.	Qualificações ao que é entendido como "variante de uma língua que é prestigiada pela comunidade falante e que suprarregionalmente se torna o meio unificado de comunicação, us. na mídia, no ensino etc." (http://houaiss.uol.com.br). O termo busca o antônimo "não-padrão", que é um eufemismo da dicotomia culto/popular, e que encerra os mesmos valores sociais, *prestígio* vs. *desprestígio*, sobre os usuários. Os conceitos de padrão/não-padrão, em português, construíram-se sobre os de standard/nonstandard do inglês, cujos significados são: *standard*: Language described as standard is the form of that language which is considered acceptable and correct by most educated users of it: *Most announcers on the BBC speak standard* ***English****. In Standard* ***American****, 'gotten' is used as a past participle of 'get'.;* **non-standard** (LANGUAGE) adjective describes a word or phrase which is not considered correct by educated speakers of the language. (http://dictionary.cambridge.org) "um fenômeno relativamente abstrato: há em sua codificação, um processo de relativo apagamento de marca dialetais muito salientes. (...) pode se tornar uma referência suprarregional e transtemporal." (Faraco, 2008, p. 78) [17]
Prescritiva (ou canônica) vs. descritiva	O adjetivo *prescritivo* refere-se às regras constantes dos manuais de gramática normativa, um ideal de língua a ser praticado

[17] Faraco (2008: 78) desenvolve longa discussão sobre o conceito de "norma-padrão". O indicador relevante para este autor é o da "codificação abstrata". Vale ressaltar que, no caso da norma linguística, a norma prescritiva é a única "codificada" em instrumentos linguísticos. O traço marcante da norma linguística é a abstração, pela prática linguística uso>norma. Somente depois da consolidação do uso nas duas modalidades linguísticas e em diversos gêneros, é possível ser codificada concretamente.

Indicadores de análise: +prestígio *vs* -prestígio +escolaridade vs -escolaridade +ideal vs -prática (de regras previstas) +codificação real vs -codificação abstrata Balizador: +codificada vs -codificada	predominantemente na modalidade escrita da língua. A norma prescritiva é a única "codificada" concretamente em instrumentos linguísticos. O traço marcante da norma linguística é a abstração, deduzida do uso que se transforma em norma. Somente depois da consolidação do uso nas duas modalidades linguísticas e em diversos gêneros, a norma passa a ser codificada concretamente. As regras descritivas são as que o linguista registra pela observação do uso real da língua, em qualquer modalidade e variedade, conforme seleção do pesquisador. Essa, contudo, é estudada e descrita, mas não se configura como regras a serem seguidas.

O que se pode dizer sobre esse assunto é que toda qualificação é exclusiva, e, nesse caso específico, nenhuma denominação recobre satisfatória e completamente o significado do fenômeno da norma, por isso a escolha de qualquer um deles causa descontentamentos e frustrações. Por exemplo, a dicotomia *descritiva*/*prescritiva* não é conceitualmente eficiente porque a norma é, em si, prescritiva, obrigatória à comunidade de falantes. O adjetivo *descritiva* cabe, não à norma em si, mas ao trabalho do linguista, que, então, se denomina *descritivo* e pode, somente por meio de observação, fazer o registro e análise de determinado uso. As denominações de Rey também do ponto de vista conceitual, não são satisfatórias, pelas seguintes razões: todas as normas são objetivas, isto é, tudo que está contido no mundo da linguagem é normativo, e, exatamente por isso não é possível aceitar a denominação *norma subjetiva*, porque, se ela não existe no mundo, nem foi compartilhada e adotada pelo corpo social, não pode ser considerada, propriamente, *norma*; contudo, pode, sim, ser vontade ou ideal de realização da língua de um certo modo e não de outro; prescritiva, como dito, todas as normas o são, porque norma é *dever ser*, embora essa "prescritividade" deva ser compreendida de modos diferentes no que respeita a sua aplicação. Um modo naturalmente prescritivo é o de que o falante se obriga a falar como sua comunidade fala, para que não seja sancionado; outro, é o das regras escritas nos instrumentos linguísticos, que são obrigatórias, ou orientativas, ao falante que quer ou precisa se expressar de modo mais adequado a certas situações sociais ou a certos gêneros textuais. Quanto às demais denominações, poderíamos apor as seguintes objeções, em forma de perguntas:

- **Norma culta**: toda a interferência do homem na natureza, no mundo como um todo, não constitui cultura? Assim, o corolário é que toda norma é culta, no sentido de ser produto de uma cultura, consequentemente, nenhuma norma pode ser não-culta ou inculta.
- **Norma popular**: que norma não seria popular, se entendermos o adjetivo como "do povo"?
- **Norma padrão**: a língua praticada no Brasil - quer a mais próxima das regras tradicionais quer a mais afastada - é padrão compreendido no país inteiro, as marcas regionais não impedem a comunicação entre os brasileiros de todos os recantos.

A norma como fenômeno inerente à língua tem de ser "correta", isto é, tem de corresponder aos princípios do sistema da língua e da norma correntemente falada pelos grupos sociais e ser precisamente compreendida. A dificuldade para entendê-la e aceitá-la parece restringir-se a um fato: a existência de uma codificação de regras em manuais, que, em todas as sociedades letradas, é o repositório do que representa o "bom uso" e sempre foi denominada norma, integrante da *gramática normativa*. O "bom uso" já foi definido, apenas como o uso oral praticado por integrantes de cortes, por barões doutos, por quem mais estudou. Em todos esses casos, os praticantes eram pessoas da mais alta camada social, os nobres, os burgueses os intelectuais, as pessoas de grande prestígio social. O "bom uso" é também extraído de textos escritos literários que, ao longo do tempo, se firmaram como modelos a seguir. Predominantemente, os praticantes do "bom uso" são integrantes das altas camadas sociais, por isso diz-se que o "bom uso" é ideologicamente marcado: é exclusivo de pessoas que têm poder aquisitivo e poder advindo do saber. Há, portanto, um problema ideológico e político que faz parte da discussão da *norma linguística*.

Ao longo do tempo, como é de conhecimento geral, as gramáticas normativas, também consideradas "tradicionais", por situarem-se na linha direta da tradição linguístico-gramatical greco-latina, constituíram-se como lugares privilegiados de registro de fatos linguísticos, para avalizar ou condenar usos, construir regras que descrevem/prescrevem[18] usos e para exercitar a metalinguagem. Como todos os instrumentos construídos pelo homem, umas gramáticas são mais eficazes e outras menos, umas são

[18] É conveniente lembrar que, em certo sentido, a norma prescritiva é, antes, descritiva, porque ela não surge de um "não uso" da língua, mas pode ser de usos que não fazem parte da linguagem/língua corrente no dia a dia, nas falas e nos textos cotidianos.

historicamente mais importantes e outras menos, esse fato não implica que a gramática não tenha funções importantes nos planos sociolinguístico ou sociocultural e não deva ser considerada como um verdadeiro *instrumento linguístico* (Auroux 1998). É preciso saber reconhecer seu papel e saber usá-la adequadamente.

Essa gramática não representa "a língua", é apenas um recorte mínimo que se fez de uma de suas possibilidades de realização no curso do tempo, em escala de longa ou de curta duração. De um lado, registra a metalinguagem da tradição greco-latina, contemporaneamente alterada, complementada ou eliminada, em decorrência de análises oriundas do incansável trabalho de linguistas que se dedicam a fazer pesquisas teóricas e empíricas e, alguns, a escrever gramáticas, apresentando definições e regras formadas pela descrição de *usos* de diversas origens das modalidades escritas e orais. Para as gramáticas que se oferecem à consulta de professores, estudantes e à sociedade em geral, as gramáticas são baseadas em corpus de literatura, de usos literários, artísticos, jornalísticos, técnicos, e outros gêneros, escolhidos, aleatoriamente ou não, pelo gramático, ou integrantes de *corpora* de pesquisas.[19] De outro, apresenta regras coerentes com as estruturas estudadas, e essas, em geral, acompanhadas de exemplos. São essas regras que se apresentam como impositivas, exigidas para o "emprego correto" por todos quantos queiram ser considerados praticantes da "boa linguagem". Nenhum falante, contudo, usa todas as regras da gramática tradicional ou conhece todas as palavras dos dicionários da língua, mas o contrário também é verdadeiro: nenhuma gramática traz o conhecimento da língua que o falante possui, e nenhum dicionário tem registradas todas as palavras, ou acepções das palavras, que o falante conhece. Embora esses instrumentos sejam parciais, têm valor

[19] Em se tratando de gramática, a regra é a repetição de exemplos e autores, mas há, sem dúvida, manuais diferenciados. A *Nova gramática do português contemporâneo*, de Celso Cunha e Lindley Cintra (1985), que, foi muito inovadora na época de seu lançamento, até alguns anos; depois, a *Moderna gramática brasileira*, de Evanildo Bechara, atualizada em 1999, na 37ª edição, mas de lá para cá já chegou à 40ª. Essas foram exceções quando lançadas, mas precisamos lembrar de outras, já do século XXI: *Gramática Houaiss da Língua Portuguesa*, de José Carlos de Azeredo, de 2008; *Gramática Pedagógica do Português Brasileiro*, de Marcos Bagno, de 2012; a *Gramática da Língua Portuguesa Padrão: Com Comentários e Exemplários*, de Amini Boainain Hauy, de 2014; *Gramática do Português Revelada em Textos*, de Maria Helena de Moura Neves, de 2018. Não cito gramáticas que mais constituem tratados de Linguística, detive-me apenas nas que se servem a consulentes não iniciados em Linguística e nas caráter pedagógico.

simbólico para a comunidade, e o julgamento que as sociedades letradas fazem de seus falantes tem como *parâmetro* um modelo esboçado sobre essas regras.

A gramática e os dicionários têm de funcionar, para a sociedade que os produziu, como *instrumentos linguísticos* que se prestam a consultas e ao estudo historiográfico das ideias linguísticas. Não podem - ou não devem - ser utilizados diretamente como materiais didáticos, nem suas regras têm indicações para serem "cegamente" aplicadas: há algumas inaplicáveis, outras ultrapassadas, arcaicas e outras funcionais. A gramática e o dicionário constituem instrumentos que se dispõem à consulta para a sociedade. O certo é que, para as sociedades letradas, esse registro da tradição existe, é impositivo para o corpo social e, ainda mais, como já dissemos, constitui uma das bases de julgamento da prática linguística (há outras tantas eleitas pelos grupos de falantes). É, portanto, muito simplista a atitude de negação de sua existência. Para esclarecer a questão, podemos nos referir, apenas para efeito didático, a dois tipos de norma: a codificada (a que compõe a gramática tradicional) e a não codificada, que, em toda sua heterogeneidade, constrói a língua. Sob o ponto de vista da existência, contudo, a norma é uma só.

Também, a atitude de negação de toda e qualquer norma é ingênua. A língua, como antes afirmado, é inerentemente normativa, então, negar a existência da norma é negar a língua. A língua é memória, é história, é tradição, logo, *norma*. É a norma o filtro social da língua, o que a configura. A língua, contudo, não se reduz à norma, porque tem uma propriedade que lhe escapa: a criação, que é a propriedade que faz funcionar a fórmula **novo uso** + **adoção** + **norma** = **língua em renovação**. Por isso, a língua não é sempre a mesma, é outra a cada tempo.

4 Anotação sobre a situação linguística brasileira: uso e norma

No Brasil, como sabemos, houve extensa produção crítica sobre o estatuto da língua (dialeto, língua) e sua denominação (língua brasileira, língua luso-brasileira, língua luso-bundo-brasileira, língua portuguesa etc.), o que talvez tenha roubado a cena da discussão e denominação e diferenciação dos termos uso e norma. Somente depois da chegada da Sociolinguística ao Brasil, primeiro com W. Labov, em finais dos anos 1970, quando começaram os estudos e debates, no âmbito da Linguística, sobre o fenômeno da variação, e, depois, das ideias de Eugenio Coseriu, também nos anos 1970/1980, sobre o conceito de *norma* que a reflexão sobre tais assuntos se impôs para os pesquisadores das ciências da linguagem.

Além disso, pode-se, por hipótese, dizer, pelo que conhecemos sobre o pensamento crítico produzido a respeito do português do Brasil, que ele não

se estruturou essencialmente sobre as noções de *uso* e *norma*. O que houve aqui, no século XIX, foi, na base de argumentos deterministas, principalmente calcados na realidade física, natural, social e na mistura étnica, a tentativa de diferenciar o português brasileiro do de Portugal. Depois, veio a onda nacionalista e os argumentos a favor da "língua brasileira"; portanto, os argumentos eram mais políticos que linguísticos, porque o pano de fundo era a "decolonialização" do Brasil.

Mesmo assim, houve a contrapartida vernaculista, cujos partidários defendiam que o português do Brasil era mais puro por ser mais conservador, quinhentista. A posição dos que propugnavam a existência, no Brasil, de uma espécie de bilinguismo calcado na diferença *língua falada* x *língua escrita* não era defendida a partir da discussão sobre o *uso* efetivo da língua e sua importância para a descrição da língua ou fixação de padrões normativos, mas a partir de afirmações gerais de que o povo seria ignorante e que, por isso, deturpava a língua. A importância do *uso* aparece marginalmente (Alencar e Veríssimo), sempre relacionada à "massa ignara" ou ao "vulgo". Quando esses autores citam o *uso*, em geral, tratam de falar do papel e da importância da atuação do escritor para a língua, pois ele tem a incumbência de julgar o que deve, ou não, fazer parte da língua escrita. Até o final do século XIX houve quem defendesse a "pureza" da língua, a sua vernaculidade, e, portanto, a expurgação das marcas linguísticas características do uso brasileiro.

No século XX, a situação não foi tão diferente, porque a discussão ainda girava em torno do *dialeto brasileiro* e da denominação da língua (dessa vez, *língua nacional*, *idioma nacional*, *língua pátria*, *língua vernácula*...). O trabalho de Amadeu Amaral (1920), *O dialeto caipira*, constituiu diferencial nesse quadro porque se fez sobre *corpus*, mas o objetivo da pesquisa foi apenas o de "caracterizar esse dialeto 'caipira', ou, ainda, caracterizar "*esse aspecto da dialetação portuguesa em São Pau*lo" (Grifos do autor).

O fato de não ter havido (pelo menos até os anos sessenta) uma discussão efetiva sobre *uso* e *norma* indicou que a variedade brasileira não era cientificamente conhecida. As diferenças entre o português de Portugal e do Brasil iam espocando assistematicamente nos textos dos "críticos da vez". Amadeu Amaral, sobre isso, diz:

> Fala-se muito num 'dialeto brasileiro', expressão já consagrada até por autores notáveis de além-mar; entretanto, até hoje [1920] não se sabe ao certo em que consiste semelhante dialetação, cuja existência é por assim dizer evidente, mas cujos caracteres ainda não foram discriminados. Nem se poderão discriminar, enquanto não se fizerem estudos sérios, positivos, minuciosos, limitados a determinadas regiões. (op. cit.: 43)

Nos começos do século XX Mário de Andrade provocou a revolução linguística do Modernismo. Mesmo nesse caso, não houve nem discussão sobre o *uso / norma*, nem sobre a prática efetiva da língua usada pelo povo brasileiro. Como Mário declarou inúmeras vezes, seu objetivo era bem maior que o de simplesmente registrar pacificamente a língua popular, ao contrário, era o de criar uma revolução para chamar a atenção sobre o problema linguístico do Brasil. No que teve pleno êxito, porque depois do Modernismo a língua escrita praticada no Brasil não foi mais a mesma. Numa carta a Souza da Silveira,[20] disse Mário:

> (...) E abrasileirei a minha língua.
> No princípio dei por paus e pedras, forcei a nota o mais possível, me desarticulei completamente. Essa censura que o Sr. me faz de ter uma língua que não é de ninguém, mas 'artificial', é perfeitamente justa sob o ponto-de-vista da arte como ciência da linguagem. (Grifamos)

4.1 O Projeto NURC

linguística e de seus qualificativos (culta, popular, padrão, comum etc.) começou sistematicamente. No Brasil de então, dois grandes projetos coletivos foram desenvolvidos: primeiro, o Projeto de Estudo da Norma Urbana Culta NURC,[21] sediado em cinco capitais brasileiras (São Paulo, Rio de Janeiro, Pernambuco, Belo Horizonte e Porto Alegre), nos anos 1970; o segundo, já na década de 1980, o imenso projeto Gramática do Português Falado [22] desenvolvido por pesquisadores de inúmeras universidades brasileiras. Ambos os projetos foram muito produtivos e seus resultados orientaram os estudos das ciências da linguagem por todo o país.

Sobre o que concerne a este texto, cabe comentar que a discussão teórica acerca do conceito de *norma*, especialmente para caracterizar a "norma culta" ocorreu no âmbito do Projeto NURC/SP, cujos coordenadores eram, no início

[20] Apud Pimentel (1978: 157).

[21] Vale lembrar que, até essa época, os estudos linguísticos focalizavam a linguagem rural, por isso o Projeto NURC teve lugar privilegiado e inovador, no Brasil, ao voltar a lente da pesquisa para a linguagem urbana. O qualificativo "culta" também se justificava porque, em tese, a "linguagem das grandes cidades era, diferente da rural praticada também "pela classe de prestígio" (Castilho 1986), pois os falantes seriam mais escolarizados.

[22] Para informações históricas sobre esses projetos, leiam-se Castilho (1990) e Preti (1987).

dos anos 1980[23], os Professores Dino Preti, no grupo da capital, e Ataliba de Castilho, em [24]Campinas. Inicialmente, a reflexão conceitual sobre linguagem urbana, depois, no curso do tempo, sobre as modalidades linguísticas a fim de caracterizar linguística e discursivamente a oralidade. É de Preti (1987) o estudo orientador sobre conceitos importantes ao Projeto, tais como o de "falante culto" e "norma culta". A base teórica desse estudo, no tangente à caracterização do usuário da língua é Halliday (1974) e, pela referência à "norma objetiva", ao trabalho de Rey (1972).

A reflexão de Preti (1987) sobre a noção de *falante culto* foi crucial para o desenvolvimento das pesquisas sobre *língua falada*, e oralidade em geral, não somente no contexto do Projeto NURC. Alguns estudiosos, talvez por falta de conhecimento da formulação conceitual de *falante culto*, tal como formulada por Preti, criticam-na e também o NURC, simplesmente, pela existência do qualificativo *culto*. Por isso, é importante esclarecer que essa expressão foi crucial no momento da passagem das pesquisas do ambiente rural para o urbano e, também, para se contar com uma base conceitual para o estudo das falas gravadas para estudo. Em primeiro lugar, pela dificuldade de saber quem poderia ser selecionado como "falante culto" a fim de servir de sujeito de pesquisa para o Projeto, depois de muitas discussões, chegou-se à conclusão de que um critério técnico e objetivo seria obrigatório para a seleção dos "informantes".[24] Esse critério foi o grau de escolaridade superior. Supunha-se que esses informantes detinham um nível de linguagem correspondente ao que se esperava de detentores da "norma urbana culta". Gravadas 360 horas de materiais falados, os pesquisadores chegaram à conclusão de que os informantes não falavam, sob o ponto de vista da formulação gramatical dos textos, de modo diferente do que se entendia por *linguagem comum*.

Preti (1987: 3), porém, avançou nesse campo e explicou que o falante culto é aquele que tem "maior consciência da variação linguística e de sua adequação à grande diversidade de situações de comunicação. São eles que, em função de sua cultura linguística, estão aptos a empregar a linguagem, segundo os seus vários *usos*, denominação que, ainda uma vez lembra a teoria de Halliday". É de Preti, também o artigo "Mas, afinal, como falam ou deveriam falar as pessoas cultas?", publicado em 1990 no suplemento *Cultura* do jornal O Estado de São Paulo, no qual explora a complexidade da

[23] Primeiros coordenadores do Projeto NURC SP, até 1983, foram Isaac N. Salum e Ataliba de Castilho.

[2424] Como foram referidos todos os falantes que se dispuseram a gravar diálogos, entrevistas e aulas e conferências para a formação do corpus da pesquisa.

linguagem culta no contexto brasileiro. Dino Preti oferece uma reflexão sobre a dinâmica da linguagem culta no Brasil, desmitificando a ideia de um padrão linguístico único e estático e reconhecendo a riqueza e a diversidade das práticas linguísticas na sociedade brasileira.

Hoje, essa é questão ainda é importante para a linguística brasileira, mas, ainda assim, falta um trabalho de compilação da imensa produção de pesquisa que se fez dos anos setenta até hoje. Algumas obras gramaticais têm gramatizado aspectos da norma brasileira antes considerados como "erros de português". Celso Cunha (1985)[25] "normalizou prescritivamente" a colocação pronominal brasileira, consagrando-lhe um subcapítulo e, depois dele, outros tantos gramáticos seguiram, devagarinho essa trilha por ele aberta. Destaco também no campo dos instrumentos linguísticos normativos outras obras, como as de Azeredo (2008), Bagno (2012), Neves (2018) e, mais recentemente ainda, Vieira e Faraco (2023), Além dos dicionários, principalmente os que estão disponíveis para consulta online que, há muito tempo, trazem consignadas palavras de uso no português do Brasil.

A pergunta que se deve fazer hoje sobre a relação uso/norma no português do Brasil não é mais aquela do século XX. Naquela época, o objetivo dos autores limitava-se a perseguir a diferenciação gramatical entre as duas variedades do português, ou a buscar características fonético-fonológicas e gramaticais do português do Brasil. Hoje, além da caracterização gramatical do português do Brasil, deve-se procurar explicar seus problemas discursivos. Espera-se, pois, que o estudo sobre *uso*/*norma* no PB venha a responder à pergunta: *que características linguístico discursivas definem o PB*? O português do Brasil não é diferente dos demais (europeu, africano e asiático) somente porque tem algumas diversidades gramaticais, mas porque tem outra história, outro discurso. Há "diferentes vidas em português" (Saramago).

Considerações finais

Para finalizar, apresentamos uma lista de indicadores que podem ser úteis para avaliar o engajamento normativo da situação do fenômeno analisado nas ciências sobre as quais nos referimos, com foco na norma linguística. As marcas de normatividade não são exclusivas de nenhum domínio e umas podem ser predominantes sobre outras, além de poderem ocorrer simultaneamente:

[25] Como foram referidos todos os falantes que se dispuseram a gravar diálogos, entrevistas e aulas e conferências para a formação do corpus da pesquisa.

prescrição; descrição; modalidades predominantes (ser, dever ser, ter de); sanção implícita; sanção explícita; sanção coercitiva; concretude / explicitude; abstração /implicitude; costume/uso; destinatário coletivo; destinatário individual; codificação; não codificação; homogeneidade; heterogeneidade; formação exterior / voluntariedade; formação interior / não voluntária; obrigatoriedade; subjetividade; objetividade; auto-obrigativa; heteronomia; valorativa; coesividade para a comunidade.

A norma linguística, pelo que se pode deduzir das características que lhe são próprias, tem pontos coincidentes e divergentes com todas as outras. Diverge das demais, coincidindo com a jurídica, no que diz respeito à codificação e consequente concretude, porque uma das possibilidades de sua existência, a da norma linguística denominada "tradicional", advinda da descrição de textos literários, é ser concretizada na forma de regras que integram os "manuais de gramática". Coincide com as demais, divergindo da jurídica, em dois aspectos: no que diz respeito a sua origem, o uso e o costume, respectivamente, porque, de fato, *a norma linguística não tem outra origem que não o uso* e a jurídica pode ou não ter o costume como fonte de regulação de comportamentos. As situações, porém, são diferentes pois, no caso da norma linguística é o próprio uso, genuinamente realizado e estabilizado que se *gramaticaliza* e, posteriormente, se *gramatiza*, sem interferência do gramático, pois esses não "criam" usos, mas os descrevem e os registram em instrumentos específicos;[34] no caso da norma jurídica, porém, há a interferência do legislador, que a repara, organiza e a enquadra no sistema jurídico em vigor em um país.

Há certos traços que são invariantes à norma em geral: "prescritividade", "obrigatoriedade", "coesividade", "heteronímia", "objetividade", "valoratividade", além de se configurarem como *dever ser* e de provocar sanções explícitas, quando violadas. É comum o fato de o julgamento de valor acerca de comportamento divergente de certo comando normativo ser exterior à norma em geral, isto é, consiste em avaliação extranormativa.[26] Como, todavia, a norma é o filtro social da língua, carreia valores e é inerentemente valorativa.

Por último, uma reflexão sobre a relação *uso*/*norma*. Como exaustivamente afirmado, a norma decorre do uso adotado pelo corpo social, isso quer dizer que todo uso normalizado é mais ou menos perceptível em seus

[26] Embora o direito no Brasil seja codificado, as próprias regras jurídicas insertas no *Código Comercial Brasileiro*, artigos 130 e 131, por exemplo, e na lei de introdução ao *Código Civil*, artigo 4º, prescrevem que se pode ter o costume como *fonte normativa*.

contextos. Um dos critérios que linguistas têm utilizado para conhecimento da norma é a quantificação de dados, isso quer dizer que a expressividade numérica poderá indicar se um uso é ou não *normal* para uma comunidade. Embora esse seja um critério objetivo, não é o único a ser considerado, porque a norma é um fato social e esse não se reduz a médias estatísticas, embora possa ser estatisticamente expressada, mas na sociedade o falante identifica-se com a norma de sua comunidade, ele a reconhece naturalmente, sem aparatos metodológicos.

Resta a dúvida sobre a "qualificação" normativa a respeito do português do Brasil. Uma língua, com toda heterogeneidade que lhe é própria, pode, normativamente, ser definida, ou descrita? Sim, fazer a descrição da norma é fazer a descrição da língua. Sob o ponto de vista teórico, seria preferível falar de norma, sem qualificativos. A qualificação deveria ficar por conta da variação e esta, sim, seria qualificada a depender do critério analisado: geográfico, social ou estilístico. A literatura, contudo, consagrou a adjetivação da norma, como antes comentado, e essa já é uma situação difícil de ser alterada. Se, conceitualmente, todavia, o problema da norma for bem compreendido, não importa o acidente da denominação.

O que importa é reconhecer a heterogeneidade da língua, explorar ao máximo todas as possibilidades de sua realização, sem preconceitos e, como sugere Saramago, reconhecer que "não há uma língua portuguesa, há vidas em português", porque cada povo tem seu filtro que a molda conforme seu uso e, assim, constrói sua história.

Referências bibliográficas

Estudos

Affergan, Francis. 1994. Normes et règles en ethnologie. In: *Genese de la (des) normes linguistique(s). Hommage à Guy Hazael-Massieux. Langues et langage,* n. 4.

Aléong, Stanley. s/d. Normes linguistiques, normes sociales, une perspective antropologique. In: Bedard, Edith ; Maurais, Jacques. *La norme linguistique.* Paris: Conseil de La Langue Française : Éditions le Robert.

Amaral, Amaral. 1982[1920]. *O dialeto caipira* – gramática, vocabulário. Prefácio de Paulo Duarte. 4 ed. São Paulo: Hucitec/INL.

Andrade, Mário de. 1978. Carta a Sousa da Silveira. In: Pinto, Edith Pimentel. *O português do Brasil* – textos críticos e teóricos, 2 – 1920/1945. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos.

Auroux, Sylvain. 1998. Lois, normes et règles. *Histoire, Épistémlogie, Langage. La raison, le langage* et *les normes.* Paris: PUF.

Baggioni, D. 1994. Présentation historique de l'émergence du concept de norme en sciences humaines et en linguistique. *Genese de la (des) normes linguistique(s). Hommage à Guy Hazael-Massieux. Langues et langage,* n. 4.

Bédard, Édith; Maurais, Jaques. 1983. *La norme linguistique.* Québec *1* Conseil de Ia Langue Fraçaise et Paris: Éditions le Robert.

Bédard, Édith; Maurais, Jaques. 2001. *Norma linguística.* Trad. Marcos Bagno. São Paulo: Loyola.

Castilho, Ataliba T. de. 1986. Apresentação. In: Preti, Dino; Castilho, Ataliba T. de (org.) *A linguagem falada culta na cidade de São Paulo* – vol. I. São Paulo: T.A. Queiroz / FAPESP.

Castilho, A. T. de. 1990. O português culto falado no Brasil (História do Projeto NURC/BR). In: Preti, Dino; Urbano, Hudinilson (org.) *A linguagem falada culta na cidade de São Paulo* – vol. IV Estudos. São Paulo: T.A. Queiroz / FAPESP.

Coseriu, Eugenio. 1987[1952]. *Teoria da linguagem* e *linguística Geral.* Trad. Agostinho Dias Carneiro. Rio de Janeiro: Presença.

David, René. 1986. *Os grandes sistemas do direito contemporâneo*. Trad. do francês por Hermínio A. Carvalho. São Paulo: Martins Fontes.

Durkheim, Émile. 1949. [1895]. *Les règles de la méthode sociologique*. Paris: Presses Universitaires de France,

Echave, Delia Teresa; Urquijo, Maria Eugenia; Guibourg, Ricardo. 1988. *Lógica, proposición y norma*. 3ra. reimpresión. Buenos Aires: Astrea, Col. Filosofía y derecho, 9.

Faraco, Carlos Alberto. 2008. *Norma culta brasileira*: desatando alguns nós. São Paulo: Parábola.

Guibourg, Ricardo. 1987. *El fenómeno normativo*: acción, norma y sistema; la revolución informática; nivels del análisis jurídico. Buenos Aires: Astrea.

Halliday, M. K. A et al. 1974. Os usuários e os usos da língua. As *ciências linguísticas* e *ensino de línguas.* Trad. Miriam Lemle. Petrópolis : Vozes.

Hjelmslev, Louis. 1959[1943]. Langue et parole. *Essais linguistiques.* Copenhague: Travaux du Cercle Linguistique de Copenhague.

Hjelmslev, Louis. La estructura y el uso de Ia lengua. In: L*enguaje.* Madrid: Gredos, 1976.

Kelsen, Hans. 1986[1979]. *Teoria geral das normas*. Trad. De José Florentino Duarte. Porto Alegre: Sergio Fabris.

Labov, William. 2001. *Principles of linguistic change* – social factors. Massachussetts/Oxford: Blackwell.

Leite, Marli Quadros. 1998. Língua falada: uso e norma. In: Preti, Dino (org.). *Estudos de língua falada*: variações e confrontos. São Paulo: Humanitas.

Jaroslav, Peregrin. 2022. Normativity between philosophy and science. *Philosophical Psychology*, n. 37.5, 1215–1239.

Machado Neto, A. L. 1988. *Compêndio de introdução à ciência do direito*. 6. ed. São Paulo: Saraiva.

Muller, Charles. 1982. Le dictionnaire de Littré el la norme. *Revue de Synthèse*: Ill^{e} s. n^{os} 106-108, avril-décembre.

Preti, Dino. 1982. *Sociolinguística:* os *níveis de fala.* 4. ed. rev. e modificada. São Paulo: Ed. Nacional.

Preti, Dino. 1987. Apresentação. In: Preti, Dino; Castilho, Ataliba T. de (org.) *A linguagem falada culta na cidade de São Paulo* – vol. II. São Paulo: T.A. Queiroz / FAPESP.

Ramognino, N. 1994. La notion de norme en sociologie. *Genese de la (des) normes linguistique(s). Hommage à Guy Hazael-Massieux. Langues et langage*, n. 4.

Rey, Alain. 1972. Usages, jugements et prescriptions linguistiques. *Langue Française*, n. 16.
Teyssier, Paul. 2001. *História da língua portuguesa*. 2ed. Tradução do francês por Celso Cunha. São Paulo: Martins Fontes [1. ed. 1980, Paris PUF]
Shimamura, Shuhei; Tiisala, Tuomo .2023. Normativity of Meaning: An Inferentialist Argument. *Synthese* 202 (4):1-21.
Stovall, P. 2021. Rationality, autonomy, and obedience to linguistic norms. *Synthese* 198, 8955–8980.
Vieira, Francisco Eduardo; Faraco, Carlos Alberto. 2023. *Gramática do português brasileiro escrito*. São Paulo: Parábola.

Dicionários (citados por ordem de data de publicação)

Dicionários Franceses

Richelet, *Dictionnaire françois*. Autor: Pierre Richelet. Genève: 1. ed., 1680. Disponível em: https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k509323
Furetière, *Dictionnaire universel*. Autor: Antoine Furetière. La Haye & Rotterdam: 1. ed., 1690. Disponível em: https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k50614b
Académie française. Dictionnaire de l'Académie françoise. Paris: 1. ed., 1694. Disponível em: https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k503971
Diderot e d'Alembert, *Encyclopédie*. Editores: Denis Diderot e Jean le Rond d'Alembert. Paris: 1751-1772. Disponível em: http://enccre.academie-sciences.fr/encyclopedie/article/v17-1022-1/
Gattel, *Dictionnaire universel de la langue française, avec le latin.* Autor: Claude-Marie Gattel. Paris: 1. ed., 1830. Disponível em: https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k5849452x
Bescherelle, *Dictionnaire national ou universel de la langue française*. Autor: Louis-Nicolas Bescherelle. Paris: 1846. Disponível em: https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k50453p
Dictionnaire de l'Académie française (1835). Instituição: Académie française. Paris: 6. ed., 1835. Disponível em: https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k50694w.
Littré, *Dictionnaire de la langue française*. Autor: Émile Littré. Paris: 1863-1873. Disponível em: https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k54921v.

Dicionário Brasileiros

Aulete, C. 1968. *Dicionário contemporâneo da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Delta.
Cunha, Antônio Geraldo da Cunha. 1987. *Dicionário etimológico Nova Fronteira da língua Portuguesa*. 2 ed. rev. e acres. de supl. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
Ferreira, A. B. de H. 1986. *Novo dicionário Aurélio da língua portuguesa*. 2. ed. rev. e aument. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
Ferreira, A. B. de H. 1999. *Novo dicionário Aurélio da língua portuguesa – século XIX*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
Houaiss, Antônio. 2001. *Dicionário Houaiss da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva. Versão eletrônica disponível em http://houaiss.uol.com.br
Luft, C. P. 1987. *Dicionário Prático de regência verbal*. São Paulo: Ática.
Silva, A. de M. 1987. *Novo dicionário compacto da língua portuguesa*. 10. ed. rev.e aument. e atual: Editorial Confluência.

Gramáticas

Bechara, E. 2009. *Moderna Gramática Portuguesa*. 37. ed.). Rio de Janeiro: Lucerna.
Azeredo, J. C. de. 2008. *Gramática Houaiss da Língua Portuguesa*. São Paulo: Publifolha.
Castilho, A. T. de. 2010. *Nova Gramática do Português Brasileiro*. São Paulo: Contexto.
Bagno, M. 2012. *Gramática Pedagógica do Português Brasileiro*. São Paulo: Parábola Editorial.
Neves, M. H. de M. 2000. *Gramática de Usos do Português*. São Paulo: Editora UNESP.

Capítulo 3

Visão racionalista na gramática

A perspetiva racionalista na história da gramática portuguesa

Maria Helena Pessoa Santos
Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro
Centro de Estudos de Linguística Geral e Aplicada (CELGA-ILTEC),
Universidade de Coimbra – Portugal

Nótula introdutória

Partimos da consideração, partilhada por especialistas de diferentes áreas científicas, de que a construção da *ciência* constitui um "[...] empreendimento colectivo" (Simões 2010: 15, col. 2), resultando de "[...] processos prolongados espacio-temporalmente para os quais contribuem vários cientistas, com uma ou várias peças do *puzzle*, de maneiras e perspectivas diferentes e, por vezes, contraditórias" (Simões 2010: 15, col. 1, itálico nosso). Compreende-se, assim, que, no que à história da Linguística diz respeito, as propostas de periodização apenas sugiram balizas temporais, ou, melhor dizendo, pontos de referência, suscetíveis de eventual reformulação (cf. Černý 1998: 41-42).

São os Estoicos quem tem recebido o crédito pela constituição de uma disciplina (técnica) autónoma consagrada ao tratamento metalinguístico de uma *língua*: foi de forma progressiva e mediante o objetivo – ao serviço da lógica – de conhecer os critérios responsáveis pela composição de um enunciado dito "correto" (cf. Ildefonse 1997: 140) que, ao longo do século II A.E.C. e entre o século II e o século I A.E.C., foram separando da dialética e da retórica a tarefa de descrição do aspeto fónico das unidades linguísticas do grego (cf. Baratin 1989a: 196, 203; Baratin 1989b: 216; Ildefonse 1997: 134, 139, 140).

Não podemos esquecer-nos, todavia, de que, entre o século V e o século IV A.E.C., estudiosos hindus – entre os quais estava Pānini, que viveu, precisamente, nesse lapso de tempo – se dedicaram à descrição da fonética, da morfologia (incluindo a formação de palavras), da sintaxe e do léxico do sânscrito clássico, a fim de que fosse conservado para as gerações vindouras. Jiří Černý (1998: 61-62) classifica esses "[...] antiguos gramáticos hindúes" como "[...] indudablemente los primeros lingüistas",[1] os quais aliaram à

[1] *Astādhyāyī*, de Pānini, é "[…] la más antigua gramática del sánscrito – y de cualquier lingua – que se ha conservado hasta nuestros días [a mais antiga

descrição a reflexão, havendo delineado conceitos que continuam a ser produtivos no tratamento científico das línguas naturais (cf. Černý 1998: 61-64).

É, entretanto, digno de realce que, no século I A.E.C., paralelamente à produção, para o grego e para o latim, de tratados metalinguísticos de cariz descritivo, tenham aparecido tratados metalinguísticos de tipo explicativo (cf. Ildefonse 1997: 458; Baratin 1989b: 210, 213), plasmando estes últimos as razões responsáveis pelos usos linguísticos particulares, associadas, então, à identificação da correção como propriedade interna à *língua*. Estava, assim, lançada a pedra angular da incipiente cientificidade do estudo dos fenómenos linguísticos gregos e também latinos.[2]

---

gramática do sânscrito – e de qualquer língua – que se conservou até aos nossos dias]" (Černý 1998: 62 [trad. port. nossa]). "[…] A pesar de no haberse conservado otras gramáticas más antiguas, ya del contenido de la de Pánini se desprende que se trata de la culminación de un largo período de ricas tradiciones y esfuerzos de carácter lingüístico. Por lo demás, el próprio Pánini menciona directamente a sus 68 precursores. [Ainda que não se tenham conservado outras gramáticas mais antigas, a de Pānini, segundo se depreende do seu conteúdo, constitui a culminação de um longo período de tradições ricas e de envidamento de esforços de caráter linguístico. Além disso o próprio Pānini menciona diretamente 68 precursores seus.]" (Černý 1998: 62 [trad. port. nossa].) "Se ofrece la pregunta siguiente: ¿por qué nadie hizo caso, durante unos dos mil años, de las opiniones lingüísticas tan avanzadas de los gramáticos hindúes? A pesar de que, p. ej., las relaciones entre India y Grecia eran bastante intensas – sobre todo en la época de Alejandro Magno, que emprendió dos expediciones militares a India – este hecho no tuvo repercusión alguna en el intercambio del pensamiento lingüístico recíproco. Los griegos, naturalmente, consideraban a todos los pueblos como bárbaros, cuyas ideas ni siquiera merecían ser examinadas. [Coloca-se a seguinte pergunta: ¿por que razão ninguém fez caso, durante cerca de dois mil anos, das opiniões linguísticas tão avançadas dos gramáticos hindus? Embora, p. ex., as relações entre a Índia e a Grécia fossem muito intensas – sobretudo na época de Alexandre Magno, que empreendeu duas expedições militares à Índia –, este facto não teve nenhuma repercussão no intercâmbio recíproco do pensamento linguístico. Os gregos consideravam bárbaros todos os povos, entendendo que as suas ideias nem sequer mereciam ser examinadas.]" (Černý 1998: 64 [trad. port. nossa].)

[2] Cf. *As ideias linguísticas portuguesas na centúria de Oitocentos*, Tese de Doutoramento da autora (2005), publicada pela Fundação Calouste Gulbenkian e pela Fundação Para a Ciência e a Tecnologia do Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (2010). Cf., ainda, "Gramática racionalista em Portugal no século XIX", capítulo que, tendo sido produzido pela autora, integra a obra *A gramática racionalista na Península Ibérica (séculos XVI-XIX)*, organizada por Sónia Duarte & Rogélio Ponce de León e publicada pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto e pelo Centro de Linguística da Universidade do Porto (2015).

1. Do estabelecimento dos alicerces da cientificidade no discurso gramatical do português

A primeira obra metalinguística referente ao português e publicada em Portugal, sendo datada de 1536 e da lavra de Fernão de Oliveira (1507-*ca.*1582), sob o título *Grammatica da lingoagem portuguesa*, desafia, de forma excecional, as fronteiras dinâmicas que, no âmbito do chamado "período histórico" da história da Linguística proposto por Černý (cf. 1998: 41), separam o subperíodo "pré-científico" do subperíodo "científico". Seria, aliás, possível considerá-la situada num período de transição entre os denominados, por Martí Sánchez (cf. 1998: 33-34, 39-40), de "período (platónico-)aristotélico" e de "período galileano", que equivale ao que poderíamos designar, à luz da reflexão de Simões (2010), por "período (coperniciano-)galileano".

Da obra fundacional de Oliveira, tido como "[...] um dos gramáticos mais originais de toda a Renascença" (Coseriu 2000: 31), destacam-se procedimentos e observações que lançam alguns dos fundamentos da ciência metalinguística portuguesa. Não obstante o Autor afirme não ser do seu intento fornecer "[...] difinições ou determinadas declarações das cousas" (Oliveira 2000: 145 [66]), propondo-se "[...] não [fazer] mais que apontar os *principios* da grammatica que temos na nossa língua" (Oliveira 2000: 152 [73], itálico nosso), a "[...] premeira anotação da Lingua Portuguesa"[3] (Oliveira 2000: 155 [76], cólofon) produzida por um português não se limita a um mero registo de dados empíricos.

Obedecendo a um plano mental, que parte sobretudo do conhecimento do funcionamento da língua latina, observa os fenómenos linguísticos do romance português à época por prismas diversos, que parecem implicar, relativamente ao latim, alguns movimentos de descrição inevitavelmente centrípetos, mas, em simultâneo, importantes movimentos centrífugos de

[3] João Paulo Silvestre afirma que, "[…] se [esse registo] pode ser entendido como uma manifestação retórica de modéstia autoral, é também indicativo de uma obra que oferece o resultado de observações e de experimentação" (Silvestre 2009: [233]). E isso acontece, precisamente, num contexto "[…] marcado pelo desenvolvimento das cidades, do comércio, especialmente o marítimo, da actividade industrial e da descoberta de novos mundos" (Jorge 2009: 530) com que estava comprometido o polígrafo português: "A bibliografia atribuída a Fernando Oliveira agrupa uma variedade temática e abarca campos totalmente diferenciados: a gramática […]; a estratégia militar […]; a cartografia e a náutica […]; a construção naval […]; a História [….]" e a "[…] Tradução" (Jorge 2009: 530; cf. Torres e Assunção 2000; cf. Gaspar 2009).

desmontagem tendencialmente explicativa. Importa, aliás, referir que uma das suas fontes bibliográficas declaradas é, precisamente, *De lingua Latina*, de Marco Terêncio Varrão, o reatino (116 A.E.C.-27 A.E.C.), cuja importância Coradini (1999: 243) convoca nos seguintes termos:

> [...] Muitas vezes o formidável arranco de originalidade [dos textos clássicos] parece estar no próprio fato de serem os únicos disponíveis, pois que não há como saber da existência de textos anteriores. Assim, por exemplo, o *De lingua Latina* se apresenta como o primeiro projeto de grande porte para uma gramática no mundo romano e grego. É o primeiro conhecido pelo estudioso moderno e, portanto, original; e é original simplesmente porque não se tem notícia de que tenha havido um outro anterior congênere. Em conclusão, acata-se como indiscutível o fato de que é nessa obra que ressoa o pensamento lingüístico anterior a Varrão e contemporâneo dele.

Dignos de consideração, em Oliveira, são: o tratamento sincrónico da fonética da língua portuguesa (cf. Coseriu 2000: 33); a apresentação de "[...] um esboço de lexicologia" (Coseriu 2000: 45), em conformidade com critérios alicerçados na perceção de a *língua* ser dotada de variação e de movimento internos condicionados por variáveis externas (cf. Coseriu 2000: 57-60; cf. Barroso 2019: 191-193); a abordagem da questão da formação de palavras em português; a identificação, como classes de palavras, do *nome*, em que inclui o *substantivo* e o *adjetivo* – parecendo não separar totalmente dessa macroclasse o *pronome* (*pessoal*) –, do *verbo*, do *artigo*, da *preposição*, da *conjunção* e do *advérbio*; o incremento incipiente da correspondência de construções relacionais portuguesas às conhecidas declinações casuais latinas;[4] e, consequentemente, o incurso na área que designará, no penúltimo capítulo da obra, por "[...] construição ou composição *da língua*" (Oliveira 2000: 153 [74], itálico nosso), ou seja, a sintaxe. Importa dizer que Oliveira parece preferir o termo *composição* ao termo *construção*, por considerar tratar-se do "[...] concerto que as partes ou dições da nossa lingua têm antre

[4] No tratamento do *artigo*, faz corresponder o 'caso nominativo' latino ao que, em português, "[…] podemos chamar prepositivo" (Oliveira 2000: 141 [62]). E acrescenta: "[…] não cuidem alguns, quando dizem *ao*, *parao*, *aos*, *paraos*, que tudo aquillo assi junto é só artigo de dativo. Mas as primeiras partes daquelles ajuntamentos ***a*** em *ao*, ***para*** em *parao* são preposições; e o artigo que trazem depois de si não é dativo, mas é pospositivo, o qual se segue sempre despois de preposição e não algum outro caso." (Oliveira 2000: 142 [63]). "***No***, ***do***, ***polo*** e ***co*** são compostos ou juntos [que se fazem com os artigos] […]" (Oliveira 2000: 142 [63]). Apesar da dificuldade de encontrar metalinguagem adequada para o português, propõe termos que representam a consciência da existência de relações sintáticas diferentes das que caracterizavam o funcionamento do latim.

si, *como em qualquer outra língua*" (Oliveira 2000: 152[73]; 153[74], itálico nosso).

Assim sendo, numa fase em que a reflexão sobre a(s) língua(s) vernácula(s) ainda se não espelha em aparelhos teóricos consubstanciados em metalinguagem concordante com essa(s) nova(s) realidade(s), a *composição* representaria a organização, na *oração* – termo usado por Oliveira (2000: 153[74]) –, mediante "[...] certas leis e regras" (Oliveira 2000: 152[73]), das suas "partes", ou classes de palavras, em conformidade com as compatibilidades existentes entre si.

É o que parece suceder quando tece considerações sobre o *artigo* como classe de palavras, indicando a sua compatibilidade sintática quer com formas de *preposição*, razão por que desconstrói amálgamas apresentados em exemplos da sua própria lavra, quer com formas de *nome*, dando conta de fenómenos de concordância; ou, ainda, quando manifesta a consciência – aparentemente não reflexiva – da aglutinação dos componentes constitutivos de formas verbais marcadas pelo 'tempo futuro imperfeito' e pelo 'tempo condicional', juntamente com o 'modo indicativo' e com a '4.ª pessoa' (num trecho posterior a um outro de que nos parece ausente tal consciência), enquanto formas hospedeiras de enclíticos em posição mesoclítica, os quais identifica como "artigos relativos" (Oliveira 2000: 142[63]) – e não como formas de *pronome pessoal* –, reconhecendo, porém, esse tipo de "artigo" "[...] alghum tanto diferente daqueloutros" (Oliveira 2000: 142[63]). Este reconhecimento talvez se deva ao facto de, do ponto de vista do que designaríamos por *coesão gramatical referencial exofórica* ou *endofórica*, não obstante o recurso a formas de *artigo* dê, por natureza, lugar a atos de referência num dado contexto situacional, os por si denominados "artigos relativos" serem entendidos como sendo referencialmente interpretáveis por endófora.

Fernão de Oliveira não parece, portanto, alheio aos inevitáveis ecos do grande movimento cultural da Renascença Carolíngia, de cerca do século IX E.C., sentidos nas apuradas reflexões dos Modistas, essencialmente na segunda metade do século XIII E.C. Com efeito, não é difícil vislumbrar, em Oliveira, a ideia de as categorias das línguas se basearem em categorias do mundo real:

> [...] [Os] casos [no grego e no latim**]** mostram antr'elles o estado das cousas, o qual é diverso segundo os diversos oficios dessas cousas: porque hum estado tem este nome *homem* quando faz, dizendo *o homem senhoreia o mundo*; e outro estado mui diverso do primeiro tem quando padece, dizendo *Deos castiga o homem*.
>
> E para estas diversidades e outras muitas de estados ou oficios que têm as cousas, têm também os nomes antre os latinos e gregos diversidade de letras, dividindo cada

> estado da cousa com sua diferença de letras no cabo do nome [...]. E posto que este seja hum grande primor e perfeição dessas linguas, declarar na voz as meudezas das cousas com a diversidade da letra ou voz [...], todavia a nossa lingua nem por isso ficou sem outro tão bo concerto e de menos trabalho.
>
> Este é o ajuntamento dos artigos, os quaes junto com os nomes declaram nelles tudo o que os casos latinos e antr'os gregos os casos e artigos juntamente. (Oliveira 2000: 149-150[70-71], negrito nosso.)[5]

Há, no polígrafo Fernão de Oliveira, marcas da consciência da necessidade de encontrar metalinguagem específica para a representação do funcionamento da língua portuguesa em si. Não podia, porém, deixar de partir de conceitos conhecidos, herdados, portanto, da tradição greco-latina. Referimo-nos, em especial, aos conceitos de *declinação* e de *conjugação*, termo este que associa ao primeiro, enquanto pontos de partida da reflexão tendente à perceção quer dos tipos em que se poderiam categorizar os elementos linguísticos portugueses, quer da sua compatibilidade categorial na composição da oração, visando a comunicação (em contexto).

2 Construção de terminologia gramatical

Partindo da indicação de que "[têm] diferença as dições na voz, assi como as cousas no sinificado" (Oliveira 2000: 135[56]), Fernão de Oliveira observa:

> *Declinação* é diversidade de vozes tiradas de hum premeiro e firme principio por respeito de diversos estados de cousas, a qual assi é necessarea como nas gentes o conhecimento dos desvairados oficios e estados. E chama-se *declinação* porque daquelle premeiro principio firme que dissemos, o qual não se move nem muda da sua premeira voz, se declinam, caem ou decendem, quasi como abaixando-se por graos, porque não têm a primoria que fica no premeiro principio as vozes declinadas cada hũa por seu jeito.
>
> E são muitas as maneiras de se declinar as vozes, porque não somente se chama *declinação* a dos casos [...]. As vozes hũas se declinam e outras se não declinam: não se declinam [...] as dições que chamamos premeiras; mas declinam-se todas as tiradas e dirivadas. E não somente os generos das dições têm seus principios firmes de que outras se tiram; mas as que em si particularmente se declinam, como são *nomes* e *verbos*, também têm seus premeiros e firmes principios em que se fundam e afirmam (2000: 135[56]-136[57], itálico nosso).

---

[5] Sobre o *artigo* como classe de palavras em autores responsáveis pelas primeiras gramáticas de algumas línguas vernáculas, cf. Ramajo Caño (1987: 63-74). Para o português, veja-se o que observa Nunes (1989[1919]: 236-238) relativamente às formas de '3.ª pessoa' dos pronomes pessoais.

Coradini (1999: 483) assinala que Aristóteles (384 A.E.C.-322 A.E.C.) "usava o termo *πτῶσις* ['descida'] (flexões) no sentido que Varrão [daria] à *declinatio*, para expressar os fenômenos flexionais da língua: a derivação, a conjugação e a declinação propriamente dita".[6] Mais: Varrão deu conta da ideia de haver pensadores coevos que punham em dúvida a existência de um "caso reto", designação que os romanos deram ao 'nominativo', ao contrário dos gregos, que não aplicavam sequer o termo *πτῶσις* àquele que "[...] era imaginado como o raio vertical ou original, incidindo no centro de uma circunferência" (Coradini 1999: 483), enquanto *princípio*, imutável por natureza.

Não espanta, por isso, que, tendo Varrão como importante referência, Oliveira, ao tratar mais especificamente da classe do *verbo*, comece por introduzir o termo *conjugação* como se se tratasse de uma espécie de hipónimo do termo *declinação*: propõe-se mostrar "[...] como são diversas as vozes [dos] verbos em generos, *conjugações*, modos, tempos, numeros, pessoas" (2000: 150[71], itálico nosso), à semelhança do que fizera Elio Antonio de Nebrija[7] (*ca.* 1491-1522) para o castelhano (Nebrija, 1946: 75, 77), o qual, segundo Galindo Romeo & Ortiz Muñoz, "[...] añade la definición de conjugación de Prisciano" (Nebrija 1946: Notas, 270).

Prisciano (*fl. ca*. 500 E.C.) afirmara: "*Verbum est pars orationis cum temporibus et modis, sine casu, agendi vel patiendi significativum* [...] ["O verbo é uma parte da oração com tempos e modos, sem caso, significando ação ou paixão"]" (Prisciano *apud* Ramajo Caño 1987: 138 [trad. port. nossa]). Todavia, logo a seguir, como observa Maria Leonor Carvalhão Buescu, o autor latino regista: "*Conjugatio est consequens verborum declinatio* ["A conjugação é o resultado da declinação dos verbos"]" (Prisciano *apud* Buescu, 1978: 28 [trad. port. nossa]).[8] Segundo Coradini,

---

6 "Os romanos traduziram *πτῶσις* por *casus*, que evoca a idéia de queda" (Coradini 1999: 483).

7 Cf., da autoria de Antonio Quilis (1933-2003), o verbete sob a entrada "Cala y Jarana, Elio Antonio de. *Elio Antonio de Nebrija*". *Diccionario Biográfico electrónico* (DB~e) de la Real Academia de la Historia. Disponível em: https://dbe.rah.es/biografias/6934/elio-antonio-de-cala-y-jarana.

8 Parece-nos, entretanto, digna de ênfase a reflexão que Ramajo Caño (cf. 1987: 137, *passim*) tece relativamente à definição de *verbo* apresentada por autores que antecedem Prisciano. Por exemplo, o eminente especialista destaca a perceção de Diomedes (*fl.* séc. IV E.C.), notando: "Las palabras de Diomedes son importantes y esclarecedoras: el verbo manifesta persona y tiempo, y carece de caso. Se diferencia, pues, del participio, que contiene tiempo, pero no persona; y del pronombre, que

terá sido Prisciano quem terá consolidado a distinção entre as quatro conjugações latinas, introduzida por Sacerdos (*fl.* séc. III E.C.): "[...] segundo o texto do *De lingua Latina*, Varrão parece distinguir apenas três [conjugações]" (Coradini 1999: 497 e nota 589).

A menção de Oliveira a "[...] conjugações" prender-se-ia, precisamente, aos tipos de *conjugação* existentes na língua portuguesa, pois, mais adiante, assere que cada uma das três conjugações por si detetadas – apontamento notável, em virtude de virmos a encontrar, já no século XIX, quem defendesse a existência de quatro tipos de conjugação em português[9] – constitui, com seus modos, tempos, números e pessoas (cf. Oliveira 2000: 151[72]-152[73]), um "[...] *ajuntamento* de diversas vozes que segundo boa ordem se ordenam seguindo-se hũas trás outras em os verbos" (Oliveira 2000: 151[72], itálico nosso), mediante regras gerais suscetíveis de apresentar exceções (cf. Oliveira 2000: 152[73]). Na verdade, a referência oliveiriana ao "ajuntamento ordenado de vozes" traz à colação as definições de *conjugação* que se aduziriam depois de si e que culminariam – no quadro do chamado subperíodo "científico" do "período histórico" da história da Linguística (cf. Černý 1998: 41) – na observação daquele que foi o primeiro a aplicar, de forma sistemática e criteriosa, porque fundamentada, o método comparativo e histórico à análise da *sintaxe do português*, Augusto Epiphanio da Silva Dias (1841-1916),[10] numa obra cujo "Prologo" é datado de 1869 (Dias 1870: 5): "[...] O conjunto das formas de um verbo dispostas ordenadamente denomina-se *conjugação*", acrescentando que "[as] conjugações portuguezas apresentam tres typos [...]" (Dias 1870: 42).

Cabe, a propósito, realçar que, depois de, em 1868, Francisco Adolpho Coelho (1847-1919)[11] publicar a obra inaugural da aplicação, em Portugal, do referido método de análise das línguas naturais, a qual acaba por ser tão-

---

muestra persona, pero no tiempo [As palabras de Diomedes são importantes e esclarecedoras: o verbo manifesta pessoa e tempo, carecendo de caso. Distingue-se, pois, do particípio, que integra tempo mas não pessoa, bem como do pronome, que manifesta pessoa mas não tempo]" (Ramajo Caño 1987: 137 [trad. port. nossa]).

9 Foi o que constatámos em Melo (1818: 102) e em Ferreira (1819: 35 e nota (a)).

10 O próprio Francisco Adolpho Coelho reconheceu esse facto: "[…] [Epiphanio Dias] apresentou pela primeira vez entre nós modos de ver que se oppunham á velha rotina em que se immobilisara o ensino grammatical e contribuiu sobretudo para a organização da syntaxe" (Coelho 1891: vi). Para obtenção de dados biobibliográficos relevantes de Epiphanio Dias, cf. Vasconcellos 1970[1918]: 345-410.

11 Para conhecimento da vida e da obra do Autor, cf., em especial, Silva, 1995.

-só dedicada à "Proto-Fonologia" e à "Fonética" do português, com prolegómenos atualizados sobre a história da língua portuguesa,[12] consagra, em 1870, uma obra à Conjugação do *verbo*, mediante aquela perspetiva metodológica, tendo por pontos de referência os trabalhos de aturada investigação desenvolvidos por Franz Bopp (1791-1867), August Schleicher (1821-1868) e Friedrich Diez (1794-1876).[13] Não dá, aí, Coelho uma definição de *conjugação*, mas não deixa de apontar, preliminarmente, os "elementos da forma verbal" (Coelho 1870: 14, minúsculas nossas):

> O verbo exprime a acção e as relações do tempo, modo e pessoa; determinar n'uma lingua ou grupo de linguas quaes são os elementos phonicos que servem para exprimir cada uma d'essas relações, e quaes os que exprimem a acção é, pelo que diz respeito ao verbo, a questão de que a sciencia tem que dar a solução em cada lingua ou grupo de linguas. Para a resolver, um dos principaes dados a conhecer é qual a maneira porque [*sic*!] esses elementos se combinam em cada um d'esses grupos de linguas, por outras palavras, como n'elles se forma a palavra (Coelho 1870: 14).

Em causa, nessa obra, estão, precisamente, as "raízes", as "desinências pessoais", os "sufixos modais" e a formação dos "temas temporais".

Será numa "gramática prática", destinada ao ensino,[14] tal como fizera Epiphanio Dias, que, em 1891, Coelho apresentará a definição de *conjugação*: "[...] a serie em ordem determinada de formas verbaes de modo, tempo, numero e pessoa que têem base commum, idêntica no som e na significação", adicionando a nota da existência de "[...] tres typos de conjugação ou conjugações" (Coelho 1891: 42).

---

[12] Pretendia desenvolver "[…] largamente" os pontos aí tratados numa obra que se intitularia de *Historia da Lingua* (Coelho 1868: [1], nota (1)).

[13] "As principaes ideas sobre a theoria da conjugação latina, cujo typo fundamental é o mesmo das outras linguas indogermanicas, pertencem a Bopp que as expoz, na forma mais perfeita a que chegou, na *vergl. Grammatik*; para o conjunto porém, seguimos particularmente Schleicher, que no seu *Compendium* methodisa excellentemente, como grande mestre, o essencial dos resultados colhidos até então, e buscamos completal-o e corrigil-o com os materiaes que achámos nos outros trabalhos que consultamos, e alguns colhidos nas investigações proprias. […] Para a parte que diz respeito ao portuguez partimos do estudo da *Grammatik der romanischen Sprachen* de F. Diez, que é um dos mais importantes trabalhos de grammatica comparativa feitos na Allemanha" (Coelho 1870: 6, 7).

[14] Epiphanio Dias (1870: 3) afirmara que a "gramática prática", em que se coligiam as regras que, sincronicamente, se observavam no emprego da língua portuguesa, "[…] [supunha] uma teoria", ou seja, os resultados da "gramática científica" da língua, mediante a qual se descobriam as leis segundo as quais se tinham operado as modificações do organismo do latim para o organismo do português.

Vale a pena, entretanto, verificar o que os lexicógrafos de referência do português tinham vindo a apontar relativamente aos conceitos gramaticais em causa.

Raphael Bluteau (1638-1734) referira, em 1712, sob a entrada "CONJUGAÇAM", enquanto termo gramatical, o seguinte: "[...] Varro diz *Declinatio*, *onis*. & *declinatus*, *ûs*. *Maſc.* Aſſi dos verbos, como dos nomes" (Bluteau 1712b: 468, col. 2). No âmbito do mesmo verbete, atribui a Remmius Palaemon,[15] cuja *Ars grammatica* tinha vindo a lume no século I E.C., o termo latino "[...] *Conjugatio verborum* [Conjugação dos verbos]" (Bluteau 1712b: 468, col. 2, [tradução port. nossa]). Bluteau nada acrescenta em relação a Oliveira.

Bluteau (1712b: 468, col. 2) inclui, ainda, a entrada "CONJUGAR hum verbo", em cujo verbete observa:

> (Termo Grammatical) [...] Quintiliano diz *declinare verba*, aſſi como diz *declinare nomina*. Podeſelhe accreſcentar *In tempora*, ou *per tempora*. Quaſi todos os Grammaticos dizem *Conjugare*; alguns dizem *inflectere*. Porem nos Antigos naõ tenho achado eſtes dous ultimos verbos neſte ſentido.

É curioso o teor desse verbete, porque, antes de Quintiliano (35-96 E.C.), já Varrão verificara, no latim, essa característica do *verbo*, ou, mais exatamente, como assinala Coradini (1999: 493), "[...] para evitar equívocos", do "*verbum temporale*", ou seja, "palavra que expressa tempo", ou "*verborum genus quae tempora adsignificant*", isto é, "género de palavras que significam tempos", na senda, afinal, do que já havia apontado Aristóteles, no que ao grego dizia respeito (cf. Ramajo Caño 1987: 137).

Em 1789, Antonio de Moraes Silva (1755-1824), autor do "[...] primeiro dicionário moderno monolingue publicado em Portugal" (Verdelho 2002: 479), ainda regista, sob "CONJUGAÇÃO": "ſ. f. Gram. verbo, que ſe põem para modello de *declinar*, ou *variar* outros verbos ſemelhantes [...]" (Silva 1789: I, 311, col. 2, itálico nosso), repetindo tal conteúdo em 1813 (cf. I, 447, col. 1). Sob a entrada "CONJUGAR", já especifica: "v. at. repetir a conjugação do verbo; ou *variar* hum verbo em ſeus modos, tempos, e peſſoas, ſegundo o verbo, que ſerve de exemplar. [...]" (Silva 1789: I, 312, col. 1; cf. 1813: I, 447, col. 1, itálico nosso.)

---

[15] Trata-se, mais exatamente, de Quintus Remmius Palaemon, escravo nascido em casa que obteve instrução: "Later freed, he taught at Rome, where he held first place among the grammarians […] [Depois de ter sido libertado, ensinou em Roma, tendo ocupado um lugar cimeiro entre os gramáticos]" (Suetonius Tranquillus 1999: 26 e 27 [trad. port. nossa]).

Quanto a Francisco Solano Constancio (1777-1846), descreve o termo gramatical "CONJUGAÇÃO" mediante o recurso a terminologia que o aproxima da corrente comparativa e histórica de análise das línguas. Com efeito, diz tratar-se do "[...] artificio pelo qual se modifica o radical do verbo pela addição de suffixos ou desinencias, terminações, ou de prefixos y letras ou syllabas intercalladas nas differentes vozes, modos, tempos e pessoas" (Constancio 1836: 297, col. 2). Sob essa entrada, inclui uma subentrada, homónima, "*Conjugação*", cujo significado descreve do seguinte modo: "[...] o verbo que serve de modelo para conjugar todos os que tem as mesmas terminações, inflexões,[16] reduplicações,[17] e variações regulares ou irregulares, que se conjugão pelo mesmo teor" (Constancio 1836: 297, col. 3), referindo-se, naturalmente, aos tipos de conjugação. Por sua vez, o termo "CONJUGAR" é, por si, definido como "[...] dar ao radical de hum verbo

---

16 Constancio não oferece uma definição gramatical de "INFLEXÃO", embora o único exemplo aduzido – "[…] ─[*inflexão*] *da voz*" – remeta, como esclarece, para a "[…] modulação" da voz (Constancio 1836: 625, col. 2). Bluteau e Silva não contemplam esse termo enquanto entrada.

17 Constancio não dicionariza o termo *reduplicação*, enquanto entrada, embora a ele recorra para definir "REDUPLICATIVO, A": "[…] t. de gram. que denota reduplicação. *A particula re he reduplicativa*" (Constancio 1836: 835, col. 1). Nisto, segue de perto Silva (1789: II, 304, col. 1), que, não obstante não use o termo *reduplicação*, contempla a entrada "REDUPLICATIVO", enquanto forma de *adjetivo* e termo gramatical: "[…] que denota repetição *v. g.* „*a prepofição re he reduplicativa*„". teor que repete em 1813 (II, 575, col. 1). Nem *reduplicativo*, nem *reduplicação* haviam aparecido em Bluteau, que apenas registara "REDUPLICAR" (Bluteau 1720: 179, col. 2), como termo comum, tal como Silva e Constancio vieram a fazer. Todavia, o significado de *reduplicação* ocorrente no âmbito do verbete "CONJUGAÇÃO" de Constancio parece diferir do significado que Franz Bopp havia dado a "[….] reduplication", em 1820 – mais exatamente, em "Analytical comparison of the Sanskrit, Greek, Latin, and Teutonic languages, shewing the original identity of their gramatical structure" –, enquanto repetição de consoantes radicais (cf. Bopp *apud* Rousseau 2001: 1199, col. 2): "[…] The only real inflections which I consider possible in a language, whose elements are monosyllables, are the change of their vowels and the repetition of their radical consonants, otherwise called reduplication [As únicas inflexões reais, que considero possíveis numa língua, cujos elementos sejam monossílabos, são a mudança das suas vogais e a repetição da suas consoantes radicais, também chamada de reduplicação]" (Bopp 1820: 12 [trad. port. nossa]). Em 1870, Francisco Adolpho Coelho explicará o fenómeno de *reduplicação* em detalhe, designadamente, no latim (cf. Coelho 1870: 85-86), notando em 1887: "A reduplicação póde abranger uma raiz ou uma palavra completa ou sómente parte d'uma palavra e tem diversos empregos grammaticaes" (Coelho 1887: 36).

todas as modificações que exigem as diversas vozes, modos, tempos, pessoas" (Constancio 1836: 297, col. 3). Os termos *radical*,[18] *suffixo*[19] e *prefixo*,[20] associados ao termo *addição*,[21] antecipam, até certo ponto, a descrição e a explicação que Francisco Adolpho Coelho apresentaria em 1870. Uma coisa parece certa: tal como assinala Jean Rousseau (2001: 1198,

---

[18] Constancio (1836: 823, col. 1) define a forma de *substantivo* "RADICAL" como "[…] tudo o que serve de base, fundamento, v. g., *os radicaes*, t. gram., vozes simples de que são compostas as outras". No âmbito do verbete atinente à entrada "RAIZ", inclui a subentrada "*Raiz*", descrita como "[…] t. gram., a parte radical de um vocabulo […]" (Constancio 1836: 823, col. 3), aplicando, aí, a forma de *adjetivo* "RADICAL", por si definida como "[…] de raiz, pertencente á raiz […]" (Constancio 1836: 823, col. 1). Bluteau (1720: 89, col. 2-90, col. 1) já definira "RADICAL": "[…] Couſa, que ſerve como de raiz, baze, & fundamento a outra. […] Em todas as sciencias ha principios radicaes […]. Até na Grammatica ſe chama nome radical, & palavra radical, o nome primitivo, e oposto ao que chamão nome *compoſto*, ou *derivado*. […] Letras radicaes ſe chamão as que nas vozes derivadas ſe conſervão, & sahirão da voz primitiva […]". Sob "RAIZ" (Bluteau 1720: 97, col. 2), inclui uma subentrada assim descrita: "A origem, & principio da qual traz hum vocabulo a ſua etymologia" (Bluteau 1720: 99, col. 1). Em 1789, Silva (1789: II, 281, col. 1) associa o termo "RADICAL", apenas enquanto forma de *adjetivo*, às áreas da Medicina, da Aritmética e da Álgebra, adscrevendo, ainda, o termo, num parágrafo final, a "[…] *Lettras radicaes*, as que compõẽ a raiz de qualquer palavra derivada, e ſe achão nos derivados *v.g.* „ *am*— de amo, em amava, amarei, amaſſe". Ainda nesse ano, sob "RAIZ", apresenta um parágrafo que equivale a uma subentrada homónima: "*Raiz*, palavra primitiva […]" (Silva 1789: 282, col. 1). Em 1813, Silva (1813: II, 546, col. 2; 548, col. 1-col.2) apresenta o conteúdo acima destacado (da 1.ª edição) no âmbito dos verbetes de "RADICÁL" e de "RAIZ".

[19] Constancio não contempla esse termo em 1836. Também não constara do Dicionário de Bluteau e não esteve, igualmente, presente em Silva, nem em 1789, nem em 1813.

[20] O termo *prefixo*, que Constancio define, apresentando-o como forma de *adjetivo*, não é de natureza gramatical (cf. Constancio 1836: 796, col. 2), tal como o não foi em Silva, em 1789 (cf. II, 233, col. 2) e em 1813 (cf. II, 489, col. 2). Já não havia surgido em Bluteau.

[21] Constancio (1836: 21, col. 3) inclui o termo comum "ADDIÇÃO", como designação de uma entrada de cujo verbete consta o seguinte: "s. f. […] acto de ajuntar, acrescentar, somar […]". Em Bluteau (1712a: 121, col. 1), surgira, sob a entrada "ADDIÇAM", uma subentrada, "Addição" (entre outras homónimas), definida (de forma que nos parece mais geral) como "Acrecentamento […]". Silva (1789: I, 25, col. 2) definiu "ADDIÇÃO" assim: "ſ. f. acção de ajuntar, ſommar […]". Em 1813 (I, 39, col. 1), repetiria o teor do verbete da 1.ª edição, embora acrescentasse exemplos, entre os quais figura o seguinte "[…] [addição] *de prenome*, *e cognome ao nome*".

col. 2 [trad. port. nossa]), quando Bopp inicia o estudo do sânscrito, em 1812, os estudiosos já aplicavam à análise de diversas línguas, "[...] aux motivations et aux présupposés théoriques três divers" ["segundo motivações e pressupostos teóricos muito diversos"], uma técnica inovadora:

> [...] une forme verbale est décomposée en éléments constituants minimums, chacun porteur d'un sens dont la totalisation determine la signification globale de la forme ainsi découpée; en outre, en s'unissant avec le même sens à d'autres éléments, chaque constituant se retrouve dans d'autres formes [uma forma verbal é decomposta em constituintes mínimos, cada um dos quais portador de um significado, determinando a soma dos mesmos a significação global da forma assim decomposta; além disso, ao unir-se, com o mesmo significado, a outros elementos, cada constituinte é detetado noutras formas] (Rousseau 2001: 1198, col. 2 [trad. port. nossa]).

Em 1871, na senda de Franz Bopp e sob o influxo direto de August Schleicher,[22] Coelho refere: "[...] os suffixos verbaes que juntos ás raizes ou aos themas derivados lhes accrescentam as idéas de tempo, modo, pessoa" são um dos quatro tipos de "[...] fórmas grammaticaes" com que, "[...] na sua totalidade ou em parte segundo as familias de linguas, se constituem os vocabularios de todos os indivíduos d'essas famílias" (Coelho 1871: XXXI, col.2-XXXII, col. 1). Os outros três tipos de *formas gramaticais* correspondem, precisamente, às "raizes, os elementos fundamentaes e primordiaes das palavras, d'onde nascem posteriormente todos os outros", aos "suffixos thematicos (e prefixos n'algumas linguas, fóra do grupo indogermanico), que combinando-se com as raizes produzem themas derivados", e aos "[...] suffixos de caso que juntando-se ás raizes ou aos themas derivados lhe accrescentam idéas de relação expressas pelos casos e a de numero" (Coelho 1871: XXXI, col.2).

No que diz respeito a "DECLINAÇAM", enquanto "Termo Grámatical [*sic*!]", Bluteau (1713: 27, col. 2, negrito nosso) atribui-lhe o significado seguinte: "Na lingoa Latina he a mudança do nome por todos os caſos, **na lingoa Portugueza**, & em outras, **he a mudança do artigo por todos os caſos do nome**". Quanto ao "ARTIGO", enquanto "Termo da Grammatica", entende-o como "Particula, que ſe poem antes dos nomes ſubſtantivos, & que faz conhecer os generos, & os caſos como *O*, & *A*, *do*, & *da*" (Bluteau 1712a:

---

[22] Apenas não aceita, senão "[…] como uma imagem" que, tal como apologizava Schleicher, as formas gramaticais fossem, nas línguas, "[…] cellulas glotticas" (Coelho 1871: XXXI, col. 2). Coelho não entendia a glotologia como uma ciência natural, como queria Schleicher: "A linguagem não é um sêr vivo […]: é um producto ou antes uma fórma de actividade psychica do homem na sociedade, […] sujeito […] a uma evolução puramente histórica" (Coelho 1887: 13, 14-15).

577, col. 1). Significativamente, Antonio de Moraes Silva reformula a definição daquele primeiro termo no âmbito do verbete que apresenta sob a entrada "DECLINAÇÃO": "ſ. f. a inflexão, ou varia terminação, que tem hum nome, e que ſerve de moſtrar as varias **relações**, em que concebemos o objecto ſignificado por elle *v. g.* „ *eu*[,] *mim*, *me*, *migo*—*t. Gram*." (Silva 1789: I, 364, col. 1-col. 2, negrito nosso), dando como exemplos formas que constituem reminiscências, em português, do sistema de 'casos' no latim. Esse teor definitório é mantido no verbete da mesma entrada ocorrente na segunda edição do seu *Diccionario* (cf. 1813: I, 515, col. 2 - 516, col. 1). Já em relação ao termo "ARTIGO", em 1789 (I, 125, col. 2), define-o como "ſ. m. nome de huma parte da oração, a qual junta aos nomes, ou ſubſtantivos dá a entender, que elles ſe tomão *extenſivamente*, e *não comprehenſivamente*; taes são os adjectivos *a*, *o*, *as*, *os* e outros articulares" (Silva 1789: I, 125, col. 2), ou seja, "[...] os numeráes, os adjectivos *este*, *esse*, *aquelle*; *meu*, *teu*, *seu*, os quaes todos indicão, que os nomes a que se juntão, sáo tomados *extensivamente*" (Silva 1813: I, 200, col. 1; cf. Silva 1806 [1802]: 21-30). Do corpo de exemplos ilustrativos do que aduz, é de realçar a seguinte observação: "[...] O artigo exprime-ſe muitas vezes, calando-ſe o ſubſtantivo a que o ſubſtituimos *v. g.* „ *examinei a obra, e achei-a digna,* [*&*]*c.* „ *i. e.* e achei a obra digna, &c. Neſte, e em todos os caſos ſempre concorda com o ſubſtantivo claro, ou oculto" (Silva 1789: I, 125, col. 2; cf. Silva 1813: I, 200, col.1-col. 2). Entre as duas edições do *Diccionario*, Moraes Silva alerta, no âmbito da obra gramatical que publica em 1806, para o desconhecimento da natureza do *artigo* pelos estudiosos portugueses, afirmando que apenas Duarte Nunez de Lião (*fl.* 1530-1608) "[...] [havia atinado] melhor" (1806 [1802]: 25, nota *d* [25-26]): Lião raciocina, progressivamente, acerca da inexistência do *artigo* em latim e do papel do *artigo* em português, começando por indicar a ideia de que supriria as relações casuais e concluindo que a demonstração das relações casuais em português só poderia fazer-se por meio de formas de *preposição*, com as quais as formas de *artigo* se manifestariam (cf. Lião 1606: *fol.* 63). Mais: considera as formas portuguesas de *artigo o*, *a* advindas dos pronomes latinos *is*, *ea*, *id* e atualizáveis como *o*, *a*, *o*: "Por~q os noſſos artículos, o, a, ſão o pronome is, ea, id, por o qual dizemos, o, a, o, o qual pronome não soomẽte vai antes dos nomes, como articulo, mas antes & deſpois dos uerbos, como relativo ~q he" (Lião 1606: *fol*. 66). Lião procura uma explicação na história, mas não chega a atingir a explicação-chave.

Não podemos deixar de referir a lucidez de Barbosa (1737-1816) no seguinte extrato:

> O officio pois dos Artigos não he, como ensinão todos os nossos Grammaticos, para declinar os nomes, nem para mostrar de que genero são. **Os nomes Portuguezes são indeclinaveis**, e as preposições, que se lhes ajuntão, he que supprem a declinação. [...] Não he pois para indicar o genero dos nomes Appellativos, que os Artigos forão inventados, mas sim para os tirar da sua generalidade, e mostrar que se tomão em hum sentido individual (Barbosa 2004: 200 [144], negrito nosso).

Importa, porém, atentar no facto de que, ao tecer considerações sobre os usos comuns aos subtipos "definido" e "indefinido" do *artigo* – que integra na classe do *nome adjetivo* e, mais especificamente, na subclasse do "adjetivo determinativo geral" (Barbosa 2004: 193 [137], 197 [141], 201-202 [145-146]) – e sobre os usos particulares de cada um deles, Barbosa centra a atenção no "[...] Artigo Definito *o*, indeclinavel, e no genero neutro" (Barbosa 2004: 202 [146]), que se oporia a formas que seriam declináveis em género e em número, em consequência da inferência suscitada pelos exemplos apresentados:

> precedendo ou seguindo-se immediatamente ao Verbo Substantivo ser, ou outro equivalente; serve-lhe sempre de Attributo, trazendo á memoria o nome da oração antecedente, de qualquer genero e numero que seja [...]: *Há verdades, que a nós **o** não parecem* [...] (Barbosa 2004: 146[202], negrito nosso).

Verificamos uma situação semelhante em Manoel Dias de Souza (*ca.* 1755/1760-1827), que usa, frequentemente, na obra gramatical que publica em 1804, o termo *terminação* (cf. Souza 1804: 32, *passim*) – definido no plural: "[...] *terminações* são as variações da ultima ou ultimas sylabas" (Souza 1804: 106, n*) – e o termo *inflexão* – igualmente definido no plural: "Chamão-se *inflexões* as mudanças que fazem as palavras ou no principio, ou no corpo antes da ultima sylaba" (Souza 1804: 106, n*).

No entanto, para dar conta da conjugação especial do verbo *haver*, regista que tal verbo "[...] he indeclinavel nas terceiras fórmas do plural dos seus tempos simples" (Souza 1804: 83, nota *). Sem se aperceber, acaba por associar *conjugação* a *declinação*, não obstante aquele termo seja, noutra passagem, definido como resultado de um processo de *combinação* (Souza 1804: 58). A verdade é que, ainda no âmbito do tratamento do *verbo*, se refere, por exemplo, a uma forma de "particípio" declinável e a uma forma de "particípio" "indeclinável" (Souza 1804: 106).

No que diz respeito a Francisco Solano Constancio (1777-1846), dicionariza "DECLINAÇÃO", entrada sob a qual inclui uma subentrada homónima em que *declinação* surge como termo gramatical do latim e do grego "apenas applicavel ao Portuguez, sistema de variação ou inflexão nas desinencias ou sufixos dos nomes substantivos, adjectivos ou pronomes, v. g. *mim*, que, precedido de *com*, se muda em *migo*, *comigo*; *si* em *sigo*, *comsigo*;

ti em *tigo*, *comtigo*" (Constancio 1836: 346, col. 2). Esta observação, que deixa, aliás, dúvidas quanto ao entendimento do Autor,[23] dado o uso do termo *precedido*, antecede, em 33 anos, a explicação fornecida por Epiphanio Dias:

> No portuguez archaico apparecem simplesmente as fórmas *migo* (*mego*), *tigo* (*tego*), *sigo* (*sego*), *etc*. Estas fórmas são transformações das latinas *mecum*, *tecum*, *secum*, *nobiscum*, *vobiscum*, as quaes são os pronomes *me*, *te*, *se*, *nobis*, *vobis* com a preposição *cum* enclítica. Foi, portanto, o esquecimento de que a preposição *com* já estava representada pela ultima syllaba das palavras *migo*, *tigo*, etc., que fez repetir a preposição antes d'aquellas palavras (Dias 1870: 35, nota (1)).

É, por isso, importante mencionar que, no século XIX, antes de Constancio, vários gramáticos davam conta apenas das ou de algumas das supramencionadas formas do português arcaico (cf. Silva 1806 [1802]: 19, 20;[24] Souza 1804: 43, 44;[25] Melo 1818: 71 e nota (2), 72 e nota (3), 74 e nota (3), 75 e notas (2) e (4);[26] Ferreira 1819: 25[27]), excetuando, por exemplo, Barbosa (2004: 214 [158][28]). Epiphanio Dias dá conta dos usos à sua época: "[...] [as] fomas *migo*, *tigo*, *sigo*, *nosco*, *vosco* só se empregam com a preposição *com*, a qual se subordina ao accento dos pronomes e se escreve unida a eles" (Dias 1870: 35).

---

[23] Na sua obra gramatical de 1831, tinha observado: "Para exprimir o nosso proprio individuo, não como sujeito ou agente, mas como objecto do pensamento ou de acção propria ou alheia, dizemos *mim*. Ex. […] com a preposição *com* modifica-se em *migo*: *comigo*" (Constancio 1831: 63). "Da mesma maneira […] *tigo*, quando precede *com*. […] *Nosco*, e *Vosco* usão-se quando precede *com*: *comnosco*, *comvosco*, em vez de *com nós*, *com vós*, por evitar hum som ingrato" (Constancio 1831: 63-64). Constancio segue Jerónimo Soares Barbosa.

[24] Aponta "*Migo*", "*Nosco*", "*Tigo*", "*Vosco*", mas "*comsigo*". Revela-se já, nesta última forma, o esquecimento de que fala Epiphanio Dias.

[25] Regista "*Migo*", "*Nosco*", "*Tigo*", "*Vosco*" e "*sigo*".

[26] Assinala: "*migo*", forma que "[equivale] a *com mim* derivado de *mecum* Lat."; "*tigo*", que "[equivale] a *com ti* derivado de *tecum* Lat."; "*sigo*", que "[equivale] a *com si*: *sigum*, *sigo*, derivado de *secum* Lat."; "nôsco", que "[vale] o mêsmo que *com nós* de *nobiscum* Lat."; "vôsco", forma que "[vale] o mêsmo que *com vós* de *vobiscum* Lat.: *com nôsco com vôsco* são puros idiotismos da Lusa linguagem".

[27] Indica "*Nosco*", "*comigo*", "*Vosco*", "*comtigo*" e "*comsigo*". A variação que dá conta do mencionado esquecimento atinge mais formas pronominais.

[28] "Os casos *Migo*, *Nôsco*, *Tigo*, *Vôsco*, *Sigo*, nunca são Complementos [circunstanciais] senão da preposição *Com* deste modo *Commigo*, *Comnosco, Comtigo*, *Comvosco*, *Comsigo*".

Quanto ao "ARTIGO", Constancio (1836: 121, col. 2) trata-o ora como "[...] particula da oração que individualiza ou particulariza o nome, o infinitivo dos verbos e até frases inteiras, e que substantiva os adjectivos", ora como "[...] artigo indefinito ou indeterminado, porque não se refere a hum só vocabulo, mas sim a huma phrase ou ideia complexa antecedente". Adiante, sob a entrada "O", parece estabelecer uma diferença, tal como Oliveira fizera, entre o que, aí, chama de "adjetivo articular", apresentando-o como um atualizador particularizante – "[...] [designa] particularizando cousa, pessoa, ideia ou nome collectivo" – e o que denomina de "relativo" – "[...] [referindo-se] a nome substantivo, a hum adjectivo ou a huma phrase atributiva" (Constancio 1836: 722, col. 1). De forma curiosa, em 1831, na obra gramatical, havia afirmado, no âmbito do tratamento dos "[...] designativos pessoaes", ou pronomes (Constancio 1831: 62), que "[...] o artigo definito *o*, *a*, *os*, *as*, [fazia] as vezes de *elle*, *ella*, *elles*, *ellas*":

> [...] Muitas vezes põe-se o artigo, quando serve de designativo pessoal, depois do verbo, o qual soffre contracção na sua desinência. Ex. Comecei o negocio, e vou *pô-lo* em andamento; louvavel he aconselhar a virtude, mas melhor he *praticá-la*; *pensá-lo* e *fazê-lo* são cousas bem differentes. Estas expressões equivalem a *pôr o*, *praticar a*, *pensar o*, *fazer o*, ou o que he mais exacto, as syllabas *lo*, *la*, não são senão a contracção de *ello*, antiga terminação de *elle*, usado para significar *isso*, *essa*, *aquella*: *morra por ello* he phrase da Ordenação do Reino (Constancio 1831: 64-65).
>
> Este emprego do artigo definito em hum sentido pronominal, ou elle preceda os verbos ou se lhes posponha, faz-se por effeito de suppressão de palavra subentendida, ou elipse.
>
> [...] [He] só usado para evitar a repetição do nome que designa, sem que por isso deixe de ser artigo.
>
> He de advertir que *elle*, *ella*, *elles*, *ellas*, *elle*, são palavras compostas nas quaes vai incluido o nosso artigo definito *o*, *os*, *a*, *as*, de que os latinos carecem. *Elle* equivale a — o individuo que alli está. No grego o artigo *ó*, que corresponde ao nosso artigo *o*, significa em muitos casos *este*, *aquelle*, *o qual* (Constancio 1831: 65-66).

É Epiphanio Dias, em 1870, quem, ao que parece pela primeira vez, em conformidade com a "[...] moderna filologia" (Dias 1870: 20, nota (1) da p. 18), explica a real origem e a natureza do *artigo*, que subdivide em "definido" e em "indefinido". Classifica-o como integrando a classe do *adjetivo*, mais exatamente a subclasse dos "adjetivos determinativos": "O determinativo *o*, *a*, *os*, *as*, tem o nome particular de artigo definido" (Dias 1870: 15), que tem por fim imediato individualizar (cf. Dias 1870: 15, nota (2)). No quadro dessa nota de rodapé, assinala ainda: "Etymologicamente, é sabido, que *o*, *a*, *os*, *as* representa o demonstrativo latino *il-lum*, *il-lam*, *il-los*, *il-las*" (Dias 1870: 17, nota (2) da p. 15). Por isso, observa que "[*lo*], *la*, *los*, *las*, é uma forma anterior a *o*, *a*, *os*, *as*" (Dias 1870: 36, nota (1)). E adiciona:

> No portuguez archaico tambem se dizia, *todolo*, *todala*, *todolos*, *todalas* por *todo o*, *toda a*, *todos os*, *todas as*; *ambolos*, *ambalas* por *ambos os*, *ambas as*; *sobolo*, *sobola*, *sobolos*, *sobolas*, por *sob o*, *sob a*, *sob os*, *sob as* (Dias 1870: 36).

Aquando do tratamento do *pronome pessoal*, Epiphanio Dias, que usa, sistematicamente, o termo *flexão*, aponta *o*, *a*, *os*, *as* como formas de "3.ª pessoa do singular e do plural" (Dias 1870: 34), considerando, da mesma maneira, o seguinte:

> *Lo*, *la*, *los*, *las*, é uma forma anterior a *o*, *a*, *os*, *as*. A assimilação [...] transformou em *l* o *r*, *s*, *z* finaes das palavras a que o pronome [...] se une (v. g.: louval-lo [...]); depois, segundo as leis phoneticas do portuguez, a consoante dobrada foi reduzida a simples. Olhando á pronuncia parece-nos mais razoavel considerar supprimido o primeiro *l* e por conseguinte orthografiar *louvá-lo* [...]. Os que consideram supprimido o segundo *l* orthographiam *louval-o* [...] (Dias 1870: 36, nota (1)).[29]

É interessante o que Epihanio Dias afirma sob uma rubrica designada por "Regras particulares de alguns pronomes" (Dias 1870: 121, minúsculas nossas):

> *O*, *a*, *os*, *as*, alem de ser a forma do pronome pessoal da 3.ª pessoa empregado como complemento directo, usa-se, **ainda como pronome** [em casos[30]] nos quaes pode ser considerado como sendo o artigo substantivado (Dias 1870: 121, negrito nosso).

Mais exatamente, o que estava em causa era a função demonstrativa desse pronome.[31]

Epiphanio Dias reconhecia as implicações da forte ligação – em vista da origem – existente entre o *artigo* (definido) e as formas de *pronome* acima

---

[29] Explicação idêntica será apresentada já no século XX (cf. Nunes 1989 [1919]: 253-254).

[30] Esses casos são os seguintes: (i) quando representa pessoas, estando acompanhado de uma determinação ("[…] ex.: *Saiba morrer **o** que viver não soube*»); (ii) quando equivale a aquilo e é determinado por uma oração introduzida pelo pronome *que* ([…] ex.: *Aventurar em uma só batalha **o** que se tem ganhado em tantas victorias*"); (iii) quando serve para evitar a repetição de um adjetivo, substantivo empregado como qualificativo ou de uma expressão que equivalha a um adjetivo ("[…] ex.: *Que se ergam para pelejarem batalhas tremendas, porque **o** serão por certo as que nos aguardam*") (cf. Dias 1870: 121-122, negrito nosso).

[31] Não podemos esquecer-nos do expresso por Manuel Said Ali Ida (1851-1963): "É condição essencial do artigo o ter após si claro o nome de que depende, o qual será um substantivo ou outro vocábulo usado como tal. É por isso que a palavra *o*, originariamente a mesma, é artigo em *o bom livro*, *o escrever*, ao passo que continua na categoria de pronome demonstrativo em *livro melhor que o de Pedro*, *o que Pedro possui*" (Ali 1966: 123).

indicadas. Aliás, na consideração das formas de *pronome pessoal* que, enquanto enclíticos, funcionam, sintaticamente, como 'Complemento Direto', adapta-se, ainda assim, à perceção sincrónica – sem que a explicação deixe de ser explanada, como vimos – do seu falante/ouvinte-alvo, para dar conta do funcionamento da língua com base científica (cf. Dias 1870: 35-36).

Em 1887, encontraremos, da lavra de Francisco Adolpho Coelho, uma exposição metalinguística, relativamente ao *artigo* e às formas de *pronome pessoal* que têm vindo a estar sob escopo, igualmente baseada na mesma perspetiva histórica informada pela chamada "filologia científica":

> O artigo, em geral, nasce d'um pronome demonstrativo, cujo uso se generalisa. [...] **Em portuguez o artigo provém do demonstrativo latino *ille*, *illa*, no accusativo *illum* (*illo*), *illam* (*illa*), de que se desenvolveram as formas fundamentaes *lo*, *la*** [...]. Nas fórmas verbaes do infinito e da segunda pessoa, em certas outras palavras, como *todos*, *sober* (*sobre*), dava-se modificação do som final *r* ou *s* por influencia do *l* do artigo: dizia-se assim *amal-los homens* por *amar los homens*, *ama-las mulheres* por *amar as mulheres*, *sobolos rios* por *sober los rios*, *todo-los dias* por *todos los dias*. Um facto idêntico se dá ainda hoje com o pronome regímen da terceira pessoa (*amá-lo*, *âma-lo*, etc.). Num periodo antigo da lingua, esse fenómeno devia ter grande generalidade. Depois, por uma especie de correcção, começou a dizer-se *amar o homem*, por se ter instinctivamente tomado o *l* de *lo* como representando o *r* do infinito, e assim surgiu para o artigo uma fórma *o*, que acabou por ser preferida na generalidade dos casos á forma *lo*» (Coelho 1887: 37-38, negrito nosso; cf. Coradini 1999: 200-201).

Na sua obra gramatical de 1891, Coelho não explana o processo histórico correspondente, afirmando o seguinte, numa passagem que consideramos significativa: "Ao lado das formas *o*, *a*, *os*, *as* dos pronomes complementos da terceira pessoa ha as fórmas *lo*, *la*, *los*, *las* e *no*, *na*, *nos*, *nas* [...]" (Coelho 1891: 93). *Lo*, *la, los*, *las* ocorrem quando, antes deles, surge uma forma verbal terminada em <*r*>, <*s*> ou <*z*>, ou as formas de pronome pessoal *nos* ou *vos*, ou o advérbio *eis* (também terminados em <*s*>), casos que também haviam sido levados em linha de conta por Dias, "[...] não se pronunciando então nem se escrevendo esses sons finaes"; *no*, *na*, *nos*, *nas* ocorrem quando, antes deles, surge uma "forma verbal terminada em diphtongo nasal" (Coelho 1891: 93).

Em 1919, José Joaquim Nunes (1859-1932) afirmaria: "[...] o *artigo*, [...] na sua origem, é um verdadeiro pronome" (Nunes 1989 [1919]: 202). Ao abordar os *pronomes pessoais*, viria a observar:

> Para a terceira pessoa não possuía o latim nenhum pronome especial, recorria por isso a alguns dos demonstrativos, **hic**, **iste**, **ipse**, **is**, **idem**, ou **ille**; o latim vulgar empregou de preferência no masculino **ille**, que se acha representado em português por *ele* e *el*, [...] e no feminino a forma que lhe correspondia no mesmo género, isto é, **illa** donde *ela*, pronomes estes que a nossa língua pluralizou, consoante a regra dos

vocábulos terminados em vogal [...] (Nunes 1989 [1919]: 232, negrito nosso).

Considerações finais

À guisa de conclusão provisória do nosso inacabado excurso, cumpre dizer que quisemos destacar que os conceitos metalinguísticos de *declinação* e de *conjugação* ocorrentes na primeira gramática da língua portuguesa produzida por um português manifestam uma tensão consciente entre os pilares da conhecida metalinguagem descritiva e explicativa do funcionamento da língua grega e, sobretudo, da língua latina e a necessidade da constituição de uma metalinguagem adequada à descrição e à explicação de uma língua vernácula que, havia pouco mais de dois séculos, se tinha constituído como língua oficial do Estado, enquanto resultado, no Ocidente da Península Ibérica, de um caldeamento de dialectos românicos peninsulares, que, diversos entre si, foram recebendo influxo linguístico exógeno em função de variáveis externas de cariz sociocultural, económico e político.

O termo *declinação*, de que o termo *conjugação* se apresenta, não raro,[32] como uma subclasse, ainda que reconhecidamente típico das línguas clássicas, pervive, até ao século XIX, quer nas definições gramaticais ocorrentes em dicionários de referência, quer nas próprias obras gramaticais. Se, na sua primeira ocorrência numa obra gramatical portuguesa, o seu conceito tende a ser explicitamente adaptado ao sistema da língua portuguesa, numa aproximação aos pressupostos do termo grego que lhe estava subjacente e num simultâneo distanciamento da língua grega e, portanto, também da latina, os lexicógrafos e os gramáticos cujas obras aparecem depois de Oliveira tendem a esquecer os importantes passos por si dados no sentido da cientificação da língua. Só com a adoção do método comparativo e histórico, a partir do final da década de 60 do século XIX, é que o pensamento oliveiriano sofre uma propulsão, envidando-se esforços no sentido da terminologização explicativa de cariz metalinguístico.

Vale, ainda, dizer que é o centramento na análise da estrutura das formas de *verbo* que concede fôlego à sintaxe.

Assim, se Francisco Adolpho Coelho, aplicando e desenvolvendo o inovador trabalho sistemático de Bopp, Jacob Grimm (1785-1863), Diez e Schleicher, fez a segmentação de formas gramaticais que já haviam sido

[32] Não nos esquecemos de que há casos em que a distinção entre *declinação* e *conjugação* é clara: é o que acontece, logo em 1540, com João de Barros (1496-1570), como assinala Maria Leonor Carvalhão Buescu (cf. Barros, 1971: 331 e nota (1)), e, também, por exemplo, no século XVII, com Roboredo (cf. 1619: 68-70).

categorizadas, mostrando a origem do português a partir do latim, Augusto Epiphanio da Silva Dias olha para o verbo – tal como os gramáticos hindus (cf. Černý 1998: 63) – como o centro ideal/virtual de uma oração, procurando, depois, encontrar as relações que os restantes elementos constitutivos da oração com ele mantivessem, em função da sua "[...] determinação especial", ou seja, a "[...] requerida pela significação", e, eventualmente, da sua "[...] determinação ([o seu] complemento) geral", isto é, "aquella que não é requerida pela significação" (Dias 1970 [1918]: 120, nota (1); cf. Dias 1870: 137 e n1, 138).

Referências bibliográficas

Ali, Manuel Said. 1966. *Gramática histórica da língua portuguêsa*, 6.ª edição melhorada e aumentada de *Lexeologia e formação de palavras e sintaxe do português histórico*. Estabelecimento do texto, revisão, notas e índices pelo Prof. Maximiano de Carvalho e Silva. São Paulo, SP: Edições Melhoramentos.

Baratin, Marc. 1989a. La constitution de la grammaire et de la dialectique. In Sylvain Auroux (dir.), *Histoire des idées linguistiques*, tome 1, *La naissance des métalangages en Orient et en Occident*, 186-206. Liège & Bruxelles: Pierre Mardaga Éditeur.

Baratin, Marc. 1989b. La constitution de la grammaire et de la dialectique. In Sylvain Auroux (dir.), *Histoire des idées linguistiques*, tome 1, *La naissance des métalangages en Orient et en Occident*, 207-227. Liège & Bruxelles: Pierre Mardaga Éditeur.

Barbosa, Jerónimo Soares. 2004. *Gramática filosófica da língua portuguesa*. Edição fac-similada e comentada. Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa.

Barros, João de. 1971. Gramática da língua portuguesa. In João de Barros, *Gramática da língua portuguesa: Cartinha, Gramática, Diálogo em louvor da nossa linguagem e Diálogo da viciosa vergonha*, 292-410. Reprodução fac-similada, leitura, introdução e anotações por Maria Leonor Carvalhão Buescu. Lisboa: Publicações da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

Barroso, Henrique. 2019. De uma revolução no mundo da língua portuguesa: A publicação da *Grammatica* de Fernão de Oliveira. *Confluência: Revista do Instituto de Língua Portuguesa* 56. 176-196.

Bluteau, Raphael. 1712a. *Vocabulario portuguez, e latino* [A]. Coimbra: No Collegio das Artes da Companhia de Jesu.

Bluteau, Raphael. 1712b. *Vocabulario portuguez, e latino* [B-C]. Coimbra: No Collegio das Artes da Companhia de Jesu.

Bluteau, Raphael. 1713. *Vocabulario portuguez, e latino* [D-E]. Coimbra: No Real Collegio das Artes da Companhia de Jesu.

Bluteau, Raphael. 1720. *Vocabulario portuguez, e latino* [Q-S]. Lisboa: Na Officina de Paſcoal da Silva, Impreſſor de Sua Mageſtade.

Bopp, Franz. 1820. Analytical comparison of the Sanskrit, Greek, Latin, and Teutonic languages, shewing the original identity of their gramatical structure. *Annals of Oriental Literature*. Part I, June 1. 1-65. London: Longman, Hurst, Rees, Orme & Brown.

Buescu, Maria Leonor Carvalhão. 1978. *Gramáticos portugueses do século XVI*. Lisboa: Instituto de Cultura Portuguesa.

Černý, Jiřý. 1998. *Historia de la lingüística*, versión española, traducida por el autor. Cáceres: Servicio de Publicaciones de la Universidad de Extremadura.

Coelho, Francisco Adolpho. 1868. *A lingua portuguesa: Phonologia, etymologia, morphologia e syntaxe*. Coimbra: Imprensa da Universidade.

Coelho, Francisco Adolpho. 1870. *Theoria da conjugação em latim e portuguez. Estudo de grammatica comparativa*. Lisboa: Typographia Universal de Thomaz Q. Antunes, Impressor da Casa Real.

Coelho, Francisco Adolpho. 1871. Sobre a lingua portugueza, Parte I da Introducção ao *Grande diccionario portuguez ou Thesouro da lingua portugueza*, pelo Dr. Frei Domingos Vieira. Publicação feita sobre o manuscripto original, inteiramente revisto e consideravelmente augmentado. Primeiro Volume, IX-CCVI. Porto, Rio de Janeiro & Pará: Em Casa dos Editores Ernesto Chardron e Bartholomeu H. de Moraes, A. A. da Cruz Coutinho & Antonio Rodrigues Quelhas.

Coelho, Francisco Adolpho. [1887]. *Curso de litteratura nacional para uso dos lyceus*. I - A lingua portugueza: Noções de glottologia geral e especial portugueza, segunda edição, emendada e augmentada. Porto: Magalhães & Moniz, Editores.

Coelho, Francisco Adolpho. 1891. *Noções elementares de grammatica portugueza*. Porto: Lemos & C.ª – Editores.

Constancio, Francisco Solano. 1831. *Grammatica analytica da lingua portugueza, offerecida á mocidade estudiosa de Portugal e do Brasil.* Paris & Rio de Janeiro, RJ: Aillaud & Souza, Laemmert & C.ª.

Constancio, Francisco Solano. 1836. *Novo diccionario crítico e etymologico da lingua portugueza, [...] precedido de huma introducção grammatical*. Paris: Editor, Angelo Francisco Carneiro.

Coradini, Heitor. 1999. *Metalinguagem na obra* De lingua Latina *de Marcos Terêncio Varrão*. São Paulo, SP: Tese de Doutoramento da Universidade de São Paulo (USP), Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCV), Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas (DLCV).

Coseriu, Eugenio. 2000. Língua e funcionalidade em Fernão de Oliveira. In Fernão de Oliveira, *Gramática da linguagem portuguesa. Edição crítica, semidiplomática e anastática*, por Amadeu Torres e Carlos Assunção, 29-60. [Lisboa:] Academia das Ciências de Lisboa.

Dias, Augusto Epiphanio da Silva. 1870. *Grammatica practica da lingua portugueza para uso dos alumnos do primeiro anno do curso dos lyceus*. Porto: Typographia do Jornal do Porto.

Dias, Augusto Epiphanio da Silva. 1970 [1918]. *Syntaxe histórica portuguesa*, 5.ª edição. Lisboa: Livraria Clássica Editora.

Ferreira, Francisco Soares. 1819. *Elementos de grammatica portugueza, ordenados segundo a doutrina dos melhores grammaticos para aplanar á mocidade o estudo da sua lingua*. Lisboa: Na Impressão Regia.

Gaspar, João Gonçalves. 2009. Fernão de Oliveira: Humanista insubmisso e precursor. In Carlos Morais (coord.)*, Fernando Oliveira: Um humanista genial*, 31-82. Aveiro: Universidade de Aveiro – Centro de Línguas e Culturas.

Ildefonse, Frédérique. 1997. *La naissance de la grammaire dans l'antiquité grecque*. Paris: J. Vrin.

Jorge, Teresa Margarida Jorge. 2009. Fernando Oliveira: uma voz da História de Portugal. In Carlos Morais (coord.)*, Fernando Oliveira: Um humanista genial*, 527-546. Aveiro: Universidade de Aveiro – Centro de Línguas e Culturas.

Lião, Duarte Nunez de. 1606. *Origem da lingoa portuguesa*. Em Lisboa: Impreſſo por Pedro Crasbeeck.

Martí Sánchez, Manuel. 1998. *En torno a la cientificidade de la Lingüística: aspectos diacrónicos e sincrónicos*. Alcalá: Servicio de Publicaciones de la Universidad de Alcalá.

Melo, João Crisóstomo do Couto e. 1818. *Gramática filosófica da linguagem portuguêza*. Lisbôa: Na Impressão Régia.

Nebrija, Antonio de. 1946. *Gramatica castellana*. Edición crítica de Pascual Galindo Romeo y Luis Ortiz Muñoz. Texto establecido sobre la ed. "prínceps" de 1492 por Pascual Galindo Romeo y Luis Ortiz Muñoz con una introducción, notas y facsímil. Prólogo del Excmo. Sr. D. José Ibañez Martin, Ministro de Educación Nacional.

Nunes, José Joaquim Nunes. 1989 [1919]. *Compêndio de gramática histórica portuguesa*, 9.ª edição. Lisboa: Clássica Editora.

Oliveira, Fernão de. 2000. *Gramática da linguagem portuguesa. Edição crítica, semidiplomática e anastática*, organizada por Amadeu Torres & Carlos Assunção. [Lisboa:] Academia das Ciências de Lisboa.

Ramajo Caño, Antonio. 1987. *Las gramaticas de la lengua castellna desde Nebrija a Correas*. Salamanca. Ediciones Universidad de Salamanca y los autores.

Roboredo, Amaro de. 1619. *Methodo grammatical para todas as lingvas*. Lisboa: Pedro Craesbeeck.

Rousseau, Jean. 2001. La genèse de la grammaire comparée. In Sylvain Auroux, E[rnst] F[rideryk] K[onrad] Koerner, Hans-Josef Niederehe & Kees Versteegh (ed.) *History of the Language Sciences: An international handbook on the evolution of the study of language from the beginnings to the present / Geschichte der Sprachwissenschaften: Ein internationales handbuch zur entwicklung der sprachforschung von den anfängen bis zur gegenwart / Histoire des Sciences du Langage: Manuel international sur l'évolution de l'étude du langage des origines à nos jours.* Volume 2/2. Teilband/Tome 2, 1197-1210. Berlin & New York: Walter de Gruyter.

Santos, Maria Helena Pessoa. 2010. *As ideias linguísticas portuguesas na centúria de Oitocentos*, partes I e II. [Lisboa:] Fundação Calouste Gulbenkian/Fundação para a Ciência e a Tecnologia.

Santos, Maria Helena. 2015. Gramática racionalista em Portugal no século XIX. In Sónia Duarte & Rogelio Ponce de León (org.), *A gramática racionalista na Península Ibérica (séculos XVI-XIX)*, 73-101. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto & CLUP.

Silva, António Carvalho da. 1995. Francisco Adolfo Coelho: Filólogo, etnólogo e pedagogo. In Associação Portuguesa de Linguística (org.), *Lembrar Adolfo Coelho* (Para a História da Linguística em Portugal – Cad. 1). Lisboa: Associação Portuguesa de Linguística.

Silva, Antonio de Moraes. 1789. *Diccionario da lingua portugueza composto pelo Padre D. Rafael Bluteau*, reformado, e accrescentado, por Antonio de Moraes Silva, Tomo Primeiro [I] – A=K – / Tomo Segundo [II] – L=Z –. Lisboa: Na Officina de Simão Thaddeo Ferreira.

Silva, Antonio de Moraes. 1806 [1802]. *Epitome de grammatica da lingua portugueza*. Lisboa: Na Officina de Simão Thaddeo Ferreira

Silva, Antonio de Moraes. 1813. *Diccionario da lingua portugueza*, recopilado dos vocabularios impressos ate' agora, e nesta segunda edição novamente emendado, e muito accrescentado, por Antonio de Moraes Silva, Tomo Primeiro [I] – A=E/Tomo Segundo [II] – F=Z. Lisboa: Typographia Lacerdina.

Silvestre, João Paulo. 2009. A autoridade heterodoxa da *Grammatica* de Fernão de Oliveira. In Carlos Morais (coord*.), Fernando Oliveira: Um humanista genial*, 233-241. Aveiro: Universidade de Aveiro – Centro de Línguas e Culturas.

Simões, Ana. 2010. Copérnico ou Galileu: um problema mal colocado. *Gazeta de Física*, vol. 33 (1). 12-15.

Souza, Manoel Dias de. 1804. *Grammatica portugueza ordenada segundo a doutrina dos mais celebres grammaticos conhecidos, assim nacionaes como estrangeiros*. Coimbra: Na Imprensa da Universidade.

Suetonius Tranquillus, C. 1999. *De grammaticis et rhetoribus*, edited with a translation, introduction, and commentary by Robert. A. Kaster. Oxford: Clarendon Press.

Torres, Amadeu & Assunção, Carlos 2000. Filologia e protofilologia portuguesas. In Fernão de Oliveira, *Gramática da linguagem portuguesa. Edição crítica, semidiplomática e anastática*, por Amadeu Torres & Carlos Assunção, 5-26. [Lisboa:] Academia das Ciências de Lisboa.

Vasconcellos, José Leite de. 1970 [1918]. Epiphanio Dias – Sua vida e labor scientifico. In Augusto Epiphanio da Silva Dias, *Syntaxe histórica portuguesa*, 5.ª edição, 345-410. Lisboa: Livraria Clássica Editora.

Verdelho, Telmo. 2002. O dicionário de Morais Silva e o início da lexicografia moderna. In Brian F[ranklin] Head, José Teixeira, Aida Sampaio Lemos, Anabela Leal de Barros e António Pereira (org.), *História da língua e história da gramática: Actas do Encontro*, 473-490. Braga: Universidade do Minho & ILCH.

Gramáticos racionalistas na história da gramática brasileira

Ricardo Cavaliere
Universidade Federal Fluminense;
Academia Brasileira de Letras – Brasil

1 Clima intelectual do Brasil oitocentista

O estudo historiográfico da produção gramatical brasileira em língua portuguesa impõe estabelecer-se um termo *a quo* no limiar do século XIX, período em que se constroem as bases de um pensamento linguístico nacional. O surgimento de um modelo de investigação e produção gramatical com traços peculiares no seio da sociedade brasileira, então em franco processo de modificação e consolidação no que concerne aos usos linguísticos, vincula-se necessariamente a dois fatos históricos que promoveram impacto significativo tanto no plano político quanto no cultural: transferência da Corte de Maria I para o Novo Mundo em 1808 e a constituição do Primeiro Império em 1922. Esses eventos deram oportunidade para a edificação de uma nova sociedade cujos membros passaram a interessar-se em escrever obras descritivas e normativas sobre a língua portuguesa, a rigor bem mais normativas do que descritivas, não só como natural consequência de um enriquecimento cultural que a nova ordem social testemunhava em todos os setores da atividade humana, como também em face da necessidade de se produzirem textos didáticos em um sistema educacional em franco desenvolvimento, ainda que incipiente.

Cumpre notar que, não obstante a Corte Imperial tenha-se fixado no Rio de Janeiro, os centros irradiadores de saber humanístico, em particular no tocante aos estudos linguísticos, cedo passaram a situar-se nas sedes das províncias, sobretudo as do Norte e Nordeste. As causas desse fato, de um lado, podem atribuir-se à força econômica provincial com a expansão da produção agrícola, sobretudo o café, que logo tornou-se em uma importante commodity de exportação. Saliente-se que no período pré-Independência, o clima de instabilidade política Europa gerado pelas guerras napoleônicas, afetou o comércio mundial de algodão e café, fato que viria a beneficiar a participação brasileira no mercado internacional. Outro fator desenvolvimentista das províncias atribui-se à crescente chegada de imigrantes, principalmente europeus, que contribuíram para seu desenvolvimento econômico, social e cultural,

Já a sede da Corte e, posteriormente, do Primeiro Império, cumpriu participação secundária na construção da vida intelectual brasileira em seus primórdios. Não são poucos os depoimentos – leiam-se, sobretudo, Saint-Hilaire (1974) e João Armitage (1943) – de que o Rio de Janeiro, no início do século XIX, gozava de má reputação mesmo entre seus habitantes. O cenário sociocultural do Rio de Janeiro, que já se resumia a desalentado marasmo antes chegada da Família Real no início do século, devido à quase absoluta falta de investimento estatal, sofria modificação expressiva em alguns setores, como o da urbanização e algumas áreas mais prestigiadas e o desenvolvimento de projetos artísticos como o da Missão Francesa, mas, no tocante ao desenvolvimento do capital humano, pouco conseguia produzir a sede da Corte.

O interesse pelas questões linguísticas, naturalmente, vinculava-se à implantação de uma política educacional, já que só se poderia conceber o crescimento da atividade intelectual nessa área em face do crescimento da oferta de vagas na rede de ensino, ou seja, o desenvolvimento da produção linguística restava dependente do investimento público ou privado no setor educacional. Nesse mister, a situação revela-se extremamente precária ao menos até a primeira década imperial, bastando atestar que a fundação de escolas no Brasil até a Independência era praticamente inexistente, de que decorre haver-se mantido por largo tempo a sonegação de educação básica à população brasileira. A constituição de uma ordem educacional que viesse efetivamente a fomentar o saber e propiciar desenvolvimento sustentável à sociedade brasileira parecia patinar em um cenário de permanente conturbação política que estende até a Abdicação em 183. Basta atestar que, em 1821, quando a Argentina comemorava a fundação da Universidade de Buenos Aires, o Brasil ainda se valia predominantemente de mestres autônomos para prover ensino básico às elites sociais.

Por outro lado, não se podem olvidar as iniciativas favoráveis ao desenvolvimento social e intelectual que se implementaram ainda a partir da instalação da Corte portuguesa em 1808, ano em que passaram a funcionar os dois primeiros prelos e oito caixas de tipos que compunham a Impressão Régia, fundada por D. João VI. Decerto que, por essa época, as gráficas mexicanas já contavam com largo catálogo de obras científicas publicadas ao longo do século XVIII em todos os campos do saber, mas, afinal, há de admitir-se que a iniciativa de criação de uma imprensa oficial constituía um sopro de esperança para a produção científica e artística brasileira, ainda que o ritmo de títulos impressos não tenha chegado a entusiasmar até a Independência. Com efeito, entre 1808 e 1822 a Impressão Régia deu a público mil cento e cinquenta e quatro impressos, dentre obras científicas e

literárias e, sobretudo, publicações da Administração reinol, estagnada numa média de oitenta e dois volumes por ano (cf. Camargo e Morais, 1993). Entre os textos mais importantes, citem-se os *Elementos de geometria* e o *Tratado de trigonometria*, de Legendre, o *Ensaio sobre a crítica* e os *Ensaios morais*, de Pope, a par de obras literárias brasileiras, como *Marília de Dirceu*, de Gonzaga e *O Uraguai*, de Basílio da Gama. Destaque-se, na área linguística, o *Compêndio da gramática inglesa e portuguesa*, de Manuel José de Freitas, vinda a lume em 1820. Segundo o autor, a obra visava a facilitar a comunicação entre ingleses e portugueses nas crescentes relações comerciais que o início do século XIX testemunhava (Freitas, 1920).

A rigor, a formação de mentes no Brasil só seria consolidada a partir da segunda década do período imperial, quando o país já contava com instituições de ensino de excelência e algumas universidades em áreas de conhecimento mais reconhecidas, como o Direito e a Medicina. Com essa nova ordem, surgem nomes como Álvares de Azevedo (1831-1852), que se formou em Direito em São Paulo, Laurindo Rabelo (1826-1864), que se formou em Medicina na Bahia, e Joaquim Manuel de Macedo (1820-1882), que se formou em Medicina no Rio de Janeiro (cf. Bosi, 1970). Esse período testemunha algumas iniciativas esparsas em prol do desenvolvimento educacional, tais como a abertura de uma escola normal em Niterói no ano de 1835, a criação do Arquivo Público (na verdade, uma revitalização do Arquivo Público criado por D. João VI em 1808) em 1838, a fundação do Colégio das Educandas e o aumento do número de livrarias. Já em 1826, a arte e a cultura ganham força com a criação da British Subscription Library, a inauguração do Teatro São Pedro de Alcântara e a criação do Museu e Gabinete de História.

Reitere-se, entretanto, que a incipiente infraestrutura da Corte proporcionou às províncias melhores condições para o desenvolvimento de trabalhos individuais em termos de língua e de didática do português em nível elementar. A criação de escolas, uma consequência natural do processo de desenvolvimento intelectual do Império, tomou um rumo mais promissor em algumas capitais provinciais, uma vez que o grande ato institucional nesse sentido em terras cariocas só se materializou em 1837, com o surgimento do Imperial Seminário São Joaquim (um aperfeiçoamento do antigo e assistencial Colégio São Pedro, fundado em 1739), por iniciativa de Bernardo Pereira de Vasconcelos (1795-1850). Entende-se, assim, por que um grande número de textos gramaticais sobre o português para uso em sala de aula tenha surgido nas províncias do Norte e Nordeste ainda na primeira década da Independência. Trata-se de textos de cunho prevalentemente didático, pautados no modelo racionalista, que, de certa forma, expressam

certo sentimento de posse da língua no estrito sentido de que, afinal, falantes brasileiros do português podiam sentir-se autorizados para descrever o idioma que receberam como língua materna.

2 O modelo racionalista no Brasil

Entre as iniciativas promovidas pela administração joanina para instalar uma nova ordem cultural na Colônia, há de salientar-se a importação de cérebros em distintas áreas do saber, de tal sorte que se implementasse um projeto de melhor qualificação da população mais ilustrada, que viria a contribuir com o projeto de instalação da Corte em solo americano. Com esse propósito, chega ao Brasil o filósofo Silvestre Pinheiro Ferreira (1769-1846), homem dotado de sólida erudição e cuja atuação viria a contribuir vivamente na construção do sistema educacional joanino, em especial no tocante às atividades pedagógicas do Real Seminário de São Joaquim, do qual foi o primeiro professor de filosofia. Pinheiro Ferreira era intelectual dotado de invejável cultura humanística decorrente de uma vida programada para a atividade eclesiástica, que, afinal, não veio a efetivar-se.

Antes de instalar-se no Brasil, Pinheiro Ferreira atuara como professor de filosofia racional e moral no Colégio das Artes da Universidade de Coimbra, onde cedo gozou de grande prestígio e não poucos inimigos, fruto de uma duvidosa acusação de conspirar contra o Estado e professar ideias jacobinas. Sua passagem pelo Brasil prolongou até 1821 e, durante esse largo período, atuou como professor do Real Seminário de São Joaquim, onde ministrou o curso *Preleções filosóficas sobre a teoria do discurso e da linguagem, a estética, a diceósina e a cosmologia* a partir de 1813, cujas notas foram publicadas parcialmente nas páginas da *Gazeta do Rio de Janeiro*.

Coube a Silvestre Pinheiro Ferreira introduzir em suas lições brasileiras os princípios da gramática racionalista, tornando familiar aos que assistiam a suas aulas e liam seus textos as teses de Antoine Arnauld (1612-1694) e Claude Lancelot (1616-1695), bem como de Étienne de Condillac (1714-1780) e James Harris (1709-1780), entre outros. Será, pois, com a contribuição de Pinheiro Ferreira que o Brasil toma ciência do ideário racionalista sobre a concepção ontológica da linguagem, iniciativa que decerto revelou-se decisiva para fundar as bases do pensamento linguístico que mais tarde daria vezo ao surgimento de uma gramática filosófica brasileira de língua portuguesa.

Considerando que os gramáticos brasileiros que se dedicaram a produzir obras didáticas publicaram seus textos bem depois do retorno de Silvestre

Pinheiro para Portugal, revela-se improvável que tenham mantido contato direto com o filósofo português. Mesmo entre os que se dedicaram aos estudos linguísticos em sua época no Brasil, tais como Frei Caneca (1779-1825), Antônio de Morais Silva (1757?-1824) e Inácio Felizardo Fortes (?-1858), não se encontra evidência de que tenham mantido contato intelectual com Pinheiro Ferreira, razão por que seria temerário afirmar que tenham sido influenciados diretamente por suas ideias linguísticas. Portanto, o pioneirismo de Silvestre Pinheiro Ferreira mais se atesta na difusão do pensamento racionalista no seio da sociedade ilustrada, em que decerto ter-se-á disseminado nas rodas de discussão e de produção intelectual. Percebe-se em suas manifestações uma estreita referência às questões linguísticas em consonância com suas digressões sobre filosofia e ciência política pautadas na tese de que, segundo a arquitetura lógica para entendimento das coisas, nada se poderia saber ou conhecer senão pela palavra. São suas as seguintes premissas (1813: 4-5):

> Os Philosophos , que hoje respeitamos como Mestres, assentão suas doutrinas sobre a baze de que a theorica do raciocínio e do discurso Ue inseparável da theorica da linguagem e que não podendo ser intelligente aquelle que não he intelligivel, a abundancia. a exactidão, e a clareza das idéas em toda e qualquer Sciencia, Arte, Profissão , ou Trato humano , está em rigoroza proporção com a abundancia, exactidão , e clareza da Linguagem ou Nomenclatura própria da matéria de que se tratata (sic), e do uso, que della sabe fazer a pessoa que della se serve,

E, para concluir (1970[1813]: 34):

> [...] as regras que ensinão a conhecer os vicios e a arte de bem fallar, são as mesmas que constituem a arte de bem discorrer, e de raciocinar com acerto: assim a *Logica* a *Grammatica Universal* e a *Rhetorica*, vem todas trez a não ser mais do que huma unica e mesma Arte.

Tais conceitos coadunam-se com a concepção de gramática em Destutt de Tracy (1754-1836): "La grammaire est, dit-on, la science des signes. J'en conviens. Mais j'aimerais mieux que l'on dit, et sur-tout que l'on eût dit, de tout temps, qu'elle est la continuation de la science des idées" (1803: 1). Em suas digressões, Pinheiro Ferreira argumenta que a dimensão ontológica das coisas se estabelece em sua edificação mental e se expressa na língua. Trata-se de uma postura que bem situa a gramática racionalista como a maneira de estudar a língua mediante aparato teórico originalmente aplicado para o entendimento do raciocínio e das relações lógicas estabelecidas na construção do pensamento. São conceitos que decerto já haviam chegado aos gramáticos brasileiros do início do século, nomeadamente Antônio de Morais Silva, Frei Caneca e Inácio Felizardo Fortes, mas muito provavelmente não

integravam o conhecimento linguístico da novel geração de intelectuais interessados na vinculação língua-pensamento, uma das obsessões da linguística racionalista. Nesse sentido, as *Preleções* de Pinheiro Ferreira assumem o papel de texto introdutor das ideias linguístico-filosóficas no Brasil.

Uma das críticas que ordinariamente atingem os textos gramaticais brasileiros da escola racionalista diz respeito a seu teor excessivamente normativista. Trata-se a nosso juízo de uma leitura descontextualizada desses textos, que desconsidera não só o caráter deontológico da língua à sua época, como também o próprio caráter teleológico da gramática em um país que buscava identificar-se como nação soberana. Devemos necessariamente considerar que o conhecimento linguístico servia ao propósito do desenvolvimento intelectual, da capacidade de saber e expressar o saber no amplo campo da cosmologia. Esse escopo de expressar o saber atingia-se mediante domínio das estratégias discursivas das autoridades filosóficas e científicas, no sentido de um "dizer estabelecido", acatado como premissa para que servisse de veículo de ideias e concepções.

Em consonância com semelhante propósito, aprender a língua dos próceres da filosofia, da ciência e da literatura significava dominar o instrumento para absorção e disseminação do saber no seio da sociedade. Conforme assevera o Pinheiro Ferreira em sua primeira *Preleção*, "todo o homem, qualquer que seja o seu estado e profissão, precisa de saber *discorrer com acerto* e *fallar com correcção*" (1813: 3). O teor dessa asserção conduz-nos à convicção então acatada de que, sem o atributo fundamental da correção no uso da língua, não se convalidam os conceitos científicos ou filosóficos, razão por que se deve cultivar o modelo autorizado de uso linguístico. Esse é o fundamento que ampara a linha pedagógica dos primeiros compêndios brasileiros sobre língua vernácula, por sinal absolutamente consonante com o propósito linguístico-deontológico da gramática racionalista que nos legou o Século das Luzes.

No plano de sua concepção orgânica, a gramática brasileira de língua portuguesa escrita sob o cânone do racionalismo linguístico goza de características facilmente identificáveis. De modo geral, a concepção de gramática submete-se a um escopo pedagógico, razão por que suas bases são ordinariamente normativas. Nesse sentido, não são poucas as definições que limitam o papel da gramática como manual que auxilia o educando a expressar-se corretamente, sobretudo no texto escrito. Em Morais Silva (1824: III), recolhemos a seguinte definição: "grammatica é arte, que ensina a declarar bem os nossos pensamentos, por meyo de palavras". Também em Antônio da Costa Duarte (1829: 2) encontra-se o seguinte passo:

> Do que temos dicto se ve claramente, que a Grammatica em geral e aArte de fallar, ler e escrever correctamente; que o seu objecto sao as palavras, e que o seu fim e exprimir e pintar com distincao, clareza, e fidelidade os nossos pensamentos por meio de palavras.

A eleição da palavra como objeto da descrição gramatical está consoante com um modelo de investigação que não confere à língua autonomia orgânica, de tal sorte que sua concepção não é sistêmica, senão fragmentada em elementos lexicais isolados. Via de regra, as páginas dedicadas à conceituação de gramática nos principais compêndios traçam juízo sobre uma visão hierarquizada do papel da gramática, que parte do mais geral para o mais específico. Assim, a gramática geral ocupa-se da linguagem humana em sua dimensão universal, a gramática particular circunscreve-se à aplicação das regras abrangentes da descrição do pensamento ao estudo das línguas vernáculas, ao passo que a gramática portuguesa nada mais é do que uma gramática particular dedicada ao estudo da língua portuguesa. Definir a gramática de acordo com esta disposição hierárquica constitui tarefa imperativa em todos os gramáticos do período, uma espécie de elemento essencial para caracterizá-la como gênero textual. Nesse diapasão, assim se expressa Antônio da Costa Duarte (1859[1829]: 5):

> Sendo porem a Grammatica Universal a Arte, que analysando o pensamento, ensina com que especie de palavras se devem exprimir as ideas e as relacoes, de que elle pode constar; segue-se que a Grammatica Universal e tambem immutavel e a mesma em todas as Nacoes. Mas como estas escolherao para signaes de suas ideas vocabulos differentes so no material dos sons, e preciso accomodar aquelles mesmos principios invariaveis a indole de cada Lingua, comecando pelo estabelecimento dos preceitos geraes da Linguagem, e applicando os (sic) depois aos usos da que se pretende ensinar: eis ai o que se chama Grammatica Particular.

Cumpre, por fim, advertir que o caráter normativo da gramática racionalista no Brasil deve ser avaliado em consonância do significado de norma linguística do período em tela. Cabe repisar a noção de língua como expressão da arquitetura do pensamento, de tal sorte que os que melhor desenvolveram o raciocínio ou o exercício da razão decerto terão sido mais competentes no uso da língua. O sentido de norma, assim, é o de seguir o uso dos próceres da ciência e da literatura como modelo de melhor manifestação da língua, um procedimento mimético em face da autoridade intelectual.

3 Algumas fontes teóricas da gramática racionalista brasileira

A leitura dos textos gramaticais brasileiros do denominado período racionalista, que se inicia com a publicação do *Epítome da gramática da*

língua portuguesa (1806) de Antônio de Morais Silva e termina com a publicação da *Gramática portuguesa* (1881), de Júlio Ribeiro (1845-1890),[1] revela um horizonte de retrospecção em que se inscrevem tanto os filósofos do Iluminismo, fundadores de paradigma, quanto vernaculistas franceses e portugueses de escol, cuja obra era dotada de grande prestígio na literatura linguística da época. Deve-se aqui lembrar que, até o fim da primeira metade do século XIX, o acesso aos livros estrangeiros no Brasil era muito restrito, fato que muito dificultava a consulta às fontes bibliográficas. Via de regra, os interessados em questões linguísticas cuidavam de importar obras científicas por iniciativa própria, já que as bibliotecas não eram muitas, não obstante as de maior vulto, tais como a Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, dispusessem das principais obras do Iluminismo francês. Somente a partir da década dos anos 1860 o acesso aos livros estrangeiros tornou-se mais frequente, a julgar pela referência bibliográfica que os gramáticos do fim de século passaram a fazer em seus textos, não obstante não fosse este um procedimento considerado imperativo.

Entre os filósofos mais proeminentes citados pelos gramáticos brasileiros, destaca-se o abade Étienne de Condillac (1714-1780), um ideólogo do empirismo que via na linguagem uma forma de chegar-se ao conhecimento. Não obstante infenso à metafísica que deu amparo às teses de Port-Royal, Condillac auferiu grande prestígio entre os gramáticos racionalistas dada sua obsessão pela educação como caminho do progresso humanístico. Com efeito, as ideias de Condillac sobre educação e construção do saber mediante aprimoramento das sensações constituiu-se em objeto de reflexão acatado por vários intelectuais de seu tempo, razão por que os princípios de descrição gramatical que residem no tomo primeiro do *Cours d'étude pour l'intruction du Prince de Parme* (1780) tornaram-se modelo necessário para vernaculistas de outras línguas.

Condillac pugnava por um ensino linguístico pautado no denominado método analítico, isto é, "les langues considérées comme autant de méthodes analytiques" (1780: 6). Esta é a fonte que inspirou tantas "gramaticas analíticas ao longo do século XIX, não obstante o método nem sempre se verifique em suas páginas. Na gramaticografia brasileira do português, Condillac está presente na epígrafe do *Epítome da gramática da língua portuguesa* (1806), de Antônio de Moraes Silva, que estampa um segmento do capítulo 21 do *Cours d'étude*: "Nous avons compliqué nôtre Grammaire, parce que nous l'avons voulu faire d'après les Grammaires Latines. Nous ne

[1] Cf. Cavaliere (2002).

la simplifierons, qu'autant que nous rappellerons les expressions aux élémens du discours". Dado que a citação está fragmentada, ficou de certa forma obscuro o princípio norteador do pensamento de Condillac que o gramático brasileiro quis atribuir ao *Epítome*. Afinal, uma afirmação como "nous avons compliqué nôtre grammaire" não se coadunaria com qualquer obra que pretenda ter escopo pedagógico.

A leitura do texto original de Condillac revela que o segmento citado é a parte final de uma pequena digressão sobre o emprego de expressões como *en riant*, *en passant* (1780: 175):

> Quelques grammairiens voient un gérondif dans cette expression, *en riant*, *en passant*. Il serait plus exact de dire que nous n'avons point de gérondif. Si une langue n'avait, pour tout verbe, que le verbe être, la grammaire en serait fort simple. Mais combien ne la compliquerait-on pas, si on voulait trouver, dans cette langue, des verbes substantifs, adjectifs, actifs, passifs, neutres, déponens, réfléchis, reciproques, impersonnels, des participes, des gérondifs, des supins, etc. C'est ainsi que nous avons compliqué notre grammaire, parce que nous l'avons voulu faire d'aprés les grammaires latines. Nous ne la simplifierons, qu'autant que nous rappellerons les expressions aux élémens du discours.

Fica, assim, esclarecido que a "notre grammaire" referida por Condillac é a que se vinha produzindo até então à luz da gramática latina, não propriamente a gramática que pretendia escrever. No contexto limitado da epígrafe, o sentido fica ambíguo e, portanto, pode levar a mal entendimento de seu propósito. Ainda em referência a Condillac, Morais Silva discute a definição de verbo como palavra que faz a afirmação, conforme se lê na tradição de Port-Royal e em James Harris (1709-1780). A respeito, o gramático brasileiro serve-se da opinião contrária de Condillac, para quem se o verbo só tivesse teor afirmativo não se poderiam fazer proposições negativas.

Outros nomes do paradigma racionalista referidos por gramáticos brasileiros são os do francês Charles Pinot Duclos (1704 -1772) e o português Antônio Pereira de Figueiredo (1725-1797). Charles Pinot Duclos, um dos colaboradores da *Encyclopédie ou Dictionnaire raisonné des sciences, des arts et des métiers* e membro da Academia Francesa, surge em uma epígrafe do *Breve compêndio de gramática portuguesa* (1972 [1875]),[2] de Frei Caneca (1779-1825), cujo teor pedagógico remete ao empiricismo que norteou parte dos artífices do Iluminismo francês: "Poucas regras e muita reflexão com uso mui frequente, eis a maneira das artes aprender com

[2] A edição que aqui consultamos alterou o título para *Gramática portuguesa*.

perfeição" (1972[1875]: II). Frei Caneca também se escuda na retidão moral em Pinot Duclos para fomentar o espírito de dedicação e afeição ao estudo que deve acompanhar pela vida inteira os que se dedicam ao fomento do saber.

Quanto a Antônio Pereira de Figueiredo (1725-1797), seu nome é citado pelo gramático fluminense Inácio Felizardo Fortes (?-1858) em sua *Arte de gramática portuguesa* (1816), sendo esse, a rigor, o único trabalho linguístico brasileiro sobre língua vernácula que remete à obra do célebre latinista português. A leitura do texto de Felizardo Fortes revela uma influência de Figueiredo que chega ao ponto de toda a parte dedicada à etimologia constituir-se de mera adaptação do *Novo método da gramática Latina* publicado pelo oratoriano português: "Segui, por isso, o mais que me foi possivel, as mesmas definições, e regras, e até os mesmos exemplos do Padre Pereira. O tratado da etimologia he quase todo o mesmo [...] A syntaxe he quase toda a mesma do padre Pereira" (1816: VI-VII).

Os vernaculistas franceses François-Joseph-Michel Noël (1755-1841) e Charles-Pierre Chapsal (1788-1858) também constam entre os nomes que serviram de fonte bibliográfica aos gramáticos brasileiros. Humanista francês, nascido em Saint-Germain-em-Laye, Noël também atuou no jornalismo e na diplomacia, fato que revela diversificada atuação profissional. Sua obra linguística inclui as *Leçons françaises de littérature et de morale*, saída a lume em 1804, as *Leçons latines anciennes*, de 1808, e as *Leçons latines modernes*, de 1818. Também publicou em coautoria com Charles-Pierre Chapsal a *Nouvelle grammaire française* (1822), texto de grande circulação em sua época, não obstante muito criticada pelo excessivo normativismo.

Charles-Pierre Chapsal, à semelhança dos intelectuais de seu tempo, transitou por vários campos da atividade científica. Construiu carreira como docente de língua vernácula no Collège Louis-le-Grand em companhia do colega François Noël.e dedicou-se à investigação linguística mediante publicação de textos descritivos do francês. Seus trabalhos que merecem citação são o *Nouveau traité des participes suivi d'exercises progressifs*, de 1829, as *Leçons d'analyse gramatical, contenant 1.º des préceptes sur l'art d'analyser. 2.º des exercises et des sujets d'analyse grammaticale*, de 1829, a par da já aqui referida *Nouvelle grammaire française* (1822) em coautoria com Jean-François-Joseph-Michel Noël.

No Brasil, os dois vernaculistas franceses são referidos nas páginas da *Nova gramática analítica da língua portuguesa*, trazida a lume por Carles Grivet (1815-1876) em 1881. Grivet faz severa crítica no tocante à então usual tese do verbo substantivo, cujo fundamento esteia-se na premissa de que, não podendo haver menos de três ideias no pensamento, disso resulta

haver pelo menos de três elementos necessários na proposição: sujeito, verbo e atributo. Em decorrência, em todas as línguas somente uma palavra merece a denominação de verbo, a palavra que exprime a existência: *ser*, verbo substantivo. Essa é a tese acatada pela concepção metafísica da gramática filosófica, presente nos textos de descrição do francês e do português que ingressaram no cenário linguístico brasileiro dos Oitocentos, com expressiva aceitação da maioria dos gramáticos brasileiros.

Grivet, que não admitia a premissa do verbo substantivo, por considerar que outras palavras também deviam ser incluídas entre os verbos por expressar a ideia de existência com a confluência de outro traço semântico, atribuía à influência de Noël e Chapsal a disseminação da tese do substantivismo entre os brasileiros (1881: 227):

> Sahida, há cerca de quarenta annos, do cerebro dos dous gramáticos francezes Noël e Chapsal, ella [teoria do verbo substantivo] teve a dita de se acreditar rapidamente, não só no paiz de sua origem, mas ainda, e talvez com maior enthusiasmo, naquelles onde a mesma procedência costuma dispensar, em innovações de ensino, toda e qualquer verificação de proficiência, respondendo ella preventivamente por si só a todas as objecções. Graças a tão invejavel privilegio, ella veiu a dominar soberanamente na Grammatica portugueza; e hoje não ha, neste assumpto, autor que deixe de lhe fazer a devida continência, embora nem todos pareção igualmentc convencidos de sua desmarcada efficacia.

A rigor, a crítica de Grivet carece de fundamentação histórica, já que a tese do verbo substantivo remonta à própria *Grammaire de Port-Royal* e decerto terá ingressado nas páginas da gramaticografia brasileira por influência dos textos vernaculares do francês e do português ao longo de todo o período subsequente até a metade do século XIX. A referência de Grivet aos colegas franceses, assim, mais serve para pontuar um entendimento mais avançado acerca da natureza gramatical do verbo, que afinal viria a consolidar-se com o movimento da gramática científica ao final do século.

Coube também a Antônio Estêvão da Costa e Cunha (1839-?) traçar referência ao trabalho de Noël e Chapsal, por sinal em tintas bem mais favoráveis. O fato de dois gramáticos brasileiros, ambos devotados ao ensino na sede do Império, haverem traçado referência à obra dos vernaculistas franceses revela que se tratava de nomes frequentes nas rodas de discussão linguística no âmbito das escolas e instituições educacionais. Decerto que a referência de Costa e Cunha tem caráter mais genérico, já que situa os gramáticos franceses entre as fontes doutrinárias mais autorizadas no plano da sintaxe das línguas românicas, na verdade uma espécie argumento de autoridade para convalidar seu trabalho.

Três nomes portugueses gozam de expressiva presença na gramatica racionalista brasileira, alguns deles citados mesmo entre os gramáticos cientificistas do final do século XIX. Trata-se de Antônio dos Reis Lobato (1721?-1804), Antônio Solano Constâncio (1777-1846) e Jerônimo Soares Barbosa (1737-1816), esse último, indubitavelmente, o mais referido em face da singularidade e relevância de sua obra, nomeadamente sua *Gramática filosófica da língua portuguesa* (2004 [1822]).[3] A presença de Antônio José dos Reis Lobato consolida-se no Brasil em face da edição de sua *Arte de gramática* em 1812 pela Impressão Régia,[4] fato que proporcionou a esse texto expressiva circulação no incipiente sistema de ensino vigente até a Independência, mas a referência a suas páginas não vai além de meras citações pontuais sobre fatos gramaticais de menor relevância. Coube, por exemplo, a Inácio Felizardo Fortes traçar breve crítica a Reis Lobato no tocante à regra do plural de palavras terminadas em *l* vogal final tônica (*longa*, segundo a metalinguagem de Fortes) e não pelas que terminam em vogal tônica, que figuram em menor número. Antônio da Costa Duarte (?-?), também se refere a Lobato ao discorrer sobre a natureza sintática do verbo *haver* como impessoal com igual postura crítica em face das opiniões do gramático português.

Quanto a Francisco Solano Constâncio, decerto que sua *Gramática analítica da língua portuguesa* (1831) há de ser referida como um dos compêndios mais presentes nos círculos educacionais brasileiros a partir da década de 1830, já que obteve uma edição no Rio de Janeiro em 1931. Costa Duarte tece crítica à proposta por Solano Constâncio acerca da pronúncia das vogais finais *u* e o *o* átonos, a que denomina vogais surdas. Em sua percepção, Constâncio crê que a vogal *u*, distingue-se de *o* quanto à pronúncia por ser "mais agudo", fato contestado por Costa Duarte, para quem ocorre homofonia dos dois grafemas. Com certeza, a dissidência entre os dois gramáticos, nesse mister, se deve aos padrões distintos de pronúncia das vogais em face de suas respectivas variantes de uso linguístico.

A obra de Soares Barbosa, nomeadamente sua *Gramática filosófica*, conforme aqui já referido, goza de maior e mais prestigiado conceito no meio linguístico brasileiro dos Oitocentos, mormente em face do caráter precursor do mestre português em questões como a da taxionomia lexical e da

---

[3] Esta é a edição fac-similar preparada pelo emérito Professor Amadeu Torres (1924-2012). Uma edição crítica da pesquisadora Sónia Coelho publicada em 2013.

[4] A *Arte* de Reis Lobato foi objeto de cuidadosa edição crítica preparada por Carlos Assunção (cf. Lobato 2000[1770).

avaliação das partes do discurso à luz da função exercida pelos termos no corpo da estrutura sintática.[5] As ideias de Soares Barbosa no plano ortográfico, por seu turno, habitam as páginas do *Breve compêndio de gramática portuguesa*, de Frei Caneca, em que o gramático brasileiro busca afastar-se das regras etimológicas, em prol de um sistema mais simplificado. Por sinal, também na obra de Soares Barbosa Frei Caneca viria Frei a inspirar-se para a redigir a versão brasileira das *Tabuas sinóticas do sistema retórico*, de Marco Fábio Quintiliano.

4. Autores e obras mais representativos[6]

4.1 Antônio de Morais Silva (1757?-1824)

Texto pioneiro do modelo racionalista no Brasil, o *Epítome da gramática da língua portuguesa* (1806), de Antônio Morais Silva, deve ser hoje lido e examinado como documento de especial valor historiográfico, sem prejuízo da relevância que possa auferir quanto ao mérito do conteúdo, tendo em vista tratar-se do primeiro compêndio gramatical do português de autor brasileiro. Não obstante tenha sido escrito em 1802 — a primeira edição viria a lume apenas em 1806 —, pode-se atribuir-lhe um "caráter setecentista", visto que as ideias linguísticas que se manifestam em suas páginas são as que disseminaram os textos teoréticos do século XVIII na esteira da *Grammaire de Port-Royal*.

Interessante notar que a referência a Morais Silva costuma limitar-se a sua produção lexicográfica, motivo por que pouco se encontra na literatura linguística dos Oitocentos a respeito de sua gramática. Decerto que o *Epítome* gozou de uma reedição em 1824, ano de falecimento do autor, com alteração do título para *Gramática portuguesa*, mas não se pode negar que seu nome esteja ausente entre os que mereceram referência na gramaticografia do século XIX no Brasil. Basta observar que sequer Maximino Maciel (1866-1923) traça referência ao nome de Antônio de Morais Silva em seu *Breve retrospecto sobre o ensino da língua portuguesa* (Maciel, 1922 [1894]), preferindo atribuir aos portugueses Bento José de Oliveira (?-?) e Jerônimo Soares Barbosa (1737-1816) as fontes iniciais dos estudos sobre a língua no Brasil.

---

5 Leia, entre outros trabalhos, Ranauro (2015), Coelho e Kemmler (2017) e Oliveira (2015).

6 Para uma referência mais exaustiva a autores e obras, leia Cavaliere (2022).

Entre as peculiaridades do *Epítome* do Morais Silva cite-se necessariamente sua sinopse gramatical, em que a tradicional subdivisão da gramática em *etimologia*, *sintaxe*, *ortografia* e *prosódia*, segundo os cânones de Port-Royal, é preterida em favor de uma apresentação orgânica dos temas com destaque para a morfologia e para a sintaxe. Morais Silva opta por uma sinopse binária, em que faz constar no mesmo plano hierárquico o Livro I (*Das palavras por si sós ou Partes da sentença*), em que cuida das classes gramaticais e das flexões, e o Livro II (*Da composição das partes da sentença entre si, ou syntaxe*), dedicado ao estudo dos termos da oração, bem como dos mecanismos sintáticos de produção frasal: colocação, regência e concordância.

4.2 Antônio da Costa Duarte (?-?)

Gramático brasileiro que melhor discorreu sobre as teses do racionalismo linguístico, Antônio da Costa Duarte é autor do *Compêndio da gramática portuguesa* (1829), posteriormente *Compêndio da gramática filosófica da língua portuguesa* (1859 [1829]), texto que gozou de seis edições ao longo do século XIX. Pouco se sabe sobre a vida deste gramático maranhense que se atuou como presbítero e professor do Liceu Maranhense ao longo de ao menos três décadas. A folha de rosto da quarta edição de seu *Compêndio* revela-nos que o autor visava a produzir um manual dedicado ao ensino do vernáculo em classes iniciantes, mas a análise de sua obra mostra que se trata de um trabalho bem mais ambiciosos do que um manual prescritivo, conforme se lê nas várias notas e comentários que o autor oferece no correr das páginas.

A estrutura orgânica do *Compêndio* de Costa Duarte retoma o modelo de Port-Royal que subdivide a matéria gramatical em *ortografia*, *ortoepia*, *etimologia* e *sintaxe*, mas suas atenções, diferentemente da tradição dos textos vernáculos franceses e portugueses, são direcionadas mais ao estudo da etimologia – metatermo que à época referia-se à morfologia em sentido amplo – e da sintaxe. O autor não dedica mais do que doze páginas à ortografia e à ortoepia, fato notável que bem revela estar o gramático brasileiro mais interessado por questões sistêmicas do que pelo mero normativismo prescritivo. Igualmente relevante é a definição de língua em Costa Duarte, já que vai além do sistema linguístico para incluir elementos de natureza extralinguística, por ele denominados "linguagem da ação" (1859[1829]: 7):

> Lingua e todo o systema de signaes que diretamente manifestão o pensamento. Esta definição compreende a linguagem articulada e a linguagem da acção. Referindo-nos

> porem a linguagem articulada, Lingua e a collecção de vocabulos de que usa qualquer nação. A linguagem da acção consiste nos gestos, movimentos do rosto, e sons inarticulados.

Mais um aspecto interessante do *Compêndio* de Costa Duarte está no campo da etimologia, em que identifica seis tipo lexicais: *nome substantivo*, *nome adjetivo*, *verbo*, *preposição*, *conjunção* e a *interjeição*, que "não é *Parte elementar,* porque ella per si só equivale a uma oração, e ás vezes a muitas" (1859[1829]: 21). Se consideramos o substantivo e o adjetivo irmanados sob a noção de *nome*, as classes reduzem-se a cinco, sendo que uma delas tem caráter anômalo, equivalente a uma oração. Essa concepção do conjunto das classes de palavras segue à risca a visão ontológica das coisas, que se configuram, na essência, em substâncias, qualidades e relações. Daí decorre haver, igualmente, na arquitetura do pensamento, ideias de substâncias, de qualidades e percepção de suas relações. A presença desses elementos no conceito de *juízo* impõe uma formulação em que tais elementos se organizam, mantém entre si uma dada ordem, para que expressem o pensamento: "por isso, com os Nomes Substantivos significamos as substancias, com os adjectivos as qualidades, com o Verbo Substantivo as relações de conveniencia; com as Preposições as de determinação; e com as Conjuncções as de nexo e ordem" (1859[1829]: 21).

4.3 Antônio Álvares Pereira Coruja (1806-1889)

Gaúcho de Porto Alegre, Antônio Álvares Pereira Coruja desenvolveu carreira docente no Rio de Janeiro como professor de língua latina e língua portuguesa. Entre as suas várias obras, devem-se destacar o *Compêndio de gramática da língua nacional* (1835), objeto de várias reedições e o *Compêndio de ortografia da língua nacional* (1848). Não resta dúvida de que o *Compêndio de gramática* se situa como a mais prestigiosa obra de Coruja, fato, por sinal, que terá levado Antenor Nascentes (1886-1972) a escolhê-lo como marco do denominado período empírico da gramaticografia brasileira em sua conhecida proposta de periodização (1939). A concepção de gramática em Coruja segue fielmente os parâmetros da gramática racionalista que nos chegou pela gramaticografia francesa e portuguesa. Em sua visão, o propósito da gramática é eminentemente pedagógico e necessariamente normativo; a sinopse do *Compêndio de gramática* pauta-se na tradicional divisão quaternária em etimologia, sintaxe, prosódia e ortografia, fato que bem denuncia o alinhamento irrestrito de Coruja aos cânones do racionalismo linguístico.

A respeito do *Compêndio de ortografia*, cabe observar ter sido expressiva sua recepção pelo público da época, com grande circulação no território nacional. Com efeito, o *Compêndio de ortografia* cumpria um papel incomum a sua época, já que, conforme adverte o autor no Prólogo, suas páginas visavam a atender não apenas os reclamos de uma obra didática em sala de aula, como também no âmbito do uso profissional da língua escrita (1848: 7):

> Neste Compendio encontrara o Leitor explicacoes sobre as letras do alfabeto, seu uso e pronuncia, e sobre os ditongos; os diversos sons de algumas consoantes nas linguas vivas, com que estamos mais em relacao; observacoes a cerca do uso de a, oe, w, k, ph, lh, y, autorizadas com explicacoes de differentes autores; regras sobre as consoantes dobradas; formacao dos pluraes dos nomes e diversas inflexoes dos mesmos tanto nos substantivos como nos adjectivos; uso das abreviaturas dos nomes tanto na pratica commum e na commercial, como na scientifica; regras de pontuacao acompanhadas de exemplos apropriados, e explicacoes dos differentes sinaes orthograficos e acentos prosodicos; conjugacoes dos verbos regulares e irregulares, e as diversas inflexoes em suas differentes vozes.

Cuida-se aqui de uma estratégia pouco explorada no comércio de livros didáticos no século XIX, mais interessados em cativar a preferência dos professores para uso em sala de aula. Coruja, diferentemente, dirige-se a um leitor laico, interessado em questões linguísticas, de tal sorte que viesse a ampliar a circulação de sua obra no meio social. Em aditamento à informação sobre grafias e pronúncias, o *Compêndio de ortografia* oferece informações práticas para o cotidiano da redação comercial e administrativa, tais como uma relação de numerais (aí incluídos os algarismos, os cardinais e os ordinais) em português, latim, francês, italiano e espanhol. Ademais, a obra é útil por informar como se grafam as abreviaturas, além de dar detalhada explicação acerca do emprego de letras dobradas em face da etimologia.

4.4 Francisco Sotero dos Reis (1800-1871)

Um dos gramáticos mais prestigiados da vida intelectual brasileira dos Oitocentos, Sotero dos Reis notabilizou-se como jornalista, professor, gramático, crítico literário e parlamentar. Foi agraciado com o título de Comendador da Ordem da Rosa e da Ordem de Cristo e designado patrono de uma das cadeiras de sócios correspondentes da Academia Brasileira de Letras. A crítica de seu tempo exalta os atributos que de um gramático conhecedor dos princípios da gramática geral, a que se somavam os méritos

de excelente latinista e competente romanista, em especial no tocante ao francês, ao italiano e ao castelhano.

A produção linguística de Sotero dos Reis inclui as *Postilas de gramática geral* (1870[1863]), a *Gramática portuguesa* (1871[1866]) e o *Curso de literatura portuguesa e brasileira* (1866-1873), em que o autor traça comentários filológicos sobre textos literários que serviam de corpus para suas aulas no Liceu Maranhense. No tocante especificamente à *Gramática* e às *Postilas*, sua destinação pedagógica dá o tom predominante, não obstante fossem livros frequentes na mesa dos que se dedicavam a tarefas profissionais que impunham melhor conhecimento do vernáculo. A *Gramática*, em especial, tem projeto consoante com os textos semelhantes no cenário da primeira metade dos Oitocentos, cuja sinopse estruturava-se em etimologia, sintaxe, ortografia e prosódia.

Já as *Postilas*, de cujo mais pedagógico, dedicam-se à exposição dos fatos sintáticos em lições programadas. Assinale-se que o próprio subtítulo das *Postilas – Guia para a construção portuguesa* – bem revela seu propósito pontual na área da sintaxe, o que, em certa medida, confere-lhe feição idiossincrática no âmbito do modelo racionalista. Mesmo a leitura da *Gramática* denuncia sensível preferência do autor pelos temas morfológicos e sintáticos, seja pela ordenação da matéria gramatical – em que a etimologia (morfologia) e a sintaxe precedem a ortografia e a prosódia –, seja maior número de páginas dedicadas às duas primeiras seções em detrimento da ortografia e da prosódia. Nesse sentido, afirma o autor:

> Na composicao desta Grammatica dei muito mais desenvolvimento á Etymologia e á Syntaxe, do que á Orthographia e á Prosodia, porque as duas primeiras partes, que constituem a base de toda a sciencia grammatical, devem ser essencialmente especulativas e praticas; e porque as duas ultimas, em que impera muito mais o uso modificavel, do que a especulacao dos principios, devem por sua natureza ser eminentemente praticas. O consenso unanime de quase todos os grammaticos antigos e modernos vem em apoio desta opiniao, que é tão velha quanto a Grammatica.

Conforme bem se observa, não obstante confira maior relevância à etimologia e à sintaxe, Sotero não abandona a ideia de que a descrição gramatical é especulativa, no sentido de requerer reflexão acerca de seus fundamentos à luz dos princípios do raciocínio lógico, assim como não se afasta necessário caráter prático da gramática, que lhe confere necessário teor pedagógico. Pode-se, decerto, inferir em Sotero a concepção dual de língua em seu sentido universal, dos "princípios gerais e imutáveis da palavra", objeto da gramática geral, e em seu sentido particular, em que se busca a aplicação prática das instituições arbitrárias e usuais de qualquer língua aos princípios gerais da palavra. Assim, vislumbra-se no ideário linguístico de

Sotero um horizonte de retrospecção em que se situam as fontes doutrinárias ligadas à tradição de Port-Royal, entre elas a própria *Grammaire raisonnée* dos monges franceses.

Palavras finais

As linhas que aqui se encerram buscaram oferecer uma breve notícia sobre a presença do chamado modelo racionalista na historiografia gramatical brasileira do português, sem mergulhos profundos ou análises acuradas. Destina-se mais aos pesquisadores desejosos de informação objetiva que lhes auxilie em projetos de investigação historiográfica. Decerto que não poucos conceitos acerca do pensamento linguístico vigente na primeira metade dos Oitocentos, do clima intelectual que deu amparo à produção gramatical desse período e das personagens que figuram como protagonistas ficaram à margem desse trabalho, dadas as suas naturais limitações.

Alguns nomes que se situam em um momento de transição da gramática racionalista para a gramática científica, por exemplo, haveriam de merecer atenção especial, dado o perfil idiossincrático de sua produção linguística. Referimo-nos, aqui, a Augusto Freire da Silva (1836-1917), gramático maranhense radicado em São Paulo, autor de um *Compêndio da gramática portuguesa* (1875) que que mereceu várias reedições até o início dos anos 1890. A rigor, esse trabalho de Freire da Silva é uma reformulação de suas *Noções de prosódia e ortografia* (1871), em que que o autor reproduz as ideias de Sotero dos Reis em sua *Gramática portuguesa*. No curso das edições do Compêndio, Freire da Silva abandona muitas das convicções herdadas ao modelo racionalista para inscrever-se na nova ordem cientificista que atribuía à língua caráter ontologicamente autônomo.

Outro nome aqui omitido e igualmente situado neste momento de transição é o do baiano Ernesto Carneiro Ribeiro, cujos *Serões gramaticais* (1890), sua obra maior, em que acolhe o conceito de língua como ser vivo na tradição da linguística evolucionista, distingue-se inteiramente dos trabalhos anteriores, tais como a *Gramática portuguesa filosófica* (1957 [1877]), cujo teor alinha-se ao modelo da gramática racionalista. Carneiro Ribeiro decerto modificou radicalmente sua concepção de língua à luz da bibliografia que chegou ao Brasil a partir dos anos 1870 com as teses da gramática histórico-comparativista e da escola neogramática.

São, pois, comentários necessários que aqui se omitem, cuja consideração revelar-se-ia imperativa para uma melhor noção sobre a presença no modelo racionalista na gramaticografia brasileira do século XIX.

Referências bibliográficas

Armitage, João. 1943. *História do Brasil:* desde o período da chegada da família real de Bragança em 1808 até a abdicação de D. Pedro I em 1832. Rio de Janeiro: Zelio Valverde.

Barbosa, Jerónimo Soares. 2004 [1822]. *Gramática filosófica da língua portuguesa (1822)*. Edição fac-similada, comentários e notas de Amadeu Torres. Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa.

Bosi, Alfredo. 1970. *História concisa da literatura brasileira.* São Paulo: Cultrix, 1970.

Camargo, Ana Maria de e Moraes, Rubens B. de (1993). *Bibliografia da Impressão Régia do Rio de Janeiro (1808-1822).* São Paulo: Edusp/Editora Kosmos.

Caneca, Frei. 1972 [1875]. *Gramática portuguesa*: tratado de eloqüência. Edição comemorativa do Sesquicentenário do Brasil. Rio de Janeiro: Colégio Pedro II.

Cavaliere, Ricardo. 2002. Uma proposta de periodização dos estudos linguísticos no Brasil. *Confluência*, Rio de Janeiro, Liceu Literário Português, n. 23, p. 102-120.

Cavaliere, Ricardo. 2022. *História da gramática no Brasil*: séculos XVI a XIX. Petrópolis: Editora Vozes.

Coelho, Sónia Catarina Gomes. 2013. *A Grammatica Philosophica da Lingua Portugueza de Jerónimo Soares Barbosa:* edição crítica, estudo e notas. Vila Real: Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, Centro de Estudos em Letras (Coleção Linguística; 10).

Coelho, Sónia e Kemmler, Rolf. 2017. A Grammatica Philosophica da Lingua Portugueza de Jerónimo Soares Barbosa e as suas edições. *Confluência*. Rio de Janeiro: Liceu Literário Português, n. 53, p. 9-34.

Condillac, Étienne de. 1780. *Cours d'étude pour l'intruction du prince de Parme,* aujourd'hui S.A.R. l'infant D. Ferdinand. Genebra: Chez Du Villard Fils & Nouffer Condilac, É.B.

Constancio, Francisco Solano. 1831. *Grammatica analytica da lingua portugueza*, oferecida á mocidade estudiosa de Portugal e do Brasil. Paris: J. P. Aillaud, Rio de Janeiro: Souza, Laemmert e Cª.

Coruja, Antonio Alvares Pereira. 1835. *Compendio de grammatica da lingua nacional dedicado á mocidade rio-grandense*. Porto Alegre: Typographia de V.F. de Andrade.

Coruja, Antonio Alvares Pereira. 1848. *Compendio da orthographia da lingua nacional* dedicado a S.M.I. o Sr. D. Pedro II. Rio de Janeiro: Typographia Franceza.

Destutt de Tracy, A. 1803. *Éléments d'idéologie, grammaire*. Paris: Courcier, Imprimeur-Libraire.

Duarte, Antonio da Costa. 1829.*Compendio da grammatica portuguesa*, para uso das escolas de primeiras lettras, ordenado segundo a doutrina dos melhores grammaticos. Maranhão: Typographia Nacional.

Duarte, Antonio da Costa. 1859 [1829]. *Compendio da grammatica philosophica da lingua portuguesa*, escolhida pela Congregação do Lycêo do Maranhão para o uso do mesmo Lycêo, e das aulas de primeiras lettras da província. 4. ed. Maranhão: Typographia do Frias.

Ferreira, Silvestre Pinheiro. 1813. *Prelecções philosophicas* sobre a theórica do discurso e da linguagem, a esthética, a diceósyna, e a cosmologia. Rio de Janeiro: Na Impressão Regia.

Fortes, Ignacio Felizardo. 1816. *Arte de grammatica portugueza*, que para uso de seus discipulos compoz o padre Ignacio Felizardo Fortes, professor de lingua latina. Rio de Janeiro: Impressão Regia.

Freire da Silva, Augusto. 1871. *Noções de prosodia e orthographia para uso da infancia* que frequenta as aulas do primeiro grau do Instituto Santista, intercaladas de um resumo da etymologia e syntaxe, extrahido da *Grammatica portugueza* de Francisco Sotero dos Reis pelo doutor Pedro Nunes Leal. São Luiz do Maranhão.

Freire da Silva, Augusto. 1875. *Compendio da grammatica portugueza*. 2. ed. mais correcta e augmentada. Maranhão: Typographia do Frias.

Grivet, Charles. 1881. *Nova grammatica analytica da lingua portugueza*. Rio de Janeiro: Typ. de Leuzinger & Filhos.

Lobato, António dos Reis. 2000 [1770]. *Arte da Grammatica da Lingua Portugueza* de António José dos Reis Lobato: Estudo, edição crítica, manuscritos e textos subsidiários por Carlos Assunção, Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa.

Maciel, Maximino. 1922 [1894]. Breve retrospecto sobre o ensino da lingua portugueza. In: *Grammatica descriptiva baseada nas doutrinas modernas*. 8. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves.

Nascentes, Antenor. 1939. A filologia portuguesa no Brasil. In: *Estudos filológicos.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

Noël, M. & Chapsal, M. 1854 [1823]. Nouvelle grammaire française sur um plan très-méthodique avec des nombreux exercicies d'orthographe, de syntaxe et de ponctuation, tirés de nos meilleus auteurs, et distribués dans l'ordredes règles. 38. ed. avec soin et augmentee. Paris: Maire Nyon, Roret, Hachette, Delalain

Oliveira, Daniele Felizola de. 2015. *O pensamento linguístico de Jerônimo Soares Barbosa e sua influência nas principais gramáticas brasileiras do século XIX*. Niterói: Universidade Federal Fluminense, Instituto de Letras, tese de doutoramento.

Ranauro, Hilma. 2015. *Para compreender uma gramática filosófica*: uma análise crítica e comparativa da *Grammatica philosophica da lingua portugueza* de Jerônimo Soares Barbosa. Niterói: Editora Alternativa.

Reis, Francisco Sotero. 1866-1873. *Curso de literatura portugueza e brazileira*. Maranhão: Typographia de B. de Mattos. Reis, F.S. (1866-1873). *Curso de literatura portugueza e brazileira*. Maranhão: Typographia de B. de Mattos.

Reis, Francisco Sotero. 1870 [1863]. *Postillas de grammatica geral, applicada á língua portugueza pela analyse dos classicos ou guia para a construcção portuguesa*. 3. ed. revista e accrescentada pelo auctor. São Luís do Maranhão: Belarmino de Matos.

Reis, Francisco Sotero. 1871 [1866]. *Grammatica portugueza, accomodada aos principios geraes da palavra seguidos de imediata applicação pratica*. 2. ed. revista, corrigida e annotada por Francisco Sotero dos Reis Jr. e Americo Vespucio dos Reis. Maranhão: Typographia de R. d'Almeida & C. Editores.

Ribeiro, E.C. 1890. *Serões grammaticaes ou nova grammatica portugueza.* Bahia: Livraria Catilina de Romualdo dos Santos.

Ribeiro, Ernesto Carneiro. 1957 [1877]. Grammatica portugueza philosophica. In: Ribeiro, E.C. Obra completa**.** Estudos gramaticais e filológicos, vol. 3. Edição cuidadosamente revista, prefaciada e anotada por Deraldo Inácio de Sousa. Salvador: Progresso.

Ribeiro, Julio. 1881. *Grammatica portugueza*. São Paulo: Typographia de Jorge Seckler.

Saint-Hilaire, Augustin F.C.P de. 1974. *Segunda viagem do Rio de Janeiro a Minas Gerais e a São Paulo.* Belo Horizonte: Livaria Itatiaia/Ed. USP.

Silva, Antonio de Moraes. 1806. *Epitome de grammatica da lingua portugueza*. Lisboa: Off. de Simao Thaddeo Ferreira, 1806.
Silva, Antonio de Moraes. 1824. *Grammatica portugueza*. Rio de Janeiro: Typographia de Silva Porto & Comp.

Capítulo 4

Apêndices gramaticais: pontuação, estilística e outras questões

Apêndices gramaticais: estilística e outras questões na visão de Manuel Rodrigues Lapa[1]

Sónia Coelho
Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro – Portugal
Centro de Estudos em Letras

Susana Fontes
Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro – Portugal
Centro de Estudos em Letras

Considerações iniciais

O presente capítulo tem como objetivo apresentar um percurso historiográfico da obra *Estilística da Língua Portuguesa*, da autoria de Manuel Rodrigues Lapa, publicada, pela primeira vez, em 1945, em Portugal. Esta obra constitui-se como um marco incontornável na produção de conhecimento no âmbito da Estilística, uma área que mereceu pouca atenção dos estudos filológicos e que se encontra maioritariamente reduzida a um apêndice gramatical.

Para encetarmos este estudo, suportar-nos-emos nos princípios postulados por Koerner (2014) e na proposta de Swiggers (2013) relativa à organização do trabalho historiográfico, que compreende as fases heurística, hermenêutica e executiva.

Este capítulo organizar-se-á em três partes principais. Primeiramente, considerando que um autor é produto de uma época e, portanto, não se pode desvincular de um clima de opinião específico, apresentaremos uma breve biografia de Manuel Rodrigues Lapa e recordaremos os aspetos mais relevantes da sua obra, sem descurar o contexto da época, de forma a auxiliar o fazer historiográfico.

Num momento seguinte, tendo em conta que "as ideias linguísticas não existem num vácuo absoluto [...], pois elas são produto de um agente situado em um contexto histórico específico em diálogo [...] com outros agentes dos saberes sobre a linguagem" (Batista 2020: 39), faremos uma

[1] Esta investigação foi financiada pela Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT), através do Centro de Estudos em Letras (CEL), referência n.º. UIDP/00707/2020, DOI: 10.54499/UIDP/00707/2020, Portugal.

contextualização do ambiente científico que marcou a produção da obra *Estilística da Língua Portuguesa*, mencionando os marcos fundamentais para a constituição desta ciência e os principais teóricos que influenciaram o ideário de Rodrigues Lapa.

Percorrido este caminho inicial de articulação entre o autor, contexto e produção de conhecimento, passaremos à análise da obra, detendo-nos primeiramente no objetivo que levou a autor a produzi-la, para de seguida nos focarmos num dos aspetos que sobressai e perpassa toda a obra: a tensão entre a Gramática, caraterizada pela sua rigidez, e a Estilística, marcada pela liberdade criadora. Para tal, socorrer-nos-emos de alguns trechos que comprovam este confronto, de modo a aferir se estas duas áreas estabelecem uma relação de conflito e/ou de complementaridade na obra.

1 O Autor: Manuel Rodrigues Lapa

Manuel Rodrigues Lapa, filólogo, ensaísta e crítico literário português, nasceu a 22 de abril de 1897, na freguesia de S. Paio d'Arcos, no concelho de Anadia, e faleceu em 1989. Aos dez anos, mudou-se para Lisboa para frequentar o ensino secundário, que realizou no Colégio de Santa Isabel, onde se encontrava no momento da implantação da República em Portugal. Licenciou-se em Filologia Românica pela Faculdade de Letras de Lisboa entre 1914 e 1919, onde foi aluno do eminente filólogo José Leite de Vasconcelos (1858-1941). Um ano após a conclusão do curso superior, candidatou-se à Escola Normal Superior e começou a trabalhar na Biblioteca Nacional, como sub-bibliotecário. A sua carreira docente teve início em 1922, no Liceu Camões, e, em 1923, tornou-se professor efetivo no Liceu Martins Sarmento, em Guimarães, ensinando também no Liceu Gil Vicente, em Lisboa.

Em 1928, regressou à Faculdade de Letras de Lisboa por proposta de Leite de Vasconcelos como professor contratado. Entre 1929 e 1930, usufruiu de uma bolsa da Junta de Educação Nacional, desenvolvendo os seus estudos de doutoramento, na Universidade de Sorbonne em Paris. A sua tese de doutoramento, intitulada *Das Origens da Poesia Lírica em Portugal na Idade-Média*, tornou-se uma referência importante na historiografia literária portuguesa. Contudo, a sua carreira foi marcada por tensões políticas. Em 1933, proferiu e publicou a conferência intitulada "A política do idioma e as universidades", na qual valorizava três aspetos fulcrais acerca da política da língua: a investigação, a defesa e expansão da língua e a denúncia da incapacidade científica da Faculdade de Letras para cumprir as suas funções no que respeita ao estudo e ao ensino da língua portuguesa. Nesta sequência, foi afastado da Faculdade como retaliação. Sucederam-se várias manifestações,

especialmente dos seus alunos, tendo Rodrigues Lapa conseguido ser reintegrado na carreira docente em 1933. No entanto, acabou por ser afastado definitivamente do ensino em 1935, por ordem do regime de Salazar.

Durante os anos seguintes, Lapa subsistiu organizando cursos particulares e publicando extensivamente. Em 1945, publicou a *Estilística da Língua Portuguesa* (1945), uma das suas obras de referência nos estudos da língua portuguesa, que teve por base um curso de Redação e Estilo, que o autor lançou por correspondência. Além disso, dirigiu o jornal *O Diabo* entre 1935 e 1937, momento em que se dedicou à "Colecção *Clássicos* da Sá da Costa", bem como à coleção "*Textos Literários* da Seara Nova", um veículo central de oposição ao regime ditatorial de Salazar.

Em agosto de 1954, participou no Congresso Internacional de Escritores em São Paulo, tendo-se fixado no Brasil em 1957, como professor universitário. Em 1962, regressou a Portugal e dedicou-se ao estudo e promoção da cultura galega, tendo nesse âmbito publicado a edição das *Cantigas d'Escarnho e de Mal Dizer dos cancioneiros medievais galego-portugueses*, publicada em 1965 (revista e acrescentada em 1970), uma das suas mais importantes obras, e, mais tarde, em 1979, a obra *Estudos Galego-Portugueses. Por uma Galiza Renovada* (1979).

O seu regresso definitivo a Portugal deu-se após a Revolução de 25 de abril. Entre fevereiro de 1973 e dezembro de 1974, assumiu a direção da revista *Seara Nova*, sucedendo a Augusto Abelaira, tendo esta nomeação sido do agrado dos seareiros, como ficou documentado na edição de fevereiro de 1973: "**SUCEDE-LHE um nome prestigioso da cultura portuguesa. Os** seareiros **muito se orgulham de que Rodrigues Lapa tenha acedido ao convite que lhe dirigiram**" (Seara Nova, fev. de 1973, n.º 1528: 3).

Nos anos oitenta, recebeu diversas homenagens e condecorações, tendo sido nomeadamente agraciado pelo Presidente da República com a Ordem da Liberdade, a 25 de abril de 1980.

Para além da sua obra científica, outra componente a não negligenciar são os textos que produziu para entrevistas, conferências e de intervenção pública, nos quais transparece o seu espírito livre, crítico e ativo nos campos político e cultural. Além disso, a sua correspondência, publicada em 1997, também é reveladora das suas ligações e do seu ideário e da intensa relação que estabeleceu com o Brasil e a Galiza.

2 Contexto de produção da obra Estilística da Língua Portuguesa

O início do século XX ficou marcado por uma reação ao positivismo e ao racionalismo que dominaram áreas como a história literária e a linguística histórica. A abordagem positivista e historicista, como defendida por Augusto Schleicher, tratava a linguagem como um objeto físico, analisável por leis rígidas semelhantes às das ciências naturais. Essa visão encarava a língua como um sistema de partes simples e estáticas, ignorando a sua complexidade dinâmica e criativa. Em oposição a essa perspetiva, surgiu uma outra que considerava a linguagem como um fenómeno intrinsecamente humano e profundamente ligado ao espírito, à criatividade e à expressão individual. A linguagem era vista como uma ponte contínua entre o pensamento e o indivíduo, que não apenas expressava ideias, mas também refletia e moldava a idiossincrasia de cada pessoa como um ser único e multifacetado.

Este antipositivismo alinhava-se com movimentos filosóficos e linguísticos da época, como o idealismo alemão, influenciado por figuras como Humboldt e Croce, e a estilística, representada por autores como Bally e Vossler. Esses movimentos realçavam a dimensão estética, criativa e subjetiva da linguagem, em contraste com análises meramente científicas ou comparativas.

É neste contexto que surge a Estilística como uma disciplina ligada à linguística, sendo Charles Bally (1865-1947) um dos pioneiros da estilística moderna, prestando contributos a esta nova ciência em obras como *Précis de stylistique* (1905), *Stylistique et Linguistique Générale* (1912), *Le Langage et la Vie* (1925), *Traité de Linguistique Française* (1921). Como refere Martins (2008: 21), "Bally inicia, assim, a *Estilística da Língua ou da Expressão Lingüística,* que se ocupa da descrição do equipamento expressivo da língua como um todo, opondo a sua estilística ao estudo dos estilos individuais e afastando-se, portanto, da literatura".

De acordo com o próprio, terá sido o seu mestre Ferdinand de Saussure quem lançou as bases desta nova disciplina: "Le maître dont la science pleure aujourd'hui la perdre douloureuse, Ferdinand de Saussure, a été le premier à jeter les bases de cette discipline nouvelle" (Bally 1965: 25). Bally ampliou o campo de estudo do seu mestre, ao passar a focar-se na forma mais espontânea da língua, a língua falada, por considerar que esta possuía um sistema expressivo que devia ser objeto de análise pela estilística, ficando aqui evidenciada com mais clareza a relação entre a fala, o pensamento e as emoções. Destaca-se ainda o facto de o autor considerar que não se devia ter em conta apenas a gramática normativa e os textos literários, mas também a linguagem quotidiana e os usos expressivos da língua em contextos não literários. Como o autor salienta, "la proprieté du langage, la pureté de

l'expression ne s'acquièrent pas *avant tout* au contact de la langue du passé, mais par létude inteligente de la langue d'aujourd'hui, dans ses manifestations les plus vivantes, les plus voisines de la pensée spontanée" (Bally 1921, I: IX).

Enquanto Bally se debruçava sobre as linguagens não literárias, outro autor de referência nesta área, Karl Vossler (1872-1949), propõe como objeto de estudo a linguagem literária, defendendo que a língua devia ser estudada nas dimensões filosóficas, culturais e artísticas.

Neste grupo de pensadores alemães, liderado por Vossler, que deram importantes contributos para o desenvolvimento da estilística, sobressai outra figura, Leo Spitzer (1887-1960), que concebeu a estilística como uma ciência capaz de juntar uma análise linguística rigorosa a uma interpretação literária, tendo por base um cunho psicologista.

Foi neste contexto científico que Rodrigues Lapa publicou a obra *Estilística da Língua Portuguesa*, cuja primeira edição data de 1945, e que se constituiu como "um trabalho verdadeiramente inovador para o seu tempo, daqueles "rari nantes in gurgite vasto" cuja singularidade ainda nenhum plural ultrapassou entre nós" (Torres 1998: 329).

No prefácio da obra, o autor confessa-se devedor das correntes supramencionadas, referindo que aproveitou "o que melhor se tem escrito sôbre o estilo nestes últimos tempos. Bréal, Darmesteter, Ginneken, Brunot, Vossler, Spitzer, Amado Alonso, Said Ali e outros, contribuíram, em elevado grau, para a sua confecção" (Lapa 1945: [VIII]). De entre as fontes que menciona, aquela que é considerada, pelo próprio, como a fonte principal é o *Tratado de Estilística Francesa,* de Charles Bally, que o autor cita diretamente e que considera como um 'monumento' a esta nova ciência. Como salienta Svobodová (2008: 59):

> Lapa é fortemente influenciado na sua obra pela terminologia e pelos métodos de Charles Bally, que estuda exclusivamente a língua falada, divide as impressões emocionais que os meios expressivos podem evocar em impressões naturais (evocadas pelos meios expressivos que denotam tristeza, admiração, respeito, despeito, etc.) e impressões evocativas (evocadas por aqueles meios expressivos que apontam para uma certa classe social ou para um período).

Embora se baseie no autor suíço, Lapa discorda deste no que respeita à "separação demasiado rígida que faz de linguagem corrente e linguagem literária" (Lapa 1945: [VIII]). Para Bally, esta última caracteriza-se por ser pouco espontânea e muito elaborada, distinguindo-se claramente da linguagem usada por um indivíduo no seu quotidiano: "Il y a un fossé infranchissable entre l'emploi du langage par un individu dans les

circonstances générales et communes imposées à tout un groupe linguistique, et l'emploi qu'en fait un poète, un romancier, un orateur" (Bally 1921, I: 19).

É neste aspeto que Lapa se distancia de Bally e segue as propostas de Vossler e Spitzer, considerando que a Estilística não se deve limitar apenas ao estudo da língua falada, mas deve debruçar-se também sobre a língua escrita, literária, pela sua riqueza e expressividade. Por essa mesma razão, na sua obra figuram não apenas exemplos retirados da língua oral, mas também são abundantes os exemplos retirados do texto literário, mencionando inúmeros autores, não só portugueses, como também brasileiros e espanhóis, sobressaindo um vasto conhecimento e uma bibliografia muito completa.[2]

Lapa também menciona, ainda que em menor grau e como fontes secundárias, a influência do espanhol Amado Alonso (1896-1952) no que concerne ao estudo sobre o artigo em espanhol, assim como de Leo Spitzer no que respeita ao tratamento das palavras invariáveis.

Para além das referências diretas que faz no prefácio, no decurso da obra, são vários os momentos em que Lapa se socorre de autores consagrados no âmbito dos estudos linguísticos, quer para corroborar as suas posições, quer para discordar das posições dos autores mencionados. Nota-se, por parte do autor, uma preocupação em documentar o seu trabalho, socorrendo-se de fontes diversificadas e conceituadas na época, de modo a realizar uma discussão mais rigorosa dos assuntos tratados. Por outro lado, a utilização abundante de fontes revela um grande conhecimento por parte do autor, que se preocupou, ao longo das diversas edições, em aumentar e atualizar estas fontes.

Apresenta-se, de seguida, uma lista com as principais fontes linguísticas mencionadas ao longo do texto da primeira edição, acompanhada da página em que o autor é referido e da respetiva obra, quando o trecho é suficientemente esclarecedor para se perceber de que obra se trata.

---

[2] Entre os vários autores mencionados, encontram-se nomes como os de Alexandre Herculano, Almeida Garrett, Aluízio Azevedo, Alves Redol, António Nobre, Aquilino Ribeiro, Bocage, Bourbon e Meneses, Camilo Castelo Branco, Camilo Pessanha, Camões, Carlos Drumond de Andrade, D. Francisco Manuel de Melo, David Antunes, Eça de Queirós, Eduardo Pondal, Érico Veríssimo, Fernando Namora, Fernando Pessoa, Fernão Lopes, Fernão Mendes Pinto, Ferreira de Castro, Fialho de Almeida, Filinto Elísio, Fr. António da Chagas, Graciliano Ramos, João de Sousa Ferraz, Jorge Amado, José Lins do Rego, José Régio, Júlio Dinis, Latino Coelho, Lima Barreto, Machado de Assis, Mário de Andrade, Méndez Ferrin, Miguel Torga, Monteiro Lobato, Otero Pedrayo, Padre António Vieira, Rodrigues Miguéis, Salvador de Mariaga, Teixeira-Gomes, Tomás António Gonzaga, Trindade Coelho, Venceslau de Morais, Vitorino Nemésio e Voltaire.

Autor	Página em que o autor é mencionado	Obra
Alberto Bessa (1861-1938)	72, 73	*A gíria portuguesa*
Aniceto dos Reis Gonçalves Viana (1840-1914)	98	*Vocabulário ortográfico e remissivo da Língua Portuguesa*
Antenor Nascentes (1886-1972)	87, 292	*Tesouro da fraseologia brasileira*
António da Costa Leão (1889-1953)	99	*Prontuário de Ortografia*
António de Morais Silva (1755-1824)	103, 108, 168, 169	*Dicionário da Língua Portuguesa*
António Pereira Cândido de Figueiredo (1846-1925)	24, 25, 28, 52, 87	*Pequeno dicionário da Língua Portuguesa* *Novo dicionário da língua portuguesa*
Cândido Lusitano [Francisco José Freire] (1719-1773)	90, 91	*Dicionário poético* *Reflexões sobre a Língua Portuguesa*
Carlos Góis (1881-1934)	47, 52, 101, 162, 227, 239, 240, 264, 276	*Dicionário de galicismos; Dicionário de afixos e desinências*
Padre Carlos Spitzer (1883-1922)	40, 88	*Dicionário analógico da língua portuguesa*
Ferdinand Brunot (1860-1938)	[VIII], 54, 205	
Fernão de Oliveira (1507-1581)	57	*Gramática da linguagem portuguesa*
Firmino Costa (1869-1939)	40	*Vocabulário analógico*
Francisco Evaristo Leoni (1804-1874)	268	
Francisco Júlio Caldas Aulete (1823-1878)	85, 87, 251, 292	*Dicionário Contemporâneo da Língua Portuguesa*
Francisco Ferreira dos Santos Azevedo (1875-1942)	40	*Dicionário analógico*
João de Barros (1496-1570)	121, 203, 212, 225, 228, 229, 230, 235, 243	

José Inácio Roquete (1801-1870), José da Fonseca (1788-1866)	29	*Dicionário dos Sinónimos, Poético e de Epítetos da Língua Portuguesa*
José Timóteo da Silva Bastos (1852-1939)	52	*Estrangeirismos, erros e vícios da linguagem*
Júlio Gonçalves Moreira (1854-1911)	251	*Estudos da Língua Portuguesa*
Leo Spitzer	[VIII], 260, 261	
Manuel Said Ali (1861-1953)	168, 230, 235	
Valery Larbaud (1881-1957)	11, 12, 13	*Divertimento filológico*
Vasco Botelho de Amaral (1912-1980)	52	*Dicionário de Dificuldades da Língua Portuguesa*

Tabela 1 – Principais fontes linguísticas mencionadas em *Estilística da Língua Portuguesa* (1945)

Nesta lista, encontram-se autores de gramáticas, dicionários, vocabulários, prontuários, entre autores, num universo que ultrapassa fronteiras, destacando-se como mais frequentes as menções ao gramático português João de Barros e ao filólogo brasileiro Carlos Góis.

3 A obra Estilística da Língua Portuguesa

A *Estilística da Língua Portuguesa* foi uma obra verdadeiramente inovadora no contexto português da época, tendo surgido na decorrência de duas razões bastante diversas: por um lado, devido às necessidades económicas do autor, que se viu forçado a publicar livros para poder subsistir; por outro lado, por ter elaborado um curso por correspondência sobre questões de redação e estilo, tendo sido com base neste curso que o autor publicou esta obra que Luís Filipe Lindley Cintra (1925-1991) caraterizou da seguinte forma:

> Inspirado nos ensinamentos do linguista suíço-francês Charles Bally, e também nos de outros autores, principalmente Amado Alonso e Leo Spitzer – como o declara no prefácio da primeira edição – Rodrigues Lapa escreveu, sobre os meios de expressão, na língua portuguesa, dos impulsos da afectividade e da vontade, sobre os processos de que o português dispõe para o exercício das funções «exteriorização psíquica» e de «apelo» [...] uma obra riquíssima de conteúdo, cheia de observações preciosas e de que, ao mesmo tempo, dada a sua origem, não estão ausentes muito úteis conselhos de ordem prática (Cintra 1967: 164).

No que respeita ao título atribuído a esta obra, o autor explica, no prefácio, que seria mais rigoroso intitular-se *Estética da Língua Portuguesa*, designação que abandonou para não se confundir com a obra do autor brasileiro Joaquim Ribeiro (1907-1966). Esta hesitação entre os termos 'Estética' e 'Estilística' chama a atenção para a proximidade destes dois conceitos, como salienta Amadeu Torres (1927-2012):

> a estilística ou estudo das formas substanciais da matéria que é a linguagem, segundo termos de J. Herculano de Carvalho; a estética ou indagação dos gradientes do belo daí resultantes, de acordo com uma paráfrase à definição de pulchrum por S. Tomás de Aquino: *aquilo que visto, ouvido, sentido ou percebido, agrada* (Torres 1998: 330).

Quanto ao objetivo que norteou a elaboração desta obra, Lapa esclarece que foi sua intenção

> combater certo gramaticalismo pedante, muito lógico e muito despótico, que anda por aí, em Portugal e no Brasil, a dar-se ares de ditador da língua, e que é um perigo constante para os aprendizes do estilo, por lhes insinuar noções falsas sobre o idioma escrito. Enfim, a «Estilística» é, de ponta a ponta, uma longa diatribe contra a Gramática e os gramaticões... (Lapa 1945: [VII-VIII]).

O autor deixa claro que apresenta uma obra que não se submete às amarras da lógica gramatical, conferindo, assim, importância às dimensões da expressividade e da afetividade, como fica evidente através das suas palavras: "Vemos pois que, em volta de cada palavra ou, para melhor dizer, de certas palavras, se estabelece uma atmosfera fantasiosa e sentimental que constitui o seu valor expressivo" (Lapa 1945: 7).

Sublinha-se, ainda, esta sua intenção no parágrafo que encerra a obra, no qual se destaca a tensão entre a rigidez das normas gramaticais e a liberdade criadora, que constantemente renovam a linguagem ao reinventar elementos existentes e criar novas expressões:

> E é, afinal, a suprema razão de ser deste livro: o provar que, para além da rigidez convencional da Gramática, o povo e os artistas, em comunhão de esforços, num anseio de liberdade criadora, descobrem constantemente novos modos de expressão, não só pela invenção de novas palavras, mas mais ainda por uma sábia e genial adaptação do material existente. É nessa manipulação subtil de ingredientes já conhecidos que reside o segrêdo do estilo (Lapa 1945: 296-297).

Este carácter revolucionário da obra fez com que fosse recebida na época, por uns, com resistência e, por outros, como um importante e inovador contributo para o estudo da língua portuguesa. Por exemplo, o testemunho de António Dias Miguel, publicado na revista *Seara Nova*, dá-nos conta precisamente da falta de abertura que existiu relativamente a esta obra:

> No nosso acanhado meio intelectual muitas obras não têm a divnlgação [sic!] que merecem. É o caso, se bem me parece, do livro do prof. Rodrigues Lapa *Estilística da Língua Portuguesa.* Demasiadamente aferrados à tradição, os nossos universitários guardam um prudente silêncio oficial perante uma obra que, mesmo sem outro mérito, teria este pelo menos: o de ser qualquer coisa de novo e ousado no nosso país onde todas as inovações se vêem com olhos de través (Miguel 1947: 24).

Em contraponto a esta perspetiva, figuras renomadas da época destacaram o elevado valor da obra e o seu forte contributo pedagógico, como foi o caso de Óscar Lopes e Jacinto do Prado Coelho. Este reconhecimento pode ser comprovado pela ampla divulgação que a obra teve e pelo elevado número de edições com que contou, abrangendo um universo de língua portuguesa bastante vasto, não só em Portugal, mas também no Brasil, como salienta Uchôa (2013: 21):

> tendo alcançado, através de edições sucessivas, uma muito expressiva aceitação entre nós, como uma resposta dos leitores dedicados ao estudo da língua e da linguagem quanto à carência que sentiam de um compêndio mais abrangente, mais sistematizador, acerca de uma área de investigação que ainda se apresentava incipiente em nosso país.

Apresenta-se, de seguida, uma tabela ilustrativa com as edições publicadas em vida do autor:

Ano	N.º de Edição	Local de Edição e Editora
1945	1.ª edição	Lisboa: Seara Nova
1950	2.ª edição revista e corrigida	Lisboa: Francisco Franco
1959	3.ª edição revista e acrescentada	Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica
1965	4.ª edição revista e aumentada	Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica
1968	5.ª edição revista e aumentada	Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica
1970	6.ª edição corrigida e acrescentada pelo autor	Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica
1973	7.ª edição	Lisboa: Seara Nova
1975	8.ª edição revista e acrescentada	Coimbra: Coimbra Editora
1977	9.ª edição revista e acrescentada	Coimbra: Coimbra Editora
1979	10.ª edição revista e actualizada	Coimbra: Coimbra Editora
1984	11.ª edição revista pelo autor	Coimbra: Coimbra Editora

Tabela 2 - Edições da *Estilística da Língua Portuguesa*

Em termos de estrutura, esta obra ocupa um total de [VIII], 302 páginas, que se distribuem por 15 capítulos, nos quais o autor procura "captar os elementos afetivos ou evocatórios nestas unidades e processos gramaticais da língua" (Uchôa 2013: 21): os primeiros quatro capítulos são dedicados ao vocabulário português (1-76); o 5.º capítulo debruça-se sobre a fraseologia (77-94); o 6.º capítulo trata a formação das palavras; o 7.º e 8.º capítulos estudam o artigo e os nomes; o 9.º capítulo dedica-se aos pronomes; os

capítulos 10.º e 11.º analisam o verbo; o capítulo 12.º aborda a questão da concordância; finalmente, os capítulos 13.º, 14.º e 15.º são dedicados a aspetos da análise das palavras invariáveis.

3.1 A Estilística e a Gramática: conflitos

Tendo em conta que o autor estabelece, no prefácio, como objetivo da obra combater o "gramaticalismo pedante", considerou-se pertinente analisar, seguidamente, alguns momentos em que este coloca em confronto a perspetiva da análise estilística e da análise gramatical.

Apesar de Lapa não apresentar propriamente uma definição de estilística, ao contrário do que acontece em obras congéneres, ao longo do texto tece inúmeras considerações em que contrapõe Estilística e Gramática e em que acaba por evidenciar a sua visão do que a cada uma delas diz respeito, como se verifica no excerto que se segue: "A Estilística tem por missão explicar, esclarecer; a Gramática sistematiza e impõe normas, muitas vezes com rigidez excessiva" (Lapa 1945: 223).

Assim, na sua opinião, a Estilística procura interpretar e explicar os fenómenos que ultrapassam as estruturas convencionais, não pretendendo ser normativa, ao contrário da Gramática, que procura sistematizar e uniformizar, de modo a evitar exceções: "É isso que os gramáticos nem sempre compreendem, porque o seu ideal é o espectáculo duma língua imutável, sem excepções" (Lapa 1945: 99).

Esta perspetiva coloca em evidência um dos aspetos que mais distinguem a Gramática da Estilística, o conceito de erro: "ao contrário do que sucede na Gramática, em Estilística não há propriamente erros, porque para os maiores desvios é achada uma determinante psicológica, natural" (Lapa 1945: 223). Percebe-se aqui uma valorização da liberdade expressiva e uma tentativa de compreender os desvios como algo natural, que pode ser explicado por determinantes psicológicas. Para a Gramática, tais fenómenos são considerados transgressões e, como tal, formas não abonadas e consideradas erradas, o que, em contraponto, para a Estilística pode ser encarado como uma visão muito purista da língua e se pode constituir como limitador:

> Os puristas teem a ruim tendência para considerarem uma só forma correcta. Se nos convencermos do contrário, é meio caminho andado para chegarmos a escrever bem. E tiremos de tudo isto esta conclusão segura: a Estilística, preconizando a liberdade criadora, está muitas vezes em conflito com as regras da Gramática, que se apoia nos ditames de uma tradição empedernida (Lapa 1945: 178-179).

O uso do termo purista pelo autor faz, desde logo, sobressair, o evidente teor pejorativo que lhe associa, corroborado pela adjetivação negativa (*ruim*, *empedernida*), que carateriza quer os puristas quer a tradição gramatical, sempre muito associados aos princípios normativos.

O autor critica esta visão conservadora, que pretende preservar o 'bom uso' da língua, de acordo com o padrão clássico. Ao colocar a Estilística e a Gramática em confronto, evidencia o conflito entre a liberdade criadora da primeira, que valoriza a inovação, a expressividade e a flexibilidade, e a rigidez normativa da segunda. Como o próprio salienta, em desacordo com o autor brasileiro Carlos Góis[3] (1881-1934), a propósito da uniformização no âmbito da concordância:

> Estamos vendo aonde se quere chegar: ao ideal duma língua acabada, única, onde não haja essa pululação de formas e construções, êsse «sincretismo», que tanto arrelia os ordenadores das regras gramaticais. Ora a língua não acumula formas de dizer e escrever só por amor à variedade. Essas variantes traduzem outros tantos matizes do sentimento e da idéia. Não são portanto formas equivalentes, meios supérfluos de expressão. No dia em que atingíssemos o ideal (impossível) duma língua perfeita, dissecada, sem excepções, teríamos matado a Arte. Ora, morrer por morrer, que morra antes a Gramática... (Lapa 1945: 227).

Lapa encerra este parágrafo com um tom bastante provocatório, com o objetivo de dar primazia à criatividade e à espontaneidade em detrimento do espartilho imposto pela Gramática, que considera a língua como um produto acabado e único. Enquanto reflexo de uma sociedade em constante mudança, a língua acompanha esta evolução, vendo estruturas, formas e significados adaptados às necessidades dos seus falantes. Como o autor salienta, "a Gramática ou o Dicionário fixam [...] um certo sentido; mas a linguagem oral e escrita está constantemente a refundir êsse significado original, imprimindo-lhe variações mais ou menos profundas" (Lapa 1945: 249). Tal leva Lapa a considerar que não são os teóricos que fazem a língua e "que as realidades estão acima das teorias, e que meia dúzia de sábios, sentados a uma mesa, não podem contrariar as fôrças vivas da linguagem" (Lapa 1945: 98-99), acrescentando ainda que "o povo ou os escritores mostram gôsto por uma forma; cai no uso, e o uso é que faz lei" (Lapa 1945: 205).

Desta forma, percebe-se a visão de que a linguagem não é uma entidade estática que pode ser completamente regulada, ela é viva e moldada pela prática quotidiana dos falantes, devendo ter-se em consideração o colorido da

---

[3] Lapa considera Carlos Góis como o autor do tratado de concordância mais completo que existia em Português na época (Lapa 1945: 227).

diversidade. No entanto, o autor reconhece que se devem impor limites à liberdade criadora: "Evidentemente, não podemos aceitar como bons todos os caprichos da fantasia; há necessidade duma certa ordem, duma razoável disciplina" (Lapa 1945: 225).

Esta perspetiva de que há necessidade de existirem determinados limites, não pondo em causa obviamente o espírito criador, bem como a existência de algumas considerações normativas que Lapa tece ao longo da obra podem estar na origem das acusações que lhe fazem de assumir, em determinados momentos, uma atitude normativa, que não seria expectável num manual de estilística:

> O livro do autor português, nome consagrado no mundo filológico, adota, em várias passagens, uma atitude claramente normativa, de todo inaceitável a uma estilística descritiva, como nos casos dos francesismos "censuráveis" ou da adjetivação que "atravanca" certos trechos de escritores consagrados (Uchôa 2013: 21).

De facto, há alguns momentos em que o autor adverte para um uso indevido que alguns escritores fazem de determinadas formas, como é o caso da confusão que existia entre o uso do pretérito perfeito e do pretérito mais-que-perfeito, em que refere que "a falta de cuidado ou um sentimento confuso das leis da língua tem levado alguns escritores a empregarem inadvertidamente o mais-que-perfeito, em lugar do perfeito" (Lapa 1945: 212).

No entanto, cabe ressalvar que a perspetiva que o autor enuncia repetidas vezes é a de que a Estilística pretende interpretar e justificar certos fenómenos linguísticos aos quais a Gramática não dá resposta, por não atender aos usos criativos e expressivos da linguagem. Por exemplo, a propósito do tratamento do particípio passado duplo em português, o autor destaca precisamente que "compete à Estilística dar a razão do facto, que a Gramática raramente explica" (Lapa 1945: 221), fazendo uma distinção dos usos destas formas que não se limita à tradicional indicação dos verbos auxiliares que acompanham os particípios regular e irregular, mas incide sobre propriedades diversas. Daqui sobressai o carácter complementar que a Estilística pode ter relativamente à Gramática.

Considerações finais

A obra *Estilística da Língua Portuguesa* apresenta-se como uma contribuição pioneira de indiscutível mérito, em Portugal. Ao longo do texto, nas análises que o autor enceta, destaca-se o seu espírito crítico, o elevado conhecimento que possuía acerca da língua portuguesa, uma sólida formação linguística e o recurso a uma bibliografia diversificada e atualizada, que serviu de base para sustentar e consolidar a obra.

Tendo como objetivo combater as limitações impostas pela Gramática, prejudiciais à espontaneidade do estilo, Lapa coloca, diversas vezes, na sua obra, a Estilística e a Gramática em confronto, evidenciando que têm funções diferentes na análise da língua. Na verdade, consideramos que, nesta obra, estas duas áreas podem ser vistas não apenas numa relação de conflito, mas também numa relação de complementaridade, em que a Estilística pretende ultrapassar a rigidez das normas gramaticais e oferecer um olhar mais amplo e flexível sobre a linguagem.

Em suma, é lícito afirmar-se que esta obra permanece uma referência incontornável nos estudos da filologia, da linguística portuguesa e da história da literatura portuguesa, não só em Portugal, mas também além-fronteiras, especialmente no Brasil e na Galiza, territórios onde deixou uma marca indelével.

Referências

Fontes primárias

Lapa, Manuel Rodrigues. 1945. *Estilística da Língua Portuguesa*. 1.ª edição. Lisboa: Seara Nova.

Lapa, Manuel Rodrigues. 1950. *Estilística da Língua Portuguesa*. 2.ª edição revista e corrigida. Lisboa: Francisco Franco.

Lapa, Manuel Rodrigues. 1959. *Estilística da Língua Portuguesa*. 3.ª edição revista e acrescentada. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica.

Lapa, Manuel Rodrigues. 1965. *Estilística da Língua Portuguesa*. 4.ª edição revista e aumentada. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica.

Lapa, Manuel Rodrigues. 1968. *Estilística da Língua Portuguesa*. 5.ª edição revista e aumentada. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica.

Lapa, Manuel Rodrigues. 1970. *Estilística da Língua Portuguesa*. 6.ª edição corrigida e acrescentada pelo autor. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica.

Lapa, Manuel Rodrigues. 1973. *Estilística da Língua Portuguesa*. 7.ª edição. Lisboa: Seara Nova.

Lapa, Manuel Rodrigues. 1975. *Estilística da Língua Portuguesa*. 8.ª edição revista e acrescentada. Coimbra: Coimbra Editora.

Lapa, Manuel Rodrigues. 1977. *Estilística da Língua Portuguesa*. 9.ª edição revista e acrescentada. Coimbra: Coimbra Editora.
Lapa, Manuel Rodrigues. 1979. *Estilística da Língua Portuguesa*. 10.ª edição revista e actualizada. Coimbra: Coimbra Editora.
Lapa, Manuel Rodrigues. 1984. *Estilística da Língua Portuguesa*. 11.ª edição revista pelo autor. Coimbra: Coimbra Editora.

Fontes secundárias

Bally, Charles. 1921. *Traité de Stylistique Française*. Vol. I. 2.ª Edição. Heidelberg: Carl Winter's Universitätsbuchhantlung.
Bally, Charles. 1965. *Le Langage et la Vie*. 3.ª Edição. Genève: Droz.
Batista, Ronaldo de Oliveira. 2020. História e Historiografia da Linguística: um mapa de orientação. In Ronaldo de O. Batista & Neusa Barbosa Bastos (org.), *Questões em Historiografia da Linguística/Homenagem à Cristina Altman*, 30-49. São Paulo: Pá de Palavra.
Cintra, Luís Filipe Lindley. 1967. Rodrigues Lapa. *Seara Nova* n.º 1460. 162-164.
Koerner, Ernst Frideryk Konrad. 2014. *Quatro décadas de historiografia linguística: estudos selecionados*. Seleção e edição de textos de Rolf Kemmler e Cristina Altman. Coleção Linguística 11. Vila Real: Centro de Estudos em Letras, Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro.
Martins, Nilce Sant'Anna. 2008. *Introdução à Estilística: A Expressividade na Língua Portuguesa*. São Paulo: Edusp-Editora da Universidade de São Paulo.
Miguel, António Dias. 1947. Um livro da nossa cabeceira: «Estilística da Língua Portuguesa», de M. Rodrigues Lapa. *Seara Nova* n. 1015. 24-25.
Seara Nova. DIRECÇÃO DA «SEARA NOVA». *Seara Nova* n. 1528. 3.
Svobodová, Iva. 2008. Estilística e a sua posição dentro do contexto da linguística portuguesa. *Études romanes de Brno*. 38, 1. 57-67. https://hdl.handle.net/11222.digilib/113522.
Swiggers, Pierre. 2013. A Historiografia da Linguística: objeto, objetivos, organização. *Confluência - Revista do Instituto de Língua Portuguesa* n. 44-45. 39-59.
Torres, Amadeu. 1998. Rodrigues Lapa e a estilística da Língua Portuguesa. *Agália. Revista Internacional da Associaçom Galega da Língua* n. 55. 327-334.
Uchôa, Carlos Eduardo Falcão. 2013. Estudos estilísticos no Brasil. *Matraga*, v. 20, n. 32. 12-35.

A presença e a função de apêndices em uma tradição gramatical brasileira

Nancy Casagrande
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo;
Universidade Presbiteriana Mackenzie – Brasil

Regina Pires de Brito
Universidade Presbiteriana Mackenzie – Brasil

Considerações iniciais

Este capítulo tem como objetivo trazer à luz considerações sobre o apêndice nas obras *Moderna gramática da língua portuguêsa e Gramática fácil*, de Evanildo Bechara, publicadas em 1970 e 2014, respectivamente. O intuito é apresentar um percurso historiográfico dessas obras, considerando conteúdo que se volta para aspectos gramaticais que não foram contemplados nos capítulos que tratam efetivamente da descrição da língua[1].

Tendo em vista que este capítulo apresentará uma análise historiográfica de ambas as obras, em primeiro lugar, abordaremos brevemente os conceitos referentes à contextualização e imanência, inerentes aos estudos da Historiografia Linguística (HL), de acordo com Koerner (2014). As contribuições de Swiggers (2013), relativas à organização do trabalho historiográfico, serão também norteadoras desta reflexão.

Num segundo momento, apresentaremos o autor selecionado, sua obra e sua relevância no contexto social, histórico e político da época, para, então, justificar a escolha do *corpus* a ser analisado.

Compreender a Historiografia Linguística, em sua essência, é fundamental para, então, tratar dos procedimentos. Para tanto, temos em Koerner (2014), Batista (2020), Bastos (2020) e Swiggers (2013) nosso apoio teórico-metodológico. Segundo Batista (2020: 29):

> O objeto analítico da Historiografia da Linguística (doravante HL) é a história da linguística, entendida esta como as evidências que nos conduzem a eventos que constituem um amplo e diversificado conjunto de reflexões sobre a linguagem e as línguas (seja na forma de instrumentos linguísticos como gramáticas e dicionários, seja na forma de especulações filosóficas ou mesmo de saberes populares, entre outras possibilidades).

[1] Respeitaremos a ortografia vigente na época, quando das citações referendadas na obra publicada em 1970.

Sobre as "outras possibilidades" a que se refere o autor ressaltamos a importância de nos determos nas gramáticas, aqui já referendadas, considerando que o gramático e linguista Evanildo Bechara, foi – e é – a maior autoridade viva nos estudos de língua portuguesa no século XX, delineando-se como figura à frente de seu tempo e contribuindo sobremaneira para os estudos historiográficos. Buscamos em Koerner (2014: 13) a relevância da HL para este estudo, visto que

> [...] orientada para a teoria, [a HL] fornece ao cientista a perspectiva e a distância que lhe permitirão distinguir ganhos significativos dentro da disciplina de 'teorias' imaturas e alegações infundadas (que este conhecimento histórico possa impedi-lo de dogmatismo na teoria linguística e levá-lo à moderação e à aceitação de uma diversidade de pontos de vista possíveis parece-me um produto secundário que dificilmente pode ser sobrevalorizado no atual debate linguístico).

É importante ressaltar o papel do historiógrafo na construção dessa "perspectiva" a que o autor se refere, para tanto temos em Batista (2020: 32) que:

> [...] a tarefa do historiador/historiógrafo é *mutatis mutandis* [...]. A partir de dados e evidências concretas, que ele encontra nos arquivos e fontes históricas (em uma documentação escrita, visual ou oral que lhe é sua matéria-prima de reflexão) uma trajetória histórica é delineada em tom interpretativo. Do que ficou do passado se reconstroem possibilidades de compreensão dos fatos e eventos característicos de uma época que tiverem, de alguma maneira, impacto (seja no passado, seja no presente daquele que analisa a história).

Nesse sentido, corroborando com o autor, Swiggers (2013: 44-45) assim se pronuncia sobre o trabalho historiográfico:

> Por se tratar de um trabalho sobre textos do passado (e do presente) que servem como base documental, cabe distinguir três fases:
>
> a) uma fase heurística, que compreende as seguintes tarefas: informar-se sobre as fontes e sua disponibilidade; ler os textos-fontes; "catalogar" ideias, os pontos de vista e a terminologia; contextualizar as ideias, os termos.
>
> b) uma fase hermenêutica, que consiste em uma interpretação, que sempre se fundamenta no uso de categorias interpretativas. Aqui se pode fazer a distinção entre categorias gerais (os conceitos que fazem parte da metodologia geral) e categorias específicas (os conceitos que constituem a metodologia específica). Há de destacar-se o fato de que a interpretação implica uma dimensão comparativa, porque (quase sempre) se trata de relacionar conceitos/ autores/modelos.
>
> c) uma fase executiva: a da demonstração dos resultados da investigação.

Considerando as três fases apresentadas por Swiggers, podemos dizer que esta pesquisa, em sua fase heurística, selecionou as obras *Moderna gramática da língua portuguêsa* (1970) e *Gramática fácil* (2014), de Evanildo Bechara, como "textos-fontes" com o intuito de traçar um percurso historiográfico das obras em questão tendo em vista observar o item "apêndice", presente apenas na primeira gramática.

Na fase hermenêutica, temos como objetivo interpretar as fontes primárias de modo a estabelecer as semelhanças e diferenças entre ambas as obras escritas pelo mesmo autor em tempos diversos, para, por fim, trazermos à luz o resultado da investigação.

Nesse diapasão, e considerando o objeto de pesquisa, é necessário voltar nosso olhar ao contexto histórico, social e político em que viveu, e vive, nosso gramático mais ilustre, Evanildo Bechara, lançando mão dos procedimentos metodológicos que o historiógrafo, de acordo com Bastos (2020: 109), deve considerar. Assim, cabe-lhe levar em conta:

> [...] a periodização, os materiais, os parâmetros de análise, deve observar os princípios koernianos: contextualização, imanência e adequação: 1º *princípio de contextualização* delinear o clima de opinião (espírito da época), observando as correntes intelectuais do período e a situação socioeconômica, política e cultural; 2º *princípio de imanência*: buscar o entendimento completo tanto histórico quanto crítico, possivelmente e filológico, do texto linguístico em questão, mantendo-se fiel ao que foi lido, para o estabelecimento de um quadro geral da teoria e da terminologia usada (quadro de definição acima referido), que devem ser definidos internamente e não em referência à doutrina linguística moderna.

Para que possamos compreender a importância da obra de Evanildo Bechara é necessário trazer a lume uma breve biografia, contextualizada no tempo e no espaço. Passaremos a tratar do clima de opinião em que se situa nosso autor.

1 Tempo de contextualização – Evanildo Bechara: um linguista à frente de seu tempo

Evanildo Bechara exerceu desde jovem a função de professor. Em entrevista concedida em março de 2001, o professor Bechara relatou, "longa e pormenorizadamente, fatos de sua vida profissional como docente do Colégio Pedro II", (Palma, Bastos & Faccina 2008: 101) onde atuou como professor no antigo curso secundário, chamado, na ocasião, ginasial colegial e normal no período que abrange os anos de 1950 a 1980. Foram 30 anos de trabalho, tempo em que o ensino foi regido pela lei Capanema, pela primeira e segunda LDB – 1961 e 1971– quando "os professores de Língua

Portuguesa eram assessorados por três Antologias – 1956 a 1971– e apoiados em três gramáticas que abrangem praticamente todo o século XX (Palma, Bastos & Faccina 2008: 102).

Tem-se como pano de fundo um contexto educacional elitista, apoiado pela Lei Capanema, vigente de 1942 a 1961, que previa um modelo de escola tradicional elitista e de privilégios típicos de um país excludente. Com o advento da LDB 4024/61, busca-se um modelo de escola para todos, mais democratizada e descentralizada. Sobre essa 'possível educação democratizada' que permitia ao professor a escolha de conteúdos, em relação ao Programa Oficial, afirma o professor Bechara:

> era muito comum o seguinte: no primeiro ano, o professor dava uma coisa; quando chegava o segundo ano, que era uma vinculação do primeiro às vezes o professor dizia não isso não é assim isso é coisa de escola primária; então, muitas vezes, o aluno chegava ao quarto ano estudando a mesma coisa porque um professor do segundo não concordava com o professor do primeiro; o do terceiro andava com o segundo; e o do quarto, não concordava [...] E o aluno saía, realmente no quarto ano com o primeiro ano bem feito, perdia se esse tempo todo [...] (In: Palma *et al.*, 2008: 104)

Observa-se, então, um contexto no que se delineia a convivência entre as políticas de tradição no ensino e as de vanguarda, marcando-se o professor Bechara como um grande mestre também no ensino secundário. Como primeiro como catedrático do Colégio Pedro II, expandiu sua atuação em universidades dentro e fora do país. Sua biografia encontra-se no site da Academia Brasileira de Letras. Passemos a sua história.

Evanildo Bechara nasceu no Recife em 26 de fevereiro de 1928. Órfão de pai aos 11 anos, transferiu-se para o Rio de Janeiro a fim de completar sua educação em casa de um tio avô, mostrando, desde cedo, vocação para o magistério o que o levou a fazer o curso de Letras modalidade Neolatinas nas Faculdades de Instituto Lafayette (atual UERJ), sendo bacharel em 1948 e licenciado em 1949. Aos 15 anos, conheceu o professor Manuel Said Ali um dos mas foi com um dos maiores e mais fecundos estudiosos da língua portuguesa que na época tinha entre 81 e 82 anos. Essa experiência permitiu a Evanildo Bechara trilhar caminhos no campo dos estudos linguísticos. Aos 17 anos escreveu seu primeiro ensaio intitulado *Fenômenos de entonação,* publicado em 1948 com prefácio do filólogo mineiro Lindolfo Gomes. Foi aprovado em concurso público, em 1954, para a Cátedra de língua portuguesa do Colégio Pedro II e reuniu no livro *Primeiros ensaios de língua portuguesa* artigos escritos entre os 18 e 25 anos, publicados em jornais e revistas especializadas.

De acordo com Faccina, Casagrande & Hanna (2008), nessa época, ao concluir o curso universitário, vieram as oportunidades de concursos

públicos que fez com brilho num total de 11 inscrições e 10 aprovações. Como grande estudioso que sempre foi, aperfeiçoou-se em Filologia Românica em Madri com Dámaso Alonso, nos anos de 1961 e 1962, com bolsa oferecida pelo governo espanhol. Tornou-se doutor em letras pela UEG (atual UERJ) em 1964 e foi convidado pelo professor Antenor Nascentes para ser seu assistente, chegou à Cátedra de Filologia Românica da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da UEG (atual UERJ) em 1964.

De renome internacional, o professor Bechara, exerceu o cargo de Professor Titular Visitante da Universidade de Colônia (Alemanha) durante os anos de 1971 e 1972. De 1987 a 1989 ocupou igual cargo na Universidade de Coimbra (Portugal).

Foi professor de Filologia Românica do Instituto de Letras da UERJ de 1962 a 1992. Professor de língua portuguesa do instituto de letras da UFF de 1976 a 1994. É Professor Emérito da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (1994) e da Universidade Federal Fluminense (1998). Ao longo de uma carreira brilhante, escreveu livros que já se tornaram clássicos pelas suas sucessivas edições.

Foi convidado por acadêmicos amigos para candidatar-se à academia brasileira de letras na vaga do grande mestre Afrânio Coutinho na alegação de que a instituição precisava de um filólogo para prosseguir seus deveres estatutários no âmbito da língua portuguesa. É o quinto ocupante da Cadeira nº 33, eleito em 11 de dezembro de 2000, na sucessão de Afrânio Coutinho, sendo recebido em 25 de maio de 2001 pelo Acadêmico Sergio Corrêa da Costa.

Foi diretor da revista *Littera* (1971 1976), com 16 volumes publicados e dirige a revista *Confluência*, junto com o professor Ricardo Cavaliere (UFF) com 66 volumes publicados – em arquivo digital – até 2024.

Em 2008, ao comemorar 80 anos, recebeu, como homenagem, uma miscelânea intitulada "Entrelaços entre textos", cuja organização, apresentação e escorço biobibliográfico coube ao professor Ricardo Cavaliere. A referida homenagem foi editada e publicada pela editora Nova Fronteira. Ainda nessa ocasião, foi lançada também pela Nova Fronteira a obra "Homenagem: 80 anos de Evanildo Bechara", que aborda a trajetória do professor, gramático e escritor por meio de observação de colegas, alunos, amigos e admiradores. Teve como organizadoras as professoras-pesquisadoras Dieli Vesaro Palma, Maria Mercedes Saraiva Hackerott, Neusa Barbosa Bastos e Rosemeire Faccina do IP- PUC-SP.

Tendo apresentado nosso autor e sua obra, inseridos no contexto do século XX, passaremos a tratar do *corpus* de análise já referendado anteriormente.

2 Tempo de imanência – as obras *Moderna gramática da língua portuguêsa* (1970) e *Gramática fácil* (2014)

Considerando os princípios metodológicos da HL, apresentados por Koerner (2014) e as fases propostas por Swiggers (2021), traremos a análise das obras *Moderna gramática da língua portuguêsa – curso médio* e *Gramática fácil*, de Evanildo Bechara, publicadas em 1970 e 2014, respectivamente. Tratando do princípio da imanência que pressupõe a compreensão completa "[...] do ponto de vista histórico, crítico e possivelmente filológico do texto linguístico em questão, mantendo-se fiel ao que foi lido [...]", Bastos (2020: 109), observaremos o *corpus* selecionado, especificamente o item "Apêndice", tendo em vista as questões linguísticas que perpassam a primeira obra gramatical, publicada em 1970, num momento histórico em que os estudos linguísticos adentravam o ambiente acadêmico brasileiro de forma contundente. É nesse percurso que se dá a fase hermenêutica a que Swiggers (2021) se refere, já que buscaremos a interpretação das fontes primárias de modo a estabelecer as semelhanças e diferenças entre ambas as obras escritas pelo mesmo autor em tempos diversos.

Desse modo, apresentaremos a primeira obra *Moderna gramática da língua portuguêsa – curso médio,* publicada em 1970, muito embora a 1ª edição tenha sido publicada em 1961, dois anos depois da instauração da Nomenclatura Gramatical Brasileira (NGB), em 1959, referência feita pelo autor na primeira página da obra "Com base na Nomenclatura Gramatical Brasileira".

O índice traz o "Prefácio" – de autoria de Evanildo Bechara – a "Introdução" que apresenta os conceitos de língua; a língua como fenômeno cultural; as modalidades de uma língua: língua falada e língua escrita; língua geral e língua regional; objeto da gramática; divisão da gramática; partes da gramática; objeto da estilística.

A *primeira parte* contempla os conceitos de *Fonética e Fonêmica* trazendo em itens a produção dos fonemas e sua classificação e em subitens a fonética descritiva, a fonética expressiva, a ortoépia, a prosódia e a ortografia.

A *segunda parte* contempla os estudos de *Morfologia,* apresentando os conceitos de substantivo, adjetivo, artigo, pronome, numeral, verbo, advérbio e os denotativos, preposição e conjunção; ainda são abordadas nessa parte: a estrutura dos vocábulos e a formação de palavras.

A *terceira parte* contempla os estudos de *Sintaxe.* Nela, são apresentados os seguintes tópicos: noções gerais, o período simples e seus subitens; termos essenciais da oração; tipos de predicado verbal nominal e verbo-nominal; constituição do predicado verbal, complementos nominais, adjuntos e seus tipos; agente da passiva, aposto e seus tipos e vocativo. Temos, ainda, o período composto formado de orações independentes, oração principal, interrogação direta e indireta, orações coordenadas conectivas, orações intercaladas, orações subordinadas, orações reduzidas para então entrar na sintaxe de classe de palavras. Nessa parte, são apresentados o emprego do artigo, o emprego do pronome, o emprego do verbo, o emprego de preposições e o item concordância, cabendo aqui as considerações gerais, a concordância nominal e a concordância verbal, a regência e a colocação. Nota-se que a gramática é completa e apresenta um estudo particularizado e cuidadoso da língua portuguesa.

A *quarta parte* contempla os estudos de Pontuação. A *quinta parte*, os de Semântica. A *sexta parte* traz *Noções Elementares de Estilística* e a *sétima parte*, as *Noções Elementares de Versificação.*

Nosso objetivo é examinar como se dá o tratamento do "Apêndice", que comporta assuntos que não foram contemplados no índice geral, mas que são também importantes de serem tratados. Fazem parte desse item: *Figuras de Sintaxe*, *Vícios e Anomalias de Linguagem,* além de dois exemplos de análise estilística de textos poéticos de Antônio Nobre e de Machado de Assis, de autoria de Jacinto do Prado Coelho e Joaquim Mattoso Câmara Jr.

No item *Figuras de Sintaxe,* Bechara apresenta *Os fenômenos de sintaxe mais importantes* são eles: a) *elipse* do pronome sujeito, da preposição, da conjunção integrante, do verbo dizer, trazendo exemplos para cada um deles. Na sequência, apresenta o item b) *pleonasmo* e c) *anacoluto,* explicando cada um de maneira clara e concisa. No item c) *anacoluto*, Bechara utiliza exemplos de Manuel Bandeira a Said Ali, mostrando a erudição que lhe é peculiar. A seguir, apresenta os itens: d) antecipação, e) braquiologia f) haplologia sintática, g) contaminação sintática e, por fim, h) expressão expletiva ou de realce. O tratamento desses itens se dá por meio da apresentação de conceito, seguida de exemplos, no caso frases, que ora são de uso cotidiano, ora são literários. Importa salientar que o autor é bastante objetivo nesses itens de modo que não se observa intervenções que denotam a perspectiva linguística já em voga na época.

A segunda parte contemplada no item "Apêndice" trata dos *Vícios e Anomalias de linguagem*. O autor começa a apresentação dos conceitos de vícios de linguagem, privilegiando, em primeiro lugar, o *solecismo*, cujo tratamento se dá por meio do conceito e de exemplos frasais.

Na sequência, Bechara (1970: 407) apresenta o conceito de *barbarismo* e aqui se percebe no gramático a perspectiva linguística, uma vez que o autor não faz apenas a apresentação do conceito em si, mas também discute a sua importância dentro desse vício de linguagem. Diferentemente do que foi observado na primeira parte do "Apêndice", aqui Bechara afirma ser o *Barbarismo* – vício de linguagem – "o emprego de vocábulos, expressões e construções alheias ao idioma". Não obstante a apresentação desse conceito, o autor nos traz uma perspectiva sociolinguística, ainda que tímida, em nossa modesta opinião, uma vez que diz ser esse fenômeno baseado

> [n]os estrangeirismos que entram no idioma por um processo natural de assimilação de cultura assumem aspecto de sentimento político-patriótico que, aos olhos dos puristas extremados, trazem o selo da subserviência e da degradação do país. Esquecem-se de que a língua, como produto social, registra, em tais estrangeirismos, os contatos de povos. Êste tipo de patriotismo lingüístico (Leo Spitzer lhe dava pejorativamente o nome de *patriotite*) é antigo e revela reflexo de antigas dimensões históricas.

É interessante notar a dimensão sociolinguística que adentra a discussão, tornando a obra publicada nos anos 70 extremamente atual, concretizando a dimensão comparativa entre o passado e o presente, no tocante à interpretação dos dados (Swiggers 2013).

Bechara conclui a apresentação do item *barbarismo*, trazendo para o contexto da época o posicionamento político-ideológico sobre o fenômeno:

> Entre nós o repúdio ao francesismo ou galicismo nasceu da repulsa, aliás, justa dos portugueses aos excessos dos soldados de Junot quando Napoleão ordenou a invasão de Portugal. O que se deve combater é o excesso de importação de línguas estrangeiras mormente aquela desnecessária por se encontrarem no vernáculo vocábulos e giros equivalentes.

Ao findar esse item, tem-se uma abordagem, considerada por nós, extremamente moderna do gramático-linguista, já que as questões relativas ao estrangeirismo sequer eram discutidas no meio acadêmico e, se por lá não eram pauta de reflexão, que dizer da escola básica? Nessa dimensão, reafirmamos a modernidade do professor Bechara, sempre à frente de seu tempo, ao tratar dessa questão na *Moderna Gramática Portuguêsa.*

Ainda nesse item, *Vícios e Anomalias de linguagem*, o autor traz o conceito de *Idiotismo ou expressão idiomática* como *Anomalias da linguagem* e afirma: "Idiotismo ou expressão idiomática é tôda a maneira de dizer que, não podendo ser analisada ou estando em choque com os princípios gerais da Gramática é aceita no falar culto" e cita Said Ali como grande referência no assunto:

> Nunca é demais relembrar a lição de Said Ali: 'Não devemos definir o idiotismo

> segundo alguns gramáticos como construção particular de *uma* língua estranha, portanto, às outras línguas, porque ninguém conhece todos os outros idiomas em todos os seus segredos de modos especiais de falar'. (Said Ali 1924: 310, *in* Bechara 1970: 408) (grifo do autor).

E continua sua explanação dando um exemplo do caso na língua portuguesa:

> Assim o infinitivo flexionado é um idiotismo não porque só existe em português (na realidade outras línguas o conhecem, como alguns dialetos do sul da Itália, e outras o conhecem com aplicação diferente da que tem em português como em húngaro), mas porque a sua flexão contraria o conceito de forma infinita (i.é. não flexionada). (Bechara 1970: 408).

Apresentados os conceitos desses itens, Bechara (1970: 452) nos traz *Dois exemplos de análise estilística,* abrindo o item com os seguintes dizeres:

> A título de meras sugestões aos leitores ainda não familiarizados com as técnicas da análise estilística temos a satisfação de transcrever aqui dois excertos assinados, um por excelente mestre brasileiro J. Mattoso Câmara Jr, e outro pelo não menos distinto estudioso português Jacinto do Prado Coelho. Outras interessantes amostras pode o leitor curioso ver nos estudos de Augusto Meyer, Othon Moacir Garcia, e uma plêiade de patrícios onde está indicada farta bibliografia especializada.

Embora o autor diga serem essas análises da autoria de Mattoso Câmara e de Prado Coelho, julgamos interessante citá-las, uma vez que revelam a preocupação de Bechara de proporcionar ao leitor o conhecimento da análise literária dentro de uma obra de cunho gramatical. Mesmo o texto não sendo de sua autoria – as referências aparecem no final de cada análise – vale considerar o olhar cuidadoso do professor em ampliar os estudos da língua portuguesa para além da descrição de categorias gramaticais: língua e literatura se imbricam nessas análises, já que o português Prado Coelho, filólogo de formação, embrenha-se pelos estudos da estilística, no âmbito da literatura e da crítica literária e Mattoso Câmara Jr., reconhecido linguista, pesquisador responsável pela introdução dos estudos linguísticos no Brasil, nos brindam com sua visão estilística de grandes nomes da literatura portuguesa e brasileira: Antônio Nobre e Machado de Assis.

Assim, findamos a análise do item "Apêndice" da *Moderna Gramática Portuguêsa,* publicada em 1970, ressaltando a modernidade real – indicada no título da obra – no que se refere ao estudo de conteúdos da língua portuguesa não privilegiados no corpo da Gramática, mas de igual importância e passamos a tratar da segunda obra que compõe o *corpus* de análise: *Gramática Fácil*, publicada em 2014.

A Gramática *Fácil* traz em seu Sumário o *Prefácio*, escrito pelo próprio autor e é composta de sete partes, sendo que cada parte é constituída de

capítulos. A *parte 1*, denominada *Oração simples, seus termos e representantes gramaticais* comportam a *Introdução*, intitulada *Fundamentos da teoria gramatical,* o *capítulo 1*, *Sujeito e Predicado,* o *capítulo 2, Predicado e seus outros termos constitutivos* e o *capítulo 3, Expansões do nome e do verbo.* A *parte 2,* intitulada *As unidades do enunciado: formas e empregos* comporta os seguintes capítulos*:* o *capítulo 4*, que aborda o *Substantivo e seus tipos,* o *capítulo 5,* o *Adjetivo* e seus tipos*,* o *capítulo 6,* o *Artigo* e seu emprego*, o capítulo 7,* o *Pronome* e sua classificação*,* o *capítulo 8, Numeral* e seus tipos*,* o *capítulo 9,* o *Verbo, t*empo e modo, número e pessoa*,* o *capítulo 10,* o *Advérbio* e seus usos*, o capítulo 11, a Preposição* e seu emprego*,* o *capítulo 12, a Conjunção* e seus tipos e o *capítulo 13,* a *Interjeição.* A *parte 3*, intitulada *Orações complexas e grupos oracionais* é constituída pelos *capítulos 14, 15 e 16* assim denominados: *A subordinação e a coordenação. A justaposição; As chamadas orações reduzidas* e *As frases: enunciados sem núcleo verbal*, respectivamente. A *parte 4,* intitulada *Concordância, Regência e Colocação* é composta pelos *capítulos 17, 18, 19 e 20* que tratam dos seguintes assuntos: *Concordância nominal, Concordância verbal, Regência e Colocação,* respectivamente. A *parte 5*, intitulada *Estrutura das unidades,* comporta os capítulos 21, 22 e 23, que trazem os estudos referentes aos *Elementos estruturais das palavras, à Renovação do léxico e à Lexemática.* A *parte 6*, cujo título é: *Fonemas: valores e representações. Ortografia*, se constitui dos capítulos 24, 25, 26, 27 e 28 que apresentam os seguintes assuntos: *Fonética e fonologia, ortoepia, prosódia, ortografia e pontuação.* A *parte 7, cujo título é Para além da gramática,* comporta os *capítulos 29, 30, 31 e 32,* sendo estes os assuntos a serem abordados: *Noções elementares de estilística, Noções elementares de versificação, Breve história externa da língua portuguesa e Compreensão e interpretação de textos.* Ao final, o autor ainda apresenta a *Lista de abreviaturas (autores)* e o *Índice de assuntos.*

Nota-se que essa obra traz uma gama enorme de assuntos, dispostos de forma diferente da Gramática publicada em 1970. Não há, aqui, a disposição canônica de temas: *Fonética e fonologia*, *Morfologia e Sintaxe*, para, então, incluir o "Apêndice" com os assuntos não contemplados anteriormente. O que se percebe é uma distribuição diferente, que parece privilegiar os estudos sintáticos, para depois, considerar os estudos morfológicos. De toda forma, importa-nos a análise da *parte 7*, cujo título *Para além da gramática* é significativo.

O capítulo 29 versa sobre as *Noções elementares de estilística.* Nesse tópico, o professor Bechara (2014: 216) não só apresenta o conceito de

estilística, mas também difere traço estilístico de erro gramatical, dando ao leitor a possibilidade de compreender essa diferença de maneira clara e precisa, pois, a linguagem, embora formal, é acessível:

> O traço estilístico pode construir-se por um desvio ocasional de norma gramatical vigente mas se impõe pela sua intenção estético-expressiva, de querer dizer algo mais. O erro gramatical é o desvio sem intenção estética por desconhecimento da tradição idiomática vigente. O estudo da estilística abarca, semelhante à gramática, todos os domínios do idioma.

Ainda nesse tópico, o autor apresenta os conceitos de *Estilística fônica*, *Estilística morfológica*, *Estilística sintática* e *Estilística semântica*, exemplificando cada uma delas. É interessante notar que o capítulo sobre esse conceito foi ampliado em relação à obra publicada em 1970.

No capítulo 30, Bechara apresenta o tópico *Noções elementares de versificação* conceituando *Poesia e prosa* – e nesse item são apresentados os conceitos de *verso, ritmo* e *metro* –, *versificação, como se contam as sílabas de um verso*, f*enômenos fonéticos correntes na leitura dos versos*, onde se lêem os conceitos de sinérese, diérese, sinalefa, elisão*, crase e ectlipse*. São apresentados ainda os itens: *número de sílabas, rima, aliteração, encadeamento, paralelismo, estrofação e verso de ritmo livre*. Chama-nos a atenção o item *como se contam as sílabas de um verso* em que o autor trata da recitação diferenciando-a da análise gramatical e afirma " [...] nesta se atenta para sua representação na escrita, enquanto naquela se busca a realidade auditiva" (Bechara 2014: 219).

O Capítulo 31 traz a *Breve história externa da língua portuguesa.* De forma muito sucinta, Bechara apresenta ao leitor a história da língua portuguesa sendo ela "continuação e nem ininterrupta, no tempo e no espaço do latim levado à Península Ibérica pela expansão do império romano no início do século III a.C." (Bechara 2014: 222). por meio de uma linha do tempo objetiva, o autor chega aos dias atuais, indicando os países falantes de português cuja língua se instaura como "[..] patrimônio cultural de todas essas nações [de modo que], tem sido, e esperamos que seja por muito tempo, expressão da sensibilidade, da razão, do sonho e das grandes realizações de todas elas" (Bechara 2014: 222). O capítulo termina com o poema *Língua Portuguesa* de Olavo Bilac.

O capítulo 32 encerra o tópico *Para além da gramática,* trazendo as *Noções de compreensão e interpretação de textos*. Nesse item, Bechara nos traz dicas de como proceder para uma boa análise de textos em um teste de interpretação. Diferenciando compreensão de texto de interpretação, o professor apresenta três erros capitais na análise de textos. São eles:

extrapolação, redução e contradição. Nesse capítulo ainda, Bechara traz conceitos da Linguística Textual que ajudam o leitor a escrever de maneira mais articulada: o conceito de *coesão textual*, dividida em *coesão referencial*, coesão *sequencial* e *coesão recorrencial* e o conceito de *coerência textual. Intertextualidade ou polifonia*, bem como *tipologia textual – texto descritivo, texto narrativo e texto dissertativo – são* privilegiados nesse capítulo também. Podemos dizer que essa abordagem se caracteriza como uma espécie de "manual" do bem escrever. Ao trazer esses conceitos na *Gramática fácil*, Bechara (2014: 22) atinge seu objetivo que é o de "cumprir esse compromisso com o leitor que deseja atingir o conhecimento dos recursos básicos de como funciona a língua portuguesa, mas sem ocultar-lhe a riqueza e potencialidade dos seus recursos expressivos", reafirmando seu reconhecimento tanto como gramático, quanto como linguista.

Considerações finais

O objetivo deste capítulo foi o de trazer à luz considerações sobre as obras *Moderna gramática da língua portuguêsa e Gramática fácil*, de Evanildo Bechara, ambas publicadas em 1970 e 2014, respectivamente. O intuito era o de apresentar um percurso historiográfico dessas obras, considerando os procedimentos metodológicos da Historiografia Linguística. Frente a isso, podemos dizer que tais objetivos foram atingidos na medida em que foi possível observar as diferenças e semelhanças no item "Apêndice" entre as obras publicadas num intervalo de mais de 40 anos.

Observamos, por exemplo, que a *Moderna gramática da língua portuguêsa* impôs-se como um manual didático a partir das orientações da NGB e, por esse motivo, cumpriu à risca seus preceitos. Publicada em 1970, marca-se como um livro cujos conceitos gramaticais são exemplificados com textos literários e frases cotidianas, próprios da erudição de seu autor, mostrando ao aluno a complexidade da língua portuguesa. Afirma Bechara (1970: 21) no prefácio:

> Não se rompe de vez com uma tradição secular: isto explica porque esta *Moderna Gramática* traz uma disposição da matéria mais ou menos conforme o modêlo clássico. A nossa preocupação não residiu aí, mas na doutrina. Encontrarão os colegas de magistério, os alunos e quanto se interessam pelo ensino e aprendizado do idioma um tratamento nôvo para muitos assuntos importantes que não poderiam continuar a ser encarados pelos prismas porque a tradição os apresentava.

Isso se explica pela própria postura clássica dos gramáticos desse século: não se nega o passado, a gramática objetiva dar um tratamento diferente a vários assuntos. Esse "novo", a que se refere o gramático, pode ser percebido

no tratamento dado aos assuntos constantes do "Apêndice", quando aborda as noções de estilística, por exemplo, brindando o leitor com as análises literárias de Prado Coelho e Mattoso Câmara:

> A esta altura do progresso que a matéria tem tido, não poderíamos escrever esta Moderna Gramática sem umas noções, ainda que breves, sôbre fonêmica e estilística. Isto nos permitiu, na última, tratar da *análise literária*, que entre nós passa às vezes confundida com a *análise estilística*; ressaltamos os objetivos desta e convidamos os nossos colegas de disciplina a que delas se sirvam num dos escopo supremo de sua missão: educar os sentimentos estético do aluno. (Bechara 1970: 21-22)

No tocante à *Gramática Fácil*, publicada 44 anos depois, no item *Para além da Gramática,* o que observamos foi a inclusão de assuntos que não fizeram parte de *Moderna Gramática,* até mesmo o autor parece mais próximo do leitor, quando, no *Prefácio*, o compara a um viajante que, de posse do mapa da cidade aonde chega, tem condições de usufruir melhor de suas atrações. A obra *Gramática Fácil* é o mapa de uma "cidade novidadeira" que é a língua portuguesa. Nas palavras de Bechara (2014: 22):

> a leitura de uma gramática para quem quer conhecer uma língua será tão proveitosa quanto foi para o nosso visitante a leitura do mapa da cidade. Isto porque a gramática procura mostrar como os elementos que compõem uma língua se estruturam e se organizam para a elaboração de textos, pelos quais as pessoas se comunicam umas com as outras.

Reside aí a diferença entre as obras: 44 anos depois, o gramático-linguista traz ao leitor a possibilidade de compreender que a gramática não se resume apenas a uma lista de conceitos, mas também a uma possibilidade infinita de construção de textos por meio da combinação de elementos de um sistema vivo de comunicação: a língua portuguesa.

Referências bibliográficas

Fontes primárias

Bechara, Evanildo. 1970. *Moderna Gramática Portuguêsa.* São Paulo: Companhia Editora Nacional.

Bechara, Evanildo. 2014. *Gramática fácil.* 3.ed. revista e atualizada. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.

Fontes secundárias

Bastos, Neusa Barbosa. 2020. O fazer historiográfico: dimensões/parâmetros externos e internos. In: Batista, Ronaldo Oliveira & Bastos, Neusa Barbosa (org.). *Questões em Historiografia da Linguística/Homenagem à Cristina Altman*. São Paulo: Pá de Palavra, 97-116.

Bastos, Neusa Barbosa & Casagrande, Nancy. 2024. Evanildo Bechara: o percurso dos estudos gramaticais e suas perspectivas. *Revista Confluência 2021*: número comemorativo dos 30 anos de fundação da revista Confluência. Disponível em: https://www.revistaconfluencia.org.br/rc/article/view/499. Acesso em: 20 maio 2024.

Batista, Ronaldo Oliveira. & Bastos, Neusa Barbosa (org.). 2020. *Questões em Historiografia da Linguística/Homenagem à Cristina Altman*. São Paulo: Pá de Palavra.

Batista, Ronaldo de Oliveira. 2020. *Fundamentos da pesquisa em historiografia da linguística*. São Paulo: Mackenzie.

Faccina, Rosemeire; Casagrande, Nancy & Hanna, Vera Lucia. 2008. Evanildo Bechara e a Moderna Gramática Portuguesa: uma abordagem historiográfica. In: Bastos, Neusa Barbosa & Palma, Dieli Vesaro (org.). *História Entrelaçada 3: a construção de gramáticas e o ensino de língua portuguesa na segunda metade do século XX.* Rio de Janeiro: Ed. Nova Fronteira/IP-PUC-SP, 139-156.

Koerner, Konrad. 2014. *Quatro décadas de historiografia linguística: estudos selecionados*. Seleção e edição de textos de Rolf Kemmler e Cristina Altman. Coleção Linguística 11. Vila Real: Centro de Estudos em Letras – Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro.

Palma, Dieli; Bastos, Neusa Barbosa & Faccina, Rosemeire. 2008. O grande professor eterno. In: Palma, Dieli; Hackerott, Maria Mercedes Saraiva; Bastos, Neusa Barbosa & Faccina, Rosemeire. (org.) *Homenagem: 80 anos de Evanildo Bechara*. Rio de Janeiro: Ed. Nova Fronteira/IP-PUC-SP, 101-110.

Said Ali, Miguel. 1924. *Grammatica secundaria da lingua portugueza*. São Paulo: Companhia Melhoramentos de S. Paulo.

Swiggers, Pierre. 2013. A Historiografia da Linguística: objeto, objetivos, organização. *Confluência — Revista do Instituto de Língua Portuguesa*, 44-45: 39-59.

Capítulo 5

Ortografias, suas diretrizes e regulamentações

Ortografias entre diretrizes e regulamentações no contexto português[1]

Rolf Kemmler
Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro
Academia das Ciências de Lisboa – Portugal
Centro de Estudos em Letras

Introdução: os primórdios de uma ortografia oficial portuguesa

Pouco tempo depois do surgimento das primeiras obras metagramaticais (Oliveira 1536, Barros 1540) surgiu em Portugal, desde a década de 1570, a tradição epistemologicamente independente dos tratados metaortográficos da língua portuguesa. Desde 2019, a maioria destas primeiras obras congéneres desde o século XVI até finais do século XVIII foi objeto recente de uma edição semidiplomática com estudo introdutório aprofundado dentro dos oito volumes já publicados da coleção monográfica *Ortógrafos Portugueses* (Assunção, Kemmler, Fernandes, Coelho, Fontes Moura 2019a, 2019b, 2020a, 2020b, 2021a, 2021b, 2022a, 2022b). Ao tomarmos em consideração estes estudos, assim como as considerações de Kemmler (2001) e Kemmler (2007) sobre as restantes obras congéneres deste período, fica evidente que estas, tanto pela sua natureza como pelas suas circunstâncias de publicação não visavam nem podiam visar constituir monumentos de uma 'orto'grafia, no sentido de uma '*ars recte scribendi*' [arte de escrever bem] propriamente dita, mas sim, 'grafias' de autores que viriam a exercer graus divergentes de influência sobre os utentes da escrita e sobre tratadistas contemporâneos e posteriores.

De facto, após a publicação de um número considerável de obras metaortográficas de importância variável no século XIX,[2] o estado português (no sentido da monarquia constitucional que vigorou de 1820 a 1910) só passou a envolver-se em 1897. Parece óbvio que o elemento normativo e

[1] Esta investigação foi financiada pela Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT), através do Centro de Estudos em Letras (CEL), referência n.º. UIDP/00707/2020, DOI: 10.54499/UIDP/00707/2020, Portugal.
O presente artigo constitui uma versão revista e resumida de partes de artigos da nossa autoria (Kemmler 2009; Kemmler 2001; Kemmler 2010; Kemmler 2011 e Kemmler 2014).

[2] Pelo menos parte destas obras foi estudada na monografia de Gonçalves (2003).

obrigatório é indispensável para uma norma ortográfica. É por isso só a partir deste ponto que podemos falar com absoluta exatidão do aparecimento de uma '**orto**grafia' propriamente dita em Portugal, enquanto todos os outros sistemas gráficos anteriores eram meras 'grafias' mais ou menos amplamente aceites, mas todas elas desprovidas de qualquer caráter normativo.

O estabelecimento de uma ortografia simplificada única foi o alvo de duas grandes tentativas para uma reforma da ortografia em Portugal em finais do século XIX. Em termos cronológicos, o primeiro destes projetos foi o da 'ortografia sónica', proposto pelo portuense José Barbosa Leão (1818-1888) e pela chamada 'Comissão do Porto' (1877) um convénio de pessoas interessadas no assunto que se tinham reunido para estabelecer as bases da nova ortografia, projeto este que acabou por fracassar, não por último devido à rejeição por parte da Academia das Ciências de Lisboa.[3]

O segundo projeto foi lançado pelos filólogos Aniceto dos Reis Gonçalves Viana (1840-1914) e Guilherme Augusto de Vasconcelos Abreu (1842-1907) mediante a publicação do opúsculo *Bases da Ortografia Portuguesa* (1885). Neste pequeno tratado, os dois linguistas estabeleceram a sua proposta das normas de uma ortografia simplificada, fundamentada nos frutos da linguística histórico-comparativa. Ao contrário do desejo dos autores, o opúsculo não motivou nenhuma reação imediata.

Pior ainda: em plena monarquia constitucional, no seu segundo governo, o Presidente do Conselho progressista José Luciano de Castro Pereira Corte-Real (1834-1914, no governo de 1897-1900) encarregou-se do assunto e declarou, na portaria de 20 de setembro de 1897 da 'Segunda Repartição' da 'Direcção geral de instrucção publica' (publicada no *Diário do Governo* n.º 215, de 24 de setembro, cf. *Portaria* 1897: 307) que, em publicações de ensino, não poderia ser empregue nenhuma ortografia reformada sem prévia consulta ao governo, sendo a única norma aceitável a 'orthographia usual':

> Constando que por meio dos livros e textos destinados ao ensino se procura n'alguns estabelecimentos de instrucção publica introduzir e impor arbitrariamente, sem consulta nem auctorisação competente, systemas ou reformas de orthographia e até de prosodia portugueza e latina, e que, independentemente das rasões doutrinarias que possam fundamentar taes innovações, a propria carencia de regular verificação e adopção d'ellas e os processos por que pretendem fazer-se adoptar podem produzir, e estão já produzindo, graves perturbações e embaraços á regularidade e até á boa disciplina academica: ha por bem Sua Magestade El-Rei mandar declarar ao reitor da universidade de Coimbra e aos directores das mais escolas superiores, bem como aos reitores dos

[3] Para mais informações sobre as ideias ortográficas de Barbosa Leão e o destino do projeto, veja-se Kemmler (2001: 253-266, 272-273).

> lyceus e commissarios de estudos, que não podem ser permittidas e devem ser cohibidas taes innovações ou reformas no ensino official, sem previo exame, consulta ou auctorisação das estações competentes, que o governo se reserva ouvir quando e como tenha por conveniente.
>
> Outrosim manda o mesmo augusto senhor declarar ao administrador da imprensa nacional e aos chefes das mais officinas typographicas do estado, que a composição de quaesquer livros ou textos em portuguez ou latim, que n'essas officinas se fizer com o destino ao ensino publico, devem conservar e manter a orthographia usual, com inteira exclusão de qualquer systema não regularmente adoptado e reconhecido.
>
> Paço, em 20 de setembro de 1897. = *José Luciano de Castro* (*Portaria* 1897: 307).

Visto que este primeiro ato legislativo em matéria ortográfica na realidade não chegou a especificar um sistema ortográfico como conjunto exato de regras metaortográficas, foi quase três anos mais tarde que o Presidente do Conselho regenerador Ernesto Rodolfo Hintze Ribeiro (1849-1907; pela segunda vez no governo de 1900-1904) considerou necessário 'esclarecer' o conceito de ortografia usual como se vê na seguinte *Portaria* de 1 de fevereiro de 1901 (publicada no *Diário do Governo* n.º 31, de 8 de fevereiro, cf. *Portaria* 1901: 28).

> MINISTERIO DOS NEGOCIOS DO REINO
> Direcção Geral de Instrucção Publica
> 2.ª Repartição
>
> Tendo-se apresentado algumas duvidas de interpretação da portaria de 20 de setembro de 1897; e sendo, por isso, conveniente esclarece-la para seu inteiro cumprimento: manda Sua Magestade a Rainha, Regente em nome de El-Rei, que, pela Secretaria d'Estado dos Negocios do Reino, se declare o seguinte: define-se orthographia usual a que está exarada nos mais auctorizados diccionarios contemporaneos da lingua portuguesa e tem sido usada pelos nossos principaes auctores classicos modernos. Os auctores que não se conformarem com esta orthographia, assim o podem declarar, sendo-lhes permittido discutir em notas succintas a orthographia que preferem.
>
> Paço, em 1 de fevereiro de 1901. = *Ernesto Rudolpho Hintze Ribeiro* (*Portaria* 1901).

Aparentemente sem fazer caso destas vicissitudes, Gonçalves Viana não desistiu de tentar promover uma reforma ortográfica, tendo publicado, no entanto, uma série de opúsculos dedicados às áreas da fonética e da ortografia, continuando a sua missão ao apresentar, em 10 de maio de 1900, à Academia das Ciências de Lisboa um amplo questionário de 115 perguntas relacionadas com a ortografia (Viana 1900). Estas questões foram discutidas e remetidas para uma comissão da academia, sendo o assunto mais tarde confiado a uma subcomissão do *Dicionário*.

Apesar da falta de sucesso imediato, Gonçalves Viana não desistiu dos seus esforços e publicou, quatro anos mais tarde, a súmula das suas obras de natureza metaortográfica, a *Ortografia Nacional: simplificação e unifor-*

mização sistemática das ortografias portuguesas (Viana 1904). Neste estudo muito pormenorizado de XVI, 454 páginas, o ortógrafo mais uma vez apresentou a sua proposta de um sistema ortográfico simplificado, baseado em estudos diacrónicos e diatópicos. A esta obra o autor juntou, em 1909, o *Vocabulário Ortográfico e Ortoépico da Língua Portuguesa*. Foram, sobretudo, estas duas obras que iriam servir de base para quaisquer diligências posteriores no que diz respeito à reforma da ortografia em Portugal.

1 A ortografia oficial simplificada em Portugal (1911)[4]

O fim da monarquia e a fundação da primeira República Portuguesa no dia 5 de outubro de 1910 fizeram com que a ideia de uma simplificação ortográfica fosse encarada mais favoravelmente pela liderança política de Portugal, pois considerava-se que o sistema da 'ortografia usual' estava conotada com o sistema monárquico.[5] Assim, o projeto de uma reforma ortográfica oficial foi iniciado por José António Dias Coelho (1858-1940), chefe do serviço de revisão da Imprensa Nacional e amigo de Gonçalves Viana, que solicitou, em 17 de dezembro de 1910, ao administrador-geral da mesma empresa, Luís Carlos Guedes Derouet (1880-1927), que, face ao caos ortográfico existente nas publicações da própria empresa – e mesmo no órgão oficial *Diário do Governo* – se estabelecesse uma ortografia única, de preferência o sistema estabelecido por Gonçalves Viana:

> Imprensa Nacional de Lisboa — Gabinete da Revisão. — Ex.mo Sr. — Julgo do meu dever chamar a atenção de V. Ex.ª para o que passo a expor.
>
> As publicações saídas da Imprensa Nacional, quer oficiais, quer de particulares, apresentam grafias diferentes, umas discutíveis, outras porêm grosseiras e vergonhosas. O próprio *Diário do Govêrno*, que deveria ter ortografia uniforme, emprega diversas, conforme o capricho de quem envia os originais, geralmente pessoas indoutas.
>
> Tais variedades de grafias trazem para a Imprensa não só descrédito mas tambêm prejuízos pecuniários, porquanto a composição de todos os diplomas saídos no *Diário* tem de transitar para outras publicações periódicas, tais como *Boletins*, *Ordens*, *Separatas*, etc., sofrendo então cada um dêsses diplomas mais emendas, ao sabor de quem tem de lhes fazer nova revisão.

---

4 Para todos os textos de natureza oficial e legal, ligados à reforma de 1911, veja-se *Bases* (1911).

5 Veja-se o artigo de Bourdon (1976) que, de maneira muito convincente, ilustra o relacionamento entre a ortografia simplificada e os republicanos portugueses da época, tendo-se a maioria dos monarquistas mostrado mais inclinados para a ortografia usual.

> Tantas emendas, alêm de estabelecerem confusão no espírito do compositor, avolumam de uma maneira assombrosa a despesa da composição, e impedem a rapidez na impressão pelo muito tempo que se perde a fazer alterações.
>
> Com esta anarquia ortográfica os compositores hesitam e cometem novos erros, e aos revisores se torna também impossível fixar, para cada obra, as divergências de tanta grafia.
>
> Urge, portanto, acabar com êste estado de cousas. Fácil me parece o remédio. Se cada qual se tem julgado até aqui com direito a impor a sua maneira de escrever, porque razão o Govêrno da República não ha de impor também a sua, e no que é seu?
>
> Sujeite, pois, o Govêrno a uma única ortografia todas as publicações oficiais ou por êle subsidiadas.
>
> E qual deverá ser essa ortografia?
>
> Em meu entender deverá adoptar-se a que no seu livro A ORTOGRAFIA NACIONAL preconiza a maior autoridade no assunto, o doutíssimo filólogo Gonçalves Viana. Essa obra tem o aplauso de todos os que modernamente se tem dedicado ao estudo profundo da sciência da linguagem; e a ortografia simplificada defendida naquele livro é já seguida por grande número de professores e escritores de valor, e adoptada em muitos livros escolares, revistas, etc.
>
> Desnecessário se torna, pois, encarecer as vantagens da adopção de um único sistema ortográfico a quem, como V. Ex.ª, de sobejo as conhece e aprecia. Pelo lado económico tem a Imprensa muito a ganhar. Tampouco é para desprezar o louvor que a V. Ex.ª caberá por contribuir, com a adopção da ortografia simplificada, para a maior facilidade no ensino da leitura da nossa bela língua.
>
> Expondo, embora imperfeitamente, a minha opinião acêrca do que julgo ser melhoramento de um dos serviços da Imprensa, confio em que V. Ex.ª se dignará tomar na devida consideração o alvitre que neste oficio ouso apresentar a V. Ex.ª.
>
> Lisboa, 17 de Dezembro de 1910. — Ex.mo Sr. Luís Carlos Guedes Derouet, Digníssimo Administrador Geral da Imprensa Nacional. — *José António Dias Coelho*, chefe do serviço da revisão (*Bases* 1911: 4-5).

Derouet atendeu ao pedido de Coelho e, devido à sua iniciativa, foi nomeada, com portaria de 15 de fevereiro de 1911, uma Comissão incumbida do estabelecimento de uma ortografia oficial simplificada e uniformizada. Inicialmente, a Comissão estava prevista para ser composta pelos cinco filólogos portugueses do tempo, nomeadamente Carolina Michaëlis de Vasconcelos (1851-1925), Aniceto dos Reis Gonçalves Viana, António Cândido de Figueiredo (1846-1925), Francisco Adolfo Coelho (1847-1919) e José Leite de Vasconcelos (1858-1941; cf. *Portaria* 1911a: 606). No entanto, estes elementos iniciais da Comissão decidiram, na primeira sessão de 15 de março de 1911, convocar mais seis vogais, nomeadamente Augusto Epifânio da Silva Dias (1841-1916),[6] Manuel Borges Grainha (1862-1925), António José Gonçalves Guimarães (1850-1919), Júlio Moreira (1854-1911), José

[6] O filólogo Epifânio Dias não chegou a fazer parte da comissão, pois recusou a nomeação.

Joaquim Nunes (1859-1932) e António Garcia Ribeiro de Vasconcelos (1860-1941; cf. *Portaria* 1911b: 1190).

Ao servir-se do conjunto das já referidas obras de Gonçalves Viana, mas sobretudo ao trabalhar com base no *Questionário* (Viana 1900), a Comissão reuniu-se semanalmente, até ao fim dos trabalhos em 23 de agosto de 1911. Na resultante portaria de 1 de setembro de 1911 (*Portaria* 1911c: 3733-3734; *Bases* 1911: 5-6) o Ministro do Interior António José de Almeida (1866-1929) mandou publicar o relatório da Comissão, sendo este e as bases da nova ortografia publicados tanto no *Diário do Governo* 213*,* de 12 de setembro de 1911, como em forma de separata (*Relatório* 1911: 3845-3851; *Bases* 1911: 7-49). O ministro ordenou ainda que o sistema ortográfico proposto fosse adotado, sendo estabelecido um prazo máximo de três anos para a sua adaptação em livros de ensino, devendo ser elaborado um vocabulário ortográfico[7] e uma cartilha. A Comissão, por fim, não foi exonerada, pois deveria permanecer em serviço a fim de responder a qualquer dúvida no futuro. O anexo linguístico à portaria é bastante volumoso: consta do relatório dos trabalhos e de um resumo dos pontos de partida da Comissão, seguidos por um *Formulário Ortográfico* de XLVI parágrafos, e um *Prontuário Ortográfico* de 97 parágrafos.

Ao lado da Comissão oficial incumbida pela jovem República Portuguesa do estabelecimento da ortografia única e simplificada para as publicações públicas e escolares, existia ainda, dentro da Academia das Ciências de Lisboa, outra Comissão, que, com parte da Comissão dedicada ao estabelecimento do *Dicionário da língua portuguesa,* visava estabelecer as bases ortográficas adotáveis nesse dicionário académico que, aliás, nunca chegou a ser publicado. Desta Comissão, que teve a sua origem na questão ortográfica ligada ao *Questionário* de Gonçalves Viana de 1900, fizeram parte os académicos Cândido de Figueiredo, José Leite de Vasconcelos, José Joaquim Nunes e David Lopes (1867-1942). Os trabalhos começaram em 2 de março de 1911 e terminaram em 21 de março de 1912. Não obstante da relativa 'independência' que as bases ortográficas estabelecidas demonstravam em relação à ortografia

[7] Este vocabulário foi devidamente estabelecido pelo relator da Comissão de 1911: Foi já em 1912 que Gonçalves Viana publicou o *Vocabulário Ortográfico e Remissivo da Língua Portuguesa*, elaborado com base no *Vocabulário Ortográfico e Ortoépico da Língua Portuguesa* (Viana 1909). Ao longo das suas sete edições, esta obra de 650 páginas serviria tanto de vocabulário oficial como de modelo para os futuros vocabulários de língua portuguesa.

oficial,[8] a Comissão académica acabou por propor que a Comissão do Dicionário viesse a adotar o sistema ortográfico do Estado Português (ACL 1916: 13), pois reconhecia a ampla difusão da ortografia oficial.

Em retrospetiva, parece um pouco estranho que a Academia das Ciências de Lisboa tenha decidido dedicar-se à questão ortográfica, precisamente na mesma altura quando o governo tomou a iniciativa, já que uma reforma simplificadora de cariz oficial e obrigatório estava em vista. Dado que somente David Lopes não integrava a Comissão oficial de 1911, não admira, contudo, que, mesmo que possa ter existido a tendência de se encontrarem soluções independentes para o dicionário académico, eventualmente o apego ao sistema oficial viria a impor-se, já que este foi representado por três dos quatro elementos da Comissão.

2 A reforma da ortografia simplificada (1920)

Já que não tinha sido dissolvida em 1911, a Comissão manteve-se formalmente em funções em prol da ortografia portuguesa, apesar de não ter havido mais reuniões nem consultas durante o resto da década. Infelizmente cinco dos onze membros oficialmente nomeados tinham falecido entre 1911 e 1920 (Júlio Moreira em 1911, Gonçalves Viana em 1914, Epifânio Dias em 1916 e Adolfo Coelho assim como Gonçalves Guimarães em 1919), pelo que a Comissão ficou reduzida a seis membros sobreviventes.

Dado que via ainda a necessidade de serem regularizados alguns assuntos que julgava que em 1911 não tinham sido tratados de maneira satisfatória, Cândido de Figueiredo (preocupado que viessem a falecer também os restantes membros da Comissão) contactou, em 25 de novembro de 1919, os seus colegas sobreviventes Manuel Borges Grainha, José Joaquim Nunes, António Garcia Ribeiro de Vasconcelos, Carolina Michaëlis de Vasconcelos e José Leite de Vasconcelos, para eliminar todas as dúvidas que ainda estavam pendentes, para em seguida poder dissolver a Comissão.

A par dos vogais sobreviventes, Cândido de Figueiredo consultou ainda outros filólogos, nomeadamente os portugueses José Maria Rodrigues (1857-1942), David de Melo Lopes (1867-1942), e António Augusto Cortesão (1854-1927), bem como os filólogos brasileiros José Júlio da Silva Ramos (1853-1930) e Mário Castelo Branco Barreto (1879-1931). Apesar de as respostas não serem unânimes, verificou-se haver consentimento maioritário

[8] Conforme se afirma nas ACL (1916: 9), a comissão baseou-se n'*As ortografias portuguesas* de Gonçalves Viana (1902) e nas *Bases* oficiais de 1911.

para as propostas apresentadas por ele, pelo que Figueiredo estava em condições de remeter a decisão em 1 de setembro de 1920 ao então Ministro da Instrução Pública, Júlio Dantas (1876-1962), que oficializou a reforma na portaria n.º 2:553/20, de 29 de novembro de 1920. Neste documento legislativo, que incluía a correspondência trocada entre Cândido de Figueiredo e os outros titulares da Comissão, mandou o ministro que as modificações entrassem em vigor, sendo aplicadas nos manuais escolares à medida que se esgotassem os exemplares já impressos. Finalmente, a Comissão ortográfica ficou dissolvida, sendo considerados «[...] terminados os trabalhos [...]» (*Portaria* 2:553/20: 1769).

3 O primeiro Acordo Ortográfico Luso-Brasileiro (1931) e o 'desacordo' seguinte

Devido a uma iniciativa da Academia Brasileira de Letras, foi em 30 de abril de 1931 que em ambos os países foi assinado um primeiro acordo ortográfico, celebrado entre a Academia das Ciências de Lisboa e Academia Brasileira de Letras. Os assinantes do acordo foram, em Portugal o presidente da Academia das Ciências de Lisboa, Júlio Dantas, bem como o embaixador brasileiro, José Bonifácio de Andrada e Silva (1871-1954), e, no Brasil, o presidente da Academia Brasileira de Letras, Fernando Augusto Ribeiro de Magalhães (1878-1944) assim como o embaixador português Duarte Leite Pereira da Silva (1864-1950).

Neste ato, a participação dos respetivos representantes diplomáticos dos dois países torna claro que o acordo foi bem mais do que uma simples aproximação interacadémica, pois ficava desta forma documentado o interesse oficial que os dois países tinham no acordo.

A fim de ser estabelecida a ortografia única, a Academia Brasileira de Letras comprometeu-se a adotar a ortografia simplificada portuguesa de 1911 / 1920, tendo exigido, por sua parte, umas leves modificações das bases, que a Academia das Ciências de Lisboa reconheceu adotar. Para além disso, as duas academias resolveram ainda juntar os seus esforços na solução de futuros problemas ortográficos, procurando através das suas influências junto dos respetivos governos que a ortografia reformada fosse devidamente oficializada.

Em Portugal, o acordo foi devidamente publicado no *Diário do Governo,* em 25 de maio de 1931,[9] sendo oficializado através da portaria 7:117/31 do Ministro da Instrução Pública, Gustavo Cordeiro Ramos (1888-1974), em 27 de maio de 1931. Esta portaria limitou-se a apresentar em sete pontos breves as respetivas alterações ao sistema ortográfico vigente em Portugal.

Passado pouco tempo, já surgiram problemas ligados ao acordo ortográfico. Acontece que as duas academias tinham ignorado nas suas negociações considerar a necessidade de estabelecer na mesma altura um formulário para codificar todos os preceitos ortográficos da nova ortografia luso-brasileira. Esta urgência certamente terá pesado mais para a Academia Brasileira de Letras, na impossibilidade de simplesmente aproveitar dos trabalhos da comissão de 1911. Perante a necessidade de dispor de um código ortográfico formal, o académico brasileiro Laudelino de Oliveira Freire (1873-1937) foi incumbido da elaboração do formulário ortográfico. Após ser terminado em 3 de junho de 1931, este documento foi aprovado na sessão da Academia Brasileira de Letras em 11 de junho de 1931 (ABL 1933: 42).

No âmbito da colaboração prometida, o formulário de Laudelino Freire, bem como as letras A e B do *Vocabulário* foram enviados à Academia das Ciências de Lisboa. Tendo em vista que muitos assuntos não tinham sido regulamentados na ocasião do estabelecimento do acordo, não surpreende que no parecer da Comissão do Dicionário da Academia das Ciências de Lisboa tenham surgido vários pontos litigiosos em que os académicos portugueses não se declararam de acordo com as soluções propostas pelos seus congéneres brasileiros. Apesar de várias trocas de correspondências, na realidade as duas academias não conseguiram chegar a um acordo sobre os assuntos disputados. Assim, a ocasião da elaboração do formulário e do *Vocabulário ortográfico e Ortoépico da Língua Portuguesa* constitui um

---

9 Na verdade, era já a segunda publicação do acordo. Em 7 de abril de 1931, fora publicado pela primeira vez, mas aparentemente com faltas (*Acordo* 1931a). Por isso, teve de ser republicado pouco depois: «Por ter saído com inexactidões, novamente se publica o seguinte acôrdo firmado entre a Academia das Sciências de Lisboa e a Academia Brasileira de Letras, em 30 de abril de 1931, para a unidade ortográfica da lingua portuguesa, com o qual S. Ex.ª, o Ministro concordou por seu despacho de 4 do corrente: [...]». Nota-se porém, que as referidas 'inexactidões' ainda persistiram na publicação em 25 de maio (*Acordo* 1931a): o sumário deste número do *Diário do Governo* menciona o 'acordo firmado [...] em 11 de Abril de 1931' enquanto as assinaturas no fim do 'instrumento' datam de 31 de abril de 1931 (data esta que é impossível por o mês de abril só ter trinta e não trinta e um dias), tendo o acordo na verdade sido assinado em 30 de abril. Veja-se para tudo *Acordo* (1931b: 907) e *Portaria* 7:116 (1931).

momento crucial na história ortográfica luso-brasileira, uma vez que a Academia Brasileira de Letras entendeu, e bem, dever atender às circunstâncias linguísticas e prosódicas próprias ao português do Brasil.

É inegável que tanto a ortografia simplificada em Portugal como a sua variante brasileira passaram logo a divergir do plano original do acordo, pois passou a haver desde logo modificações unilaterais mais ou menos extensas em relação ao que fora acordado. Neste sentido, as alterações mais incisivas foram introduzidas pelo lado português, pois ficaram já expressas na publicação do texto do acordo no *Diário do Governo.*[10] Daí resultou que, na verdade, o acordo ortográfico de 1931 não estabelecesse uma ortografia simplificada oficial única para os dois países, mas antes a coexistência de 'duplas grafias', conceito esse que se viria tornando na única solução viável para a questão ortográfica.

Perante as óbvias dificuldades e tendo em vista que o acordo não tinha levado ao desejado resultado da verdadeira unificação ortográfica, as academias passaram a tentar resolver a questão por meio de 'entendimentos' (Leão 1934: 186), com o resultado de que a questão das consoantes mudas foi resolvida através do seguinte 'desentendimento':

> Ainda bem que o *Acôrdo* de 31 não era acôrdo, e que nos *Entendimentos* posteriores se resolveu que cada uma das duas nações fizesse, neste ponto grave, o que *entendesse* (Leão 1934: 187).

Pela sua natureza, estes 'entendimentos' podem ser considerados como equivalentes a uma primeira introdução de uma 'dupla grafia' de natureza oficial. Claro que a atitude assumida quanto aos pontos discutidos, que na realidade corresponde ao simples lema de 'cada um a seu gosto', não fez com que fosse estabelecido um sistema coerente entre os dois países, especialmente não uma dupla grafia coerente. Houve, sim, – mas só por breve tempo – uma relativa 'paz ortográfica' entre as duas academias, de maneira que os portugueses grafaram segundo o acordo – mas com as alterações puramente portuguesas, enquanto no Brasil foram aplicadas as bases do acordo e do vocabulário, incluindo as alterações puramente brasileiras.

---

[10] As divergências em relação ao acordo assinado entre as duas academias foram coerentemente conservadas no texto oficial da portaria 7:117/31 de 27 de maio de 1931. Veja-se também Pinto (1931: 86).

4 O *Vocabulário* da Academia das Ciências e o Acordo Ortográfico Luso-Brasileiro (1945)

Se bem que, em Portugal, a reforma de 1911 viesse acompanhada pelo respetivo *Vocabulário Ortográfico*, elaborado por Gonçalves Viana, esta obra não foi atualizada após o acordo de 1931. Em Portugal, estava, assim, a faltar um vocabulário de caráter oficial, que tinha que ser elaborado.

4.1 O *Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa* (1940)

A fim de estabelecer um vocabulário que não só correspondesse à ortografia atual, mas também à intenção de remediar as deficiências da ortografia introduzidas em Portugal através do acordo de 1931, a Academia das Ciências de Lisboa resolveu, em meados dos anos 1930, que fosse elaborado um *Vocabulário Ortográfico*. Quem acabou por presidir à Comissão encarregada da elaboração do *Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa* de (ACL 1940) era o filólogo Francisco da Luz Rebelo Gonçalves (1907-1982), a quem a Academia Portuguesa confiaria doravante os assuntos ortográficos. Trata-se de uma obra de XCII, 821 páginas, prefaciada por um vasto catálogo com a apresentação da obra, as bases e, especialmente, as normas gráficas aplicadas. Após uma análise das modificações do acordo de 1931, os académicos consideraram as vantagens e desvantagens das respetivas regras, para, finalmente, as manterem ou rejeitarem. Pouco depois, a Academia Brasileira de Letras lançou o chamado *Pequeno Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa* (*PVOLP,* cf. ABL 1943), uma obra bastante vasta com um volume de XLVII, 1342 páginas.

4.2 A Convenção Ortográfica Luso-Brasileira (1943)

Com a publicação dos dois vocabulários ortográficos em 1940 e 1943, as duas academias dispunham de instrumentos de trabalho comparáveis. Oferecia-se, assim, mais uma oportunidade para que elas tentassem novamente de um possível acordo ortográfico.

Poucos dias após a saída do prelo do *PVOLP*, em 29 de dezembro de 1943, um documento legislativo intitulado *Convenção Ortográfica Luso-Brasileira* foi assinado em Lisboa pelo ditador português António de Oliveira Salazar (1889-1970) e pelo embaixador brasileiro João Neves da Fontoura (1887-1963). Em Portugal, foi o próprio Salazar quem, na sua função de Ministro dos Negócios Estrangeiros, dirigiu a proposta de ratificação da Convenção à Assembleia Nacional em 24 de janeiro de 1944,

tendo esta sido 'aprovada por unanimidade' pelos deputados presentes na sessão da Câmara Corporativa em 6 de fevereiro de 1944.[11] O documento ratificado em 15 de março de 1944 pelo presidente António Óscar de Fragoso Carmona (1869-1851) reza o seguinte:

> Artigo 1.º As Altas Partes Contratantes prometem-se estreita colaboração em tudo quanto diga respeito a conservação, defesa e expansão da língua portuguesa, comum aos dois países.
>
> Artigo 2.º As Altas Partes Contratantes obrigam-se a estabelecer como regime ortográfico da língua portuguesa o que resulta do sistema fixado pela Academia das Ciências de Lisboa e pela Academia Brasileira de Letras para organização do respectivo vocabulário, por acôrdo entre as duas Academias.
>
> Artigo 3.º De harmonia com o espírito desta Convenção, nenhuma providência legislativa ou regulamentar, sobre matéria ortográfica, deverá ser de futuro posta em vigor qualquer dos dois Governos sem prévio acôrdo com o outro, depois de ouvidas as duas Academias.
>
> Artigo 4.º A Academia das Ciências de Lisboa e a Academia Brasileira de Letras serão declaradas órgãos consultivos dos seus Governos em mateira ortográfica, competindo-lhes expressamente estudar as questões que se suscitarem na execução desta Convenção e tudo o mais que reputem útil para manter a unidade ortográfica de língua portuguesa (Convenção 1944c: 327-328).

Como vimos *supra,* nos seus quatro artigos, a Convenção, que entrou em vigor em 1 de janeiro de 1944, previa o estabelecimento de um futuro acordo ortográfico com base nos princípios estabelecidos pelas duas academias no âmbito da discussão das bases do *Vocabulário* português de 1940, incluindo os princípios básicos aplicados no *PVOLP* brasileiro. Além de facilitar este acordo futuro ao ceder o direito às duas academias para estas poderem resolver quaisquer questões ortográficas suscitadas, em vez de terem que recorrer aos respetivos governos para pedir licença, a Convenção previa também uma extensiva colaboração e consulta no futuro.

Resumindo, fica evidente que a Convenção de 1943 *não* regulamentava nem visava regulamentar a ortografia como sistema de regras, mas sim teve como finalidade principal o estabelecimento das bases legais para que as vertentes portuguesa e brasileira deste sistema pudessem ser alteradas pelas academias.

---

[11] República Portuguesa (1944: 84). Este opúsculo contém todos os discursos proferidos pelos deputados naquele dia, carecendo, porém, de interesse linguístico. Devido a certos lapsos legislativos, a *Convenção* de 1943 foi oficializada em Portugal por vários diplomas, cf. *Convenção* (1944a), *Convenção* (1944b) e *Convenção* (1944c).

4.3 A Conferência Interacadémica e o Acordo Ortográfico Luso-Brasileiro (1945)

Criada graças à Convenção de 1943, a comissão interacadémica começou com os seus trabalhos em Lisboa no dia 12 de julho de 1945, onde se tinham reunido os académicos portugueses e brasileiros. A Conferência, por sua vez, delegou de entre os seus membros uma 'Comissão de Redação', da qual faziam parte os três especialistas mais eminentes dos dois países, nomeadamente o presidente Rui Ribeiro Couto (1898-1963; Brasil) e os vogais José de Sá Nunes (1889-1955; Brasil) e Francisco da Luz Rebelo Gonçalves (Portugal). Iniciados os trabalhos neste mesmo dia, a Comissão terminou, após 27 sessões (Hauy 1989: 6), em 10 de agosto de 1945, apresentando nas «Conclusões complementares do Acordo de 1931» (*Decreto* 35:228/45: 1038-1042) o 'Instrumento' do acordo, assinado no mesmo dia pelos outros membros da Conferência Interacadémica. Com base neste instrumento, foram ainda estabelecidas as 51 «Bases Analíticas do Acordo Ortográfico de 1945» (*Decreto* 35:228/45: 1042-1053), documento assinado em 25 de setembro. Além disso, foram aprovadas, em 2 de outubro, as 'Instruções' para o *Vocabulário Ortográfico Resumido da Língua Portuguesa*, o qual viria a ser estabelecido pela Academia das Ciências de Lisboa. O protocolo de encerramento, por fim, foi assinado em 6 de outubro de 1945, preconizando a submissão do acordo e dos documentos anexos aos dois governos para a devida oficialização.

Resultado dos dois *Vocabulários* de 1940 e de 1943, o acordo ortográfico de 1945 reconciliava as divergências existentes nos dois países, procurando estabelecer uma grafia única. Perante a dificuldade da expressão escrita de duas realidades fonéticas diferentes, foram escolhidas formas únicas predominantes, ora conforme o sistema português, ora conforme o sistema brasileiro. Na realidade, a maioria das soluções adotadas no acordo provinha da parte portuguesa, incluindo, claro, o próprio sistema da ortografia simplificada. Se bem que tenham cedido nalguns pontos de (talvez) menor importância, torna-se óbvio que os negociadores portugueses não se deixaram convencer noutros casos mais importantes, como, por exemplo, na velha questão das consoantes mudas, facto que António da Costa Leão (1889-1953) comentou da seguinte maneira:

> Não podemos deixar de admitir a necessidade que a Delegação portuguesa teve de ceder em vários pontos a favor da prática brasileira (por vezes desrazoável), como a Delegação brasileira houve de decair também a favor do sistema ortográfico português. Por exemplo, num ponto que, para nós, representa quase que a essência do Acordo – a conservação das letras mudas ou facultativamente proferidas -, a vitória portuguesa (permita-se-nos a expressão) poderia computar-se numèricamente em 90% (Leão 1946: 6).

Ao lado da publicação no *Diário do Governo* (*Decreto* 35:228/45), os vários documentos do acordo de 1945 foram ainda publicados em Portugal numa separata de 56 páginas. A primeira edição do opúsculo intitulado *Convenção Ortográfica Luso-Brasileira* saiu ainda à luz em 1945 (*Convenção* 1945). No ano seguinte, houve ainda outra edição, mais divulgada (*Convenção* 1946), aliás, sem indicação de tratar-se da segunda edição. Foi, portanto, neste opúsculo que o acordo resultante da Conferência Interacadémica ficou designado pela primeira vez como *Convenção*, termo esse que, encontrando-se já aplicado ao convénio de 1943, fez com que se criasse a confusão entre o ato legislativo puramente legal de 1943 e o acordo de 1945, de natureza linguística.

Em Portugal (e colónias), a aprovação do acordo foi rápida e, tanto quanto se saiba, incontestada. O Decreto n.º 35:228/45 foi publicado pelo governo português, representado pelo Presidente António Óscar de Fragoso Carmona, o Presidente do Conselho de Ministros António de Oliveira Salazar e o Ministro da Educação Nacional José Caeiro da Mata (1877-1963) em 8 de dezembro de 1945. Estando prevista a entrada em vigor a partir da data de publicação, a aplicação da nova grafia foi tornada obrigatória para todas as publicações impressas em Portugal (e colónias) a partir de 1 de janeiro de 1946, enquanto os prazos para a aplicação do acordo em livros de ensino e outros casos de exceções deveriam ser regulamentados por portaria individual do Ministro da Educação Nacional.

4.4 O *Vocabulário Ortográfico Resumido da Língua Portuguesa* (1947)

Era natural que o acordo alterasse, de modo considerável, o conteúdo dos Vocabulários académicos de 1940 e 1943. Por isso, a Conferência Inter-académica concebeu o *Vocabulário Resumido*, obra destinada a servir de vocabulário único para as duas nações. Esta obra foi elaborada pelos dois filólogos Francisco da Luz Rebelo Gonçalves e José de Sá Nunes, os quais, como sabemos, tinham sido responsáveis pela elaboração dos respetivos vocabulários académicos. Como previsto no artigo 2.º do *Decreto* 35:228/45 (1037), a elaboração do *Vocabulário Resumido* cabia à Academia das

Ciências. O resultado deste esforço, o *Vocabulário Ortográfico Resumido da Língua Portuguesa*, foi publicado em 1947 em ambos os países: o exemplar publicado em Portugal é uma obra de XLII, 475 páginas (ACL 1947), enquanto a versão publicada no Brasil tem XLII, 497 páginas (ABL 1947).

5 O projeto n.º 504/67 e a reforma de 1971/1973

A próxima reforma deveu-se à iniciativa, no Brasil, do deputado paulista Alceu de Carvalho (1923-1999) que, em 7 de agosto de 1967 apresentou á Câmara dos Deputados do Brasil o projeto de Lei n.º 504/67 para alterar o sistema ortográfico brasileiro, visando uma simplificação da acentuação gráfica. Não visando uma solução perfeita e completa para a questão ortográfica, o projeto 504/67 tratou, sim, de algumas das questões mais cruciais da ortografia luso-brasileira.

Depois de alguma discussão entre os linguistas brasileiros mais eminentes, em Portugal realizou-se a consulta à Academia das Ciências de Lisboa em 15 de junho de 1970. A comissão composta por Gustavo Cordeiro Ramos, Jacinto do Prado Coelho (1920-1984) e o relator Luís Filipe Lindley Cintra (1925-1991) acabou por apresentar um parecer positivo em 27 de janeiro de 1971, o qual foi aprovado na sessão plenária de 4 de fevereiro de 1971. Pouco mais tarde, em 22 de abril de 1971, a Academia das Ciências de Lisboa e a Academia Brasileira de Letras assinaram um breve acordo ortográfico, destinado à simplificação ortográfica através da redução da acentuação gráfica.[12]

Na realidade, o 'pequeno acordo' de 1971 mudou pouco. Em Portugal só ficou abolido o acento grave em todas as ocorrências exceto de um resultado da crase (tendo os outros pontos já encontrado uma solução na reforma anterior), enquanto no Brasil a medida constituía uma cesura bastante mais incisiva (mas, note-se, menos dura, pois a proposta da reforma tinha saído do solo brasileiro).

Ignoramos por que razão a ratificação do novo acordo pela parte portuguesa levou tanto tempo para ser realizada, mas foi só em 6 de fevereiro de 1973 que se publicou o Decreto-Lei n.º 32/73 (1973), aprovado pelo ditador Marcelo José das Neves Alves Caetano (1906-1980) e o Ministro da Educação Nacional José Veiga Simão (1929-2014), sendo promulgado pelo

---

[12] Neste contexto, parece evidente que Bourdon (1976: 262) deve ter confundido as datas ao afirmar o seguinte: «En 1972, une nouvelle simplification, supprimant certains accents graves, a été décidée au Portugal».

presidente Américo Deus Rodrigues Tomás (1894-1987) em 1 de fevereiro de 1973. De forma semelhante ao que aconteceu por ocasião da portaria 7:117/31, este documento legislativo contém somente as alterações que o acordo introduziu no sistema atual português de 1945. Assim, o *Decreto-Lei* 32/73 (1973) prescindiu de mencionar qualquer prazo de implementação, nem informa sobre medidas suplementares, o que nos leva a presumir que estava previsto para entrar em vigor imediata com a publicação.

Pode constatar-se que ambos os países permaneceram fiéis ao que tinham concordado as duas academias e, ao contrário das medidas anteriores, não houve qualquer dúvida respeitante à aplicação do conteúdo do novo acordo. Assim, foi pela primeira vez que Portugal e o Brasil chegaram a um acordo ortográfico luso-brasileiro, porque as disposições desta medida ortográfica entraram e ficaram em vigor até aos nossos dias, tendo a necessidade de simplificação superado qualquer forma de nacionalismo ou de egoísmo linguístico.

6 Os projetos malsucedidos de acordos ortográficos em 1975 e 1986

As comissões das duas academias acabaram com a elaboração de um projeto de acordo mais abrangente em 1975, pouco depois do 25 de abril de 1974 que ficou sem efeito. É evidente que Portugal vivia numa democracia recém-criada e cheia de problemas internos, ao passo que o Brasil ainda se encontrava em regime de ditadura militar. Por outro lado, uma aproximação ortográfica ficou ainda mais difícil com a 'libertação' das colónias portuguesas em 1975. Como se fosse do nada, surgiram, assim, mais cinco países de fala e escrita oficiais portuguesas, uns novos parceiros, cuja consulta em matéria ortográfica doravante se tornava indispensável.

Assim, entre 6 e 12 de maio de 1986, o próximo encontro em matéria ortográfica, realizado na sede da Academia Brasileira de Letras no Rio de Janeiro, reuniu delegações de seis dos países de língua oficial portuguesa, salvo da Guiné-Bissau (representada pelo representante de Cabo Verde) e Timor-Leste,[13] nomeadamente Angola, Brasil, Cabo Verde, Moçambique, Portugal bem como São Tomé e Príncipe. E com, efeito, a fim de acabar com a questão ortográfica, as negociações do Rio de Janeiro levaram ao estabelecimento de um primeiro acordo ortográfico plurinacional.

---

[13] Note-se que este país, também conhecido como Timor Lorosae, era, até há bem pouco tempo, uma ex-colónia portuguesa que desde 1975 se encontrava sob domínio indonésio, só tendo sido internacionalmente reconhecido como país independente em 20 de maio de 2002.

É inegável que o acordo do Rio trouxe algumas medidas incisivas, pois previa a abolição de quase todos os sinais diacríticos, das consoantes mudas caraterísticas da ortografia em Portugal e do hífen. Visto que outras medidas menos graves já tinham provocado gritos de escândalo noutras ocasiões anteriores, pouco admira que o projeto do acordo fosse iniciar uma tempestade em Portugal. Esta começou logo após a publicação do acordo, sendo este mais atacado do que apoiado, independentemente das razões...[14] Se bem que as delegações se tivessem obrigado a recomendar a adoção do novo sistema ortográfico aos seus respetivos governos, o acordo não foi ratificado em Portugal, visto que a sua aplicação tinha essencialmente sido inviabilizada «[...] pela reacção polémica contra ele movida sobretudo em Portugal» (República Portuguesa 1991: 44).

7 O Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa (1990)

Com o fracasso do acordo de 1986 não ficaram resolvidos os problemas ortográficos dos países de língua portuguesa nem o desejo dos académicos no sentido de conseguirem mais um acordo ortográfico. Após a realização de deliberações preparativas desde 1988, foi por isso que especialistas de todos os países de língua oficial portuguesa (incluindo ainda uma «[...] delegação de observadores da Galiza»[15]) se reuniram na sede da Academia das Ciências de Lisboa em 12 de outubro de 1990 para, finalmente, estabelecerem formalmente as bases ortográficas da língua portuguesa no mundo.

Com base nos trabalhos dos especialistas, os Ministros de Cultura e detentores de cargos afins dos países participantes assinaram o acordo noutro encontro em Lisboa, realizado em 16 de dezembro de 1990. O documento em que o acordo foi ratificado pela Assembleia da República Portuguesa em 4 de junho de 1991 consta de duas partes: a primeira parte com as disposições legais, que estabelecem assuntos como o nome oficial «Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa» (*Resolução* 26/91: 4370; República Portuguesa 1991: 9), a obrigação legal de os países signatários tomarem as medidas necessárias para o estabelecimento de um vocabulário comum até o

---

[14] Toda a questão se encontra amplamente documentada em várias obras editadas na altura. A polémica encontra-se especialmente bem documentada em Castro, Duarte & Leiria (1987) que apresentam ainda os textos das tentativas anteriores.

[15] *Resolução* (26/91: 4370) e República Portuguesa (1991: 9). Nota-se que esta é a única referência oficial à delegação galega que, aliás, já em 1986 estava representada por um observador.

dia 1 de janeiro de 1993 e, finalmente, a entrada em vigor do acordo em 1 de janeiro de 1994, depois da devida ratificação pelos respetivos governos. A segunda parte, o «ANEXO I», contém, por outro lado, todas as medidas ortográficas em XXI bases.

Ao contrário do que aconteceu com o acordo do Rio, o novo acordo, que já em 4 de junho 1991 foi ratificado em Portugal na *Resolução* 26/91 da Assembleia da República (cf. também a *Rectificação* 19/91) e pelo Presidente Mário Soares (1924-2017) no decreto de 23 de agosto, tendo o conjunto sido publicado tanto no *Diário da República* (*Decreto* 43/91) como em separata (República Portuguesa 1991), contém medidas menos incisivas. Mesmo que os problemas resolvidos sejam os mesmos, a novidade é, entre outros assuntos, a eliminação das consoantes mudas e a introdução da 'dupla grafia oficial', nomeadamente nos casos de consoantes etimológicas, proferidas numa pronúncia culta, noutra não. No caso da acentuação gráfica, o conceito da 'dupla grafia' também passou a ser a nova realidade na grafia de vogais tónicas abertas numa das pronúncias cultas, enquanto proferidas tónicas fechadas noutra pronúncia.

Por ter sido – em princípio – oficialmente ratificado por Portugal desde 1991, o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa de 1990 deveria ter entrado em vigor desde 1994, o que, na verdade, não se realizou. Na verdade, visto que o acordo ortográfico de 1990 tinha sido ratificado em Portugal em 1991 e no Brasil em 1995, tornava-se impossível que o acordo pudesse entrar em vigor de forma simultânea para estes dois países no dia 1 de janeiro de 1994.

Depois de ser criada em 17 de julho de 1996, a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) passou a dedicar-se a diligenciar no sentido de ultrapassar os obstáculos à entrada em vigor do Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa. Como tivemos oportunidade de apontar em Kemmler (2010), estas diligências foram conseguidas através de 'Protocolos Modificativos' ao acordo. Hoje, estes documentos, por mais importantes que fossem, já só possuem valor histórico, uma vez que a «Resolução do Conselho de Ministros n.º 8/2011» estabeleceu que a partir de 1 de janeiro de 2012 era para ser implementado em todas as manifestações escritas da função pública portuguesa e no *Diário da República*, devendo a ser aplicado no sistema educativo a partir do ano letivo de 2011/2012 (*Resolução* 8/2011: 488-489).

Assim, com a entrada em vigor definitiva em Portugal em 13 de maio de 2015 – e a menos de dois meses da entrada em vigor definitiva no Brasil, a partir de 1 de janeiro 2016, enfim, os dois países que historicamente têm constituído os polos opostos em matéria ortográfica, voltaram de facto a ficar fiéis às letras da *Convenção Ortográfica* de 1943, afirmando (embora implicitamente), mais uma vez, o direito marcadamente proprietário 'código

da escrita' representado pelo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa (1990), que agora passou a ser extensivo a todos os países-membros da CPLP que o assinaram ou que vieram a adotá-lo posteriormente.

Conclusão

O grande projeto linguístico da primeira República Portuguesa que era a uniformização e simplificação da ortografia da língua portuguesa em Portugal começou como projeto nacional, transbordando desde logo as fronteiras portuguesas para tornar-se numa questão luso-brasileira.

Com a reforma ortográfica de 1911, cuja *conditio sine qua non* era o estabelecimento do regime republicano, tornava-se possível o estabelecimento de qualquer forma de entendimento com o Brasil que anteriormente não teria sido viável. Em procura de uma solução bilateral da questão ortográfica, o sistema da escrita da língua portuguesa em Portugal e no Brasil desde 1931 foi sujeito a um número considerável de reformas de natureza oficial e semioficial ao longo de todo o século XX. Estas mudanças fizeram com que o sistema fonético-etimológico, estabelecido de modo científico por Gonçalves Viana, cedesse, com o mais recente Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa (1990), a outro sistema em que passou a prevalecer o critério fonético.

O desejo dos negociadores, a unidade ortográfica, seja luso-brasileira, seja de todos os países de língua oficial portuguesa era um fim difícil de atingir, pois enquanto em Portugal às vezes se verificava pouca vontade de aceitar sugestões vindas do lado brasileiro, no Brasil, as ortografias académicas e oficiais sofreram graves incisões devidas a maiorias acidentais ou causas afins. Assim, devido às razões mais variadas, as negociações de uma colaboração em matéria ortográfica só num caso tiveram bom termo. Foi este o caso da pequena reforma de 1971 / 1973 que, lembre-se, foi levada a cabo devida à prévia intervenção de vários linguistas e especialistas na matéria.

O percurso *supra* descrito torna óbvio que a unificação ortográfica era um fim difícil de atingir enquanto todos os envolvidos não partilhassem o mesmo grau de sinceridade quanto ao estabelecimento de uma ortografia tão única quanto possível. Pode, no entanto, constatar-se que as considerações nacionalistas que durante tanto tempo impediram uma unificação ortográfica em tentativas anteriores hoje pertencem ao passado. Felizmente, nos tempos mais modernos, estas considerações de natureza egoísta ou nacionalista, próprias dos anos vinte a cinquenta, deixaram de ter importância. Como demonstrou o entendimento a que chegaram os académicos brasileiros e

portugueses no acordo de 1990, é possível os dois grandes 'adversários' em matéria ortográfica fazerem as pazes.

Bem pode ser que o resultado destes louváveis esforços, o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa (1990) não seja o sistema de normas ortográficas mais perfeito, mais coerente ou mesmo mais bem-elaborado que se poderia imaginar para a língua portuguesa. Achamos, no entanto, que se trata com esta medida, isso sim, da melhor proposta para um sistema de ortografia portuguesa que deverá funcionar para a comunicação entre quatro continentes, um sistema que permitirá, postas de lado quaisquer questões extraortográficas e extralinguísticas. Desta maneira, o velho projeto da Primeira República Portuguesa que visava o estabelecimento de uma 'ortografia simplificada e uniformizada' deu lugar a novo projeto da chamada Terceira República Portuguesa denominado 'ortografia simplificada e unificada', projeto este que partilha com os outros países da lusofonia, testemunhando assim que a língua e a ortografia pertencem a todos os falantes e escreventes da língua portuguesa!

Referências bibliográficas

ABL (1933) = Academia Brasileira de Letras. 1933. *Vocabulário Ortográfico e Ortoépico da Língua Portuguesa*: *Organizado pela Academia Brasileira de Letras de Acôrdo com a Academia das Ciências de Lisboa*, *Vocabulário Oficial*. Rio de Janeiro: Z. Bonoso & Cia Ltda.

ABL (1943) = Academia Brasileira de Letras. 1943. *Pequeno Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguêsa*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional.

ABL (1947) = Academia Brasileira de Letras. 1947. *Vocabulário Ortográfico Resumido da Língua Portuguesa*: *organizado em conformidade com o que decidiu a Conferência Interacadémica de Lisboa e aprovado pelo decreto-lei n.º 8.286, de 5 de Dezembro de 1945*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional.

ACL (1916) = Academia das Ciências de Lisboa. 1916. *Bases da Ortografia que deve ser Adoptada no Dicionário da Academia: Relatório da Comissão do Dicionário.* Lisboa: Imprensa Nacional.

ACL (1940) = Academia das Ciências de Lisboa. 1940. *Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa.* Lisboa: Imprensa Nacional.

ACL (1947) = Academia das Ciências de Lisboa. 1947. *Vocabulário Ortográfico Resumido da Língua Portuguesa*. Lisboa: Imprensa Nacional.

Acordo (1931a) = Acôrdo firmado entre a Academia das Sciências de Lisboa e a Academia Brasileira de Letras, em 30 de Abril de 1931, para a unidade ortográfica da lingua portuguesa. *Diário do Governo*: *1.ª Série* 106 (Quinta-feira, 7 de maio de 1931): 827.

Acordo (1931b) = Nova publicação, rectificada, do instrumento do acôrdo firmado entre a Academia das Sciências de Lisboa e a Academia Brasileira de Letras, em 11 de Abril de 1931, para a unidade ortográfica da lingua portuguesa. *Diário do Governo*: *1.ª Série* 120 (Segunda-feira, 25 de maio de 1931): 907-908.

Assunção, Carlos, Rolf Kemmler, Gonçalo Fernandes, Sónia Coelho, Susana Fontes & Teresa Moura. 2019a. *As* Regras que ensinam a maneira de escrever e ortografia da língua portuguesa *(1574) de Pero de Magalhães de Gandavo: Estudo introdutório e edição*. Vila Real: Centro de Estudos em Letras, Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro (Ortógrafos Portugueses; 1), ISBN: 978-989-704-386-4; e-ISBN: 978-989-704-387-1. https://www.utad.pt/wp-content/uploads/sites/7/2020/04/CEL_Orto%CC%81grafos-Portugueses_1-1.pdf; http://hdl.handle.net/10348/9783.

Assunção, Carlos, Rolf Kemmler, Gonçalo Fernandes, Sónia Coelho, Susana Fontes & Teresa Moura. 2019b. *A* Orthographia da Lingoa Portuguesa *(1576) de Duarte Nunes de Leão: Estudo introdutório e edição*. Vila Real: Centro de Estudos em Letras, Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro (Ortógrafos Portugueses; 2), ISBN: 978-989-704-388-8, e-ISBN: 978-989-704-389-5. https://www.utad.pt/wp-content/uploads/sites/7/2020/04/CEL_Orto%CC%81grafos-Portugueses_2.pdf; http://hdl.handle.net/10348/9781.

Assunção, Carlos, Rolf Kemmler, Gonçalo Fernandes, Sónia Coelho, Susana Fontes & Teresa Moura. 2020a. *A* Orthographia, ov modo para escrever certo na lingua Portuguesa: Com hvm trattado de memoria artificial, outro da muita semelhança, que tem a lingua Portuguesa com a Latina *(1631) de Álvaro Ferreira de Vera: Estudo introdutório e edições*. Vila Real: Centro de Estudos em Letras, Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro (= Ortógrafos Portugueses; 3), ISBN: 978-989-704-418-2 / e-ISBN: 978-989-704-419-9. https://www.utad.pt/cel/wp-content/uploads/sites/7/2021/03/CEL_Portuguese-Orthographers_3.pdf.

Assunção, Carlos, Rolf Kemmler, Gonçalo Fernandes, Sónia Coelho, Susana Fontes & Teresa Moura. 2020b. *As* Regras Gerays, Breves, & Comprehensivas da Melhor Orthografia *(1666) e outros textos afins de Bento Pereira: Estudo introdutório e edições*. Vila Real: Centro de Estudos em Letras, Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro (= Ortógrafos Portugueses; 4), ISBN: 978-989-704-421-2 / e-ISBN: 978-989-704-422-9. https://www.utad.pt/cel/wp-content/uploads/sites/7/2021/07/OP4.pdf.

Assunção, Carlos, Rolf Kemmler, Gonçalo Fernandes, Sónia Coelho, Susana Fontes & Teresa Moura. 2021a. *A* Ortografia da Lingva Portvgveza *(1671) João Franco Barreto: Estudo introdutório e edição*. Vila Real: Centro de Estudos em Letras, Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro (= Ortógrafos Portugueses; 5), ISBN: 978-989-704-463-2 / e-ISBN: 978-989-704-464-9. http://hdl.handle.net/10348/11344 e https://www.utad.pt/cel/wp-content/uploads/sites/7/2022/08/OP5-Ortografos-Portugueses-Barreto-1671.pdf. http://hdl.handle.net/10348/11344.

Assunção, Carlos, Rolf Kemmler, Gonçalo Fernandes, Sónia Coelho, Susana Fontes & Teresa Moura. 2021b. *A* Orthographia, ou Arte de Escrever, e Pronunciar com acerto a Lingua Portugueza *(1734) João de Morais Madureira Feijó: Estudo introdutório e edição*. Vila Real: Centro de Estudos em Letras, Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro (= Ortógrafos Portugueses; 6), ISBN: 978-989-704-465-6 / e-ISBN: 978-989-704-466-3. http://hdl.handle.net/10348/11655 e https://www.utad.pt/cel/wp-content/uploads/sites/7/2023/02/CEL_Portuguese-Orthographers_6.pdf.

Assunção, Carlos, Rolf Kemmler, Gonçalo Fernandes, Sónia Coelho, Susana Fontes & Teresa Moura. 2022a. *A* Orthographia da Lingua Portugueza *(1736) de Luís Caetano de Lima: Estudo introdutório e edição*. Vila Real: Centro de Estudos em Letras, Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro (= Ortógrafos Portugueses; 7), ISBN: 978-989-704-514-1 / e-ISBN: 978-989-704-515-8. https://www.utad.pt/cel/wp-content/uploads/sites/7/2023/07/OP7-Ortografos-Portugueses-Lima-1736.pdf.

Assunção, Carlos, Rolf Kemmler, Gonçalo Fernandes, Sónia Coelho, Susana Fontes & Teresa Moura. 2022b. *A* Orthographia da Lingua Portugueza, ou regras para escrever certo *(1783) de Francisco Félix Carneiro Sotomaior: Estudo introdutório e edição*. Vila Real: Centro de Estudos em Letras, Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro (= Ortógrafos Portugueses; 9), ISBN: 978-989-704-512-7 / e-ISBN: 978-989-704-513-4. https://www.utad.pt/cel/wp-content/uploads/sites/7/2023/07/OP9-Ortografos-Portugueses-Soto\maior-1783.pdf. http://hdl.handle.net/10348/11981.

Barros, João de. [1]1540. *Grammatica da lingua Portuguesa.* Olyssipone: Apud Lodouicum Rotorigiũ Typographum.

Bases (1911) = Ministério do Interior, Direcção-Geral de Instrução Secundária e Especial. 1911. *Bases para a Unificação da Ortografia que deve ser adoptada nas Escolas e Publicações Oficiais: Relatório da Comissão nomeada por Portaria de 15 de Fevereiro de 1911.* Novamente revista pelo relator. Lisboa: Imprensa Nacional.

Bourdon, Albert-Alain. 1976. Orthographe et politique sous la première République portugaise. *Arquivos do Centro Cultural Português* 10: 261-300.

Castro, Ivo, Inês Duarte & Isabel Leiria (organizadores). 1987. *A Demanda da Ortografia Portuguesa.* Lisboa: Edições João Sá da Costa.

Convenção (1944a) = Lei n.º 1:997: Aprova, para ser ratificada, a Convenção Ortográfica Luso-Brasileira, assinada em Lisboa em 29 de Dezembro de 1943 entre Portugal e os Estados Unidos do Brasil. *Diário do Governo*: *I. Série* 52 (Segunda-feira, 13 de Março de 1944): 307.

Convenção (1944b) = Declaração de ter sido publicada, por lapso, no *Diário do* Govêrno n.º 52, 1.ª série, de 13 do corrente, pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros, com a designação de lei n.º 1:997, uma resolução da Assembleia Nacional que devia ter sido publicada pela Presidência da República, e com tal se deve considerar, ficando sem nenhum efeito a indicação do Ministério e o número da lei que lhe foram atribuídos. *Diário do Governo*: *I. Série* 53 (Terça-feira, 14 de Março de 1944): 308.

Convenção (1944c) = «Carta de Confirmação e Ratificação da Convenção Ortográfica Luso-Brasileira». In: *Diário do Governo*: *I. Série* 58 (Terça-feira, 21 de março de 1944): 327-328.

Convenção (1945) = República Portuguesa. [1]1945. *Convenção Ortográfica Luso-Brasileira: Decreto N.° 35:228 de 8 de Dezembro de 1945*. Lisboa: Imprensa Nacional.

Convenção (1946) = República Portuguesa. [2]1946. *Convenção Ortográfica Luso-Brasileira: Decreto N.° 35:228 de 8 de Dezembro de 1945*. Lisboa: Imprensa Nacional.

Decreto 35:228/45 = Decreto n.º 35:228: Aprova o acôrdo de 10 de Agosto de 1945, resultante do trabalho da Conferência Interacadémica de Lisboa, para a unidade ortográfica da língua portuguesa, cujos instrumentos, elaborados em harmonia com a Convenção Luso-Brasileira de 29 de Dezembro de 1943, são publicados em anexo ao presente diploma. *Diário do Governo*: *I Série* 273 (Sábado, 8 de Dezembro de 1945): 1037-1053.

Decreto-Lei 32/73 (1973) = Decreto-Lei n.º 32/73: Introduz alterações na ortografia oficial portuguesa. *Diário do Governo*: *I Série* 31 (Terça-feira, 6 de Fevereiro de 1973): 169-170.

Decreto 43/91 = Decreto do Presidente da República n.º 43/91, de 23 de agosto: Ratifica o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, assinado em Lisboa em 16 de Dezembro de 1990. *Diário da República: I Série A* 193 (Sexta-feira, 23 de agosto de 1991): 4370.

Gonçalves, Maria Filomena. 2003. *As Ideias ortográficas em Portugal: De Madureira Feijó a Gonçalves Viana (1734-1911)*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian; Fundação para a Ciência e a Tecnologia; Ministério da Ciência e do Ensino Superior (Textos Universitários de Ciências Sociais e Humanas).

Hauy, Amini Boainain. 1989. *Acentuação Gráfica em Vigor.* São Paulo: Editora Ática.

Kemmler, Rolf. 2001. Para uma História da Ortografia Portuguesa: o texto metaortográfico e a sua periodização do século XVI até à reforma ortográfica de 1911. *Lusorama* 47-48 (Oktober) ISSN 0931-9484: 128-319.

Kemmler, Rolf. 2007. *A Academia Orthográfica Portugueza na Lisboa do Século das Luzes: Vida, obras e actividades de João Pinheiro Freire da Cunha (1738-1811)*. Frankfurt am Main: Domus Editoria Europaea (Beihefte zu Lusorama, 1. Reihe; 12).

Kemmler, Rolf. 2009. Para a história da ortografia simplificada. In: Maurício Silva (org.), *Ortografia da língua portuguesa: história, discurso e representações*, 53-94. São Paulo: Editora Contexto.

Kemmler, Rolf. 2010. O Papel do Segundo Protocolo ao Acordo Ortográfico de 1990 na História da Ortografia Simplificada. In: J[osé] Chrys Chrystello (ed.). 2010. *Atas / Anais do 14.º Colóquio da Lusofonia, Bragança, Portugal: 27 setembro – 2 outubro 2010.* CD-ROM (ISBN 978-989-95891-5-5), ficheiro CDlusofonia2010\atas finais.pdf: 261-282.

Kemmler, Rolf. 2011. O destino de um projeto linguístico da República Portuguesa no mundo lusófono: a questão da ortografia simplificada desde 1910 até 2010. *Cadernos Eborenses: Revista Internacional de Tradução, linguística e Literatura* 2 (2010) ISSN 1646-7132: 9-45.

Kemmler, Rolf. 2014. Afinal, quem são os donos da ortografia da língua portuguesa?. In: Associação Internacional dos Colóquios da Lusofonia (ed.), *Atas / Anais do XXII Colóquio da Lusofonia: Seia setembro 25-29, 2014.* CD-ROM (ISBN 978-989-8607-04-1), ficheiro 'atas anais 2014 seia.pdf': 190-202.

Leão, António da Costa. [5]1934. *Prontuário de Ortografia.* 5.ª Edição muito correcta e acrescentada. Com um apêndice acêrca do acôrdo luso-brasileiro. Lisboa: Emprêsa Nacional de Publicidade.

Leão, António da Costa. [11]1946. *Prontuário de Ortografia.* 11.ª Edição de harmonia com o Acordo ortográfico luso-brasileiro. Lisboa: Empresa Nacional de Publicidade.

Oliveira, Fernão de. [1]1536. *Grammatica da lingoagem portuguesa.* /// Acabouse dempremir esta premeira anotação da lingua Portuguesa. por mandado do muy manifico senhor dom Fernando Dalmada em Lixbõa. ẽ casa d[e] Germão galharde a. xxvij. dias do mes de Janeyro de mil & q[ui]nhẽtos & trinta & seis annos de nossa saluaçam. Deo gratias.

Pinto, Álvaro. 1931. *A Nova Ortografia e o Desacôrdo Reinante.* Rio de Janeiro: Edição de Terra de Sol.

Portaria (1897) = «Portaria (ministerio do reino – Diario do governo n.° 215, de 24 de setembro) mandando declarar ao reitor da universidade, aos directores das escolas superiores e aos reitores dos lyceus que não podem ser permittidas no ensino official innovações ou reformas de orthographia e de prosodia portugueza e latina, sem previa auctorização do governo». In: *Collecção Official da Legislação Portugueza: Anno de 1897*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1898: 307.

Portaria (1901) = «Portaria (Ministerio do Reino -Diario do Governo n.º 31, de 8 de fevereiro) esclarecendo a Portaria de 20 de setembro de 1897 sobre a orthographia usual». In: *Collecção Official da Legislação Portugueza: Anno de 1901*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1902: 28.

Portaria (1911a) = Portaria de 15 de fevereiro de 1911, nomeando uma commissão para fixar as bases da ortographia que deve ser adoptada nas escolas e nos documentos e publicações officiaes. *Diário do Governo* 39 (Sexta feira, 17 de fevereiro de 1911): 606.

Portaria (1911b) = Portaria de 16 de março, agregando mais seis vogaes á commissão encarregada de unificar a orthographia official. *Diário do Governo* 64 (Segunda feira, 20 de março de 1911): 1190.

Portaria (1911c) = Portaria de 1 de setembro, mandando publicar o relatorio da commissão encarregada de estabelecer as bases para a unificação da orthographia, e determinando varias providencias relativas ao assunto. *Diário do Governo* 206 (Segunda-feira, 4 de setembro de 1911): 3733-3734.

Portaria 2:553/20 = Portaria n.° 2:553, mandando adoptar nos documentos e publicações oficiais e nos estabelecimentos de ensino dependentes do Ministério da Instrução Pública as modificações gráficas constantes da mesma portaria. *Diário do Governo* 266 (Quinta-feira, 30 de dezembro de 1920): 1768-1773.

Portaria 7:117/31 = Portaria n.º 7.117 – Introduz várias modificações no regime ortográfico oficial em vigor desde 11 de setembro de 1911. *Diário do Governo*: *1.ª Série* 126 (Segunda-feira, 1 de junho de 1931): 1028.

Rectificação 19/91 = Rectificação n.º 19/91: À Resolução da Assembleia da República n.º 26/91, de 23 de Agosto, que aprova, para ratificação, o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, publicada no Diário da República, 1.ª série, n.º 193, de 23 de Agosto de 1991. *Diário da República: I Série A* 256 (Quinta-feira, 7 de Novembro de 1991); 5684.

Relatório (1911) = Relatório da Comissão nomeada, por portaria de 15 de Fevereiro de 1911, para fixar as bases da ortografia que deve ser adoptada nas escolas e nos documentos oficiais e outras publicações feitas por conta do Estado. *Diário do Governo* 213 (Terça-feira, 12 de setembro de 1911): 3845-3851.

República Portuguesa (1944): *Convenção Ortográfica Luso-Brasileira*. Lisboa: Assembleia Nacional.

República Portuguesa. 1991. *Acordo Ortográfico da língua portuguesa*: *Decreto do Presidente da República n.º 43/91, de 23 de Agosto, Resolução da Assembleia da República n.º 26/91.* Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.

Resolução 26/91 = Resolução da Assembleia da República n.º 26/91: Aprova, para ratificação, o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa. *Diário da República: I Série A* 193 (Sexta-feira, 23 de agosto de 1991): 4370-4388. [Resolução datada de 4 de junho de 1991, cf. *Acordo* (1991)]

Resolução 8/2011 = Resolução do Conselho de Ministros n.º 8/2011. *Diário da República: 1.ª Série* 17 (Terça-feira, 25 de janeiro de 2011): 488-489.

Viana, A[niceto] [dos] R[eis] Gonçalves] & Guilherme [Augusto] de Vasconcelos Abreu. 1885. *Bases da Ortografia Portuguesa*. Lisboa: Imprensa Nacional.

Viana, Aniceto dos Reis Gonçalves. 1900. *Proposta de um Questionario para se formularem as regras de Orthographia Portuguesa Uniforme tendo-se em attenção as principiaes divergencias que se observam na maneira por que se encontram escritos os vocabulos portugueses nos differentes escritores antigos e modernos.* por Aniceto dos Reis Gonçalves Viana Socio Correspondente. Proposta apresentada á Academia Real das Sciencias de Lisboa Na sessão ordinaria de 10 de maio de 1900. Lisboa: Por ordem e na Typographia da Academia.

Viana, A[niceto dos] R[eis] Gonçalves. 1904. *Ortografia Nacional*: *Simplificação e uniformização sistemática das ortografias portuguesas*. Lisboa: Livraria Editora Viúva Tavares Cardoso.

Viana, A[niceto dos] R[eis] Gonçalves. 1909. *Vocabulário Ortográfico e Ortoépico da Língua Portuguesa conforme a Ortografia Nacional Do mesmo autor*. Lisboa: Livraria Clássica Editora de A. M. Teixeira & C.ta.

Viana, A[niceto dos] R[eis] Gonçalves. 1912. *Vocabulário Ortográfico e remissivo da Língua Portuguesa, contendo cêrca de 100.000 vocábulos, conforme a ortografia oficial*. Lisboa: Aillaud, Alves & C.ia.

Ortografias em contexto brasileiro: leis, diretrizes, regulamentações

Maurício Silva
Universidade Nove de Julho – Brasil

Acredito que a questão ortográfica tem contribuído muitíssimo para a desordem mental no Brasil.
Mário de Andrade

Introdução

A história do estudo da linguagem humana, no mundo ocidental, coincide, em muitos sentidos, com a história da elaboração das gramáticas dos idiomas que constituem sua tradição linguística. Da Grécia antiga aos dias atuais, é possível perceber uma relativa simetria entre o desenvolvimento de um conjunto cada vez mais amplo de especulações linguísticas e a formalização de regras prescritivas de uso das línguas vernáculas.

Numa perspectiva histórica, pode-se dizer que pelo menos desde Aristóteles já se assistia ao embate, ainda iminente, entre concepções diversas das funções da linguagem, as quais levariam, na Roma imperial, à consideração da gramática, nas palavras de Jean Stefanini (1994), como uma típica *ars recte loquendi*. Na Idade Média, chegou-se, a partir dessa consideração, à dicotomia entre uma gramática fundamentalmente "pedagógica", tendo como modelo a obra de Donato, e uma gramática essencialmente normativa, inspirada em Prisciano. Mas é mesmo a partir da Era Moderna, em particular do Renascimento, que se pode falar num processo mais consistente de formulação gramatical, o que redundaria numa distinção mais funcional entre os conceitos de normativismo e descritivismo (Auroux 1992; Mattos e Silva 1997; Mattos e Silva 2000); e isso tudo, apesar do prestígio de que gozava, ainda durante o Renascimento, o latim e suas respectivas gramáticas, revelando, portanto, uma longa e duradoura manutenção da tradição latina (Burke 1995).

A ortografia, considerada desde então um ramo da gramática, nunca esteve alheia a essas questões, adquirindo, vez por outra, certa independência e centralidade (Burney 1984), como se pode observar pela extensa lista de obras destinadas, desde o século XVI, ao tema, o que se constata, igualmente,

em inúmeros estudos sobre a constituição/sistematização ortográfica das línguas vernáculas europeias, em especial – para os limites deste estudo – a língua portuguesa (D'Azevedo 1897-1899; Vasconcelos 1933; Buescu 1984; Fonseca 1985; Fávero 1997).

Herdeiro da tradição lusófona, o Brasil conheceu – ao lado da propalada *questão da língua brasileira* – uma não menos polêmica e incisiva *questão ortográfica*, esta voltada diretamente à realidade da escrita do português na antiga colônia. Trata-se de uma matéria que não prescinde de uma série de contrariedades e dissensões, muito em razão de certo "nacionalismo" linguístico, que teria tomado conta das discussões (Silva 2001), e de um incontornável caos ortográfico (Silva 2014), que só seria relativamente equacionado no último quartel do século XX, como se verá na sequência.

A questão ortográfica da língua portuguesa no Brasil

No Brasil, a unificação política – que começou a ser forjada já no início do século XVII até completar-se, em tese, durante a primeira metade do XIX, com a Independência – não encontrou correspondência na unidade linguística, sobretudo se pensarmos nas inúmeras divergências ortográficas que existiram até pelo menos o começo do século XX, configurando, nas palavras de José Veríssimo (1977: 101), uma verdadeira "anarquia ortográfica", explicitada pelo crítico nos seguintes termos: "Herculano, Castilho, Garret, Castelo Branco, os quatro mais consideráveis escritores da moderna literatura portuguesa, cada um tem a sua grafia especial. E de cada escritor português ou brasileiro se pode dizer o mesmo". Semelhante diagnóstico, aliás, podia servir também para a situação de Portugal; segundo Edite Estrela (s.d.: 33), "até ao fim do século passado, vivia-se numa espécie de Babel ortográfica, onde todos os critérios eram consentidos: sónicos, etimológicos e estéticos".

A situação se agrava, ainda mais, se considerarmos que, para além do desconcerto geral, em relação à grafia dos vocábulos, havia aqueles autores que se recusavam a adotar qualquer tipo de regra ortográfica, por considerá-las uma imposição insustentável (Antônio Torres); por comodidade, inadaptação ou por considerá-las um atentado à índole do falar brasileiro (Mário de Andrade); ou ainda porque não conseguiam decidir por uma grafia padronizada, utilizando-se, numa mesma obra, versões diferentes da mesma palavra, como no caso do verbo "ter", conjugado na terceira pessoa do plural como *téem*, *têem* e *teem* (Filinto de Almeida).

Tais exemplos são modelares ao apontar as divergências ortográficas existentes nas primeiras décadas do século XX, além de revelarem a

necessidade premente de se estabelecerem regras mais ou menos rígidas, relativas à ortografia da língua portuguesa, tentativa que irá ocasionar as mais acirradas disputas entre Brasil e Portugal, dando origem ao que aqui chamamos de "nacionalismo" linguístico.

Não é recente a tentativa de unificação ortográfica da língua portuguesa; tampouco são novas as mudanças sofridas pela grafia do português ao longo de sua existência. O fato é que, durante o século XX – período de maior engajamento nas políticas de unificação/simplificação da língua portuguesa, em ambos os continentes –, privilegiou-se uma *ortografia simplificada*, com a eliminação dos fenômenos puramente fonéticos e do eruditismo etimológico (Houaiss 1991; Torres 1972).

Neste complicado processo – e estamos falando apenas do caso brasileiro – o papel da Academia Brasileira de Letras não pode ser minimizado: poucas instituições empenharam-se com tanta diligência na reforma ortográfica. Apenas a título de exemplo, pode-se lembrar que a Academia Brasileira de Letras participou, direta ou indiretamente de todos os acordos e reformas ortográficas durante o século XX, além de, a partir da década de 1940, ser elevada à categoria de órgão consultivo do Governo Brasileiro em matéria de ortografia, graças ao esforço de seu presidente na época, José Carlos de Macedo Soares; além disso, nas páginas de sua revista, travaram-se infindáveis discussões acerca da ortografia da língua portuguesa. Evidentemente, isso não impediu que alguns de seus mais ilustres representantes – como é o caso de um Humberto de Campos (1935) ou um Augusto de Lima (1923) – se posicionassem de modo francamente contrário às propostas de reforma ortográfica forjadas pela Academia, considerando-as levianas e irresponsáveis, enquanto outros – como Amadeu Amaral (1976) – defendiam sua realização, a fim de desfazer alguns mal-entendidos.

É, portanto, a tentativa de desfazer tais mal-entendidos que levará a Academia Brasileira de Letras a organizar, em 1907, a primeira proposta consistente de reforma ortográfica da língua portuguesa no Brasil, assumindo um papel de destaque na luta pela simplificação do idioma, a despeito de afirmar-se, em momentos diversos, como um foco de resistência a determinadas modificações gráficas da língua. Daí sua atuação ambígua no que se refere a essa questão, ora colocando-se à frente das iniciativas de unificação da ortografia portuguesa, ora mantendo uma posição de intransigência diante de algumas cláusulas dos acordos de unificação ortográfica, mesmo aqueles dos quais era signatária. O fato é que, do ponto de vista histórico, essa reforma pioneira conheceu, basicamente, três momentos inaugurais: o da primeira proposta, feita por Medeiros e Albuquerque, a fim de ser discutida e posteriormente votada (abril de 1907);

o da apresentação de um substitutivo ao projeto de Medeiros e Albuquerque, assinado, entre outros, por Rui Barbosa, Euclides da Cunha e Sílvio Romero (junho de 1907); e o da aprovação da nova proposta, referendada pelo presidente da casa, Machado de Assis (agosto de 1907) (Rodrigues 1998; El Far 1997).

Propondo a adoção de uma ortografia *racional* e reconhecendo que as regras ortográficas de qualquer idioma nascem sempre de uma *convenção*, a proposta de Medeiros e Albuquerque, já em seus argumentos inaugurais, revela certo aristocratismo a que a própria Academia não estava alheia, na medida em que estabelece como referência idiomática o registro padrão falado pelas classes supostamente cultas da sociedade, manifestando-se, já nos fundamentos de seu projeto, um ideário marcadamente excludente:

> para não chegar aos exaggeros da graphia sónica, que teria de attender até mesmo às variações dialectais, é necessario partir de uma dada pronuncia e essa deve ser para o Brasil a das suas classes cultas (...) tomando-se por base a boa pronuncia e para esse effeito especial considerando-se boa pronuncia a das classes cultas como fôr fixada pela Academia, – sempre que houver mais de uma graphia para a mesma palavra, [deve] preferir-se a que se approximar melhor da referida pronuncia (Barroso 1933: 22).

Ressalte-se, aqui, entre outros fatores, o papel proeminente conferido à Academia Brasileira de Letras, no sentido de torná-la uma espécie de guardiã oficial da língua portuguesa, já que lhe concede o direito de fixar como modelo determinado registro linguístico e tomá-lo como única referência para o estabelecimento das convenções ortográficas, um papel, aliás, em favor do qual a própria Academia e seus principais representantes sempre pugnaram (Peixoto 1923; Campos 1960; Academia Brasileira de Letras 1935).

Além disso, não se deve desconsiderar o espírito nacionalista que norteava os princípios desse acordo, que apontava, em seus fundamentos ideológicos, que "nem é possível, nem há razão para que vinte milhões de brasileiros se dobrem aos habitos de prosodia de cinco milhões de portuguezes (...) a prosodia portugueza actual evolue de um modo distincto da nossa e já não é a mesma que no tempo em que o Brasil deixou de ser colonia" (Barroso 1933: 24).

A proposta de Medeiros e Albuquerque – que tomaria as páginas dos jornais diários da época – recebeu, de seus pares, tanto apoios inveterados (José Veríssimo) quantos ataque enfurecidos (Carlos de Laet), numa onda de opiniões que extrapolaria até mesmo as fronteiras brasileiras, sendo discutida com igual passionalidade em Portugal, como comprova o singular estudo de Cândido de Figueiredo (1929) sobre a nossa ortografia.

A proposta de reforma ortográfica, elaborada pela Academia Brasileira de Letras em 1907, foi a primeira do gênero no século XX, inaugurando uma longa e polêmica tradição de projetos de reforma ortográfica do português, inserindo-se num contexto tumultuoso de ímpetos reformistas, forjados a partir de um claro ideário nacionalista e não raro movidos, em sua essência, por inúmeras contradições. Contudo, está longe de ser a mais polêmica da primeira metade do século, distinção que se deve àquela realizada, em 1911, em Portugal, pela comissão encabeçada por Gonçalves Viana e composta por eminentes personalidades (Carolina Michaëlis, Cândido de Figueiredo e Leite de Vasconcelos, entre outros) (Viana 1911); essa ampla reforma ortográfica da língua portuguesa, que buscava, fundamentalmente, sua simplificação e tinha como base a *Ortografia Nacional* (1904) do mesmo Gonçalves Viana, serviria de modelo e/ou inspiração – assumidos ou não – a todos os projetos de reforma posteriores, tanto em Portugal quanto no Brasil, tendo, inclusive, influenciado a ortografia de outros países sul-americanos (Gonçalves 2010).

É certo que, como a proposta brasileira de 1907, a de Portugal não ficaria imune a infindáveis ataques, mexendo, igualmente, com os brios nacionalistas dos brasileiros, a começar pela falta de qualquer referência à situação da ortografia no Brasil, o que já revela o sentido de unilateralidade com que se concebeu o projeto. Assim, é possível que este "descaso" tenha atingido nossas susceptibilidades nacionais, senão naquele exato instante, com certeza posteriormente, quando uma série de obras mais ou menos panfletárias em favor dos brasileirismos e das características de nossa prosódia foram publicadas, como comprova o livro em que Taunay (1928) escreveria contra a terceira edição do *Novo Dicionário da Língua Portuguesa* (1923), de Cândido Figueiredo, um dos membros da comissão de 1911. Medeiros e Albuquerque (1913), por exemplo, levado por um incontestável impulso nacionalista, afirma ter a Reforma Ortográfica portuguesa se inspirado na proposta anterior da Academia, o que dava ao Brasil o privilégio da precedência nesse campo.

Curiosamente, a despeito das inúmeras críticas que a reforma portuguesa recebera no Brasil, sua aceitação acabou sendo até maior do que aquela anteriormente proposta pelos acadêmicos brasileiros, pelo menos nos primeiros anos subsequentes a ela: em 1915, por exemplo, a própria Academia Brasileira de Letras acabaria aceitando um parecer de Silva Ramos (1926) que tornava oficial o sistema ortográfico lusitano, eliminando todas as divergências ortográficas entre Brasil e Portugal, apesar de quatro anos depois, em 1919, a mesma Academia voltar atrás, renegando a proposta de Silva Ramos e abolindo a resolução de 1915.

Essa questão estendeu-se por toda a década de 1920, que assistiu à continuidade das contendas travadas entre os adeptos de uma ortografia autônoma, que refletisse a pronúncia brasileira da língua portuguesa, e seus opositores, alguns dos quais fizeram da conhecida *Revista de Língua Portuguesa*, dirigida por Laudelino Freire, o baluarte da reação conservadora, com autores como Florianno de Britto (1921) e Sousa da Silveira (1920) defendendo a adoção das propostas dos filólogos portugueses de 1911. Outros, como é o caso de Mário de Andrade, partiram – nas palavras de Edith Pimentel Pinto (1990: 136) – para "soluções pessoais", não aderindo nem à proposta da Academia Brasileira de Letras, nem à reforma de Gonçalves Viana.

Enquanto no Brasil a discussão em torno da reforma portuguesa de 1911 já arrefecia ou, pelo menos, já tinha conhecido etapas diversas e, de certo modo, se estabilizado, em Portugal somente no início da década de 1920 ela passaria a ser adotada oficialmente, com a assinatura, por Júlio Dantas, então Ministro da Instrução Pública, da Portaria 2.553, de 29 de novembro de 1920, que estabelecia a adoção das mudanças ortográficas sugeridas quase dez anos antes. Confrontando as posições assumidas pela duas nações em torno dessa reforma, pode-se concluir, genericamente, por uma inversão de perspectivas que denota muito bem o espírito de oposição que, em muitos sentidos, revelam a divergência de fundo que existia entre brasileiros e portugueses: com todas as ressalvas que uma afirmação como esta requer, pode-se dizer que, enquanto no Brasil sua aceitação fora relativamente grande na prática e bastante limitada na teoria, em Portugal ocorreria o inverso, tendo a proposta de Gonçalves Viana tido boa aceitação na teoria e pouca na prática, pelo menos durante os anos imediatamente posteriores a sua formulação.

O primeiro projeto de reforma ortográfica que tivera aceitação e concordância de ambas as partes, com os dois países deliberando em posição de igualdade sobre os pontos principais das mudanças, só apareceria duas décadas depois, em 1931, data do célebre *Acordo Ortográfico Luso-Brasileiro*, organizado pelas Academia Brasileira de Letras e Academia de Ciências de Lisboa, com vista à unificação ortográfica da língua portuguesa. Com o propósito, um tanto utópico, de abolir toda e qualquer divergência entre as ortografias das duas nações lusófonas, as bases para o acordo foram apresentadas pela Academia brasileira e aprovadas pela Academia portuguesa, buscando, pelo menos a princípio, conciliar as duas propostas até então existentes: a brasileira, de 1907, e a portuguesa, de 1911. Apesar das boas intenções de ambas as partes e da disposição à concórdia, este primeiro acordo ortográfico entre Portugal e Brasil não surtiria o efeito esperado, como comprovam as divergências consignadas posteriormente no

Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa (Portugal, 1940) e no *Pequeno Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa* (Brasil, 1943), ambos apresentando soluções próprias aos falares brasileiro e português, numa clara afronta às resoluções acordadas pelas duas academias.

O acordo teve, ao menos, acolhimento oficial, primeiro em Portugal (pela Portaria 7.117, de 27 de maio de 1931) e, logo depois, no Brasil (pelo Decreto-Lei 20.108, de 15 de junho de 06.1931, complementado ainda pelo Decreto-Lei 23.028, de 2 de agosto de 1933). Apesar de adotado oficialmente, não foram poucas as reações, igualmente "oficiais", a ele, como comprova o caso de Antônio Torres, na época cônsul-adjunto do Brasil em Hamburgo, que não se intimidava em dizer, acerca do referido acordo: "Eu, pelo menos, jamais, mesmo em documentos oficiais, usarei semelhante ortografia (...) É preciso reagir contra isso enquanto ainda é tempo. Quanto a mim, nunca me sujeitarei a semelhante ortografia" (Cruls 1950: 146). A despeito de reações como essa, parecia que, finalmente, as divergência tinham sido deixadas de lado, e os dois países conseguido chegar a um consenso; tanto que ambas as academias resolveram, em comum acordo, organizar um *Vocabulário Ortográfico e Ortoépico da Língua Portuguesa* (1932), com base no acordo em questão, projeto que, como sugerimos acima, não logrou êxito, resultando, antes, em vocabulários ortográficos distintos.

De fato, a adesão oficial ao *Acordo Ortográfico Luso-Brasileiro* seria minada, ao longo da década de 1930. E pelo próprio governo brasileiro! Já em 1934, o então governo eleito de Getúlio Vargas promulga nossa terceira Constituição Federal, cujo Artigo 26 revoga os decretos anteriores (de 1931), adotando o sistema ortográfico anterior ao acordo assinado pelas duas nações, retrocesso que não deixou de suscitar reações inesperadas da sociedade, quando várias entidades civis, profissionais e culturais se pronunciaram formalmente contra essa intromissão do governo nos rumos da ortografia da língua, como os professores secundários do Rio de Janeiro (*Pronunciamento do Professorado Secundário do Distrito Federal*, assinado por Antenor Nascente, José Oiticica, Cândido Jucá Filho e dezenas de outros professores), os professores de São Paulo (*Pronunciamento do Congresso do Magistério Paulista*, assinado por Sud Mennucci, Américo de Moura e outros), os educadores em geral (*Pronunciamento do Sétimo Congresso Nacional de Educação*, assinado por Conde Afonso Celso, Fernando de Azevedo, Anísio Teixeira e outros), as academias de letras (*Pronunciamento do Congresso das Academias de Letras*) e várias outras instituições culturais e científicas, indo da *Liga da Defesa Nacional*, da *Sociedade Brasileira de Química* e do *Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística* ao *Instituto dos Arquitetos do Brasil* e à *Associação Brasileira de Educação* (O Instituto 1941). Outras

regulamentações governamentais viriam adensar, na mesma década, a discórdia, inclusive com decretos agora favoráveis ao acordo binacional, como é o caso do Decreto-Lei 292, de 23 de fevereiro de 1938, que buscava restabelecer a antiga situação, retornando ao uso da ortografia acordada em 1931.

Entre idas e vindas, o fato é que o resultado desse acordo ficara muito aquém das expectativas iniciais, redundando na manutenção de diferenças ortográficas entre as duas nações. Por essa razão, não demorou muito para que novas propostas de reforma da ortografia da língua surgissem, como ficou consignado durante a Convenção Ortográfica de Lisboa, realizado por Portugal e pelo Brasil em 1943, em que se decidiu pela realização de mais um acordo entre os dois países, no sentido de dirimir as divergências ortográficas que ainda permaneciam no português utilizado oficialmente por ambos.

Com efeito, data de 1945 a célebre *Conferência Inter-Acadêmica de Lisboa para a Unificação Ortográfica da Língua Portuguesa*, um encontro bastante entusiasta em relação às possibilidades de uma unificação concreta, tendo como membros Júlio Dantas, Pedro Calmon, Ribeiro Couto, Olegário Mariano e Sá Nunes, na delegação brasileira; e Gustavo Cordeiro Ramos, José Maria de Queiroz Velloso, Luiz da Cunha Gonçalves e Francisco da Luz Rebelo Gonçalves, na delegação portuguesa. Contudo, o entusiasmo de seus organizadores e participantes parece não ter impedido que se incorresse num erro semelhante àquele que acabou inviabilizando a tentativa de reforma de 1931, já que a intenção era mais uma vez atingir uma unificação ortográfica radical: "Não se consentem grafias duplas ou facultativas. Cada palavra da língua portuguesa terá uma grafia única" (Gonçalves 1947: 37). Apesar dessa radicalização unificadora, o novo acordo foi, nas palavras de um dos membros da comissão, aquela que mais tolerante se mostrou para com a idiossincrasias idiomáticas brasileiras: "muito mais concessões fizeram eles [os portugueses] à nossa maneira de escrever do que nós à deles", afirmava José de Sá Nunes (1946: X).

O Acordo de Unificação Ortográfica, como ficou conhecido, foi aprovado por ambos os países signatários – primeiro pelo Brasil, com o Decreto-Lei 8.286, de 5 de dezembro de 1945, e, logo em seguida, por Portugal, com o Decreto 35.228, de 8 de dezembro de 1945 –, mas rejeitado, dez anos depois, pelo Brasil, com o Decreto-Lei 2.623, de 21 de outubro de 1955. Com essa rejeição, encerra-se mais um capítulo da saga das reformas, simplificações e unificações da ortografia da língua portuguesa no Brasil.

A partir da década de sessenta, novas propostas surgiriam, como que iniciando do começo as conversações acerca desta questão: uma moção seria

aprovada no *Primeiro Simpósio Luso-Brasileiro sobre a Língua Portuguesa Contemporânea*, em 1967, apelando para a resolução das divergências ortográficas entre Portugal e Brasil; na década de setenta, uma lei (Lei 5.765, de 1971) seria promulgada, aprovando alterações na ortografia da língua portuguesa no Brasil e adotando outras providências relativas a estas alterações; e nas décadas de oitenta e noventa, um conjunto de intenções voltadas à unificação das duas ortográficas seria estabelecido e, posteriormente, efetivado, com o *Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa* (1986/1990).

O Acordo Ortográfico de 1986/1990 propunha uma unificação ortográfica parcial, não solucionando definitivamente o "problema" das diferenças ortográficas entre os países lusófonos, principal argumento empregado por seus defensores. Versando sobre uma série de detalhes da escrita em língua portuguesa, que vão da utilização do hífen à acentuação gráfica, passando pelo emprego de letras maiúsculas ou pela separação silábica (Houaiss 1991; Luft 1983), o novo acordo pretendia homogeneizar ao máximo a grafia dos vocábulos, promovendo, para tanto, modificações estruturais na forma de se escreverem algumas palavras do idioma. Embora o acordo tenha procurado manter a maior parte dos recursos ortográficos atualmente vigentes, não resta dúvida de que as poucas modificações propostas já foram suficientes para colocar os escritores, editores, professores, linguistas e utentes da língua sob reserva e suspeição.

Os principais argumentos contrários ao acordo, empregados por seus críticos e detratores, visavam à falta de um debate mais amplo e democrático em torno das mudanças propostas, as quais, segundo eles, acabaram sendo monopolizadas por alguns poucos representantes das academias portuguesa e brasileira; a partir daí, condenou-se ainda o que se considerou equívocos linguísticos resultantes do acordo, os quais promoveriam irreversível descaracterização da grafia do idioma. Além de fatores de ordem interna do código linguístico, havia ainda, segundo seus opositores, fatores extralinguísticos, que ocasionariam alterações com consequências imprevisíveis: a mais evidente de todas dizia respeito ao mercado editorial e à indústria cultural dos países signatários do acordo, já que milhões de volumes – sobretudo obras didáticas, dicionários e livros escolares – ficariam inutilizados, uma vez que a produção de obras para substituí-los acarretaria custos de produção e aquisição demasiadamente altos.

Há que se salientar o fato de que, na perspectiva dos críticos lusitanos, Portugal estaria em franca desvantagem no que diz respeito à maneira como os vocábulos deveriam ser grafados a partir da vigência do acordo, já que, a seu ver, praticamente todas as alterações representam uma concessão da

ortografia portuguesa em relação à brasileira, além de acreditarem que quase todas as alterações constituem uma violência imposta à sensibilidade dos portugueses que aprenderam a ortografia anterior (Castro, Duarte e Leiria 1987).

Não causa espanto, portanto, que desde sua primeira aparição na imprensa, o Acordo Ortográfico sofreu diversas contestações por parte de seus opositores, possibilitando toda sorte de críticas, que vão do reconhecimento de seus limites práticos, responsáveis por tornar a grafia do português, em alguns aspectos, ainda mais complexa, até, do ponto de vista pedagógico, as dificuldades de aprendizagem que as mudanças podem gerar, bem como sua ineficácia como elemento inibidor do analfabetismo. É sobre este último aspecto, aliás, que Alice Sabóia (1997) reconhece – a partir de sua pesquisa acerca do sistema gráfico-acentual do português oficial, em escolas brasileiras – que as discussões em torno da última proposta de reforma ortográfica revelam um descompromisso com a fase de aquisição da escrita por seus usuários. Para piorar ainda mais o quadro, as poucas modificações realizadas na ortografia da língua foram formuladas de modo relativamente complexo, o que pode confundir ainda mais os usuários já acostumados com as regras ortográficas vigentes. Como lembra Evanildo Bechara (2000), é preciso levar em consideração, nesse novo acordo, uma série de fenômenos linguísticos (a acentuação tônica relativa aos contrastes de timbre aberto e fechado, as variantes fonéticas de língua, o uso do hífen etc.), a fim de se realizar um trabalho realmente condizente com as necessidades práticas da língua escrita.

Historicamente falando, o Novo Acordo Ortográfico – como ficou conhecido no Brasil – resultou de uma proposta que surgiu em 1986 e foi reformulada em 1990, tendo na figura do filólogo e lexicógrafo brasileiro Antônio Houaiss um de seus principais idealizadores, envolvendo, além de outros especialistas brasileiros e portugueses, instituições como a Academia Brasileira de Letras, a Academia de Ciências de Lisboa, a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa e muitos outros interessados. Foi, portanto, no começo dos anos noventa do século passado (1991), que o referido acordo começou a ganhar, cada vez mais, estatuto de um amplo convênio legal, previsto para entrar em vigência ainda naquela época (1994), mas logo adiado pela força de alguns protocolos que passaram a prever sua entrada em vigor somente mais tarde (Silva 2008). No Brasil, o Novo Acordo começou a vigorar somente a partir de 2009, embora um ano antes, em 2008, o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) emitiu uma resolução obrigando os livros didáticos a ser escritos conforme as novas regras ortográficas.

Lamentavelmente, dizem os mais céticos, a nova proposta tende a trilhar o mesmo caminho que as anteriores, uma vez que, além de não reduzir muito o número de regras, deixa sem solução vários problemas relativos às diferenças ortográficas entre os países lusófonos dos continentes envolvidos. Partindo da constatação inegável de que a língua portuguesa possui uma diversidade que nunca prejudicou substancialmente seu intercâmbio cultural, científico e econômico, seus opositores consideram que, feito de maneira unilateral e, na sua opinião, às pressas, o novo acordo pode descaracterizá-la, interferindo artificialmente em sua composição gráfica e, consequentemente, reduzindo sua pluralidade (Castro, Duarte e Leiria 1987). Por outro lado, os argumentos favoráveis a ele, utilizados por seus defensores, alegam que, uma vez efetivada a unificação ortográfica, o português impulsionaria os países lusófonos rumo ao desenvolvimento, facilitando-lhes o intercâmbio cultural, pedagógico e administrativo. Além disso, dizem seus entusiastas, uma ortografia padronizada facilitaria o comércio intercontinental de livros em geral, de material didático, de publicações científicas, de documentos oficiais etc.

Não é difícil inferir, de tudo o que aqui foi dito, que, numa consideração bem objetiva, o novo acordo não possui uma importância muito grande nem para o Brasil, nem para Portugal ou para os demais países lusófonos. Os argumentos de que ele facilitaria a difusão do português no mundo, impulsionaria o desenvolvimento dos países lusófonos (sobretudo os africanos) e contribuiria para a unidade linguística dos povos lusofalantes não se sustentam. As poucas diferenças ortográficas que existiram e existem entre o português brasileiro, o europeu e o africano não foram e não são impedimento para nada disso. A unidade linguística e o desenvolvimento de uma nação dependem muito mais de outros fatores, que não os ortográficos, como, por exemplo, uma política linguística mais arrojada, que promova a valorização e difusão do português no mundo.

Considerações finais

A ortografia – que já foi tópico importante da gramaticografia portuguesa, sobretudo em sua fase inaugural, durante os século XVI e XVII – perdeu, ao longo do século XVIII, cada vez mais espaço para outras matérias gramaticais (Fávero 1996), consideradas mais relevantes para a comunicação idiomática, a ponto de desaparecer por completo em algumas conceituadas gramáticas, a partir da segunda metade do século XIX. No século XX, a ortografia praticamente reduziu-se às incontáveis querelas, que respondiam mais a interesses de políticas linguísticas dos países lusófonos – e das

instituições promotoras dessa política – do que a uma preocupação real com a questão ortográfica.

O mais recente acordo ortográfico é um exemplo disso. Tendo participado, desde o início, da formulação da proposta para o Novo Acordo Ortográfico, o eminente linguista português Herculano de Carvalho (1997) lembra, primeiro, que as regras ortográficas devem ter mais um caráter normativo (isto é, condizentes com a necessidade da escrita) do que compulsivo; e, segundo, que a reforma ortográfica deve visar tanto à unificação gráfica do português quanto à simplificação de sua escrita, o que, segundo ele, não está totalmente contemplado na última proposta do Acordo.

O problema maior talvez sejam as consequências que a adoção de uma nova grafia podem trazer para o ensino de modo geral: a escola, tomada como instância responsável pelo ensino da norma culta da linguagem, sentem com mais intensidade o choque provocado pelas alterações previstas pelas reformas ortográficas, afinal de contas, é onde se ensina a gramática da língua portuguesa e se desenvolve a competência oral e escrita da língua. Ensino e gramática, embora nem sempre estabeleçam uma relação pacífica, quase sempre estiveram juntas, e a escola acabou desempenhando, em muitos sentidos, o papel de mediadora de conflitos, quando não era, ela mesma, o próprio motivo de conflito: ora se ensinava a escrita com base em rígidos preceitos gramaticais, dispensando as contribuições advindas da criatividade individual do falante, ora se tentava desenvolver a capacidade linguística do aluno independentemente e, muitas vezes, a despeito das regras da gramática.

A escola, portanto, torna-se o ponto de equilíbrio dessa disputa em torno da ortografia da língua: é no espaço escolar e no domínio do ensino que a nova grafia será exercitada, até tornar-se um fato inteiramente assimilado pela norma gramatical e passar a ser visto não como uma interferência no código gráfico da língua, mas como um fenômeno "natural". Isso, evidentemente, não é feito sem dificuldades e tensões diversas, a começar pela adaptação do material didático utilizado nas salas de aula, passando pela necessidade de se promover uma readequação do corpo docente e obrigando, no limite, a uma mudança de comportamento diante de fatos já consagrados na escrita. A ideia de *adaptação*, neste conturbado contexto, passa a ser a tônica da dinâmica ensino-aprendizagem. Professores terão, por força de sua atividade profissional, de se adaptar às novas regras; editores de material didático farão, pelos mesmos motivos, um esforço concentrado de adaptação de seu produto às novas imposições do acordo; alunos, sobretudo aqueles cujo processo de alfabetização já se tenha iniciado, terão, igualmente, de se adaptar ao novo contexto gráfico. Enfim, a partir do novo acordo impõe-se

uma nova ordem escolar... nos acanhados limites do ensino da ortografia, nunca é demais lembrar!

Mudanças ortográficas ocorrem de duas maneiras: ou naturalmente, isto é, resultam de alterações sutis que vão sendo introduzidas na grafia do idioma com o passar do tempo e a partir de seu *uso*; ou artificialmente, isto é, por meio de uma conjunto de regras que retratam determinada política linguística e que, portanto, tem origem na *norma* idiomática. Os acordos ortográficos são, nitidamente, corolário mais de fatores normativos do que do que de fatores advindos do uso da língua. E como quase tudo em relação à linguagem, podem ser traduzidos em termos de manifestação de poder, uma vez que interferir na língua é também um modo de se apoderar dela, fazendo valer o arbítrio que determinadas instâncias da sociedade (como as Academias) exercem sobre a língua Além disso, esse poder manifesta-se na medida em que a "nova" grafia cria uma espécie de "tradição" normativa, assentada em determinados instrumentos linguísticos, como as gramáticas e os dicionários.

Academias, gramáticas, dicionários, tudo passa a figurar como elementos indispensáveis a uma equação em que o controle linguístico – e ortográfico! – acaba por ser o denominador comum...

Referências bibliográficas

Academia Brasileira De Letras. 1935. *Discursos Acadêmicos (1914-1918***)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

Albuquerque, Medeiros e. 1913. *Pontos de Vista.* Rio de Janeiro: Francisco Alves.

Amaral, Amadeu. 1976. *O Elogio da Mediocridade.* Estudos e Notas de Literatura. São Paulo: Hucitec.

Auroux, Sylvain. 1992. *A Revolução Tecnológica da Gramatização.* Campinas: Unicamp.

Barroso, Gustavo. 1933. *A Ortografia Oficial.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

Bechara, Evanildo. 2000. Em Demanda dos Enlaces na Sistematização Ortográfica. *Brasil e Portugal.* 500 Anos de Enlaces e Desenlaces. Rio de Janeiro: Real Gabinete Português de Leitura, 130-138.

Britto, Florianno de. 1921. A Reforma Ortographica. *Revista de língua portuguesa* 9.119-148.

Buescu, Maria Leonor Carvalhão. 1984. *Historiografia da língua portuguesa.* Século XVI. Lisboa: Sá da Costa.

Burke, Peter. 1995. *A Arte da Conversação.* São Paulo: Unesp.

Burney, Pierre. 1962. *L'orthographie.* Paris: Presses Universitaires.

Campos, Humberto de. 1935. *Crítica.* Primeira Série. Rio de Janeiro: José Olympio.

Campos, Humberto de. 1960. *Antologia da Academia Brasileira de Letras.* Trinta Anos de Discursos Acadêmicos. 1897-1927. Rio de Janeiro: W. M. Jackson.

Carvalho, José Herculano de. 1997. Ortografia e as ortografias do Português. *Confluência* 13. 39-46.

Castro, Ivo; Duarte, Inês; Leiria, Isabel (orgs.). 1987. *A Demanda da Ortografia Portuguesa.* Lisboa: Sá da Costa.

Cruls, Gastão. 1950. *Antônio Torres e seus Amigos.* Notas Bio-bibliográficas seguidas de correspondência. São Paulo: Companhia Editora Nacional.

D'Azevedo, Pedro. 1897-1899. A respeito da antiga orthographia portuguesa. *Revista Lusitana* V. 261-268.

El Far, Alessandra. 1997. *A Encenação da Imortalidade.* Uma Análise da Academia Brasileira de Letras nos Primeiros Anos (1897-1924). Tese (Doutorado) Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

Estrela, Edite. s.d. *A questão ortográfica.* Reforma e acordos da língua portuguesa. Lisboa: Editorial Notícias.

Fávero, Leonor Lopes. 1996. *As concepções linguísticas no século XVIII.* A gramática portuguesa. Campinas: Unicamp.

Fávero, Leonor Lopes. 1997. História das ideias linguísticas: gramáticos e ortógrafos portugueses dos séculos XVI e XVII. *Filologia e linguística portuguesa.* 1.95-105.

Figueiredo, Cândido de. 1929. *A ortografia no Brasil.* História e crítica. Lisboa: Livraria Clássica.

Fonseca, Fernando Peixoto. 1985. Remarques sur l'ortographe de l'ancien portugais. *Revue de linguistique romane* 49.193/194: 183-187.

Gonçalves, Maria Filomena. 2010. A *Ortografia Nacional* (1904) de Gonçalves Viana e as ideias ortográficas dos reformistas sul-americanos. *Eutomia:* Revista de Literatura e Linguística 1.6: 1-17.

Gonçalves, Rebelo. 1947. *Tratado de ortografia da língua portuguesa.* s.l., Atlântida.

Houaiss, Antônio. 1991. *A nova ortografia da língua portuguesa.* São Paulo: Ática.

Lima, Augusto de. 1923. *Noites de Sabbado.* Rio de Janeiro: Annuario do Brasil.

Luft, Celso Pedro. 1983. *Grande manual de ortografia Globo.* Porto Alegre: Globo.

Mattos e Silva, Rosa Virgínia. 1997. *Contradições no Ensino de Português.* São Paulo: Contexto.

Mattos e Silva, Rosa Virgínia. 2000. *Tradição gramatical e gramática tradicional.* São Paulo: Contexto.

Nunes, José de Sá. 1946. Introdução. *Acordo para a Unidade Ortográfica da Língua Portuguesa.* São Paulo, Imprensa Oficial do Estado, VII-XII.

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e a ortografia (Documentário oferecido e dedicado à Academia Brasileira de Letras). 1941. Rio de Janeiro: s.ed.

Peixoto, Afrânio *et al*. 1923. Estatutos e novo regimento interno da Academia Brasileira. *Revista da Academia Brasileira de Letras* XIII.25-26: 5-22.

Pinto, Edith Pimentel. 1990. *A Gramatiquinha de Mário de Andrade.* Texto e Contexto. São Paulo: Duas Cidades.

Ramos, Silva. 1926. *A reforma ortográfica e a Academia Brasileira de Letras.* Rio de Janeiro: Livraria Azevedo.

Rodrigues, João Paulo Coelho de Souza. 1998. *A Dança das Cadeiras: Literatura e Política na Academia Brasileira de Letras (1896-1913).* Dissertação (Mestrado), Instituto de Filosofia e Ciência Humanas, Universidade de Campinas, São Paulo.

Sabóia, Alice Maria Teixeira de. 1997. A dupla perspectiva de abrangência das regras ortográficas. *Confluência* 5.182-192.

Silva, Maurício. 2001. Reforma ortográfica e nacionalismo linguístico no Brasil: uma abordagem histórico-discursiva. *Letras* 20.1-2: 99-122.

Silva, Maurício. 2014. Superando a "anarquia ortográfica": a Academia Brasileira de Letras e a reforma ortográfica da língua portuguesa (1907). *Web-Revista Sociodialeto* 4.12: 541-554.
Silva, Maurício. 2008. *O novo acordo ortográfico da língua portuguesa.* O que muda. O que não muda. São Paulo: Contexto.
Silveira, Sousa da. 1920. A ortografia da língua portuguesa. *Revista de língua portuguesa* 7. 139-146.
Stefanini, Jean. 1994. *Histoire de la grammaire.* Paris: CNRS.
Taunay, Affonso de.1928. *Insufficiencia e deficiencia dos grandes diccionarios portuguezes.* Tours: Arrault.
Torres, Artur de Almeida. 1972. Unidade da língua portuguesa. Histórico da ortografia luso-brasileira. *Romanitas* 11.417-418.
Vasconcelos, Frazão de. 1933. Ortografistas portugueses dos séculos XVI a XVIII. *Separata da "Língua Portuguesa"* III.VIII: 1-8.
Veríssimo, José. 1977. *Estudos de Literatura Brasileira.* Terceira Série. Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia/Edusp.
Viana, Gonçalves. 1911. *Bases da Ortografia Portuguesa.* Coimbra: s.ed.

Organizadores e autores

Ana Alexandra Silva é doutora em Linguística pela Universidade de Évora (2008), mestre em Linguística Portuguesa pela Universidade de Coimbra (2002) e licenciada em Ensino de Português e Inglês pela Universidade de Évora (1996). Atualmente, é Professora Auxiliar na Universidade de Évora. A sua investigação tem-se centrado no estudo do português como língua estrangeira e língua segunda, tendo publicado diversos artigos em revistas de prestígio. Destacam-se, entre as suas contribuições mais relevantes, pesquisas sobre a aplicação da linguística ao ensino de línguas estrangeiras. É diretora do Programa de Doutoramento em Linguística (2024) e diretora do Centro de Línguas da Escola de Ciências Sociais da Universidade de Évora (2023). Além disso, é investigadora do Centro de Estudos em Letras da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro / Universidade de Évora, integrando linha de investigação "Para a história da gramática e do ensino do Português como Língua Estrangeira (séculos XVII-XX)". Tem participado em vários projetos Erasmus+, como POOLS-2 (*Producing Open Online Learning Systems*), TOOLS (*Tools for CLIL Teachers*) e, mais recentemente, foi coordenadora nacional do projeto VR-VOLL (*Virtual Reality for Vocationally Oriented Language Learning*).

Ciência ID: https://www.cienciavitae.pt/1F15-A66B-CD5A
ORCID: http://orcid.org/0000-0002-2677-0164

Carlos Assunção é Professor Catedrático, desde 2002, de Ciências da Linguagem da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro (UTAD), tendo-se doutorado em 1996 e obtido o título de Agregado em 2001. Publicou dezenas de artigos em revistas especializadas/indexadas e dezenas de trabalhos em atas de eventos, possui vários capítulos de livros e cerca de três dezenas de livros publicados/editados. Participou em mais de uma centena de eventos científicos no estrangeiro e em Portugal, em muitos deles como conferencista convidado. Orientou mais de uma dezena de teses de doutoramento, orientou mais de duas dezenas de dissertações de mestrado. Participou em mais de uma dezena de projetos de investigação, em Portugal e no estrangeiro, coordenando vários deles. Atualmente participa em dois projetos de investigação na área de Historiografia Linguística Portuguesa e Linguística Missionária dos países do Padroado Real Português, em particular da China, Japão e Vietname. Foi Diretor do Centro de Estudos em Letras (CEL) desde a sua fundação (2003-2010 e 2013-2017), Vice-Reitor

para a Investigação e Internacionalização da UTAD (2010-2013), e, atualmente, desempenha o cargo de Presidente da Escola de Ciências Humanas e Sociais da UTAD.

Ciência ID: https://www.cienciavitae.pt//9312-67B8-44DD
ORCID: https://orcid.org/0000-0002-5739-0754

Gonçalo Fernandes é Professor Catedrático, desde 2022, de Ciências da Linguagem na Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro (UTAD), Portugal. É Diretor do Centro de Estudos em Letras (CEL) desde 2017 e um colaborador ativo em redes de investigação internacionais com instituições no Japão, Brasil, Países Baixos, França e Espanha. A sua investigação centra-se na historiografia da linguística latino-portuguesa e na linguística missionária do Padroado Real Português, em especial de Angola, Moçambique, Índia, Japão, China e Vietname. Tem uma extensa lista de publicações, com mais de 100 trabalhos académicos, incluindo artigos e capítulos de livros em revistas de referência e em editoras de renome como a Cambridge e a Oxford University Press, Routledge, Taylor & Francis, John Benjamins, Nodus Publikationen e Peeters. Ao longo da sua carreira, desempenhou funções de gestão relevantes, entre as quais a de Diretor do Departamento de Letras, Artes e Comunicação (2009-2013), Coordenador / Diretor de vários cursos de licenciatura, mestrado e doutoramento, Presidente do Conselho Pedagógico da Escola de Ciências Humanas e Sociais (2017-2021) e Vice-Reitor para a Internacionalização (2021-2022) da UTAD.

Ciência ID: https://www.cienciavitae.pt/3B1E-D970-A75A
ORCID: http://orcid.org/0000-0001-5312-6385

Maria do Céu Fonseca é Professora Associada com Agregação na Universidade de Évora, onde desenvolve investigação e atividade docente na área da Linguística. Doutorou-se em Linguística pela Universidade de Évora em 2001, após ter concluído o mestrado na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa em 1992 e a licenciatura em Línguas e Literaturas Modernas na Universidade Nova de Lisboa em 1986. A sua produção científica tem-se centrado no estudo da Historiografia da Linguística portuguesa, com particular ênfase na gramática e no ensino da língua. Entre os seus trabalhos mais relevantes encontram-se estudos sobre o ensino da gramática e a aplicabilidade da linguística ao ensino de línguas, incluindo *Historiografia Linguística Portuguesa e Missionária. Preposições e posposições no século XVII* e a *Gramática Prática da Língua Portuguesa*,

em coautoria com Maria João Marçalo. Para além dessas publicações, tem artigos publicados em revistas científicas de referência, abordando temas como análise do discurso, ensino de línguas e didática da gramática. Além da atividade académica, tem participado ativamente em projetos de investigação nacionais e internacionais, incluindo o projeto estratégico do CEL e o projeto europeu *Virtual Reality for Vocationally Oriented Language Learning* (2021-DE02-KA220-VET-000030241), concluído em dezembro de 2024.

Ciência ID: https://www.cienciavitae.pt/C718-C5B8-C793
ORCID: http://orcid.org/0000-0002-1335-2262

Maria Helena Pessoa Santos foi admitida, enquanto Assistente Estagiária da Área Científica de Ciências Humanas e Sociais - Linguística, no Departamento de Letras da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro (UTAD, Vila Real, Portugal), em 1998, por meio de concurso documental publicado em *Diário da República* desse ano. Tornou-se Assistente em 1999 e, em 2005, tendo prestado Provas Públicas de Doutoramento em Linguística Portuguesa, celebrou com a UTAD contrato de provimento para o exercício de funções de Professora Auxiliar em regime de exclusividade. Em 2010, passou a exercer tais funções por tempo indeterminado. Foi vice-diretora de departamento e de curso, e foi membro quer do Conselho Científico da Escola de Ciências Humanas e Sociais (tendo integrado a sua Comissão Permanente, como secretária), quer do Conselho Geral. É membro integrado do CELGA-ILTEC, da Universidade de Coimbra (Portugal), estando a desenvolver a sua investigação no âmbito da linha temática designada por "Património Linguístico: Variação e Mudança".

Ciência ID: https://www.cienciavitae.pt/1018-0A29-0B44
ORCID: https://orcid.org/0000-0003-2808-4536

Marli Quadros Leite é Professora Titular do Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas, nos programas de graduação e de pós-graduação, na Universidade de São Paulo (Brasil), pesquisadora da Biblioteca Guita e Mindlin (BBM, USP, Brasil) e pesquisadora associada do Laboratoire d'Histoire Théories des Linguistiques (HTL, França). Tem mestrado (1992) e doutorado em Linguística pela Universidade de São Paulo (1996, Brasil), pós-doutorado pela University of Pennsylvania (EUA) em 1999/2000; pela Université de Paris VII, Denis Diderot (França), no ano acadêmico 2000/2001 (Projeto CAPES/COFECUB/USP); Estágio Sênior (período avançado de pesquisa) na Université de Paris VII, Denis Diderot (França), no

período de 2017/2018 (CAPES). É líder de dois Grupos de Trabalho (CNPq, Brasil): Gramáticas: história, descrição e discurso e Projeto NURC/SP-Núcleo USP, no qual atuou na coordenação sua juntamente com o Prof. Dr. Dino Preti e hoje é a coordenadora do Projeto. É coordenadora de um acordo de cooperação internacional da USP com a Université de Paris VII, Denis Diderot (desde 2005). É autora de livros, capítulos e artigos que versam sobre temas científicos e didáticos. Atualmente é Pró-Reitora de Cultura e Extensão Universitária da USP e foi Chefe do Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas, Presidente da Comissão de Graduação da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas e Assessora Técnica da Pró-Reitoria de Graduação da USP.

Ciência ID: https://www.cienciavitae.pt/5F12-0B2D-184C
ORCID: https://orcid.org/0000-0002-8417-0140

Maurício Silva possui doutorado e pós-doutorado em Letras Clássicas e Vernáculas pela Universidade de São Paulo (Brasil). É professor do Programa de Mestrado e Doutorado em Educação da Universidade Nove de Julho (Brasil), onde atua também como líder de pesquisa do grupo *Educação e Razões Literárias* (certificado pelo CNPq). Atuou como pesquisador da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro (2012-2013) e pesquisador-residente da Biblioteca Brasiliana Guita e José Mindlin, da Universidade de São Paulo (2016-2017); é autor de livros diversos e artigos diversos.

Ciência ID: https://www.cienciavitae.pt/4E10-0950-3F75
ORCID: https://orcid.org/0000-0002-9609-4579

Nancy Casagrande tem Pós-Doutorado em Formação de Professores pela Universidade do Porto (Portugal). Doutora em Língua Portuguesa pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP, Brasil). Atualmente é professora associada do Departamento de Ciências da Linguagem e Filosofia da PUC-SP e professora da Universidade Presbiteriana Mackenzie (UPM, Brasil). Líder do Grupo de Pesquisa Análise do Discurso, História e Ensino e vice-líder do Grupo de Pesquisa de Historiografia da Língua Portuguesa.

Ciência ID: https://www.cienciavitae.pt/2617-638E-FCF7
ORCID: https://orcid.org/0000-0003-1501-5216

Neusa Barbosa Bastos é Professora Titular do Centro de Comunicação e Letras da Universidade Presbiteriana Mackenzie (UPM, Brasil) e do Departamento de Ciências da Linguagem e Filosofia da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP, Brasil). Pós-doutora pela Universidade do Porto (UP, Portugal) e pela Universidade de Trás-os-Montes e Alto (UTAD, Portugal). Coordenadora acadêmico-administrativa do IP-PUC/SP. Vice-Coordenadora do NEL-UPM. Membro da Comissão HL na ABRALIN. Pesquisador Colaborador do Centro de Estudos em Letras da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro e Investigador Colaborador do CLUP/UP (Centro de Estudos Linguísticos da Universidade do Porto (CLUP), Pesquisador Ciência ID FCT. Consultora e parecerista *ad hoc* de órgãos de fomento. Diretora do Sindicato dos Professores de São Paulo. Membro do Conselho Diretivo do Museu Virtual da Lusofonia. Especialista em Língua Portuguesa e Linguística. Autora de artigos, de capítulos e de livros.

Ciência ID: https://www.cienciavitae.pt/portal/7910-E31E-1F91
ORCID: https://orcid.org/0000-0001-5529-4606

Regina Pires de Brito é doutora e mestre em Linguística pela Universidade de São Paulo (Brasil), com estágio pós-doutoral na Universidade do Minho (Portugal). Professora da Universidade Presbiteriana Mackenzie (UPM, Brasil). Professora Visitante na Università Gabrielle D'Annunzio Chieti-Pescara (Itália, Programa Erasmus, 2024). Coordenadora de Programas de Pós-Graduação Stricto Sensu junto à Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação da UPM (desde março de 2024); Coordenadora Geral do DINTER (Doutorado Interinstitucional Internacional) da UPM com a Universidade Nacional de Timor-Leste (desde 2022); Diretora do Projeto Internacional Portugueses de Papel (CLEPUL- UL, a partir de abril 2024); Coordenadora do PROEXT-CAPES - Projeto de Extensão da Pós-Graduação (desde janeiro de 2024). Membro do Museu Virtual da Lusofonia (Portugal). Membro da CPCLP - Comissão para a Promoção do Conteúdo em Língua Portuguesa, da Câmara Brasileira do Livro. Membro Titular do Conselho Diretivo da ANPOLL (Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Letras e Linguística). Membro da Comissão de Políticas Públicas da ABRALIN (Associação Brasileira de Linguística), Pesquisadora do CLEPUL (Centro de Literaturas e Culturas Lusófonas e Europeias) - Universidade de Lisboa; Diretora do Projeto Internacional Portugueses de Papel (CLEPUL- UL, a partir de abril 2024), membro do Conselho Diretivo do Instituto Nacional de Linguística de Timor-Leste.

Ciência ID: https://www.cienciavitae.pt/portal/4F1B-D5BD-CDB3
ORCID: https://orcid.org/0000-0002-0634-8572

Rolf Kemmler é doutorado pela Universidade de Bremen (Alemanha) e pela Universidade de Vigo (Galiza, Espanha). Professor Auxiliar com Agregação na Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro (UTAD, Vila Real, Portugal), é também investigador integrado do *Centro de Estudos em Letras* (CEL), Vila Real, Portugal, e Sócio Correspondente Estrangeiro da *Academia das Ciências de Lisboa*. Atualmente, centra a sua investigação na história da ortografia e da gramaticografia portuguesas, na história da gramaticografia latino-portuguesa e nos manuais históricos de alemão como língua estrangeira, especialmente em Portugal e Espanha.

Ciência ID: https://www.cienciavitae.pt/E316-9F0E-D494
ORCID: http://orcid.org/0000-0002-4389-6551

Ronaldo de Oliveira Batista é doutor em Linguística pela Universidade de São Paulo (Brasil), com estágios de pós-doutorado na Bélgica e em Portugal. Pesquisador do Instituto Sedes Sapientiae para Estudos do Português da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (IP-PUC/SP). Membro pesquisador-colaborador do Laboratório de Historiografia da Linguística da Universidade Federal do Rio de Janeiro, do Centro de Estudos em Letras da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro (Vila Real, Portugal), do Centro de Linguística da Universidade do Porto (Porto, Portugal). Docente do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Presbiteriana Mackenzie (Brasil). Bolsista Produtividade do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq, Brasil) desde 2018. No campo da Historiografia Linguística escreveu e organizou (entre outros livros autorais, coletâneas e artigos): *Introdução à Historiografia da Linguística* (Ed. Cortez, 2013), *Historiografia da Linguística* (org., Ed. Contexto, 2019), *Fundamentos da pesquisa em Historiografia da Linguística* (Ed. Mackenzie, 2020), *A linguística brasileira: percursos históricos* (Ed. Mackenzie, 2023).

Ciência ID: https://www.cienciavitae.pt//6612-9F73-FE22
ORCID: https://orcid.org/0000-0002-7216-9142

Sónia Coelho é Professora Associada de Ciências da Linguagem no Departamento de Letras, Artes e Comunicação da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro (UTAD), Portugal, e Investigadora Integrada do Centro de Estudos em Letras (CEL), financiado pela Fundação para a Ciência e Tecnologia. É doutorada em Ciências da Linguagem, mestre em Ensino de Língua e Literatura Portuguesas e licenciada em Português, Latim e Grego (Ensino). Atualmente, é diretora do curso de Línguas e Relações Empresariais da UTAD. Os seus principais interesses de investigação incluem a historiografia da linguística, a história da língua portuguesa, o papel das mulheres na gramaticografia portuguesa, o ensino da língua portuguesa e áreas críticas da língua portuguesa. Desde 2016, tem-se dedicado sobretudo ao estudo dos contributos das mulheres para a história da linguística portuguesa, nomeadamente através da sua participação no volume *Women in the History of Linguistics*.

Ciência ID: https://www.cienciavitae.pt/0212-BF19-A941
ORCID: https://orcid.org/0000-0002-8611-5209

Susana Fontes é Professora Associada de Ciências da Linguagem na Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro (UTAD). Licenciou-se em Ensino de Português e Inglês e obteve o doutoramento em Linguística Portuguesa. Desde então, tem desenvolvido investigação na área da Historiografia da Linguística, integrando o Centro de Estudos em Letras (CEL). A sua investigação centra-se no papel das mulheres na história da linguística, tendo participado no projeto internacional *Women in the History of Linguistics*, que resultou na publicação de um livro pela Oxford University Press. Tem colaborado em diversos projetos nacionais e internacionais e publicado estudos sobre historiografia linguística, especialmente no contexto português. Na UTAD, desempenha funções de gestão académica, sendo atualmente Diretora do Departamento de Letras, Artes e Comunicação (DLAC) e tem dirigido programas de licenciatura e de pós-graduação, supervisionado dissertações e promovido a mobilidade estudantil através do programa Erasmus. Para além da atividade académica, tem participado em iniciativas de divulgação científica, colaborando com os media e promovendo formações para professores do ensino básico e secundário.

Ciência ID: https://www.cienciavitae.pt/5C1E-5B56-96CA
ORCID: http://orcid.org/0000-0003-4414-9248)